



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



IESA

**BRASÍLIA, ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS E O (DES)ENCONTRO DA
RACIONALIDADE COM A IRRACIONALIDADE**

Marcelo de Mello

**GOIÂNIA
2009**

MARCELO DE MELLO

**BRASÍLIA, ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS E DO (DES)ENCONTRO DA
RACIONALIDADE COM A IRRACIONALIDADE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: Dinâmica Sócio Espacial : Urbana, Agrário, Regional e Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Dra. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira.

**GOIÂNIA
2009**

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCELO DE MELLO

BRASÍLIA, ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS E O (DES)ENCONTRO DA RACIONALIDADE COM A IRRACIONALIDADE

Tese apresentada à banca examinadora como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Prof^a. Dr^a. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira (IESA/UFG)
Presidente

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva (UFC)
Membro

Prof. Dr. Alexandre Martins Araújo (FH/UFG)
Membro

Prof. Dr^a. Lana de Souza Cavalcanti (IESA/UFG)
Presidente

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG)
Membro

Data: 03 de junho de 2009.

Resultado: Aprovado.

DEDICATÓRIA

Em um primeiro momento, estava certo que dedicaria este trabalho a minha família: pais, esposa e filhas. Mas percebi que para eles tenho dedicado minha vida; que “deve” ser maior e melhor do que esta pesquisa.

Vasculhando em minhas memórias, encontrei alguns elementos fundantes na minha formação. Penso que tudo começou neles.

Esses elementos fundantes aparecem vinculados a grandes amigos. Mais um sempre aparece em destaque, principalmente quando recorro as noites atravessadas pelas discussões em torno da produção do conhecimento. Com certeza, esses debates realizados no município goiano de Itapuranga, ao longo de vários anos, foram – são – fundamentais em minha vida.

O amigo-professor que, nessas e noutras oportunidades, me revelou os limites entre o saber e o conhecimento atende pelo nome de **Wellinton Ribeiro da Silva**: uma pessoa possuidora/possuída por uma genialidade indomável, compreendida por muito poucos.

É para ele que eu dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este sempre é marcado por duas dimensões: a da solidão e a da amizade fundamental às atividades humanas. Revendo a minha relação com essas dimensões, descobri que este trabalho não é “meu”. Ele pertence a todas as pessoas que por meio da amizade deram sentido a minha solidão.

É impossível registrar graficamente o significado das relações sustentadoras de nossas iniciativas. Mais difícil ainda é tentar ser coerente na atribuição de valores a ações e gestos tão espontâneos que, muitas vezes, nos pegaram desavisados.

Mas vamos lá: sou grato à professora Celene, pelo profundo respeito demonstrado nesse e em outros momentos; ao Egui, por razões tão diversas e expressivas que não caberiam aqui; aos velhos amigos, Aristeu, Élson, Marcão, Tadeu, Sandro Safadi, Wellington, que tanto me ensinaram – e continuam ensinando –; à “velha” amiga Cristina Helou; a Miraci, uma companheira rara; à Adrianinha, penso que nem minha mãe acredita em mim tanto quanto ela; ao professor Itelvídes José de Moraes, pela importante contribuição fundada em uma leitura rigorosa e minuciosa; a querida família Baylão; à Lívia, o amor de minha vida, e as minhas filhas Letícia e Luana, sempre busco me tornar uma pessoa melhor para e a partir delas; aos meus pais, aos meus irmãos, aos meus alunos, em especial à Vania e à Gizela; aos companheiros da UEG, Zé Braga, Thiaguinho, Ivonaldo, Rosemberg e Auristela. E quando pensei que tudo estava acabado, me encontrei numa feliz situação geradora de mais um agradecimento, destinado ao Professor Geraldo Freire, mais do que revisar o texto, ele promoveu uma revisão em minha vida.

RESUMO

Este trabalho contemplou o processo de fragmentação do território do Distrito Federal e seu entorno. Destacamos o papel de Brasília no processo de integração do território nacional, bem como a produção de seu par antitético, sob a forma de uma cidade-desintegrada: Águas Lindas de Goiás. Associamos a integração à desintegração não vislumbrada pelos agentes responsáveis pelo processo integrador. Para compreender os procedimentos integracionistas investigamos a origem das matrizes teórico-metodológicas utilizadas para este fim. Matrizes sustentadas por uma razão instrumentalizada com vistas à superação dos limites impostos pela natureza, que deixou de ser divinizada e passou a ser vista como depositária de recursos a serem apropriados pelo homem. A visão de mundo que fundamentou essas ações foi concebida por um homem racional, produzido pelas revoluções burguesas. Homem que deixou as “trevas” e ascendeu às luzes, numa dinâmica que ressaltou dois elementos: a ciência e o Estado modernos; além da cidade, vista como o ambiente privilegiado para a consolidação de um homem que abandonou a condição de servo de uma ordem teocêntrica e ocupou o lugar de senhor de seu destino. Esse processo foi pautado em um modelo racional universalizador, que exigiu a implementação de uma colonização-integradora. Contudo, o avanço europeu pelo mundo não foi marcado somente pela integração. Ocorreu a desintegração dos povos colonizados. Este processo foi corporificado por meio da produção de discursos, objetos, conceitos, homens etc. Um dos principais atributos dos corpos produzidos é o movimento, instaurador de diálogos, a eles inerente. Nessa perspectiva, salientamos que, em Brasília, as obras erguidas para abrigar as estruturas do poder, constitucionalmente constituído, foram inspiradas em corpos: corpos femininos exaltados pela suavidade de suas curvas. Mas esses não foram os únicos corpos a chamar atenção na nova capital. Os corpos dos migrantes convocados para erguê-la foram se multiplicando vertiginosamente e os movimentos realizados por eles alteraram o projeto da cidade planejada. Por isso, o diálogo travado entre corpos povoados por diferentes significados foi investigado, a partir do movimento, a princípio, realizado por migrantes que percorreram longas distâncias rumo à cidade-capital interiorana. Movimento que, posteriormente, teve sua escala reduzida e foi deslocado para a fronteira do Distrito Federal com o Estado de Goiás.

As considerações realizadas partiram do seguinte princípio: o deslocamento de corpos promove um processo ininterrupto de ressignificação de objetos produzidos. Os novos significados atribuídos aos objetos redefinem a lógica do próprio movimento. Portanto, foi no diálogo travado entre esses corpos que concentramos nossos esforços para compreender um processo de integração-fragmentação centrado em uma cidade-símbolo que se tornou, simultaneamente, o lugar do encontro e do desencontro promotor de sua antítese: Águas Lindas de Goiás.

Palavras-chave: Cidade. Integração-desintegração. Razão instrumental.

ABSTRACT

This work considered the fragmentation process of the Brazilian Federal District and its surrounding areas. It highlights Brasília city role in the joining process of national territory integration, along with the production of its antithetical match as a disintegrated city: Aguas Lindas de Goiás.

The integration is, therefore, associated with the disintegration not glimpsed by its process responsible agents. Aiming to understand its integration procedures the theoretical and methodological patterns origin were investigated. Patterns sustained by an instrumentalized reason looking forward to overcoming natural barriers are no longer idolized, however they are now perceived as depositories of resources to be appropriated afterwards. The view point that rooted these actions originated from a rational being influenced by the bourgeois revolutions. The one who raised from “darkness” to light in such a dynamic way emerging two elements: science and Modern States; including the city perceived as a privileged environment to leave servitude and a god-centric worldview behind and lead a life ruled by himself. This process was established upon a rational universalized model that required the implementation of an integrated colonization. Nevertheless the European domain towards the world does not only concern integration processes. Disintegration happened among colonized people. This process was externalized by speeches, objects, concepts, people, etc. The movement becomes one of the main peculiarities of the bodies produced leading to inborn discussions.

Based on this perspective, we emphasize that the buildings raised in order to host power structures in Brasilia were inspired on bodies: female bodies praised by its curves smoothness. However, these bodies were not the only remarkable pieces of the brand new capital city. Also, the migrant bodies convening to build it multiplied vertiginously in such a way to alter the city plan project. Due to it the dialogue among these bodies with different meanings were investigated based on their motion, mainly the migrants who faced long distances heading to the countryside. This movement was reduced afterwards and centered on the border of the Brazilian Federal District and the State of Goiás.

The bodies' movement promotes an unstoppable process of the final objects redefinition. The new meanings of these objects redefine, then, the movement own

logic. Therefore, the discussion among these bodies gathered our efforts to comprehend the fragmentation-integration process focusing on a symbolic city that is simultaneously a venue of encounter and disencounter producing its antithesis: Águas Lindas de Goiás.

Key Work: City. Integration-disintegration. Instrumental reason.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 01: Taguatinga.....	24
Foto 02: Taguatinga.....	24
Foto 03: Distribuição de alimentos em Ceilândia.....	29
Foto 04: Aspectos gerais de Ceilândia.....	30
Foto 05: Vista aérea Candangolândia-DF.....	31
Foto 06: Desocupação da invasão da ENCOL.....	33
Croque 01: Periodização da expansão urbana de Brasília e seu entorno.....	42
Mapa 01: A RIDE e as Regiões Polarizadas – 2003.....	43
Mapa 02: A RIDE e a Imigração para o Entorno do Distrito Federal.....	45
Croqui 02: Águas Lindas de Goiás e seus eixos principais.....	69
Foto 07: Ponte JK : ligação entre o Lago Sul e o Plano Piloto.....	82
Croqui 03: Paisagens da BR 070.....	85
Mapa 03: Trabalho no DF – percentual que trabalha no DF.....	87
Foto 08: Fila e serviço de identificação da Novacap.....	96
Foto 09: Inauguração de Brasília.....	97
Foto 10: Foto do corpo esculpido de JK em frente ao seu memorial localizado no eixo monumental.....	102
Foto 11: Inauguração de Brasília.....	102
Foto 12: Foto de uma reprodução do corpo de Dom Quixote erguida entre Águas Lindas de Goiás e Samambaia-DF.....	117
Foto 13: Foto de uma reprodução do corpo de Dom Quixote erguida entre Águas Lindas de Goiás e Samambaia-DF.....	118
Croqui 04: Cartografia das subjetividades produzidas.....	121
Quadro 01 - Taxas Regionais de Urbanização.....	143
Quadro 02- População Total 1980/2007.....	145
Quadro 03 - Distrito Federal Volume e Taxa Média Anual de Imigração Interestadual Segundo Região de Última Residência (1) – 70/91.....	146
Quadro 04 - Distrito Federal Participação da Migração 70/96 (% no total do DF)..	147
Quadro 05 - Indicadores Socioeconômicos – Distrito Federal e Município da RIDE – 2003/2004.....	150

Quadro 06 - Utilização dos Serviços no Distrito Federal Pela População da RIDE – 2003.....	150
Mapa 04: Tratamento Hospitalar no DF (Percentual que buscou hospital no DF)..	151
Mapa 05 : Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - Polocentro (1975-1979).....	168
Mapa 06: Região Programa de Brasília – 1975/1979 (Áreas Seleccionadas).....	170
Quadro 07: População urbana e rural – 1980/2007.....	173
Croqui 05: Eixos BR – 040 e 070.....	175
Mapa 07: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride.....	176
Quadro 08: População Urbana Residente por Tempo de Moradia – Municípios do Entorno.....	179
Quadro 09 - Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno – RIDE Imigração e Emigração Total por municípios.....	180
Quadro 10: Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno – RIDE Imigração por município – 70/91.....	181
Quadro 11: População Urbana Residente por Naturalidade segundo as Regiões – Municípios do Entorno – 2003.....	182
Quadro 12: Razão de Moradia da Família no Entorno segundo as Regiões – Municípios do Entorno – 2003.....	183
Quadro 13: População Urbana Residente por Atividade segundo as Regiões – Municípios do Entorno 2003.....	184

LISTA DE SIGLAS

AMAB	- Associação dos Municípios Adjacentes ao Entorno
CEI	- Companhia para erradicação de invasões
COARIDE	- Conselho Administrativo de Desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno
CODEPLAN	- Companhia de Planejamento do Planalto Central
DF	- Distrito Federal
DNIT	- Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes
FAU-USP	- Núcleo de Pesquisas em Informações Urbanas (Infurg)
GEB	- Guarda Especial de Brasília
GEPAFI	- Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões
IAPI	- Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação
IPLAN	- Instituto de Planejamento de Gestão Governamental
NEPO/UNICAMP	- Núcleo de Estudos de População
NOVACAP	- Companhia de Urbanização da Nova Capital
PEO	- Plano Estrutural de Organização Territorial
PERGEB	- Programa de Implantação da Região Geoeconômica de Brasília
PLANIDRO	- Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle de Poluição do DF.
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDU	- Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
POLOCENTRO	- Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLAMANZONIA	- Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POT	- Plano de Ocupação Territorial do Distrito Federal
PRODECER	- Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados
RA	- Região Administrativa de Brasília
RIDE	- Região Integrada de Desenvolvimento
RIDE-DF	- Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal
SEPLAN	- Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento
SEPIN	- Superintendência de Pesquisa e Informação
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento o Nordeste
SQN	- Super Quadra Norte
TELEBRAS	- A Telecomunicações Brasileiras S. A.
TERRACAP	- Companhia Imobiliária de Brasília
UF	- Unidade Federativa

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
1. BRASÍLIA E AS TRAMAS INTERNAS NO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA	20
1.1 O ESTADO E O ACESSO/EXCLUSÃO AO SOLO URBANO DE BRASÍLIA: UMA ANÁLISE DE CONTEXTOS E CONJUNTURAS.....	28
1.2 AS PESQUISAS OFICIAIS E A (DES)ORDEM INSTITUÍDA.....	34
1.3 IPEA E O “AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA”	35
1.4 A CODEPLAN E AS REGIÕES POLARIZADAS DA RIDE-DF.....	42
1.5 UMA VISÃO “INTEGRADA” DA REALIDADE.....	46
1.6 O LUGAR DO ESPAÇO E DA GEOGRAFIA NAS CIÊNCIAS HUMANAS.....	54
1.7 A GEOGRAFIA E OS LIMITES DE UMA REVOLUÇÃO ILUMINISTA.....	58
1.8 DE UMA SOCIEDADE DE CLASSES A UMA SOCIEDADE DE “TODOS”	61
2 BRASÍLIA: CONSENSO E DISSENSO NA PRODUÇÃO DE CORPOS	66
2.1 ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS E A NEGAÇÃO DE UM MUNICÍPIO.....	72
2.2 CORPO E PERCEPÇÃO.....	79
2.3 A COEXISTÊNCIA DE CORPOS APARTADOS.....	85
3 OS CORPOS, A PERCEPÇÃO E AS FRONTEIRAS “ENTRE” OS LUGARES ...95	
3.1 OS CORPOS EM MOVIMENTOS.....	103
3.2 O DIÁLOGO EM MOVIMENTO E O MOVIMENTO DO DIÁLOGO.....	107
3.3 OS ESPAÇOS, OS CORPOS E SUAS MEMÓRIAS.....	110
3.4 MEMORIAIS TERRITORIALIZADOS.....	118
4 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UMA ORDEM RACIONAL	123
4.1 A CIDADE, O RENASCIMENTO E A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS COLONIAIS COMO EXPRESSÕES DO NASCIMENTO DE UM NOVO HOMEM..	126
4.2 A ARTICULAÇÃO DA ORDEM EUROPÉIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO..	132
4.3 O SISTEMA, A ALIENAÇÃO E A PRODUÇÃO DE (DES)IGUALDADES NAS CIDADES.....	136

4.4 BRASÍLIA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO PLANALTO CENTRAL E DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	141
5 O ESTADO, A RACIONALIDADE E A IRRACIONALIDADE NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	155
5.1 O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	158
5.2 OS PROGRAMAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO.....	160
5.3 O DISTRITO FEDERAL E A FRAGMENTAÇÃO DE SEU ENTORNO.....	172
5.4 A RIDE-DF E O CONTEXTO DA SUA CRIAÇÃO.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS.....	198

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como objetivo investigar o processo de fragmentação do território do Distrito Federal e seu entorno. Para tanto, destacamos o papel de Brasília na constituição dos discursos e das práticas que promoveram a integração do território nacional, bem como apresentamos o par antitético da capital-integradora, materializado sob a forma de uma cidade-desintegrada – Águas Lindas de Goiás – no entorno goiano da capital federal.

Ao analisar o processo de produção do espaço urbano da nova capital percebemos que os fragmentos territoriais produzidos à margem das iniciativas oficiais ocuparam uma posição secundária na agenda dos construtores e idealizadores de Brasília. Assim, ocorreu uma progressiva expansão de ações improvisadas, individuais e desordenadas no interior de um território planejado para ser o símbolo da ordem imprescindível ao progresso do Estado.

A associação da ordem com a desordem, da integração com a fragmentação, se contrapõe aos discursos disciplinadores erigidos a partir de um movimento que consolidou a imagem do Estado como o gestor racional do território brasileiro. Mas, construir uma nova cidade-capital, no final da década de 1950, em pleno Cerrado, solicitou um esforço sobre humano, que custou a vida de muitos brasileiros, bem como a integridade de um projeto empreendido com uma velocidade incompatível com os cuidados necessários a qualquer obra.

Para avaliar os procedimentos adotados pelos agentes incumbidos de promover a integração do território nacional investigamos a origem das matrizes teórico-metodológicas utilizadas para este fim. Matrizes sustentadas pelo “maior” atributo humano: a razão. Uma razão instrumentalizada com vistas à superação dos limites impostos pela natureza, que deixou de ter um caráter Divino e passou a ser vista como depositária de recursos a serem apropriados pelo homem.

Esse posicionamento do homem diante de um mundo concebido racionalmente fez com que dois elementos emergissem de forma destacada: a ciência moderna, como guia das ações do homem, e o Estado moderno, como mediador das relações que deveriam proporcionar uma igualdade entre os homens tratados desigualmente por muito tempo. Devemos ressaltar, ainda, a cidade, que

ressurge no continente europeu como o espaço privilegiado para o afloramento da ciência e do Estado modernos.

A partir desse processo de renovação conceitual, em que o homem abandonou a condição de servo de uma ordem teocêntrica e assumiu o lugar de senhor de seu destino, teve início um movimento colonizador que redefiniu o *mapa-múndi*. Entrou em cena uma colonização com caráter integrador que aspirou difundir uma nova ordem pelo planeta. A colonização-integradora não avançou homoganeamente, mas se fez presente nos mais diversos continentes. Esse avanço desigual foi marcado pela incorporação de novas terras ao patrimônio territorial do “velho mundo”. Porém, o avanço europeu não foi marcado somente pela integração. Ele provocou a decomposição dos povos colonizados, desintegrando-os de seus espaços, tempos e formas de reprodução da vida.

Os “novos mundos” foram parcelados e divididos entre Estados constituídos no continente europeu. Esse primeiro parcelamento em escala mundial trouxe à tona a figura da fragmentação, colocando-a na condição de “produto” – sempre redefinido – de ações integradoras. Nos territórios colonizados, bandeiras fincadas no solo se tornaram o símbolo da subserviência a uma ordem externa. Logicamente, o território de cada colônia foi formado por uma história própria e particular, em que a relação com a metrópole foi um ingrediente fundamental.

No caso do Brasil, uma das características coloniais reproduzidas ao longo dos séculos foi a tênue ligação entre as regiões de seu território. Para romper com esse cenário de relações classificadas como inexpressivas, o Estado brasileiro fez uso de estratégias que guardam semelhanças com a forma utilizada pelos europeus para integrar o território mundial e estabelecer uma relação entre os continentes. Aqui, também, os ordenamentos locais pré-existentes foram fragmentados por medidas que vislumbraram a integração do território em uma escala ampliada.

E Brasília foi o elemento privilegiado pelo projeto de integração do território nacional. Uma cidade-capital construída com o objetivo de integrar e articular as “distantes” regiões brasileiras. Se a integração traz consigo a fragmentação, essa capital federal interiorana se tornou o *locus* dessa contradição. O projeto Brasília se desintegrou e fragmentou a região diretamente atingida por ele. Na atualidade, o exemplo mais flagrante desse processo é o município de Águas Lindas de Goiás.

A compreensão das relações estabelecidas entre o projeto de integração do território nacional, a cidade-capital interiorana e Águas Lindas de Goiás, coloca a migração em lugar de destaque. A cidade-capital erguida no interior do país atraiu muitas pessoas de Estados próximos e distantes. Para conter a chegada de migrantes foram elaborados programas que deveriam reorientar os fluxos migratórios e preservar a estrutura originalmente planejada para a nova capital. Entretanto, os programas não cumpriram seu papel e migrantes continuaram a desembarcar no interior do Distrito Federal.

Em um momento posterior, levas de migrantes foram “afugentadas” para o território goiano vizinho a Brasília. Em poucos anos, o entorno da capital federal apresentou uma densidade populacional expressiva. Os migrantes deslocados para os municípios goianos, bem como os que se encaminharam diretamente para Luziânia, Águas Lindas de Goiás etc, em busca de um contato com Brasília, passaram a habitar empreendimentos imobiliários caracterizados pelo desordenamento.

Devemos salientar que em Brasília, as obras erguidas para abrigar as estruturas do poder constitucionalmente constituído foram inspiradas em corpos: corpos femininos exaltados pela suavidade de suas curvas. Contudo, esses não foram os únicos corpos a chamar atenção na nova capital. Os corpos dos migrantes foram se multiplicando vertiginosamente e os movimentos realizados por eles não pouparam o projeto da cidade planejada. Nem mesmo o deslocamento de milhares de migrantes para municípios limítrofes ao Distrito Federal foi capaz de solucionar uma situação complexa que não estava presente nos planos oficiais.

Dessa forma, concentramos nossos esforços nos diálogos travados por esses corpos para perceber as fragilidades e as consistências das ações integradoras planejadas a partir da “cidade” de Brasília – sob a tutela da ciência e do Estado modernos –. Os corpos em movimentos e os valores a eles atribuídos, no interior desses movimentos, guiaram esta investigação que buscou compreender o processo de integração-fragmentação centrado em uma cidade-símbolo que se tornou, simultaneamente, o lugar do encontro e do desencontro.

O presente trabalho foi estruturado em 5 (cinco) capítulos. No capítulo I destacamos o processo de produção do território da cidade-capital interiorana, que adquiriu precocemente uma condição similar a de metrópole, contrariando os planos e programas elaborados com vistas à construção e consolidação de um espaço

urbano em que a harmonia, a ordem e a simetria eram as grandes virtudes perseguidas. Revelamos que no decorrer da construção dos primeiros edifícios públicos, ocorreu a superação da ordem planejada e que as cidades-satélites surgiram muito antes das projeções oficiais, perdendo completamente seus sentidos originais. Neste capítulo, apresentamos, ainda, duas pesquisas realizadas por órgãos oficiais, nas quais a ausência do diálogo entre as dimensões do tempo e do espaço é evidente. Isso nos compeliu a traçar um caminho articulador para essas duas dimensões indissociáveis da “realidade”.

No capítulo II evidenciamos o intrincado processo que produziu realidades não planejadas em Brasília e em seu entorno, a partir de uma investigação que deu voz a algumas relações travadas entre o espaço, o corpo, a percepção e o movimento. Movimento instaurador de uma dinâmica não-linear e, por isso mesmo, gerador de superposições entre dimensões “distintas”, marcadas pela presença de subjetividades produzidas e reproduzidas.

No capítulo III destacamos a produção de subjetividades polifônicas no interior de espaços construídos em Brasília e no seu entorno. Contemplamos a natureza de movimentos contraditórios nos quais corpos em deslocamento reproduzem sua existência e conferem outros significados aos objetos que simbolizam as ações racionais de um Estado que almeja ordenar o espaço, o tempo, a produção e a cidade – configurada como *lócus* da reprodução e contestação desta lógica –. Ressaltamos, também, a importância de uma cartografia que represente as subjetividades produzidas.

No capítulo IV apresentamos o processo de constituição das matrizes teórico-metodológicas que sustentam o modelo de gestão territorial erigido no interior das revoluções burguesas, o redimensionamento dos sentidos atribuídos pelo homem ao espaço, ao tempo e a produção e como as cidades se tornaram o lugar estratégico para a consolidação de um novo modo de reproduzir a vida. Encerramos esta parte do trabalho discorrendo sobre a reprodução desse modelo pelo mundo, destacando o caso brasileiro e a maneira como a integração-fragmentação foi aqui reproduzida, a partir da construção de cidades-capitais no centro-oeste do país.

No último capítulo explicitamos como o processo integrador-fragmentador passou a manifestar conflitos; e que os desenhos geométricos materializados por projetos urbanísticos não foram capazes de fornecer um equilíbrio às diferentes e

distantes demandas que separavam os interesses das pessoas envolvidas pelo projeto de integração. Enfatizamos a autoridade conferida ao Estado moderno pelas premissas advindas das Revoluções Burguesas, representadas pela gestão racional de projetos instauradores de uma ordem integradora. Projetos afrontados por contradições reveladoras da “face oculta” de uma fragmentação sub-dimensionada, que tomou de assalto a capital federal construída no interior do país, como símbolo do poder da racionalidade instrumental garantidora da ordem e do progresso. Concluimos o capítulo, abordando a fragmentação do território do entorno de Brasília, que a princípio foi visto como alternativa para a manutenção da integridade do projeto messiânico-urbanista de Juscelino Kubitschek, mas que, posteriormente, se tornou produtor de relações desagregadoras do traçado urbanístico original.

1. BRASÍLIA E AS TRAMAS INTERNAS NO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA.

No dia 21 de abril de 1960, foi inaugurada, no Planalto Central brasileiro, a nova capital da república. Brasília, chamada também de “*capital da esperança*” pelo escritor francês André Malraux, foi a terceira capital brasileira. Antes dela, Salvador-BA e Rio de Janeiro-RJ tinham ocupado este posto. A partir da data da inauguração da capital interiorana, iniciou-se a transferência de parte dos órgãos componentes dos poderes executivo, legislativo e judiciário federais. Já estavam concluídas as suntuosas edificações que os abrigariam na nova sede administrativa do Estado.

No entanto, qualquer estudo que busque explicações para os intrincados processos que, desde o início da construção, se fizeram presentes em Brasília deve ir além das obras arquitetônicas e dos traçados das ruas que, sem sombra de dúvidas, são peculiares na nova capital. Mas é no encontro dos desenhos feitos em papel com o movimento dos vários segmentos sociais registrados no território que devemos centrar nossas atenções quando o objetivo principal for compreender a dimensão metropolitana que, já há algum tempo, envolve a capital da república. Essa dimensão não estava presente nos projetos da construção desta cidade-capital; ao contrário, a intenção era isolar Brasília dos problemas urbanos, que já se manifestavam no Brasil, sobretudo na região Sudeste. No entanto, vários indícios apontam para uma forte contradição entre o discurso pautado na ordem e no progresso – em que Brasília era, ao mesmo tempo, continente e conteúdo – e os caminhos trilhados para alcançar as metas ordenadoras da sociedade brasileira e do seu território.

Por isto, devemos transcender a esfera discursiva e investigar a realidade materializada pelos planos e pelas ações dos gestores públicos e privados responsáveis por esta empreitada, sem deixar de ressaltar as respostas territorializadas dadas pela sociedade ao caráter limitador e disciplinador presente desde os primeiros momentos da construção da cidade-capital, tanto no que diz respeito à instância jurídico-normativa definidora do uso do solo urbano, quanto à esfera relativa ao controle dos trabalhadores responsáveis pelas obras.

A face coercitiva, não revelada pelos discursos oficiais que forjaram a imagem de Brasília no imaginário popular, entrou em conflito com as expectativas

dos migrantes que partiram rumo a Brasília em busca de melhores condições de vida. A forma como a cidade-capital acolhia os “chegantes” fez com que a cidade do desejo e do direito fosse dissolvida e que surgisse em seu lugar uma cidade a ser criticada, uma realidade a ser combatida¹.

Esta realidade conflituosa que acompanha a história de Brasília fez com que os elementos elencados neste trabalho não se restringissem aos oferecidos pelas áreas² tombadas pela Unesco – que concedeu a Brasília o título de Patrimônio Cultural da Humanidade –, pois a produção do território da capital interiorana revelou, desde o início de sua materialização, uma realidade em que a pluralidade de interesses deixou registros através da formação de núcleos³ que não constavam no projeto urbanístico original.

Os núcleos precoces fizeram com que uma dimensão polinucleada fosse consolidada em Brasília antes mesmo de sua inauguração. A partir deles, o cronograma de implantação das cidades-satélites foi revisto e, em 1960 – ano de inauguração da nova capital –, o Distrito Federal já possuía três cidades-satélites⁴, além de outros núcleos ainda não reconhecidos.

O conjunto destes núcleos apresenta uma característica que rege o movimento manifestado por esta realidade polinucleada, em que o Plano Piloto

¹ A seguir, transcrevemos parte de uma entrevista realizada pelo Arquivo Público de Brasília. O entrevistado é o Sr. Eronildes Guerra de Queiroz, que trabalhou como motorista na construção de Brasília: “Aí eu chegava lá, eu tava lá num jipe, um dia, não tinha motorista, não sei por quê. Eu fui pra vila do IAPI - eu nunca mais esqueço essa cena. Fui pra vila do IAPI. Corre pra vila do IAPI. Chegou lá prendeu um cara. Pegamos... parece que era um tal de Mãozinha, não sei, um cara lá. Aí quando a gente vinha de volta no jipe, o cara algemado no jipe, porque não tinha radiopatrulha, a radiopatrulha tava quebrada e outras tava por aí não sei por onde. Aí esse Azeitona ia entrando no outro jipe, mais outro sargento, já atrás não sei de quê lá, outra "revelia" lá. Então, chegou, aí paramo o jipe, aí ele mandou parar, aí chegou, olhou o cara assim, quando olhou o cara, aí cuspiu na cara do cara. Disse que aquele cara era um inimigo dele. Aí o cara foi, disse um palavrão. Você vê o agente, que agente educado: cuspiu na cara do cara. Aí o cara foi, disse um palavrão com ele. Aí ele mandou o cara abrir a boca senão, pra não estragar os dentes. O cara pensava que ele não ia atirar. E a gente falou: ‘Ó, Azeitona, o que é isso Azeitona, que bobagem é essa? O que que há, rapaz? O homem tá amarrado, não faça isso’. Aí ele disse: ‘Abra a boca, abra a boca, vagabundo. Abra a boca’. Dizendo palavrão. O cara abriu a boca, achou que ele não ia, ele atirou. Foi miolo de cabeça, eu acho que até pro inferno, do cara. Matou o cara algemado. Você vê que respeito eles tinha pelo corpo, pelo vivente, pelo sobre... É, eu não sei dizer a palavra. Que respeito que eles tinha. Era a polícia de Brasília”.

² O tombamento de Brasília, como Patrimônio Cultural da Humanidade, ocorreu no dia 07 de dezembro de 1987. E a área tombada corresponde às Asas Sul e Norte, ao Eixo Monumental, ao Cruzeiro, ao Sudeste, à Candangolândia, ao Setor Militar Urbano e o Nordeste – a ser construído.

³ Além dos acampamentos destinados aos operários que constavam no projeto de construção de Brasília, podemos destacar Taguatinga, a primeira cidade-satélite, criada em 1958, a partir da transferência dos moradores da Vila Sarah Kubischek, bem como a Vila Iapi e a Vila Paranoá, que deram origem às Regiões Administrativas da Ceilândia e do Paranoá.

⁴ Taguatinga, Sobradinho e Gama.

ocupa o lugar de centralidade original: o trabalho⁵ é o fator que determina os deslocamentos, que articula os fluxos entre os núcleos distribuídos no interior e no entorno⁶ do Distrito Federal. Por esta razão, não podemos tratar isoladamente nem o Plano Piloto, nem os outros núcleos urbanos do Distrito Federal e do entorno desta unidade federativa. Entendemos que um recorte como este afastaria qualquer oportunidade de compreensão do processo que fez com que Brasília atingisse um estado de complexidade, em suas relações regionais, mais intrincado do que o percebido na maioria das regiões metropolitanas do país.

Para entender melhor este território, criado por força de Lei, podemos recorrer à Constituição Federal promulgada em 1988 e a Lei Orgânica do Distrito Federal promulgada em 1993. Veremos então que o artigo 32 da Constituição Federal veta qualquer divisão interna no Distrito Federal.

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

Já os artigos 08, 10 e 13 da Lei Orgânica do Distrito Federal demonstram a inexistência de uma hierarquia que estabeleça diferenças valorativas entre as Regiões Administrativas⁷ criadas pela Câmara Distrital.

Art. 08. O território do Distrito Federal compreende o espaço físico e geográfico que se encontra sob seu domínio e jurisdição.

Art. 10. O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, a utilização racional de recursos para o desenvolvimento sócio-econômico e à melhoria da qualidade de vida.

Art. 13. A criação e a extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais.

Os artigos citados não distinguem o Distrito Federal de Brasília, nem indicam a possibilidade de qualquer divisão municipal interna. Estas normas

⁵ Seja numa perspectiva concreta marcada pelos que conquistaram uma vaga, um emprego; seja no âmbito das expectativas não correspondidas dos que vêem no intenso movimento da capital federal uma possibilidade de inclusão que não se consolida.

⁶ O caso de Planaltina é interessante. Antes da inauguração da capital federal, o que existia era o Distrito do Mestre das Armas. Após a inauguração, parte do Distrito foi incorporado ao território federal e tornado cidade-satélite, enquanto outra parte permaneceu em Goiás. Surge, assim, a cidade-satélite de Planaltina e o município de Planaltina de Goiás, também conhecido como Brasília. Logicamente, Planaltina de Goiás já nasce dependente das demandas trazidas pela nova capital. É o “entorno” sendo constituído.

⁷ Existe uma confusão entre o conceito de cidade-satélite e o de Região Administrativa. Esta confusão será objeto de nossas considerações ainda neste capítulo.

integram os argumentos de grupos que reivindicam uma revisão no nome de uma das Regiões Administrativas geridas pelo Governo do Distrito Federal. Trata-se da RA “I”: a Região Administrativa de Brasília. Tomando como parâmetro as leis em vigor, o nome mais correto para esta Região Administrativa seria Região Administrativa do Plano Piloto⁸, por deixar claro que Brasília é todo o conjunto que integra o Distrito Federal, e que o Plano Piloto é a Região Administrativa situada no “centro” desta unidade federativa. Ou seja, não existe uma distinção entre o território de Brasília e o território do Distrito Federal.

As Regiões Administrativas foram legalmente instituídas e fazem parte de mecanismos jurídicos que visam oferecer condições legais para uma administração descentralizada. Elas estão subordinadas aos poderes executivo, legislativo e judiciário do Distrito Federal. As Regiões Administrativas começaram a ser implantadas em 1964 – pela Lei Federal 4.545 e ratificada pela Lei Distrital 49/89 – e passaram a ser confundidas com as cidades-satélites⁹. Somente a RA I – Região Administrativa de Brasília –, formada pelo Plano Piloto, pelo Setor Militar Urbano e pela Vila Planalto não é confundida com alguma cidade-satélite. No caso desta RA, a confusão mais comum está na associação de sua imagem com a cidade de Brasília. Muitos pensam que Brasília se restringe ao Plano Piloto e vêem este território como a capital federal. Nesta equivocada perspectiva, as cidades-satélites – ou melhor, as Regiões Administrativas – são vistas como cidades “independentes”; o que contraria a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal.

A primeira cidade-satélite criada foi Taguatinga, dois anos antes da inauguração da cidade-capital. Este fato rompeu com a programação original, que previa a criação de cidades-satélites somente depois de transcorridos 20 (vinte) anos da inauguração de Brasília (Doyle, 2002). Os primeiros moradores de Taguatinga foram operários que migraram para edificar a nova capital e fixaram residência¹⁰ em áreas ocupadas irregularmente. Esta cidade-satélite surgiu a partir da erradicação de uma “favela¹¹” e denuncia um lado não muito conhecido da saga

⁸ Até o ano de 1990 o nome dessa RA era: Região Administrativa do Plano Piloto. Existem comentários, não oficiais, que a mudança do nome derivou do título concedido pela Unesco à Brasília.

⁹ Existe uma grande confusão no entendimento sobre a diferença entre Brasília e o Distrito Federal, bem como a respeito da distinção entre as cidades-satélites e as RA. Para auxiliar no entendimento desses “conceitos” sugerimos uma consulta ao site http://www.geocities.com/augusto_areal/brasil.htm, dedicado ao esclarecimento sobre o significado desses termos.

¹⁰ Os acampamentos estavam superlotados e não tinham espaço para novos migrantes.

¹¹ Conhecida como Vila Sarah Kubitschek, localizada as margens da rodovia que hoje liga Taguatinga ao Núcleo Bandeirante. Esta ocupação irregular contava com cinco mil moradores.

épica que marcou a interiorização da capital federal, em que conflitos, motins e mortes deixaram importantes registros, que não estão expostos nos museus da capital da república. (Fotos 01 e 02)



Foto 01: Taguatinga.
Fonte: Arquivo público do Distrito Federal, 1958.



Foto 02: Taguatinga
Fonte: Arquivo Publico do Distrito Federal, 1958.

Silva (1987) e Ribeiro (1982) retratam os problemas enfrentados na gestão dos acampamentos que abrigaram os operários que trabalharam na construção de Brasília. Estes acampamentos foram palcos de sangrentos conflitos entre os “candangos” e as forças de repressão do Estado. Os fatores motivadores destes conflitos eram as precárias condições em que viviam os acampados, que acabavam reivindicando melhores condições de vida e trabalho. As manifestações eram violentamente reprimidas¹² pelos agentes de segurança e manutenção da ordem pública da Novacap¹³.

O evento mais expressivo que retrata a dura realidade nos acampamentos foi descrito assim por Ribeiro (1982, p. 59):

Definitivamente marcado na memória popular está o massacre de operários promovidos pela GEB – Guarda Especial de Brasília – em fevereiro de 1959, na cantina do acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas, na Vila Planalto, devido a um conflito causado pela má qualidade da comida. São as mais variadas versões sobre o fato, mas não se duvida do assassinato a sangue-frio de vários operários (inclusive foram metralhados os acampamentos onde vários homens estavam dormindo), cujos cadáveres teriam sido transportados em caminhões basculantes, para serem enterrados em vala de localização desconhecida. A responsabilidade por este crime não foi atribuída nem cobrada a ninguém em especial. Tudo por conta da grande repressão policiaesca de então e do espírito de pioneirismo que não permitia paralisação de obras para averiguação tão ‘burocrática’. De qualquer modo, este massacre é a expressão agudizada de componentes como a má qualidade da alimentação nos acampamentos, disciplina e controle do operariado ao arbítrio das empresas, repressão policial violenta, dilapidação da força de trabalho, obediência ao prazo da construção sob qualquer argumento.

Entendemos que os acampamentos revelam outras importantes nuances fundamentais para a compreensão de arranjos territoriais que, na atualidade, estão fortemente presentes em Brasília e nos municípios goianos, que compõem seu entorno. Devemos destacar que estas unidades habitacionais coletivas foram pensadas a partir de uma perspectiva articuladora centrada na gestão do território. Ribeiro (1982) se dedicou ao estudo destes acampamentos e nos auxilia

¹² Em outra entrevista realizada pelo Arquivo Público de Brasília, o Sr. Clementino Cândido descreve um episódio que ilustra a repressão exercida pelas forças policiais da época: “Mas os camarada fugiu, aqueles que fez a bagunça mesmo, caíram, foram embora. Só que a hora que a polícia saiu, eles saíram fora, foram embora, foram pra Cidade Livre, e aqueles coitado que não tinha nada com a coisa, foi que chegou pra almoçar, foram tirado do serviço - nós trabalhava dia de domingo, até domingo, trabalha até de meio-dia. Pegava de 6 às 12. A gente ganhava 10 horas, de 6 às 12, sabe? - Então aqueles coitado chegaram e almoçaram, e não tinha nada com o peixe e a polícia chegou e metralhou (...) Olha, o pessoal diz que morreu foi muita, foi mais de 150 pessoa, mas no jornal só dizia que morreu três”.

¹³ A Novacap – Companhia de Urbanização da Nova Capital – foi à empresa criada por Juscelino Kubitschek para gerir a construção de Brasília.

descrevendo as intenções e as lógicas que compuseram estas unidades habitacionais:

A solução para a moradia da população engajada na construção foi planejada em termos de três conjuntos básicos considerados como provisórios: a) aqueles dos acampamentos destinados aos empregados da companhia pública, a Novacap, na área conhecida como Candangolândia; b) os acampamentos das empreiteiras vinculadas sobretudo à construção do Eixo Monumental (praça dos Três Poderes, Esplanda dos Ministérios, Rodoviária, etc.), que conformavam a chamada Vila Planalto; e c) a Cidade Livre, centro de prestação de serviços que mais tarde se torna a cidade-satélite do Núcleo Bandeirante. Este esquema, clássico em grandes projetos, rapidamente foi superado pela chegada sucessiva de levas de migrantes que passaram a ocupar áreas não destinadas a residências e das quais surgiram as primeiras cidades-satélites de Brasília (RIBEIRO, 1982, p. 61).

Desta forma, fica evidente que o primeiro arranjo geométrico engendrado no território da capital federal em construção foi precocemente superado. Não que os acampamentos tenham perdido sua importância; muito pelo contrário, eles continuaram a ser o lócus do controle e da punição (Foucault, 1997) da mão-de-obra empregada. Contudo, devemos salientar que, à margem desta organização oficial fundada nos acampamentos, outras ações paralelas de ocupação desordenada do território avançaram no interior de Brasília. É preciso frisar que os acampamentos tinham como um de seus objetivos principais, justamente, coibir esta ocupação desordenada do território da nova capital. Mas a pressão exercida por migrantes que ocuparam terras públicas foi mais forte do que as respostas dadas pelo Estado. A criação de cidades-satélites foi a saída imediata para conter a crescente demanda por solo urbano.

Esta realidade dual se cristalizou em Brasília e o censo realizado pelo IBGE, no ano de 1959, estabeleceu como critério para a contagem da população do Distrito Federal a separação entre os residentes em acampamentos e os habitantes de núcleos provisórios ou estáveis, incluindo aí os da zona rural. Devemos destacar que entre os núcleos estáveis estavam as cidades goianas de Planaltina e Brazlândia¹⁴, além de Taguatinga, a primeira cidade-satélite, criada em 1958. A pesquisa chegou a um total de 64.314 habitantes, sendo que os acampamentos concentravam 53,8% desta população, formada em menos de 3 (três) anos.

¹⁴ Essas duas “cidades” surgem antes de Brasília: a primeira tem sua origem na mineração iniciada na primeira metade do século XVIII; a segunda deriva da congregação de famílias em propriedades rurais, que vieram a formar, em 1933, o Distrito de Brazlândia, vinculado à Luziânia. Após a inauguração de Brasília, as duas tornaram-se Cidades-Satélites da nova Capital.

Podemos, então, relacionar os limites apresentados pela proposta de controle do território por meio de acampamentos à prematura criação de cidades-satélites. Taguatinga foi uma resposta às demandas por moradia em um processo em que toda a energia deveria ser empreendida no cumprimento de um cronograma previamente definido: o prazo para a construção da nova capital era de 3 (três) anos e 10 (dez) meses. Diante deste cronograma, qualquer outra questão era tratada como secundária. Até mesmo um acentuado processo de favelização, que, de ponto em ponto, se espalhava por grande parte do território de Brasília, comprometendo, a olhos vistos, as bases do projeto da “capital interiorana”, não justificava uma parada estratégica para readequação das ações previamente estabelecidas.

Quinto e Iwakami (1998, p. 63) esclarecem que:

Na realidade, a necessidade de se construir a capital em um curtíssimo tempo não possibilitou um planejamento de controle de canteiros e dos organogramas das obras, de tal forma que fosse possível reaproveitar a mão-de-obra de uma construtora para outra. O que existia em Brasília era uma população em torno de 65 mil habitantes em 1959, sendo que mais da metade eram operários da construção civil. No trabalho de Nair Bicalho de Souza, encontramos a explicação do processo de politização, a nível sindical, dessa massa de trabalhadores que vieram para a construção da nova capital. Da mesma forma, esse contingente de operários, de prestadores de serviço e comerciantes, atraídos para apoiar a construção da capital, ofereceu forte resistência à erradicação, aproveitando a conjuntura política da época (mudança do governo Juscelino Kubitschek para Jânio Quadros), e conseguiu alterar a estruturação física do Distrito Federal, impondo a permanência da Cidade Livre, futuro Núcleo Bandeirante.

Os autores seguem argumentando:

O que levou a criação das cidades-satélites foi a necessidade de dar respostas à maneira como se processou a atração da mão-de-obra para a construção de Brasília, que se transformou numa antítese das propostas originais de se criar uma capital isolada das massas urbanas e dos migrantes que iniciavam um processo de transformação radical das cidades brasileiras. (1998, p. 63)

Dessa forma, as cidades-satélites, que seriam criadas duas décadas após a inauguração de Brasília, surgiram antes mesmo que as fitas da cerimônia de inauguração fossem descerradas em abril de 1960. Isto porque um movimento com forte expressão territorial foi deflagrado e passou a ser caracterizado por uma situação-limite com o seguinte teor: apesar de uma erradicação constante de “invasões” e da sucessiva criação de cidades-satélites, a enorme demanda por

moradia não cessava, obrigando os órgãos gestores das terras públicas – Terracap¹⁵ – do Distrito Federal a novas alternativas para a diminuição da pressão por uma expansão urbana. No item seguinte trataremos da relação entre os agentes públicos e as demandas por solo urbano na capital federal.

1.1. O ESTADO E O ACESSO/EXCLUSÃO AO SOLO URBANO DE BRASÍLIA: UMA ANÁLISE DE CONTEXTOS E CONJUNTURAS

Com o objetivo de contextualizar as diferentes posturas assumidas frente à questão do acesso ao solo urbano em Brasília, apresentaremos uma proposta para o entendimento das conjunturas que envolveram as relações entre os representantes do Estado e os “sem terra urbana”, desde o processo de construção da nova capital – na segunda metade da década de 1950 – até os primeiros anos do século XXI. Como critério sistematizador de nossa análise destacaremos os interesses dos agentes que estavam à frente do Governo do Distrito Federal em momentos específicos¹⁶.

Assim procedendo, verificamos que, nos anos em que as construções eram prioridade para o processo de transferência das instituições que representam o Estado republicano, os canteiros de obras estiveram abarrotados de trabalhadores. Neste período, as notícias, que davam conta do forte ritmo empregado na construção civil, circulavam o país fazendo com que um contingente representativo de migrantes se deslocasse para a nova capital em busca de trabalho¹⁷. Esta grande leva de migrantes não foi absorvida pelos acampamentos. Sem alternativa, eles partiram para a ocupação de terras públicas que originaram favelas desordenadamente distribuídas. Para erradicar e controlar estas ocupações, foram criadas as primeiras cidades-satélites. Este período de grande movimentação de migrantes vai de 1957, com o início das obras, até 1964, quando mudanças no comando do Estado acabaram por imprimir uma outra velocidade às construções em Brasília, quatro anos após a sua inauguração.

O período compreendido entre os anos de 1964 a 1971 tem como uma de suas marcas a paralisação de grande parte das obras na nova capital. Esta

¹⁵ É a empresa pública proprietária das terras do Distrito Federal. Ao entrar em operação, em 1973, a Terracap herdou 60% de todo o território do Distrito Federal.

¹⁶ A periodização que apresentaremos a seguir foi baseada no trabalho de Quinto e Iwakami (1998).

¹⁷ Devemos destacar que em 1958 uma forte seca assolou o Nordeste e expulsou parte significativa de seus habitantes para outros Estados brasileiros, inclusive para Brasília.

paralisação representa um momento em que existiram dúvidas sobre a transferência efetiva de todos os órgãos da administração pública federal para o Distrito Federal. Com a suspensão das atividades da construção civil, houve uma redução dos conflitos por terras urbanas neste período, já que os canteiros de obras inativos não incentivavam a vinda de migrantes.

Com a retomada das obras, em 1971, a pressão pelo acesso à terra urbana tem novamente sua intensidade aumentada. E, para minimizar seus efeitos, é criada a cidade-satélite de Ceilândia; quando mais de 80 mil habitantes da Vila IAPI – uma “invasão” acusada de poluir córregos e, por conseguinte, o Lago Paranoá – são, a contragosto, transferidos para a nova e distante cidade-satélite (Fotos 03 e 04)



Foto 03: Distribuição de alimentos em Ceilândia.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. 15/04/1971.



Foto 04: Aspectos gerais de Ceilândia.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. 09/03/1972.

Ribeiro (1998) afirma que estava sendo formado ao redor do Plano Piloto um “*cordão sanitário*” para proteger a “RA I” das mazelas que infestavam a periferia do Distrito Federal.

Quinto e Iwakami (1998, p. 72) ressaltam:

Que a partir daí, encerra-se o ciclo iniciado com a construção de Brasília, quando a sobrevivência física e intacta do Plano Piloto só seria possível com a construção das cidades-satélites que funcionassem como amortecedores das relações de mercado sobre o Plano Piloto.

Um fato deve ser destacado: em nenhum momento foi abandonada a idéia de expulsão dos moradores “irregulares” de Brasília. O que impediu esta prática foram razões alheias à vontade dos gestores, relacionadas ao desgaste que certamente seria provocado por medidas mais contundentes. Mas o vertiginoso crescimento populacional no Distrito Federal¹⁸ promoveu a implementação de medidas mais austeras no combate às “invasões”, bem como o cancelamento de ofertas de lotes para habitações populares. Foi implantada, também, uma política de controle migratório que garantia recursos para que migrantes retornassem às suas

¹⁸ Na década de 1980, o crescimento médio da população do Distrito Federal foi de 8,5% ao ano.

regiões de origem, sem a menor preocupação com as condições de vida que aguardavam essas pessoas na volta à sua terra natal.

Numa direção inversa, o momento que antecedeu às eleições de 1986 – que era uma novidade para a população do Distrito Federal – viu brotar medidas eleitoreiras nas quais a questão da moradia foi a mais contemplada pelas propostas dos candidatos da situação que vislumbravam uma cadeira no Senado Federal. Surge a GEPAFI¹⁹, que elaborou uma série de projetos de assentamentos, como o implementado na Candangolândia²⁰ (Foto 05).



Foto 05: Vista aérea Candangolândia-DF.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. 1957.

Mas, após as eleições indicadoras do – início – fim da Ditadura Militar e da chegada da Nova República, os projetos de assentamento são suspensos e é retomada a repressão aos moradores de terrenos ocupados.

A concessão do Título de Patrimônio Cultural da Humanidade a Brasília, em 1987, fez com que os discursos ufanistas fossem retomados com mais força,

¹⁹ Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões.

²⁰ Que surge, a princípio, como acampamento temporário para operários da construção civil. Após quase três décadas de sua criação, adquire status permanente Região Administrativa, em 1984. No ano de 1989, o Governo promoveu uma expansão da Candangolândia.

dando um novo vigor às intenções de preservação do projeto inicial de Brasília. Consequentemente, houve uma completa reorientação das políticas urbanas que indicavam, em 1986, a possibilidade de parcelamento do solo do Distrito Federal. Ocorreu um recrudescimento das ações que combatiam os “invasores”, enquanto a lógica que reproduzia um estado permanente de ocupações não era considerada.

Mas, o primeiro mandato do então Governador nomeado Joaquim Roriz (1988-89) foi marcado por uma série de iniciativas com o objetivo de garantir votos e fazer dele o primeiro governador eleito do Distrito Federal. Dentre elas, destacamos a criação das cidades-satélites de Samambaia²¹ e Paranoá²². As novas “cidades-satélites” vieram a compor um cenário favorável a alguns personagens políticos e garantiram uma expressiva votação em que a concessão de lotes urbanos serviu como moeda de troca neste e em outros pleitos eleitorais. Mas, enquanto novas Regiões Administrativas eram criadas, “invasões” localizadas no Plano Piloto eram exterminadas por “*operação militar*” (CARVALHO, 1997, p. 161), como foi o caso a “invasão de encol” na SQN 110, em 1989 (Foto 06).

²¹ O Plano Estrutural de Ordenamento Territorial, de 1977, já previa a construção de “cidades-satélites” entre Taguatinga e o Gama. As diretrizes apresentadas pelo Plano estabeleciam uma expansão controlada para o núcleo urbano a ser constituído. Mas os agentes públicos responsáveis pela implantação dessa cidade-satélite, em 1989, alteraram a idéia inicial, promovendo um gigantesco assentamento que em dois anos contava com cerca de 120 mil habitantes.

²² A “Vila” Paranoá surge a partir das obras da Barragem do Lago Paranoá. Após o fim das obras, em 1959, a estrutura que abrigou os operários tornou-se uma alternativa para moradia. Ocorreram muitas tentativas de desocupação da área, até que, em 1989, a Vila Paranoá é reconhecida oficialmente.



Foto 06: Desocupação da invasão da ENCOL.
Fonte: CARVALHO, Vladimir, 1997.

No bojo deste processo²³, o projeto que ressaltava o ordenamento territorial como imprescindível para a implantação de medidas racionais que tornassem Brasília um símbolo dos atributos do Estado republicano foi sendo corrompido. Os acampamentos foram os elementos de uma articulação elementar que deveria ordenar a vida dos operários que construíram Brasília. O ordenamento, fundado nos acampamentos, era a garantia inicial de uma nova maneira racional de gerir o território. Porém, esta racionalidade foi vestida com uma “bitola²⁴” que reduziu a capacidade de perceber as contradições reproduzidas numa rapidez tão impressionante como a que marcava o compasso das obras que brotavam no Plano Piloto.

A falência do controle pela via dos acampamentos conduziu à rápida superação de outro instrumento disciplinador fundado no ordenamento territorial: as cidades-satélites. Para termos a noção da distância existente entre o projeto urbanístico original e a realidade materializada no território do Distrito Federal, basta que consultemos as considerações feitas pelo júri que escolheu a proposta

²³ Que ora impedia, ora permitia o acesso ao solo urbano de Brasília.

²⁴ Forjada a partir das certezas proporcionadas por um determinismo mecanicista, no qual a relação de causa e efeito era a grade referência.

apresentada pelo urbanista Lúcio Costa, como a partitura que regeria a construção de Brasília. Assim procedendo, encontramos o seguinte apontamento: “*O tamanho da cidade é limitado: seu crescimento após 20 anos se fará, (A) pelas penínsulas, e (B) por cidades satélites*”. (Doyle, 2002).

Notamos que o projeto original foi comprometido por uma infinidade de demandas que, de forma simultânea, corroeram os alicerces sustentadores das estruturas responsáveis pela execução da maior obra do século XX. No tópico abaixo, serão apresentados dois estudos, realizados por órgãos oficiais, que apontaram – cada qual sob sua perspectiva – as causas do rompimento da lógica projetada para a capital federal. Rompimento que não ficou restrito aos limites do Distrito Federal e penetrou de maneira incisiva no território de outras Unidades Federativas.

1.2. AS PESQUISAS OFICIAIS E A (DES)ORDEM INSTITUÍDA.

A formação de um aglomerado urbano no Planalto Central brasileiro, mais precisamente na região sob a influência de Brasília, nos leva a constatar que os planos, os projetos e as estratégias²⁵ utilizadas na gestão deste território articulador não atingiram um de seus principais objetivos que era impedir que as funções atribuídas a Brasília fossem descaracterizadas pelas tramas inerentes a uma realidade urbana com dimensão metropolitana.

O processo de constituição de um denso aglomerado urbano foi promovido, no decorrer de poucas décadas, pela reprodução vertiginosa de núcleos urbanos com uma forte tendência expansiva, no interior do Distrito Federal e nos municípios limítrofes a ele. Estes núcleos representam as intrincadas dinâmicas que orientaram e reorientaram o movimento de pessoas no interior deste território.

Com o objetivo de avaliar o processo de formação desta realidade urbana, o IPEA²⁶ e a Codeplan²⁷ realizaram pesquisas que identificaram elementos relevantes para o entendimento das relações estabelecidas entre as “cidades” que formam este “aglomerado urbano”.

²⁵ No capítulo V apresentaremos os planos e programas elaborados com vistas à manutenção da integridade do projeto inicial da nova capital da república.

²⁶ Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

²⁷ Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central.

1.3. IPEA E O “AGLOMERADO URBANO DE BRASÍLIA”.

Na série “*Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano*” do IPEA (2002) – na introdução do volume dedicado ao estudo da Aglomeração Urbana de Brasília – encontramos duas hipóteses que sustentam as investigações relativas à formação deste espaço urbano. Logo em seguida, estas hipóteses referenciaram a elaboração de três questões tratadas como fundamentais para o trabalho desenvolvido.

As hipóteses:

- Nenhum instrumento é eficaz ou ineficaz em si mesmo. Esses atributos dependem de sua real aplicação.

- Tão importante quanto o conteúdo formal do instrumento é o seu processo de aplicação.

As questões:

- Quais os entraves institucionais, legais e operacionais que dificultaram a superação dos problemas associados ao uso e ocupação do solo urbano?

- Os instrumentos de planejamento e gestão do uso do solo têm sido eficazes no papel de orientadores do desenvolvimento urbano?

- Quais as políticas adotadas para conter a deterioração das áreas informais e quais as suas conseqüências?

O raciocínio articulado nessas indagações revela que, num primeiro momento, foram enfatizados os entraves numa escala institucional-operacional; em seguida, temos a passagem para uma instância que envolve os instrumentos de planejamento e gestão; por fim, o grau de abrangência é ampliado e as políticas adotadas para conter o estado de desordem implantado se tornam o alvo da indagação.

A estrutura que dá sustentação à pesquisa nos remete a uma abordagem com o seguinte teor: as explicações para os desvios e problemas gerados na vigência dos planos devem ser encontradas na forma como se deu a gestão das ações planejadas. Talvez possamos associar este raciocínio ao fato das etapas de execução dos planos desenvolvidos pelos órgãos federais terem ficado a cargo das unidades federativas. Investigando a natureza deste encaminhamento, podemos levantar a hipótese desta tendência de responsabilizar os gestores estaduais ser derivada do fato deste Instituto de Pesquisas – o IPEA – apresentar um consistente

vínculo com a etapa de elaboração e desenvolvimento das ações planejadas pelo Estado.

Na realidade, os profissionais responsáveis pelos programas contidos no II PND²⁸ – 1975/1979 – compunham, em sua maioria, os quadros do IPEA. Como as orientações que referenciaram suas práticas não sofreram alterações profundas, não poderíamos esperar que este Instituto oficial questionasse as matrizes teórico-metodológicas utilizadas na composição do chamado “conteúdo formal”²⁹ dos programas e planos.

Após a exposição dos questionamentos supracitados, explicitaram-se os referenciais teórico-metodológicos que definiram os encaminhamentos e os procedimentos utilizados na realização do estudo. Destacaram-se três pontos que, por estarem envolvidos visceralmente com a temática abordada, mereceram um tratamento que garantisse o entendimento dos sentidos destinados a cada um no interior do contexto que definiu a natureza do trabalho:

- o entendimento do que são problemas;
- a definição de eficácia dos instrumentos; e
- a própria idéia de políticas públicas.

A exposição que situou cada um dos elementos no interior da pesquisa é clara. Diante dela, o entendimento do que foi considerado problema indicou a necessidade de uma contextualização histórica, em que uma problemática intrínseca e recorrente se configurou a partir de duas ordens articuladas numa perspectiva temporal, na qual os problemas apresentaram origens internas ou externas. Para a análise dos problemas encontrados, indicou-se a formulação de periodizações que permitissem a identificação dos fatores mais relevantes em cada um dos distintos momentos.

A definição de eficácia dos instrumentos foi inspirada na proposta elaborada pelo Núcleo de Pesquisas em Informações Urbanas (Infurg) da FAU-USP. “*Trata-se, portanto, de avaliar a eficácia de instrumentos em relação a objetivos propostos, à forma de implementação, aos resultados obtidos e aos meios físico e socioeconômico*” (IPEA, 2002, p.35). A inovação trazida por essa proposta é notada

²⁸ No qual foi inserido a principal medida destinada à preservação das funções originalmente atribuídas à Brasília: o PERGEB, Programa de Implantação da Região Geoeconômica de Brasília.

²⁹ Expressão retirada da segunda hipótese apresentada na página anterior.

pela presença da avaliação³⁰ como critério de aferição dos resultados. Ou seja, devem ser colocados, lado a lado, os objetivos declarados e a realidade produzida. A partir destas avaliações, as adequações são postas como imprescindíveis para que se possa retomar o confronto entre a “*cidade real e a cidade ideal*” (Ibidem). Entretanto, mais uma vez, não foi apresentada a possibilidade de questionamento das referências que sustentam as bases racionais dos planejadores.

No que tange às políticas públicas urbanas, é destacado que a experiência brasileira fez com que a visão de uma política urbana nacional desse lugar a uma multiplicidade de políticas urbanas. É considerado, ainda, que apesar da existência de vertentes intra e interurbana nas orientações contidas nas políticas nacionais de 1975 a 1985, o que ocorreu, efetivamente, foram iniciativas setoriais. Nesta perspectiva, é salientado que o Estado foi o único agente a atuar, de maneira determinante, no processo de elaboração e execução das intervenções, com vistas à gestão do espaço urbano.

Posteriormente, desenvolvendo comentários acerca do contexto histórico que marcou a formação do Aglomerado Urbano de Brasília, uma nova hipótese é elaborada. A pesquisa revela um movimento de depuração de idéias que buscam conduzir a um entendimento sobre as diversas escalas que envolvem Brasília com os territórios: local, regional e nacional. Vamos, então, à nova hipótese:

- A solução dos problemas do aglomerado urbano de Brasília requer uma definição política que seria simultaneamente urbana e regional, contemplando a sua ligação com a região do entorno, seu papel na região Centro-Oeste e no país, e não apenas como capital. (Idem, p.36).

A necessidade de uma conjunção entre as dimensões urbana e regional já estava presente no II PND, em especial, no Programa de Implantação da Região Geoeconômica de Brasília. O que surge de novo no bojo deste processo de apuração, em que hipóteses vão sendo (re)elaboradas, é o questionamento referente ao papel do Estado como ator exclusivo na condução do processo de urbanização, a partir da revisão conceitual que tratou da política urbana em diversas escalas.

Como os problemas contemplados nesta pesquisa foram percebidos e avaliados de acordo com o contexto histórico em que foram produzidos, nada mais

³⁰ No capítulo V destacamos os planos e os programas, bem como a ausência de avaliações destinadas à aferição do cumprimento dos objetivos estabelecidos.

natural e coerente do que a metodologia adotada delimitar uma periodização que, no entender dos pesquisadores, possibilitasse a análise do processo de formação do “aglomerado urbano” de Brasília:

- 1956-1973: período marcado pela transferência e implantação da Capital, sede do atual aglomerado urbano de Brasília, e pela criação das cidades-satélites, dando início ao modelo polinuclear de ocupação do território;

- 1974-1987: período marcado pelo planejamento da organização territorial do núcleo do aglomerado urbano como um todo (Distrito Federal), o qual definiu os vetores de crescimento, e pela formação do próprio aglomerado, quando se consolidou sua periferia, com a formação de loteamentos nos municípios limítrofes ao território do Distrito Federal; e

- 1988-meados de 1997: período marcado pela consolidação dos vetores de crescimento do período anterior e pela ampliação da cidade ilegal, com uma atuação do governo local voltada, basicamente, para as questões de moradia.

A proposta de periodização do IPEA se distancia do entendimento que temos manifestado no decorrer de nossas argumentações. Esta discordância se deve ao critério que delimitou metodologicamente o encaminhamento da pesquisa ter se pautado exclusivamente na dimensão temporal dos eventos. Devemos ter em mente que aglomeração urbana se revela espacialmente, territorialmente. Não que a contextualização histórica não seja relevante, tanto é que esteve presente em todo o percurso aqui trilhado. Mas, certamente, os eventos aqui abordados não tiveram uma manifestação espacial linear como sugere a periodização. Pelo contrário, o espraiamento urbano se reapropriou de territórios, fazendo com que, em tempos distintos, um mesmo lugar fosse marcado por diferentes significações. Da mesma forma, certos conceitos, como o de cidade-satélite, acabaram por representar manifestações diferentes das originais, a partir das metamorfoses territoriais que redefiniram as formas de ocupação do espaço urbano de Brasília.

Em relação às periodizações, algumas questões devem ser pontuadas: as cidades-satélites não foram criadas em sua totalidade até 1973. Até esta data, elas nem mesmo indicavam nitidamente a expressão que iriam adquirir, por exemplo, na gestão de Joaquim Roriz. E o mais importante: mesmo antes de Brasília ter sido inaugurada, a existência de acampamentos, invasões e, principalmente, da Cidade Livre – atual Núcleo Bandeirante – fez com que as relações não ficassem concentradas em um único núcleo. Podemos afirmar que, desde o momento em que

se inicia a construção da nova capital, o espaço marcado pelos canteiros de obras se caracterizou por relações polinucleadas. A Cidade Livre, a Candangolândia, a Vila Planalto e Taguatinga são provas cabais disto. Na realidade, Brasília já nasce, como projeto e como obra em construção, polinucleada. Esta personalidade não teve que ser consolidada, e sim aceita. Desde o primeiro instante, a ocupação do território da cidade-capital manifestou a presença de vários núcleos.

Da mesma forma, a organização territorial do Distrito Federal foi redefinida desde a construção da capital até os dias de hoje. Na realidade, o Planidro³¹ e o POT-77³² foram elaborados no interstício apontado pelo segundo momento da periodização organizada pelo IPEA. Mas, de maneira sistemática, houve uma revisão ininterrupta, em que uma série de medidas contraditórias pregaram de forma intercalada a possibilidade de assentamentos no Distrito Federal e a necessidade da extinção de “invasões” e expulsão dos invasores. Temos, ainda, a criação de várias cidades-satélites que antecedem o ano de 1974 e sucedem 1987. Como foi citado anteriormente, a gestão do Governador Joaquim Roriz – 1988-1989 – apresentou novas orientações importantes que influenciaram fortemente a continuidade da expansão urbana no Distrito Federal. Nesse período, criaram-se novas cidades-satélites, que apresentaram um crescimento populacional e urbano expressivo. Vemos assim que este recorte temporal não pode restringir as questões referentes à organização do crescimento urbano no Distrito Federal nem em sua periferia, já que até este momento, por exemplo, o município de Águas Lindas não tinha nem sido criado, e os loteamentos, que estavam sendo formados, em seu futuro território, não eram ainda expressivos.

Por fim, os vetores de crescimento foram definidos ao longo de todo processo de ocupação deste território. Mello (1999) coloca que, quando se aproximava o dia da inauguração de Brasília, um freqüentado prostíbulo, localizado na Cidade Livre, foi “transferido” para Luziânia, nas proximidades de onde foram construídos os conjuntos habitacionais que, na década de 1990, deram origem ao município de Valparaíso de Goiás. Desde esta época, um vetor de crescimento é estruturado e a sua consolidação derivou dos Planos Diretores citados no parágrafo anterior, bem como da fragmentação dos territórios de Luziânia e Santo Antônio do Descoberto. Entendemos, também, que uma avaliação que aponte uma ampliação

³¹ Plano Diretor de Águas, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal.

³² POT: Plano de Ocupação Territorial do Distrito Federal.

da cidade ilegal deve considerar outros setores dedicados à habitação. Nas proximidades do Lago Sul, mais especificamente do Setor de Mansões Dom Bosco e do Jardim Botânico, parte expressiva do território foi tomado por uma série de condomínios fechados destinados à classe média. Eles foram construídos à margem da legislação que rege o espaço urbano do Distrito Federal. Para entender estas questões devemos estar respaldados por conceitos claros que auxiliem no entendimento do que vem a ser um loteamento irregular ou ilegal.

No que se refere aos conceitos que qualificam a situação jurídica de loteamentos, o trabalho capitaneado pelo IPEA oferece uma excelente contribuição, ao distinguir loteamentos legais, irregulares e clandestinos. O primeiro é caracterizado pela aprovação pelo poder público, tanto do projeto como da forma como se deu sua execução, sendo necessário ainda o registro em cartório competente. Os irregulares são os que tiveram os projetos aprovados, mas foram executados em desacordo com os documentos apresentados ao poder público. Por fim, os loteamentos são clandestinos quando não são nem mesmo aprovados pelo poder público, sendo, na maioria dos casos, executados sem o conhecimento dos órgãos competentes.

Depois de conceituar cada tipo de loteamento, o trabalho classifica como clandestinos muitos empreendimentos existentes no Distrito Federal, pois, em sua maioria, não foram cumpridas nenhuma das exigências estabelecidas em lei.

Devemos ressaltar que esta pesquisa trabalhou com dados e informações obtidas até o ano de 1997, e que a RIDE-DF³³ – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal: uma figura jurídica elaborada para permitir a articulação de políticas públicas em territórios vinculados a mais de uma Unidade Federativa – foi criada em 1998.

Por isto, na apresentação do volume dedicado ao aglomerado urbano de Brasília, foi preciso deixar claro que a Constituição Federal impede que a capital federal venha a se constituir oficialmente como integrante de um aglomerado com esta natureza. Pois, não pode haver uma distinção como a realizada pela pesquisa, onde o Plano Piloto e as cidades-satélites foram trabalhadas numa perspectiva em

³³ Mais adiante apresentaremos com mais detalhes o processo que conduziu ao estabelecimento desta Região de Integração. No que se refere aos “municípios” da RIDE-DF, eles envolvem, além do Distrito Federal, Água Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás, Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás, Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Unaí e Vila Boa.

que a unidade exigida pela Lei não foi contemplada, já que o Plano Piloto foi considerado a cidade “*sede, e as regiões administrativas, que englobam as cidades-satélites, além dos nove municípios do entorno imediato*”³⁴, foram considerados as cidades da “*periferia do aglomerado urbano*” (IPEA, 2002. p. 34).

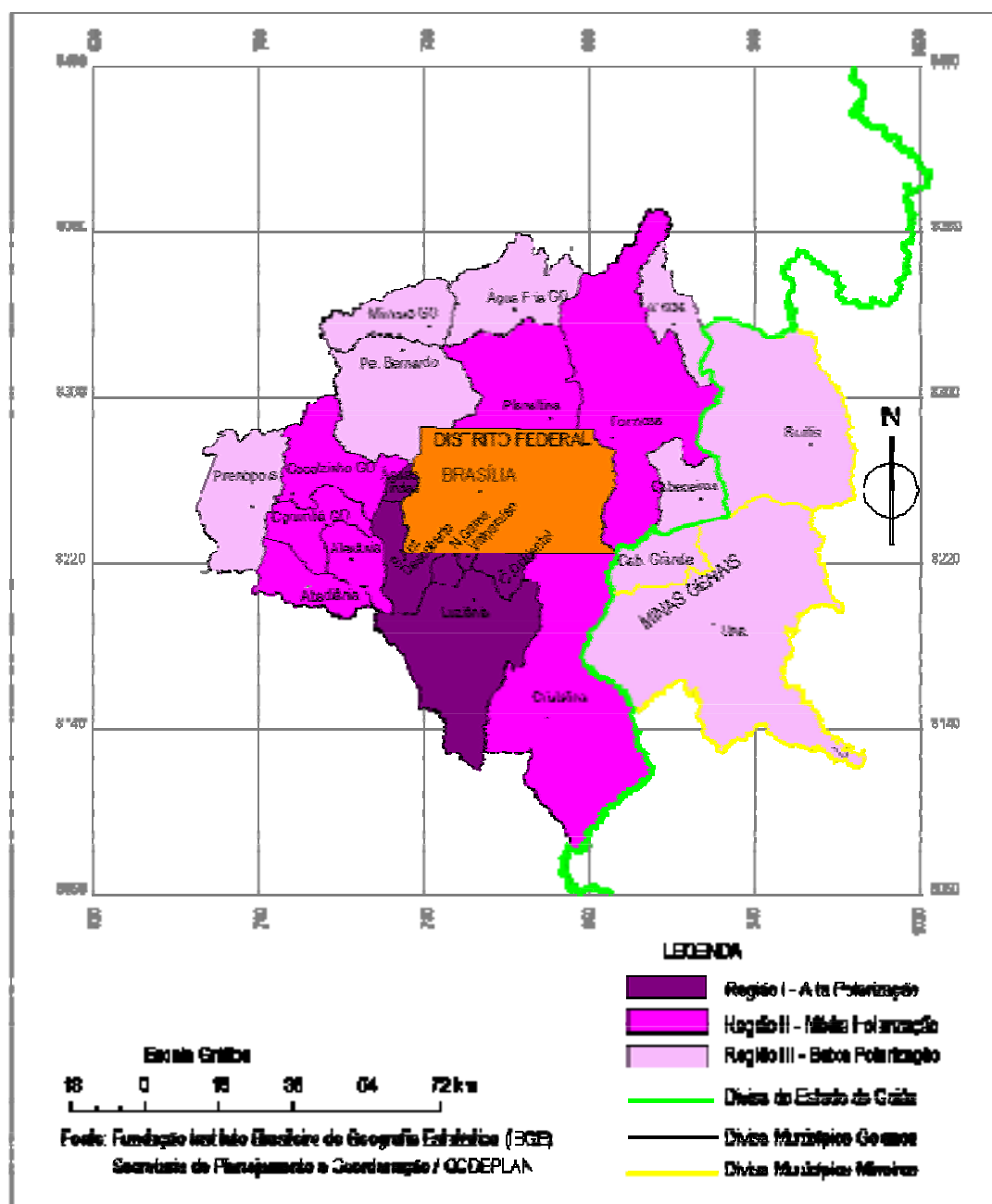
É necessário ressaltar que certas coisas em Brasília são muito complicadas. Como entender uma “cidade” que tem um perímetro delimitado como se fosse uma “região”: o Distrito Federal. É um ponto sendo delimitado por fronteiras que correspondem a uma área. Desde o início, a organização espacial da nova capital foi inspirada em confusões conceituais de natureza semelhante a essa. As considerações feitas pelo IPEA podem ter sido influenciadas por essa discrepância.

O croqui 01 representa o processo de expansão urbana no Distrito Federal e em seu entorno. Como critério ordenador, utilizamos a lei de criação das Regiões Administrativas integrantes do Distrito Federal e dos municípios do Estado de Goiás. Nossa iniciativa rompeu com a idéia de Região Administrativa e privilegiou os núcleos urbanos. Entendemos que através deles podemos vislumbrar a expansão urbana deflagrada nessa cidade-região.

³⁴ Luziânia, Planaltina de Goiás, Padre Bernardo, Água Fria de Goiás, Valparaíso, Novo Gama, Cidade Ocidental, Águas Lindas de Goiás e Santo Antonio do Descoberto.

Desenvolvimento. Ao contrário da experiência anteriormente analisada, o contexto histórico não ocupou um lugar central; podemos afirmar que a dimensão temporal não foi contemplada nem de maneira periférica.

Como produto final, foram delimitadas três regiões, a partir da intensidade da influência exercida pelo Distrito Federal nos municípios da RIDE-DF. Estas três regiões estão representadas no Mapa 01.



Mapa 01: A RIDE e as Regiões Polarizadas – 2003.
Fonte: CODEPLAN -2003.
Org.: NUCADA, Miraci.

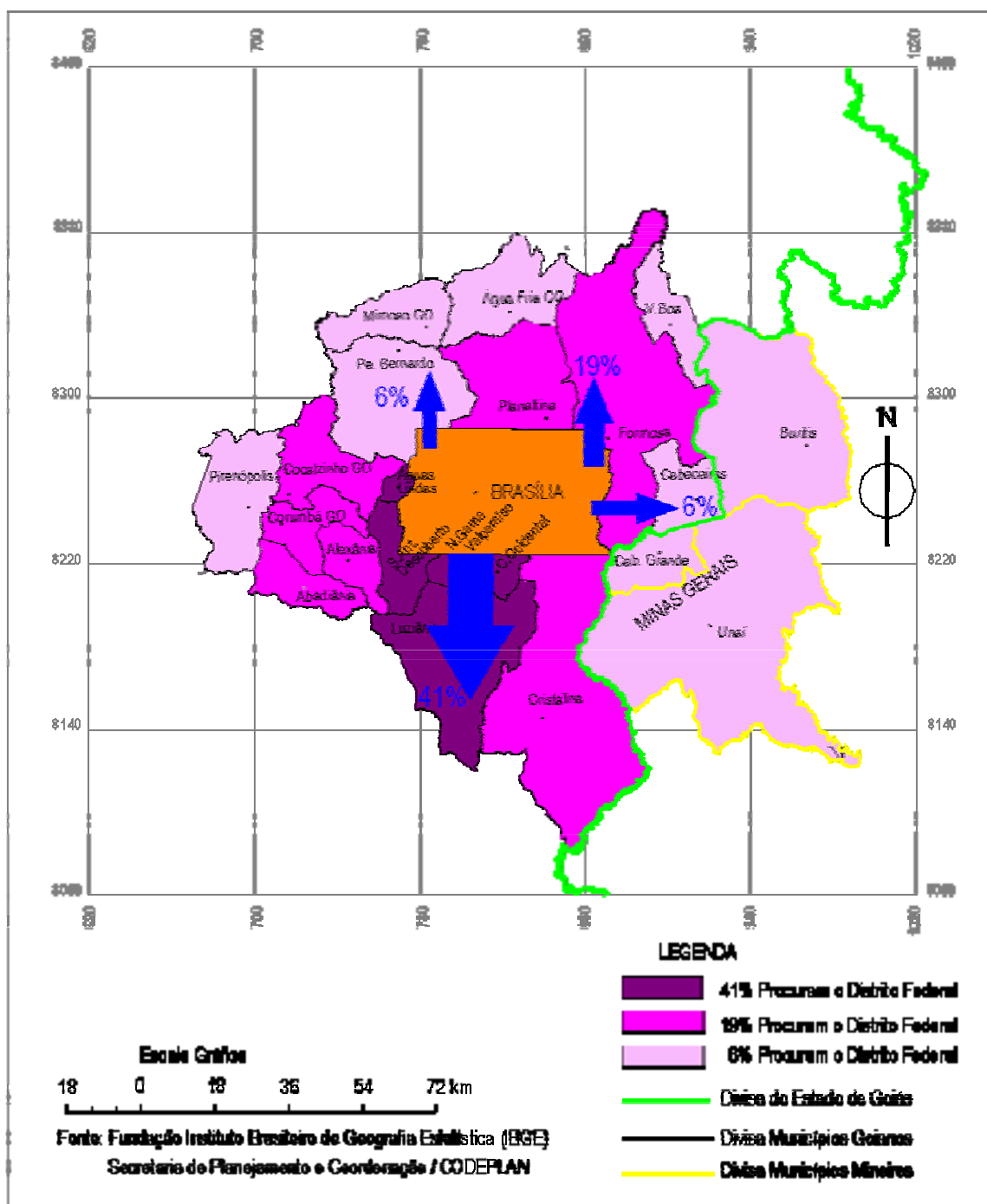
Na apresentação deste estudo é ressaltada a exigência de “pressa” na busca por meios que permitam um entendimento da intrincada relação entre o Distrito Federal e seu entorno, formado por municípios goianos e mineiros. As três regiões definidas com os seus respectivos municípios foram assim denominadas:

Região I – alta polarização: Água Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Região II – média polarização: Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás.

Região III – baixa polarização: Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Unaí e Vila Boa.

Para dimensionar a intensidade dos vínculos estabelecidos entre estes entes federativos, podemos citar alguns dados levantados pela pesquisa da Codeplan: $\frac{1}{4}$ – um quarto – dos migrantes que, em 2003, residiam na RIDE-DF, nasceram no Distrito Federal e 30% da população desta Região havia morado em Brasília. O Mapa 02 permite que verifiquemos a proporção deste movimento intrametropolitano em cada uma das regiões polarizadas.



Mapa 02: A RIDE e a Imigração para o Entorno do Distrito Federal.

Fonte: CODEPLAN -2003.

Org.: NUCADA, Miraci.

Um fator a ser ressaltado está relacionado com as características dos municípios mineiros que fazem parte da RIDE-DF. Tanto Unai como Buritis e Cabeceira Grande compõem a Região III, de baixa polarização. Estes municípios, como alguns municípios goianos da RIDE, têm suas atividades econômicas voltadas para a agropecuária. No caso dos municípios goianos, a “vocação” rural se faz

presente entre os que constituem as regiões de média e baixa polarização. Em se tratando da região de alta polarização, os territórios de todos os municípios elencados formavam, até o início da década de 1980, um único município: Luziânia, que passou por um acentuado processo de fragmentação.

As duas pesquisas apresentadas não são marcadas somente por diferenças, pois podemos apontar questões que as aproximam. Neste trabalho, uma destas questões comuns deve ser obrigatoriamente pontuada. Ela expõe a limitação oriunda da ausência de diálogo entre as dimensões do tempo e do espaço: se, no primeiro trabalho, houve uma generalização que eliminou a dimensão espacial, tornando tudo igual através do tempo; no segundo, houve uma redução que igualou tudo no espaço, como se um movimento constante, uniforme e unidimensional estivesse atuando no território da RIDE-DF. Fomos, então, compelidos a buscar um caminho que articulasse estas duas instâncias de maneira a não reduzi-las, abordando-as como dimensões de uma mesma realidade. É isto que se destaca no próximo tópico.

1.5. UMA VISÃO “INTEGRADA” DA REALIDADE

Podemos afirmar que a relação da Geografia com a produção do conhecimento tem sido marcada por uma história extremamente rica. Contudo, devemos ressaltar que esta assertiva não pode ficar restrita à ciência geográfica forjada sob o fogo criado pelas demandas burguesas delineadas, sobretudo, nos séculos XVIII e XIX; isto porque um saber geográfico menos recortado e mais abrangente vem, desde os períodos clássicos, oferecendo uma gama infinita de possibilidades para os que se dedicaram a decifrar ou a criar um ordenamento para as “coisas” presentes no mundo, no universo.

Questões como: a relação do homem com a natureza, a procura incessante por referências que o orientem diante do mundo, bem como as semelhanças e as diferenças entre os objetos e seres encontrados nos diversos continentes, vêm há séculos compelindo o homem a dialogar com a Geografia do mundo, em suas mais diversas escalas; ora partindo das orientações ptolomaicas em que o planeta é visto como uma unidade, ora deixando-se influenciar pelas orientações trazidas por Estrabão, em que uma visão ideográfica é predominante.

De certa forma, os saberes geográficos³⁷ têm auxiliado o homem no atendimento de uma necessidade fundamental que lhe é inerente: situá-lo(s) no(s) mundo(s). A indicação da existência de mais de um mundo e de mais de um homem pode ser compreendida quando consideramos as inúmeras referências utilizadas para definir a posição do homem perante o mundo. Se diferentes critérios concebem posicionamentos distintos ao homem em sua relação com o mundo teremos, forçosamente, diversos entendimentos sobre o homem e sobre o mundo. Este fato indica que esta relação tem sido caracterizada, historicamente, pela forte influência da alteridade na composição dos conceitos que abstraem e delineiam a personalidade de ambos, em um percurso não linear, em que um expressivo dialógico tem atravessado os séculos.

Entre os elementos colocados em pauta nestes diálogos um pode ser destacado por ter ocupado – e ainda ocupar – uma posição privilegiada no cerne dos debates e descobertas que vieram a imprimir uma maior complexidade na relação do homem com o mundo: trata-se do movimento. Isso porque a aceitação da existência do movimento, ou de movimentos, abriu caminho para a formulação de questionamentos sobre uma visão de mundo que determinava um caráter absoluto ao ordenamento das coisas no mundo, bem como a posição do homem diante destas coisas. Assim, a constatação de que o movimento existe e não poupa nada nem ninguém tornou possível a negação do estado de imobilidade³⁸ fundamental que limitava o avanço das relações entre o homem, o tempo e o espaço. Relações que se defrontaram com a imponderabilidade inerente à presença do movimento e passaram a revelar uma dimensão extremamente complexa, pois um dos atributos apresentados pelo movimento foi a não cessação definitiva, e a não interrupção plena. Esse caráter permanente do movimento colocou o homem diante de um estado inconstante de transformações e não de uma simples e definitiva alteração no posicionamento das coisas presentes no mundo.

Entretanto, apesar das descobertas que revelaram um mundo menos exato do que, a princípio, se pensava e mais complexo³⁹ do que o considerado pelas convenções que garantem a manutenção do *status quo*, as abordagens centradas

³⁷ Numa perspectiva mais ampla, que vá além das possibilidades de produção de um conhecimento objetivo e universal que definiu a personalidade das ciências modernas sistematizadas, entre elas a Geografia.

³⁸ Que limitou as ações do homem na Idade Média.

³⁹ Como exemplo desta complexidade, Moreira (2008) cita a publicação de Darwin, em 1859, que revolucionou o conhecimento relativo à evolução das espécies. .

em perspectivas lineares continuam, no mundo hodierno, tendo um peso expressivo nos mais diversos estudos dedicados ao entendimento e à análise da sociedade.

Esse fato chama ainda mais a atenção quando verificamos que a revolução científica, advinda da sistematização dos conhecimentos, realizada por Newton, ocorreu no século XVII. A partir de então, o movimento não pôde mais ser refutado e os corpos em estado de deslocamento comprovado passaram a desafiar qualquer tentativa de imobilização. E, se isto não bastasse, uma nova constatação veio a incrementar ainda mais a dinâmica do mundo: se, em Newton, a forma absoluta de ver um mundo estático foi superada pela descoberta de um movimento, também, absoluto; dois séculos depois, a revolução continuou “seu curso”, com a superação da idéia de movimento absoluto, apresentada pelo físico do século XVII. Einstein (1915) demonstrou o caráter relativo do movimento que, por sua vez, vai conferir uma gama infinita de possibilidades vinculadas à percepção do homem acerca do espaço e do tempo⁴⁰.

Todavia, em detrimento de todas essas descobertas científicas e dos novos veículos, que ampliaram o acesso à informação, na maioria das vezes em que estas questões são abordadas, é invocada a necessidade de um cuidado na forma empregada para apresentar fatos e/ou eventos que expressem um vínculo com as dimensões espaço e tempo. Esse cuidado é justificado pela necessidade do combate a dois riscos. Primeiro, evitar que as “coisas” fiquem “embaralhadas” na cabeça do ouvinte desavisado, que, apesar de viver em um mundo caracterizado pela movimentação frenética, tem seus horizontes limitados pelos objetivos comuns de uma sociedade standartizada, programada. Segundo, para que a “ambígua” categoria espaço não venha, novamente, a servir como “ferramenta” para a fundação de um modelo opressor de mundo, onde a liberdade do homem que percebe sua evolução por meio da transformação através do tempo não seja encarcerada no espaço, já que esta dimensão abstrata da realidade tem demonstrado, historicamente, uma ligação natural com os posicionamentos reacionários⁴¹.

⁴⁰ As idéias de Newton foram sistematizadas no texto “Princípios Matemáticos da Filosofia Natural” e as teses de Einstein estão localizadas na sua Teoria Geral de Relatividade.

⁴¹ O combate ao segundo risco só pode ser entendido a partir de uma postura que restrinja a dimensão espacial a ações estratégicas com vistas ao controle e a dominação exercidas pelos fortes por sobre os fracos, e é reportada a uma compreensão restrita e equivocada da obra de Ratzel, em que somente o tão propalado “determinismo ambiental” é enfatizado.

Isto não significa que as “coisas” tenham que ser envolvidas por complicações premeditadas com o simples propósito de criar confusões ou que a produção do conhecimento – de qualquer conhecimento – não necessite de reflexões que possibilitem a avaliação dos sentidos e da natureza de seus usos. Mas um fato levantado por Santos (2000, p. 17) deve ser destacado para que o cuidado não dê lugar a reduções que comprometam a compreensão da realidade percebida: *“vivemos num mundo confuso e confusamente percebido”*.

Partindo dessa premissa, iniciaremos um diálogo com alguns autores que se dedicaram a investigar as formas com que a relação entre o espaço e o tempo foram encaminhadas nos últimos dois séculos. É importante frisar que os duzentos anos apontados dizem respeito à datação das obras dos autores e não aos limites de suas reflexões.

Começaremos esta empreitada com a contribuição de Massey (2008). Esta geógrafa salienta o sentido conferido pelos antropólogos estruturalistas ao espaço. Ela destaca a maneira como o espaço foi posto como opositor do tempo, a partir de uma característica que lhe foi imposta e que o tornou uma ferramenta com a capacidade de imobilizar o movimento evidenciado pelo tempo. O que os antropólogos buscavam era uma ruptura com um modo narrativo de compreender a idéia de progresso presente na história. Foi neste contexto que o espaço se tornou uma categoria privilegiada pela antropologia, por propiciar um entendimento alternativo através de análises de estruturas espaciais estáticas, classificadas como sincrônicas, por não contemplarem mudanças, superações; já que estas eram associadas à idéia de tempo.

Esta foi a opção assumida frente ao posicionamento dominante, alicerçado na dimensão temporal, presente em toda narrativa histórica que traz consigo a diacronia expressa pelas transformações evidenciadas no transcorrer do tempo. Assim, ao invés de um tempo diacrônico, os antropólogos elegeram para as suas investigações um espaço sincrônico, em que as práticas sociais poderiam ser estudadas fora de um contexto mutante. *“As estruturas sincrônicas’ dos estruturalistas eram esquemas analíticos delineados para entender uma sociedade, mito ou linguagem”* (Idem, p.66). A oposição do espaço em relação ao tempo se deu quando o primeiro foi classificado como *“o domínio do fechamento, e isso, por sua vez, o transformaria no domínio da impossibilidade do novo, e, portanto, do político”*

(ibdem); enquanto o segundo continuou a ser confundido com a própria possibilidade da produção de movimentos revolucionários.

O espaço foi relacionado ao exercício de um poder hegemônico, e qualquer tipo de resistência a qualquer ordem instituída só poderia ser vislumbrada quando associada ao tempo. Um espaço reacionário e um tempo revolucionário formaram um cenário de contraposição incontornável; pelo menos em um primeiro momento. Porém, no decorrer da elaboração teórica necessária à sustentação desta oposição entre o espaço e o tempo, os próprios argumentos construídos começam a indicar certos excessos nas qualificações destas categorias.

Massey ressalta que, no interior das discussões em que eram refinadas as bases conceituais utilizadas pelos que pensavam por meio destas estruturas, algumas questões começam a chamar a atenção. As análises que avaliaram a natureza do espaço passaram a indicar que a sua oposição não era diretamente percebida no confronto com o tempo, mas no confronto com uma temporalidade. A explicação para esta redefinição estava na constatação de que o espaço – recortado e reduzido – não é atemporal, já que ele é produto de um corte de “*um instante do tempo do relógio ou do calendário*” específico (Idem, p.73).

Posteriormente, o espaço adquire um predicado importante, que acaba enriquecendo o debate. O espaço continua sendo visto como um sistema fechado, porém surge outra instância espacial qualificada como “*espaço físico*” (Ibdem). A segmentação desta categoria de análise – de espaço a espaço físico – proporciona maior complexidade a esta dimensão da realidade entendida como reacionária por natureza. O espaço físico seria aquele que pode ser associado ao tempo numa perspectiva não recortada, não instantânea e não imobilizada. Ou seja, aquele que rompe as determinações que o limitam uma temporalidade qualquer.

Esse posicionamento estabelece outras possibilidades, já que “*certos tipos de tempo devem ser classificados com espaço. Por outro lado, certos tipos de espaço (o espaço físico neste exemplo) devem ser entendidos como temporais*” (Idem, p.74). Entre as poucas assertivas que podem coabitar, sem muitos conflitos, com os elementos apresentados nesta exposição, uma pode ser destacada: o terreno que historicamente tem sustentado esses debates é bastante movediço e influenciado por preconceitos que muitas vezes comprometem um dos quesitos basilares estabelecidos pela ciência moderna, a neutralidade.

Isto não quer dizer que concordamos com a possibilidade de uma neutralidade do sujeito diante de uma realidade investigada. O homem não pode ter sua existência tolhida de maneira absoluta, nem pela ciência nem por ele mesmo. O olhar de um homem não é um olhar qualquer; é um o olhar carregado com uma subjetividade inalienável; logo, qualquer neutralidade deve se referir à necessidade de se evitar julgamentos prévios que tornem impossível uma ruptura com as convenções pré-existentes.

Vamos, a partir de agora, recorrer a Soja (1993) para dialogar com a longa e intrincada relação entre o espaço e o tempo e, assim, entender outras razões⁴² que fizeram como que o espaço fosse visto com reservas por vários pensadores que elaboraram teorias, sistemas, modelos e idéias classificadas como revolucionárias. O que nos conduziu à escolha desta obra foi o objetivo revelado pelo autor – que se encontra grafado já em seu subtítulo – de percorrer um caminho que leve “à *reafirmação do espaço na teoria social crítica*”; bem como às opções feitas para situar o espaço no interior das teorias críticas mais expressivas para o conhecimento produzido pela geografia.

Mas, antes de dialogarmos com este geógrafo, um questionamento parece pertinente: o que levou à necessidade de uma “reafirmação do espaço na teoria social crítica”? Esta expressão nos leva a imaginar que, em um primeiro momento, o espaço ocupou um lugar central nas formulações teóricas que objetivaram um reordenamento na posição de segmentos sociais. Entendemos que este momento específico pode ser associado à Renascença, quando a pintura em perspectiva emerge como uma forma revolucionária de representação espacial. Posteriormente, com o ressurgimento e a consolidação das relações comerciais na Europa, houve a transposição da perspectiva da arte para a cartografia, com o intuito de possibilitar o deslocamento do homem no espaço. No que diz respeito ao “mundo das idéias”, as obras de Descartes, Maquiavel, Newton, Kant, Einstein e tantos outros deram ao espaço um tratamento próprio, em que aparecem destacadas diferentes possibilidades de percepção e de ação do homem, que pôde se posicionar diante de um mundo espacialmente referenciado.

Se concordarmos que esse pode ser considerado um momento em que o espaço foi visto com certa deferência, como identificar e entender o processo que o

⁴² Diferentes das vinculadas às peculiaridades com que os antropólogos trataram estas categorias.

levou a uma condição marginal no âmbito das teorias sociais críticas, elaboradas ao longo do século XIX e em mais da metade dos decênios do século XX?

É nesse ponto que recorreremos a Soja, que inicia sua obra discorrendo sobre a obsessão do século XIX pela história, enfatizada pela compreensão de um mundo “*primordialmente, através da dinâmica decorrente do posicionamento do ser e do devir sociais nos contextos interpretativos do tempo*” (SOJA, 1993, p.17). O autor ressalta que sua “*intenção não é apagar a hermenêutica histórica, mas abrir e recompor o território da imaginação histórica através de uma espacialização empírica*”. Mas, antes mesmo de anunciar sua intenção, Soja afirma que “*ainda não estamos suficientemente seguros desta espacialização incipiente da teoria crítica para fornecer uma exposição epistemológica abrangente e confiante*” (Ibidem, p. 19); e que foi a partir do surgimento de uma série de fatos e fenômenos que vieram a formar o que ele chamou de geografias pós-modernas que o conhecimento produzido:

Progrediu o bastante para mudar significativamente a paisagem material do mundo contemporâneo e o campo interpretativo da teoria crítica. É chegado momento, portanto, ao menos de uma primeira rodada de avaliação receptiva desses dois contextos cambiantes da história e da geografia, da modernidade e da pós-modernidade – um concretamente impresso no tecido empírico da vida contemporânea (a geografia pós-moderna do mundo material), e o outro ziguezagueando pelas maneiras como damos sentido prático e político ao presente, ao passado e ao futuro potencial (a geografia pós-moderna da consciência social crítica).

Cabe, agora, esclarecer o que o autor classifica como geografias pós-modernas. Assumindo esta tarefa, vamos encontrar, sem nenhuma dificuldade, os elementos por ele destacados, que vão revelar a “*instauração*” de uma “*passagem para a pós-modernidade*”, fortemente vinculada a acontecimentos – classificados por ele como explosivos – ocorridos no final da década de 1970. Esses acontecimentos, segundo o autor, indicaram o fim do “*longo surto de crescimento do pós-guerra na economia capitalista*” (Ibidem, p. 78); que, por sua vez, exigiu uma reestruturação desse modo de produção.

Esse cenário nebuloso suscitou uma enorme gama de debates, nos quais novas possibilidades vieram a ser consideradas. Podemos dizer que, mais uma vez, o homem se defrontou com um “novo mundo”. Entretanto, não era um mundo desconhecido, que exigia a classificação de coisas nunca antes vistas; e sim um “novo mundo”, repleto de coisas conhecidas e classificadas, que, devido à

superação das condições que garantiam a reprodução do capitalismo, se viu obrigado a passar por um processo de ressignificação. Esta conjuntura abriu caminho para que o espaço adquirisse um outro peso nas considerações que mensuravam as realidades que eram descortinadas.

Alguns intelectuais passaram a afirmar que a análise das condições históricas não era mais suficiente para dar conta do novo mundo que se impunha. Não se travava mais de entender a realidade somente por meio das narrativas diacrônicas, fugindo de um espaço sincrônico que não significava nada além da possibilidade de confinar o tempo – ou a temporalidade. Era imprescindível a formulação de estratégias que dessem conta de um mundo marcado por um modo de produção que solicitava a criação de vários espaços e de vários tempos simultaneamente.

Algumas teorias sociais críticas, formuladas a partir de então, abriram caminho para que o espaço fosse assumido como uma instância incontornável para aqueles que se interessassem em explicar ou compreender os processos produtores do mundo plural e de suas incontáveis diversidades. Para Soja, *“uma outra cultura do espaço e do tempo parece estar-se formando nesse contexto contemporâneo e redefinindo a natureza e a experiência da vida cotidiana no mundo moderno – e, com elas, todo o tecido da vida social”* (Ibidem, p. 78).

Esta outra cultura do espaço e do tempo:

Está em sintonia com as mudanças na maneira com que pensamos e reagimos às particularidades – aos perigos e as possibilidades – do momento contemporâneo, através da ciência, da arte, da filosofia e dos programas de ação política. O pós-modernismo se superpõe ao pós-historicismo e ao pós-fordismo como discurso teórico e como conceito periodizante em que a geografia tem importância cada vez maior como ponto de vista do discernimento crítico. (Ibidem, p.79).

A exposição feita até agora se concentrou numa dimensão da relação entre o tempo e o espaço que enfatizou a desigualdade que tem caracterizado o peso destas categorias no interior das ciências humanas nos séculos XIX e XX. Mas uma explicação anunciada não foi até agora apresentada de forma objetiva: trata-se das “causas” que fizeram com que o espaço fosse desprestigiado em sua relação com o tempo por um período tão longo – na realidade, é correto dizer que a situação de marginalidade em que se encontra o espaço não foi definitivamente resolvida. E o que veremos a seguir.

1.6. O LUGAR DO ESPAÇO E DA GEOGRAFIA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

De certa forma, essa condição marginal emerge das profundas relações estabelecidas entre a Geografia e os interesses do Estado. É possível afirmar que o diálogo entre esta ciência e o Estado antecede o caráter moderno adquirido por ambos. Isso fica explícito quando recordamos o momento, citado anteriormente, em que o espaço foi visto como categoria fundamental na formatação de uma visão de mundo que permitiu a ascensão da burguesia no interior do próprio feudalismo⁴³. Ou seja, se, a princípio, o espaço e o saber geográfico demonstraram uma vocação revolucionária por combater o poder que sustentava a ordem feudal, num momento posterior, o conhecimento produzido pela Geografia serviu ao Estado burguês, que fez uso desse para promover a expansão do domínio do modo de produção capitalista pelo mundo.

Podemos apontar para esta direção quando tentamos avaliar as dificuldades enfrentadas pelos que se empenharam no projeto de reafirmação do espaço na teoria social crítica. O que é contraditório no processo de construção dos argumentos que fomentam os preconceitos, que há muito perseguem a Geografia e o espaço, é que não ocorreu um conjunto de ações isoladas que vieram a dar corpo à ciência geográfica e outro conjunto que fez surgir as demais ciências humanas. Se a Geografia demorou (Gomes, 1996) mais tempo para ser sistematizada, foi devido à longevidade apresentada pelas narrativas dos geógrafos, que dificultaram o processo de inserção da objetividade e da universalidade no conhecimento por ela produzido, como exigia a versão moderna de se produzir conhecimentos científicos.

Todas as áreas do conhecimento que passaram a responder aos ditames da ciência moderna atenderam, de alguma forma, às condições impostas pelo modo de vida mercantilista que penetrou em todas as esferas das relações sociais, espaciais, temporais e produtivas. Vários (Gomes, 1996; Moreira, 2008; Santos, 2002) são os autores que vinculam a segmentação das áreas do conhecimento e o advento das ciências modernas fragmentadas à necessidade de dar respostas às demandas vertiginosas produzidas pelo capitalismo.

Percebemos, então, que um sistema produtivo pautado em uma reprodução ampliada do capital, obtida através da produção de mercadorias, afetou

⁴³ Quando, no Renascimento, a pintura em perspectiva ofereceu os elementos que subsidiaram a cartografia moderna, fundamental, por exemplo, para as grandes navegações.

substancialmente as maneiras de viver e de se relacionar com o tempo, com o espaço e com a produção. Essa afetação tem um sentido de “continuidade”, pois a reprodução ampliada do capital obriga a superação e transposição de limites sempre redimensionados pelo movimento de contradições promovidas pelo sistema capitalista. Limites, estes, relacionados invariavelmente a questões que põem em relevo estas “duas” dimensões da realidade: o tempo e o espaço.

A tarefa de buscar soluções para os gargalos que, sistematicamente, comprometem o avanço da capacidade produtiva foi conferida à razão humana, que, por sua vez, é salvaguardada pela ciência moderna. Além desta tarefa, coube à ciência moderna orientar a formulação das bases diretivas capazes de bem encaminhar ações do Estado moderno, que se constituiu na expressão máxima da possibilidade do exercício da liberdade e da emancipação humana. Tudo isto, a partir de uma visão de mundo em que a fragmentação da realidade se configurou como o grande recurso capaz de garantir a superação dos gargalos que eternamente vão desafiar o homem. Desafio eterno, em que as ciências se tornaram o porto seguro à medida que foram conquistando o status de produtoras de um conhecimento progressivo.

O rito de passagem que guiou a transição dos diversos saberes, vistos como carentes de um ordenamento rigoroso, a uma condição de conhecimentos modernos, cientificamente embasados, foi a aceitação do posicionamento de cada ciência no interior do projeto que guiou o parcelamento do território da academia científica de acordo com os interesses hegemônicos.

Esta configuração permitiu que as ciências modernas – parceladas – passassem a ser as responsáveis pelo estudo de objetos específicos numa perspectiva, também, específica: o espaço (re)produzido pelo homem, por exemplo, é conhecido como o objeto de estudo da Geografia. Como esta visão fragmentada de mundo veio a formar diversas áreas do conhecimento que não necessitam do diálogo – entre elas – para serem reconhecidas, tornou-se possível responsabilizar um dos fragmentos incumbidos de produzir conhecimento por certos desvios e equívocos, enquanto outros fragmentos permanecem atrelados a uma ação virtuosa – neste caso, manifestada pela personalidade revolucionária associada ao tempo e à história.

Nesse ponto, entendemos que uma reflexão é necessária: a realidade percebida não se assemelha a um quebra-cabeças. Esse tipo de visão é

equivocada. Não podemos considerá-la como se tudo que viesse a compor o mundo pudesse ser dividido em blocos contínuos, de maneira que a ausência de algumas peças não comprometesse a visão geral do conjunto. Uma conhecida afirmação já há algum tempo nos revelou que o *“todo é mais do que a soma das partes”* (BRANDÃO, 2002). Atribuir culpa a um elemento qualquer, como se as relações não fossem dialéticas, é um engano. Por esta razão, não podemos determinar a filiação política de uma pessoa, grupo ou área do conhecimento, tomando como medida critérios isolados, descontextualizados, descolados dos inúmeros e imbricados processos que, de maneira superposta, atuam incessantemente. A capacidade de eleger culpados persegue o homem, porque, se a culpa não puder ser atribuída a um elemento que pode ser isolado e exilado o sistema que rege a sociedade será visto como falho. Um mundo que tem suas bases fincadas no conhecimento produzido pela ciência moderna e no Estado republicano como garantidor da justiça social⁴⁴, não pode deixar que os sistemas sejam percebidos como deficientes. Eles devem ser infalíveis, porque a sociedade aspira por um progresso universal que depende deles.

Não podemos deixar de ressaltar que esta fragmentação nos crivos e nos critérios que conduziram ao entendimento moderno do mundo repercutiu no homem. A alteridade é um elemento com forte influência na relação entre o homem e o mundo. Se este mundo foi decomposto por um sistema que procurou formas de potencializar a dominação exercida por um modelo produtivo, é certo que esta fragmentação penetrou e invadiu o homem, que, à semelhança do mundo, foi desintegrado: o homem, o espaço, o tempo, a produção e o conhecimento foram parcelados por uma lógica que não conhece outro sentido além da acumulação e da concentração de riquezas. Qualquer ação que vislumbre um outro objetivo é classificada como sem sentido. É comum o uso do termo “romântico⁴⁵” – pejorativamente – para qualificar atitudes em que um fim utilitarista não esteja no

⁴⁴ David Harvey (1980, p. 81) faz a seguinte consideração sobre o conceito de justiça social que guiou as ações oficiais no curso da elaboração da divisão do trabalho: “o pensamento normativo tem importante papel a desempenhar na análise geográfica. Justiça social é um conceito normativo, e é surpreendente, por isso, descobrir que, considerações de justiça social, não têm sido incorporadas aos métodos geográficos de análise. Não é difícil encontrar a razão. Os instrumentos normativos, caracteristicamente usados pelos geógrafos para examinar problemas de localização, são oriundos da teoria clássica de localização. Tais teorias são geralmente ótimos de Pareto, dado que elas definem um padrão ótimo de localização, como aquele no qual nenhum indivíduo pode mover-se sem que as vantagens ganhas de tal mobilidade sejam contabilizadas por alguma perda para outro indivíduo”.

⁴⁵ O romantismo foi um movimento filosófico, artístico e cultural que se destacou na Alemanha dos séculos XVIII e XIX. Ele se contrapôs ao racionalismo generalizador e universalizante advindo do Iluminismo.

comando das ações. Como registrado nas obras dos fundadores da Escola de Frankfurt – Horkheimer, Adorno, Benjamin, Marcuse –, a própria existência humana passou a ser justificada através de pensamentos utilitaristas que transformaram o homem, que tanto buscou a liberdade, em escravo de uma racionalidade instrumental por ele reproduzida.

Nessa perspectiva, a mediação da relação do homem com o mundo foi emparedada por uma racionalidade em que os elementos privilegiados são os que interessam a uma vida e a uma produção instrumentalizadas. Esse ordenamento instituído serve a um modelo de produção e reprodução de riquezas que exige uma ininterrupta adequação por parte do homem para que este seja capaz de dar respostas às demandas sempre renovadas por um sistema produtivo que – apesar de não reconhecer – tem como uma de suas marcas a produção de contradição. Nos discursos dos agentes responsáveis pelas interpretações dos estados de crise⁴⁶ derivados das contradições não assumidas pelo sistema, os cenários apresentados revelam os gargalos que devem ser superados para que não haja um comprometimento da ordem que garante a imprescindível reprodução ampliada do capital.

Este movimento de superação de limites à ordem econômica está sendo intensificado a cada dia. No mundo hodierno, este processo tem influenciado incisivamente a configuração das relações em que o homem⁴⁷ aparece como mais um elemento. E uma das grandes virtudes a serem perseguidas pelo elemento-homem é demonstrada pela capacidade de adequação rápida a todas as mudanças que o afetam e envolvem o tempo, o espaço e a produção. A despeito de toda e qualquer mudança, o homem – qualificado pela razão instrumental⁴⁸ que busca governar o sistema – deve ser capaz de situar-se e avaliar os cenários que são compostos e descompostos a sua frente.

Daremos continuidade a nossa argumentação, evidenciando o contexto no qual a ordem hegemônica tem sido questionada e defendida no interior do movimento contemplado pela Teoria do Conhecimento. Isto se revela importante quando consideramos que importantes pensadores indicam que não existe uma

⁴⁶ Santos (2000) e Moreira (2008) defendem que as crises cíclicas produzidas pelo modo de produção hegemônico são produtos da própria estrutura sustentadora e reprodutora de um sistema contraditório.

⁴⁷ Moreira (1987) aborda esta questão a partir da elaboração do conceito de homem atópico.

⁴⁸ O conceito de razão instrumental foi elaborado por Horkheimer (2003) e está relacionado ao uso da razão para dominar ao invés de emancipar.

distinção radical entre as bases que sustentam o modo de produção capitalista e as matrizes que deram corpo ao principal sistema constituído para lhe fazer oposição: os dois foram forjados, a partir de bases Iluministas, e seguem receituários objetivos e universalizados. Uma das repercussões da continuidade de uma perspectiva universalizante nos movimentos de oposição à ordem nos interessa muito, por uma “razão” que será apresentada nos próximos itens.

1.7. A GEOGRAFIA E OS LIMITES DE UMA REVOLUÇÃO ILUMINISTA

Os esforços para um entendimento dialógico das relações presentes em um mundo em que tudo se desfaz e se refaz, sem que a maioria das pessoas perceba o sentido das coisas que existiam e das que foram construídas – para outra breve existência –, parece ser uma tarefa por demais complicada.

Quando se trata de uma tentativa de compreensão que se enquadre nos quesitos pontuados como fundamentais pela ciência moderna, certamente esta procura não será facilitada. Isso porque o conhecimento científico requer uma percepção universalizada de todas as coisas produzidas e descobertas. Portanto, algumas questões podem ser levantadas: diante de tantas transformações, como fazer generalizações que dêem uma identidade racional a um mundo marcado por metamorfoses cada vez mais esquizofrênicas? Até que ponto os procedimentos, que têm norteado a produção do conhecimento, através da ponderabilidade oferecida por eles, vão resistir a um mundo cada vez mais caracterizado pelo imponderável no seu processo vertiginoso de reprodução?

Se acrescentarmos, ainda, que as medidas utilizadas para referenciar a percepção do mundo – e das coisas que nele estão contidas – devem, além de ter uma base científica generalizada, privilegiar as dimensões do tempo e do espaço, certamente, vamos ter o grau de dificuldade aumentado para o cumprimento da tarefa.

Neste sentido, a Geografia tem estabelecido diálogos interessantes com este mundo mutante. A própria relação entre esta ciência moderna e a pós-modernidade é percebida por alguns geógrafos como um divisor de águas, pois foi este contexto que possibilitou a reinserção do espaço nas tentativas de entendimento de um mundo cada vez mais volátil; de um mundo que coloca à frente dos olhos das pessoas a dissolução – do que lhes parecia tão concreto – como um

ingrediente onipresente, já que tudo parece estar em uma metamorfose permanente, ou seja, *“tudo que é sólido se desmancha no ar”* (BERMAN, 1986).

Como mensurar o que percebemos? Ou, então, como avaliar a nossa percepção neste mundo em que tudo é diluído? Por que o encontro com uma referência consistente se tornou tão complicado? Esses questionamentos demandam um esforço substancial por parte de todos os que se aventurem nas extensas e profundas águas que guardam submersas as pistas para qualquer resposta.

Um dos “viajantes” que assumiram a tarefa de percorrer esses mares foi o geógrafo David Harvey (2004). Na introdução de seu livro *“Espaços de esperança”*, o autor apresenta dois filmes⁴⁹ que, em momentos distintos, revelam a complexidade gritante que se aportou no interior da sociedade de uma maneira progressivamente mais incisiva. Os filmes evidenciam expressões cotidianas que, guardadas as devidas proporções que distanciam a vida real dos apelos solicitados pela sétima arte, mostram as incompatibilidades entre os modelos racionais previamente desenvolvidos pela ciência para investigar a realidade e alguns aspectos imprescindíveis por ela revelados que evidenciam as contradições presentes no processo de reprodução das coisas que dão forma ao mundo.

O raciocínio elaborado pelo autor ressalta a mudança discursiva operada nas últimas três décadas. Para tanto, é tecida uma série de considerações sobre as propostas construídas por Marx, situando-as como sendo a grande referência dos que buscaram combater a ordem reacionária instituída pelo Estado burguês.

É destacado que Marx tinha noção das questões referentes à linguagem e das mudanças que certamente a envolveriam no decorrer dos eventos advindos das contradições capitalistas. Contudo, é ressaltada, também, a impossibilidade de uma previsão, antes do fim da primeira metade do século XIX, que desse conta das alterações infringidas aos padrões que moldam as formas de produção e definem o processo de transformação da realidade.

Assim, nos encontramos diante de um fato que apesar de óbvio não pode ficar ao largo dos argumentos aqui postos. Ao contrário do que foi teorizado por Marx, o capitalismo não foi superado pelas contradições por ele geradas (HARVEY, 2004). Não que ele não as tenham gerado: gerou e continua gerando com uma

⁴⁹ Duas ou três coisas que sei sobre ela (1966) e O ódio (1995).

intensidade incrível. Mas esse modo de produção tem dado conta de superar as limitações que poderiam condená-lo à extinção.

O entendimento corrente indica que este estado de superação de crises sucessivas – derivadas das limitações criadas pelas contradições capitalistas, bem como das estratégias utilizadas para transpô-las – tem sido alcançado a partir de movimentações vertiginosas que alteram os elementos construídos no espaço e no tempo. Quer dizer, a superação de crises derivadas do esgotamento de um ordenamento produtivo vai requerer o estabelecimento de um outro ordenamento que o substitua eficazmente. Para tornar isto possível, foi necessária a consolidação de bases que dessem fluidez à dinâmica de produção e circulação dos produtos, bem como viabilizassem a alteração de todo o circuito produtivo nas suas diversas escalas.

Outras vertentes trabalham com perspectivas que podem ser representadas, parcialmente, pelo questionamento que segue: Marx não teria inspirado tentativas de combater o modelo capitalista de produção a partir das mesmas premissas burguesas utilizadas pelas fragmentadas ciências modernas que servem ao capital? Seguindo esse raciocínio, Horkheimer (2003) advoga que as ações articuladas tanto para o combate como para o fortalecimento do capitalismo foram nutridas pelos ideais e pelas idéias que deram sentido ao Iluminismo. Para os intelectuais que vêem a filiação de Marx ao pensamento Iluminista como um dado fundamental e pouco considerado, uma única racionalidade alicerçada no vínculo inabalável existente entre o progresso e a razão foi colocada em lados opostos. Podemos aproximar, então, a limitação contida no sistema elaborado por Marx das limitações recorrentes, encontradas nas respostas dadas pelo sistema capitalistas às crises deflagradas.

Nessa perspectiva, a racionalidade que gerou a ciência e o Estado modernos não tem sido caracterizada pelo progresso do homem. Mais ainda, esta mesma razão não tornou o homem mais autônomo. Se o capitalismo alienou o homem, a partir de uma relação de trabalho que o distanciou do que antes o referenciava, os modelos inspirados nos ideais de Marx colocaram o homem em uma condição política que o deixou alheio às decisões mais elementares acerca de sua vida. Porque em ambos os casos, os argumentos que justificaram as medidas adotadas pelo Estado giravam em torno da construção de uma sociedade mais justa para “todos”. Este “todos”, logicamente, se referia aos que seguissem os ditames

postos como básicos para o bom funcionamento dos sistemas propostos. Por mais que o Estado burguês tenha sido combatido pelos movimentos socialistas que emergiram no início do século XX, a racionalidade que deu forma aos Estados alternativos fizeram uso do mesmo princípio instrumental em que a relação entre os meios e os fins era o que mais importava⁵⁰.

Entretanto, o sistema de idéias elaborado por Marx tem como marca um horizonte caracterizado por infinitas possibilidades, que vão muito além do que consideramos até o presente momento. Ele proporcionou um entendimento qualificado de uma série de fatores que, até então, não tinham sido tratados com o rigor e com a profundidade do pensamento que caracterizou a obra de Marx. É o que veremos no próximo item, que contemplará, também, a questão da emergência de movimentos sociais “temáticos”.

1.8. DE UMA SOCIEDADE DE CLASSES A UMA SOCIEDADE DE “TODOS”.

Como ponto de partida, é necessário reconhecer que as bases Iluministas não só compuseram a argamassa responsável pela sustentação do modelo capitalista, caracterizado pela produção de uma descomunal desigualdade social. Por mais que critiquemos a natureza contraditória do Estado republicano e da ciência moderna, devemos considerar que ambos fizeram parte do contexto que veio a promover o aparecimento do espaço público⁵¹. E foi o espaço público que ofereceu – e oferece – o ambiente para que os homens questionem as normas e as instituições que governam suas vidas.

No que se refere a Marx, ele realmente foi envolvido pelos ventos Iluministas; entretanto, suas análises vão muito além de comentários acerca de um progresso que pode estar presente em uma sociedade orientada pela razão. A exploração capitalista exumada por Marx surpreende pela profundidade na exposição dos nexos camuflados por detrás do modo de produção que se alastrou por todo o mundo. Sua vasta obra foi construída para se confrontar com o sistema que colocou o homem em uma condição similar à de uma “coisa” explorada sob a égide do discurso liberal burguês, que atrelou a miséria a uma opção do homem

⁵⁰ No capítulo V trataremos da relação entre os meios e os fins a partir de um raciocínio desenvolvido por Horkheimer (2003).

⁵¹ No capítulo IV abordaremos a questão do espaço público com mais detalhes.

indolente e a riqueza a uma condição meritória conquistada pelos que se dedicam incondicionalmente ao trabalho incessante.

As idéias e os argumentos de Marx inspiraram a maioria das construções teóricas e políticas dedicadas à emancipação do homem – visto como um ser genérico –, durante a maior parte dos séculos XIX e XX. Período que foi caracterizado pelo predomínio do ideário Iluminista, calcado na razão universal e objetiva. Mas, no final do século XX, tal modelo de racionalidade passou a ser visto como incompetente para resolver questões relativas à existencialidade humana, caracterizada por conflitos que não podem ser compreendidos por uma visão de mundo centrada no princípio de “igualdade” como meta a ser atingida. Fica evidente que os padrões universais de produção de mercadorias e desejos não produziram um homem universal. Apesar de todo o esforço empreendido para a constituição de uma sociedade *standardizada*, continuaram a existir brancos, negros, amarelos, homossexuais, heterossexuais, homens, mulheres, imigrantes, emigrantes, católicos, protestantes, islâmicos e outras tantas categorias que representam “alguns”, e não “todos”⁵².

O fato é que a seletividade inerente ao sistema que padronizou os modelos a serem seguidos foi gerando uma infinidade de excluídos que não foram alijados somente dos meios de produção, mas, também, do direito: ao casamento por serem homossexuais, a salários iguais por serem de sexos diferentes, a um ambiente salubre etc. A partir de recorrentes manifestações de exclusão que associaram as diferenças não aceitas pela sociedade a uma condição de marginalidade, teve início a organização de movimentos sociais que expressaram – e ainda expressam – a insatisfação dos diferentes diante da obrigação de adotarem uma única conduta. Os movimentos que evidenciam a rejeição pelas diferenças são como respostas às bitolas postas nos olhos dos homens pelas visões de mundo que determinam valores a serem cultuados e condutas obrigatórias e inquestionáveis a serem seguidas.

A organização de eventos por parte dos “diferentes” é uma forma de contestação à execução pública, ao controle e a coerção a que são submetidos os

⁵² Este fato coincide com a história de Brasília. Desta cidade que deveria fazer com que “todos” se sentissem integrados por meio de um projeto caracterizado pela reprodução de diferenças institucionalizadas – o espaço destinado ao operário, ao escriturário, ao ministro e ao presidente –, justificadas por discursos em que o bem comum e a justiça social eram a garantia para que os bons pudessem encontrar condições para ascenderem socialmente. Mas que acabou sendo tomada por manifestações que expõem a fragilidade dos discursos oficiais e trazem a tona a força das diferenças negadas pelos agentes hegemônicos.

que fogem à regra que (con)forma os “*corpos dóceis*” (FOUCAULT, 2006). Os movimentos sociais se insurgem contra o “*vigiar e punir*” (FOUCAULT, 1997), contra uma sociedade normativa que reprime (FREUD, 2002) as diferenças e prega a necessidade de aceitação de um modelo único de reproduzir as manifestações da vida em suas mais diversas dimensões.

As ações dos movimentos sociais não encontram nas fronteiras das classes sociais um obstáculo. Todos os segmentos são afetados pela aspereza dos dogmas coercitivos utilizados no controle da vida humana. O mundo dos ricos e o mundo dos pobres estão repletos de proibições e objeções. Desde cedo, as crianças aprendem a julgar e a condenar a partir de critérios que tem no “erro” o elemento a ser extinto. E o “erro” só existe se houver a figura “do que erra”; por isso, o fim do “erro” exige a eliminação do “errante”: desse que vaga pelo mundo sem referências objetivas que sirvam a um fim determinado e acaba por representar os desvios que levam os insensatos a uma existência improdutiva, por isto descabida.

Numa atitude preventiva, o sistema hegemônico cria espaços em que a disciplina está presente por meio de normas⁵³. Assim, nos espaços públicos regras de conduta têm que se fazer presentes. Talvez esse seja um caminho que nos auxilie a entender como uma sociedade de classes foi cedendo lugar a uma “sociedade de diferentes” em luta por “igualdade”; em busca de um reconhecimento que garanta direitos iguais aos diferentes que povoam as distintas e reprimidas classes sociais.

Da mesma forma que as classes sociais não impediram que esses movimentos se alastressem por seus extratos, as fronteiras nacionais também foram invadidas pelos discursos que denotaram o aspecto global das insatisfações dos segmentos que anseiam pelo reconhecimento de suas condições particulares. Assim, os movimentos sociais partiram em defesa de seus direitos em todos os cantos do mundo: as mulheres, reivindicando igualdade de condições em relação ao homem; os ambientalistas, promovendo manifestações por todo do mundo, enfatizando a degradação imposta à “natureza”; os homossexuais, lutando pelo direito ao casamento etc.

⁵³ Na região do Distrito Federal e seu entorno, um dos únicos espaços marcados por uma relativa eficácia na “aplicação” das normas que regulam o uso do solo é o Plano Piloto. O termo relativo empregado aqui, se justifica pelo histórico de invasões que fizeram e fazem parte desse território.

Nitidamente, esse processo de segmentação, de fragmentação tem seguido seu curso. Uma série de outros grupos continuam sendo constituídos por pessoas que passam a perceber sua condição particular diante de um mundo repleto de estereótipos pré-definidos. Dentre os padrões estabelecidos, um é bastante emblemático por representar o poder dos símbolos criados pelo sistema para regular a vida do homem: a necessidade de intervenção por parte de agentes públicos que, direta ou indiretamente, impuseram limites ao estado de magreza exposto pelas modelos internacionais para conter a onda de anorexia que tem assolado países de diversos continentes.

Vivemos em um mundo globalizado em que a segmentação que desagrega a *standatização* almejada pelo sistema hegemônico é uma das marcas mais eloqüentes. O entendimento do processo que conduziu à dissolução da igualdade como meta universal a ser perseguida é fundamental para a compreensão da formação de identidades próprias em que são ressaltados: credos, etnias, gêneros, formas de se relacionar com a natureza, gosto pela arte, dentre outros. Esta realidade fragmentada constitui uma outra fronteira na delimitação do território dos segmentos que, de forma organizada, reivindicam o reconhecimento de sua condição particular. Essa fronteira tem, no corpo do sujeito, o limite que o singulariza e o distingue de outros grupos. É o corpo que manifesta explicitamente os elementos genéticos que o diferenciam de outros corpos, bem como destaca a diferença subjetiva que o distancia de outros sujeitos por meio de uma infinidade de manifestações culturais corporificadas: roupas, adereços, tatuagens, comportamentos, festas etc.

Esses diferentes corpos-fronteiras transitam nos mesmos ônibus, se alimentam nos mesmos restaurantes, compram nas mesmas lojas, desejam outros corpos, vão aos estádios de futebol, enfim, coabitam o mesmo território; mas não sem deixar seus registros específicos de maneira justaposta/superposta. Tais registros revelam a batalha travada entre os símbolos produzidos pelos que querem padronizar o espaço, o tempo e a sociedade e os símbolos criados pelos que reivindicam o reconhecimento de suas diferenças. Esta batalha semântica tem na cidade o lugar privilegiado dos confrontos. Não que esta “guerra” se limite ao espaço citadino. Ela penetra no campo com uma força avassaladora. Mas as grandes cidades certamente guardam registros mais enfáticos dessas relações muitas vezes tensas.

Se as cidades são espaços privilegiados para o estudo de conflitos que envolvam a ciência, a cultura, o corpo, o Estado etc., o que uma cidade como Brasília pode nos revelar, tendo sido ela pensada como uma cidade-símbolo, na qual os diferentes se sentiriam incluídos por um projeto integrador-civilizador que os aproximariam tanto que nem as fronteiras territorialmente traçadas iriam representar um tratamento diferenciado entre eles? Por mais que todos não pudessem ter as mesmas coisas, os mesmo sonhos, os mesmos cheiros, as mesmas formas, os mesmos endereços, eles estariam trabalhando para a consolidação de um mundo mais justo e harmônico, onde um interesse maior justificaria a posição diferenciada de cada um na sociedade territorialmente organizada.

No capítulo II evidenciaremos o intrincado processo que produziu realidades não planejadas em Brasília e em seu entorno, a partir de uma investigação que deu voz a algumas relações travadas entre o espaço, o corpo, a percepção e o movimento.

2. BRASÍLIA: CONSENSO E DISSENSO NA PRODUÇÃO DE CORPOS

Os monumentos construídos em Brasília para abrigar os representantes dos três poderes do Estado tiveram suas formas inspiradas no corpo feminino: este que é, notoriamente, a grande fonte de inspiração do arquiteto Oscar Niemayer. Esses corpos femininos foram erguidos por outros tantos corpos de operário-migrantes. Corpos mutilados, maltratados, embrutecidos, exauridos, caídos e, em certos episódios, exterminados coletivamente, fizeram brotar no solo do Cerrado edificações corporificadas belas e sensuais.

A racionalidade instrumental foi a responsável pela composição genética que deu forma a Brasília no âmbito das idéias e o suor extraído dos corpos dos operários o adubo que – seja submerso, seja emerso no solo – alimentou tanto o corpo puro e perfeito projetado para Brasília, como os “vírus” trazidos pelos outros corpos que desde o primeiro momento contaminaram a execução do projeto e passaram a disputar o espaço imprescindível à sua reprodução nas áreas periféricas da capital federal: os “genes” selecionados em um projeto eugênico não foram os únicos a se desenvolver e “mutações” passaram a ser a todo tempo identificadas no território da nova capital que estava sendo erguida.

Foucault (2006) aborda a questão da relação entre o poder e o corpo, a partir de um raciocínio que revela que no regime monárquico *“o corpo do rei não era uma metáfora, mas uma realidade política: sua presença física era necessária ao funcionamento da monarquia”*. Na seqüência de sua argumentação, o filósofo francês advoga que na república não existe um corpo que personifique esta realidade política. O corpo do monarca foi substituído pelo *“corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio”*. Nessa perspectiva:

É este corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaurava a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas, terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contágios, a exclusão dos delinquentes. A eliminação pelo suplício é, assim, substituída por métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos “degenerados”... (FOULCAULT, 2006, p.145)

O *“grande fantasma”* que passou a cercar as instituições representadoras da república *“é a idéia de um corpo social constituído pela universalidade de*

vontades. Ora, não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos” (Ibidem, p. 146).

No caso de Brasília, as terapias empregadas e as receitas aviadas não surtiram o efeito desejado e o corpo original e puro foi visceralmente contaminado. Esta contaminação causou uma infecção generalizada no corpo social que alterou a natureza das células deste organismo. Somente células adoecidas têm uma capacidade de multiplicação que explique a velocidade impressionante que marcou o processo de comprometimento do projeto idealizado. O poder exercido por sobre os corpos dos indivíduos, que ergueram as obras que representam a própria República, não foi capaz de disciplinar a constituição de um corpo social livre de enfermidades. Milhares de migrantes convocados a dar vida a um projeto nacional fundado numa idéia de bem comum – a partir de ações coordenadas pelo Estado – iniciaram, contraditoriamente, outros projetos individuais que confrontavam o próprio discurso que os conduziram ao Planalto Central brasileiro.

Rapidamente, o projeto – Brasília – passou a se restringir ao Plano Piloto. Pois, se a materialidade do poder exercido tem a atribuição de criar um corpo social, a resistência à ação do poder não combatida de forma eficiente age, de maneira diametralmente oposta, se assemelhando a uma infecção descontrolada que desconfigura os sistemas que dão vida ao organismo republicano. Foi assim que os focos de resistência multiplicados pelo território de Brasília fizeram com que o projeto inicial fosse cortado na própria carne. O corte abrupto fica claro quando consideramos a dificuldade sentida pelo próprio brasiliense na delimitação das “fronteiras” que distinguem o Plano Piloto – visto como Brasília – do Distrito Federal. Essa confusão está, sistematicamente, presente em matérias jornalísticas⁵⁴ e em placas de sinalização de trânsito que, de forma errônea, tratam Brasília como se esta se restringisse ao território do Plano Piloto.

Entendemos que essa confusão é alimentada pela distância que passou a existir entre o discurso que há cinco décadas confere a Brasília um sentido

⁵⁴ Como exemplo, podemos citar uma matéria exibida pelo Jornal Bom dia Brasil, da Rede Globo de televisão, dedicada às comemorações dos 50 anos de Taguatinga – dia 05/06/2008 –. Na ocasião, a “cidade-satélite” foi apresentada como uma etapa programada do processo de construção da capital federal. Taguatinga foi tratada como cidade irmã de Brasília, uma irmã 2 (dois) anos mais velha que veio para auxiliar em seu crescimento. Desta forma, fica escamoteado dois fatos importantes: primeiro, Taguatinga é produto das contradições que passaram a ser manifestadas antes mesmo da inauguração da capital federal; segundo, a visão de Brasília como Plano Piloto é reforçada, já que a matéria exibida coloca Taguatinga na condição de uma realidade materializada fora de Brasília, como se o Distrito Federal e Brasília fossem territórios distintos.

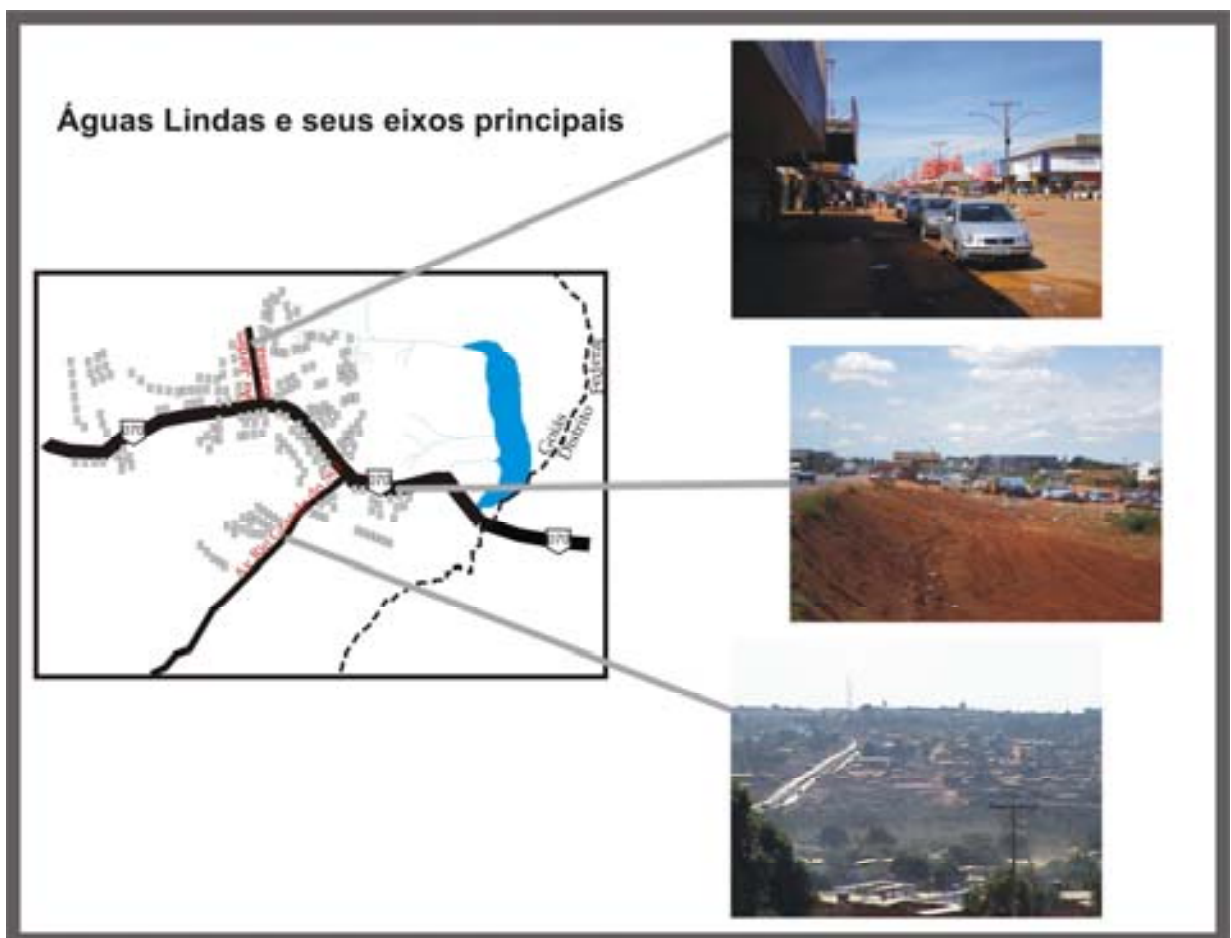
messiânico e as realidades múltiplas e divergentes que “violaram o sonho” materializado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Certamente, as imprecisões conceituais divulgadas pelos mais diversos meios de comunicação e pelas sinalizações urbanas acabam por aumentar a distância entre a “cidade ideal” e a “cidade real”, que foram erguidas a partir dos discursos que deram vida a Brasília. Especificamente, a imagem da “cidade ideal” consolidou-se de tal forma – através dos desenhos urbanos materializados no Plano Piloto –, que não é mais necessária qualquer verificação comprovadora da manutenção de sua condição de *lócus* da difusão das benesses produzidas pela razão humana através da ação planejadora do Estado republicano.

Esse consenso guia a visão dos que olham, numa perspectiva externa, para as distintas realidades encontradas no interior dos municípios integrantes da RIDE-DF e faz com que o dissenso, inerente ao processo que produziu as contradições existentes neste território planejado, não seja percebido. A idéia mais comum, compartilhada pela maioria da população, coloca somente o Plano Piloto na condição de elemento planejado. E mais, que o planejamento foi cumprido à risca e de maneira plenamente ordenada. Toda a desordem circunvizinha ao Plano Piloto é relacionada a movimentos alheios às ações implementadas para a interiorização da capital federal, sendo, portanto, produto – exclusivo – de iniciativas não planejadas de migrantes nordestinos que buscavam uma melhor condição de vida.

Aos olhos do cidadão comum residente no Plano Piloto foi a reprodução continuada dessas iniciativas não planejadas que criou uma realidade contrária aos ideais expressos pelo projeto que materializou a nova capital da república. Como produto de tal contradição, temos a formação de duas realidades urbanas reveladoras de uma divergência: se a concepção idealizada de Brasília simboliza a cidade que deveria existir, mas não existe; uma cidade goiana que tem seu território limítrofe ao da capital federal passou a representar o contrário, uma cidade que não deveria existir, mas existe. Trata-se de Águas Lindas de Goiás, um exemplo do imprevisto urbano que, logicamente, se contrapõe frontalmente ao processo de produção do Plano Piloto. Essa cidade goiana tem como grande expressão de sua existência material a ausência de uma forma urbana que possa dar a idéia de um “núcleo original”⁵⁵. Os traços delineadores desse espaço urbano apresentam três

⁵⁵ Mais adiante, veremos que este município é o único, entre os formados a partir de Luziânia na década de 1990, não vinculados à criação de conjuntos habitacionais.

“retas” principais, caracterizadas por uma desarticulação: uma, corresponde à parte do perímetro urbano da BR-070; outra, formada pela Avenida Rio Grande do Sul, onde estão localizados o Fórum e a Câmara Municipal; e, por fim, a Avenida Jardim Brasília, que concentra os bancos e os principais pontos comerciais (Croqui 02).



Croqui 02: Águas Lindas de Goiás e seus eixos principais
Autor: SILVA, Adriana Aparecida - 2009

O território de Águas Lindas de Goiás surgiu a partir de um desmembramento do território de Santo Antonio do Descoberto, em 1997. Por sua vez, o território de Santo Antônio do Descoberto se originou de um desmembramento do município de Luziânia, em 1982. Águas Lindas de Goiás pode ser entendida como produto da fragmentação⁵⁶ da fragmentação⁵⁷, que a tornou síntese de um processo gerador de contradições⁵⁸. No início da década de 1990, o “povoado” que deu origem a Águas Lindas de Goiás – antigo

da Barragem – contava com uma população de três mil habitantes. Na contagem de 2007, realizada pelo IBGE, foi verificado um contingente populacional de 132.203 habitantes.

As edificações erguidas num curtíssimo espaço de tempo em Águas Lindas de Goiás não expressam a sensualidade do corpo feminino, nem os traçados de suas ruas revelam uma racionalidade geométrica, por meio de curvas e retas que se encontram e se distanciam harmonicamente. Ao contrário do que ocorreu no Plano Piloto, tanto as obras erguidas como as ruas abertas no município apresentam uma semelhança com os corpos desfigurados dos operários que aportaram no Distrito Federal, a partir da segunda metade da década de 1950.

Mas, contrariando a impressão oferecida aos que olham para estas realidades divergentes, o Plano Piloto e Águas Lindas de Goiás não apresentam histórias dissociadas. Esses espaços, esteticamente distintos, foram e são produtos de um mesmo processo, em que uma infinidade de densas relações vieram a manifestar, territorialmente, as contradições não destacadas pelos discursos dos agentes de Estado. Discursos pavimentadores de caminhos no interior da vida de pessoas incumbidas de dar passagem ao curso do progresso universal que envolveria todo o corpo social, todos os corpos individuais. Contudo, se a seletividade característica do modo de produção articulador das estratégias progressistas não foi evidenciada pelos discursos oficiais, ela foi sentida

⁵⁶ Produzida na década de 1980.

⁵⁷ Produzida na década de 1990.

⁵⁸ Uma matéria do Correio Brasiliense – do dia 15/04/200 – definiu assim Águas Lindas de Goiás: “O melhor, ou pior, exemplo de desordem urbana no Entorno vem de Águas Lindas de Goiás, município goiano distante 39 km de Brasília, emancipado em 1997 de Santo Antônio do Descoberto. Fruto da proliferação de loteamentos irregulares, teve sua população catapultada de 5 mil habitantes no início dessa década para a estratosférica cifra de 160 mil. Apesar das tímidas investidas do governo local para conter a grilagem, e da falta de infra-estrutura (pavimentação, esgotamento sanitário, abastecimento de água), ainda há muita gente de malas prontas para se mudar para lá. Gente atraída pela especulação imobiliária. Num rápido giro pela cidade é possível entender por que: faixas em todas as esquinas oferecem lotes em promoção”.

intensamente pelos que foram atropelados pela marcha rumo à modernização da economia em escala nacional.

É importante frisar que esta seletividade não foi e não é produtora de um único tempo, nem de um único espaço. Ela produz uma infinidade de elementos com datações e localizações distintas, mas que se entrecruzam. Nesta perspectiva, contrariando as intenções hegemônicas, os corpos que a princípio seriam excluídos por este modelo seletivo se organizaram para conquistar endereços – espaços – e tempos próprios no interior da estrutura criada a partir de ações oficiais⁵⁹. Em diferentes momentos e lugares, diversas foram as formas utilizadas para que conquistas marginais fossem atingidas. Para tanto, surgiram inúmeras estratégias com vistas à conquista do solo urbano no interior e nas proximidades do Distrito Federal. Evidentemente, as estratégias populares não corresponderam às deliberações dos órgãos criados para gerir o solo desse território federal.

Como vimos, o processo de adaptação e de resistência à ordem instituída pela lógica gestora do espaço da capital interiorizada se inicia em 1957, com o início da construção de Brasília, e, cinco décadas depois, ele não deixou de existir. Ao contrário, as manifestações que indicam a sua continuidade são cada vez mais perceptíveis. Podemos utilizar as paisagens de Águas Lindas de Goiás para revelar o aumento da intensidade das relações contraditórias que nestes 50 – cinquenta – anos transformaram o quadrilátero Chruz e seu entorno em um território de conflitos extremos, no qual a violência se faz presente no cotidiano das pessoas. Nesse território, todos os dias e em “todos” os lugares, corpos assassinados são encontrados, bem como milhares de outros corpos lutam por vida se comprimindo em ônibus lotados, indo em busca de serviços públicos e trabalhos ofertados no Distrito Federal.

A seguir apresentaremos algumas considerações relativas a um questionário aplicado em 300 (trezentos) domicílios de Águas Lindas de Goiás. Os dados analisados revelam particularidades manifestadoras da personalidade peculiar desse município goiano.

⁵⁹ Através da ocupação de áreas públicas que originaram “vilas” irregulares.

2.1. ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS E A NEGAÇÃO DE UM MUNICÍPIO

Investigar Águas Lindas de Goiás é estabelecer um contato com pessoas que estão onde não queriam estar. É conhecer homens que desejam outro lugar e rejeitam o lugar em que estão. A fala de um morador da cidade é emblemática: *“O mais duro de morá aqui é dize que mora aqui, é lembra qui mora aqui mesmo quando ta longe daqui”*.

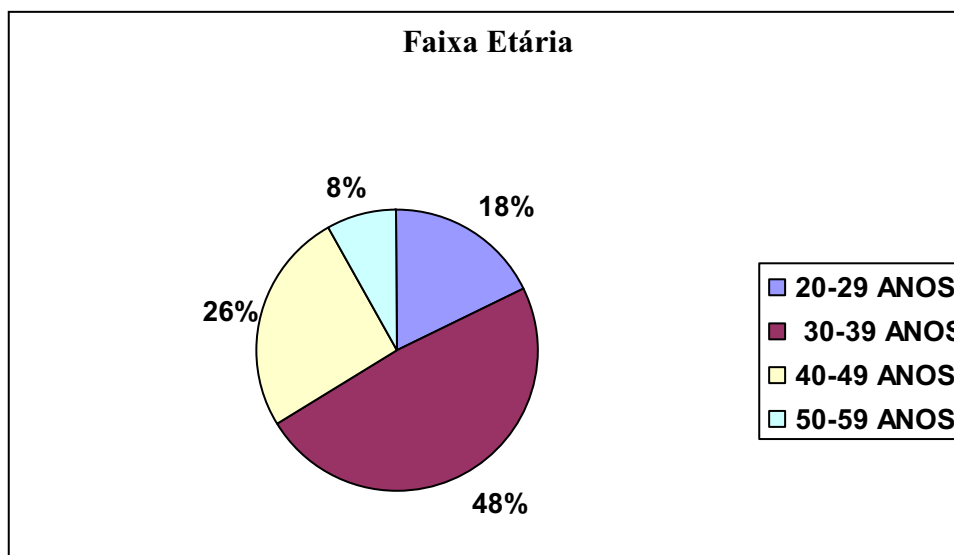
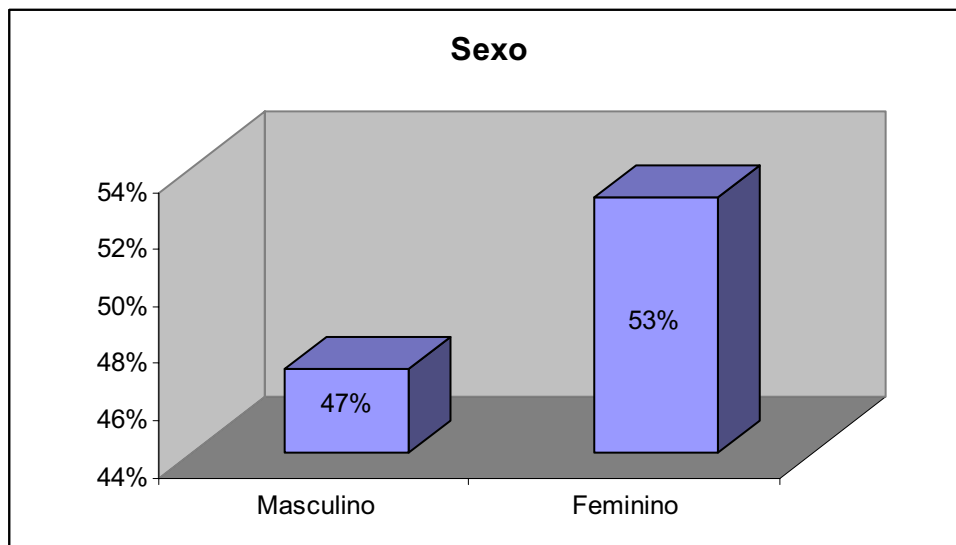
A rejeição a bairros não é um fato raro. Pelo contrário, é comum. O que torna esse município goiano peculiar é a forma como a rejeição a uma cidade foi produzida: trata-se de uma cidade em que as relações internas nunca foram prioritárias. Os ônibus não ligam os bairros espalhados ao longo dos três eixos⁶⁰ estruturadores desse espaço urbano. Suas rotas⁶¹ foram definidas para conduzir os moradores de Águas Lindas de Goiás ao Distrito Federal. Os moradores não dialogam com a cidade, com seus diversos e distintos lugares, eles “discutissem” com ela; atribuindo à cidade a culpa pelas carências presentes em suas vidas.

O visitante que passa pelos três eixos de Águas Lindas de Goiás fica impressionado com o volume de pessoas e relações neles manifestados. Mas quem permanece por mais tempo e penetra na cidade existente por detrás dos eixos fica perplexo com as relações travadas nas ruas delimitadoras da cidade. Principalmente quando é desvelado que o grau de tortuosidade da paisagem urbana não está associado somente a limitações de ordem econômica. Isto fica claro no diálogo com os moradores. A maioria da população não cuida das ruas e das casas porque eles não querem esse lugar, eles não desejam Águas Lindas de Goiás. Vamos, a partir de agora, apresentar graficamente o resultado de um questionário aplicado nesse município goiano e tecer algumas considerações:

- Primeiramente, vamos qualificar os entrevistados no que diz respeito à idade e ao sexo:

⁶⁰ O perímetro urbano da BR-070, a Av. Jardim Brasília e a Av. Rio Grande do Sul.

⁶¹ A ligação entre os bairros da cidade é feita pelas chamadas “Vans” (furgões). E o valor das passagens imobiliza a população.

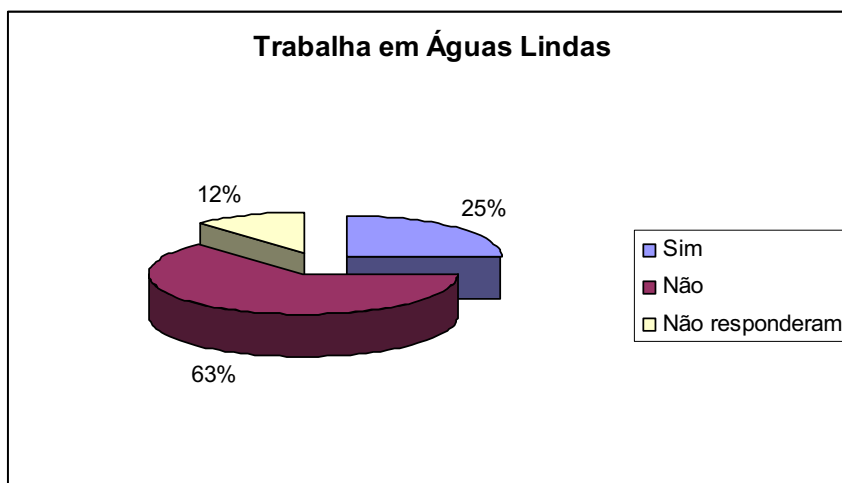


Iniciaremos nossas considerações destacando um fator fundamental para entender Águas Lindas de Goiás. Os moradores dessa cidade se dividem em três grupos: os que trabalham no Distrito Federal, os que trabalham em Águas Lindas de Goiás e os tecem relação marginais nessa cidade goiana. A população faz referência aos vizinhos da seguinte forma: o João, que trabalha em Brasília; ou, o João, que trabalha no Jardim Brasília⁶²; ou, o João, que faz “bico” aqui.

⁶² O mais representativo dos bairros cortados pelo eixo Jardim Brasília, que manifesta a maior expressão comercial.

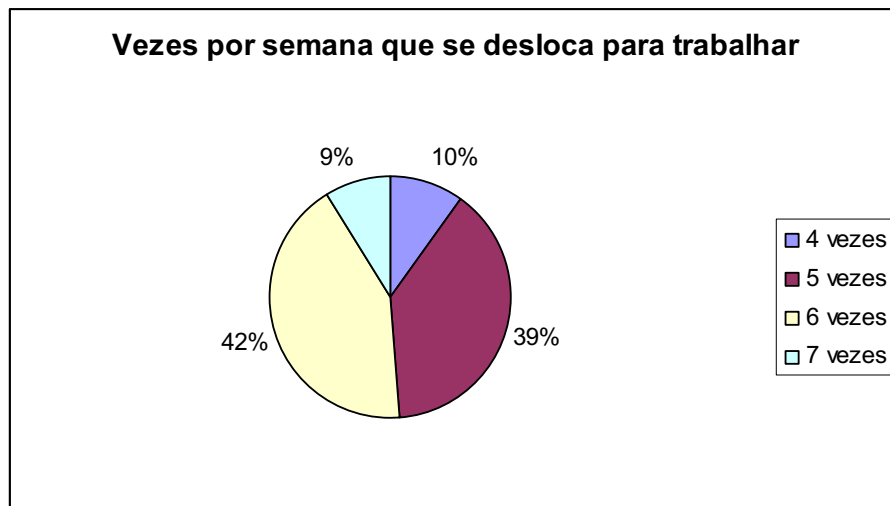
Os que trabalham no Distrito Federal e no comércio local desenvolvem, em sua maioria, atividades comuns ao setor terciário. Mas como caracterizar o cotidiano dos que passam o dia em Águas Lindas de Goiás fazendo “bico”? Como esse cotidiano afeta a cidade?

Esses moradores se tornaram compositores de um cenário denso, no qual a grande meta é sobreviver. Para tanto, eles se converteram em “negociantes”. Os “negociantes” de Águas Lindas de Goiás comercializam de tudo: roupas, entulhos, mão-de-obra; além de fazerem brotar uma infinidade de “portas” comerciais nas casas e nas calçadas. A vida é intensa em Águas Lindas de Goiás. Nessa cidade tão desintegrada quanto o Brasil que antecedeu JK.

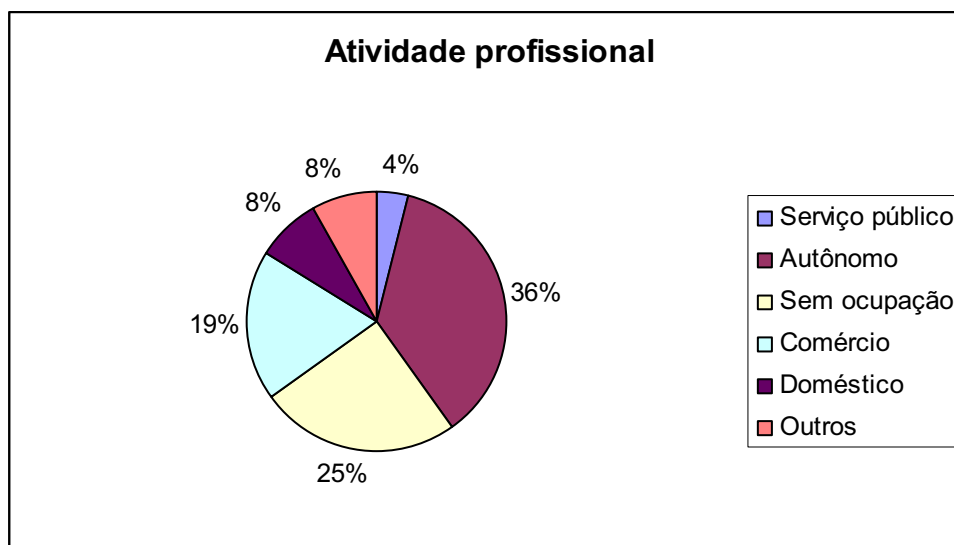


É importante destacar que os representantes dos três grupos citados acima freqüentam sistematicamente o Distrito Federal: para comparecer a seus “postos” de trabalho, fazer compras diversas, procurar de serviços de saúde e educação etc.

Ao tratar, especificamente, dos que trabalham no Distrito Federal, vamos nos defrontar com um cenário marcado pela informalidade, geradora de fluxos que não obedecem aos tradicionais dias úteis. Assim, muitos se deslocam para o território federal quatro, cinco e sete vezes por semana; quando as relações comerciais formais solicitam a presença do funcionário seis vezes na semana – de segunda a sábado.

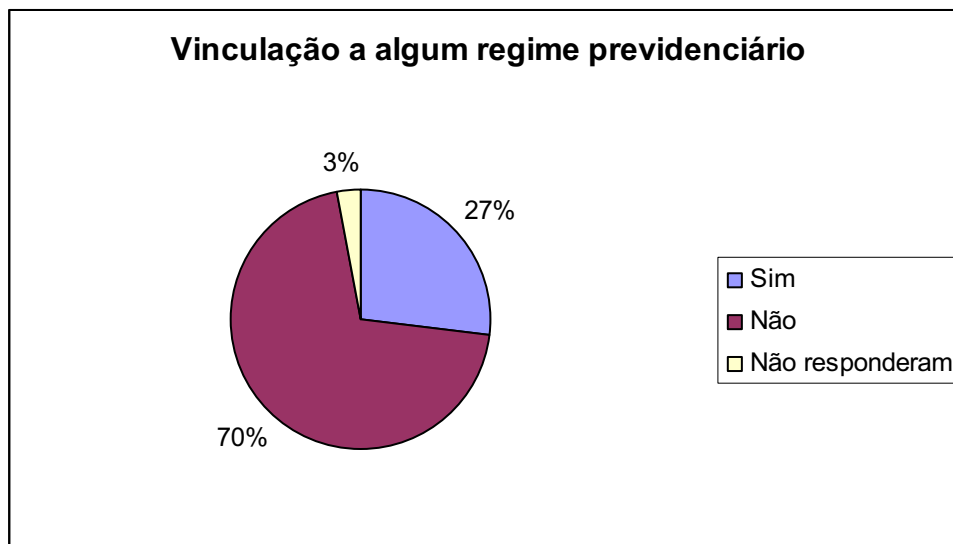


Concentrando nossas atenções nas atividades profissionais exercidas pelos moradores de Águas Lindas de Goiás, vamos nos deparar com um quadro diversificado, no qual a somatória dos entrevistados que se declaram sem ocupação ou autônomos aparece de forma expressiva: 61%.

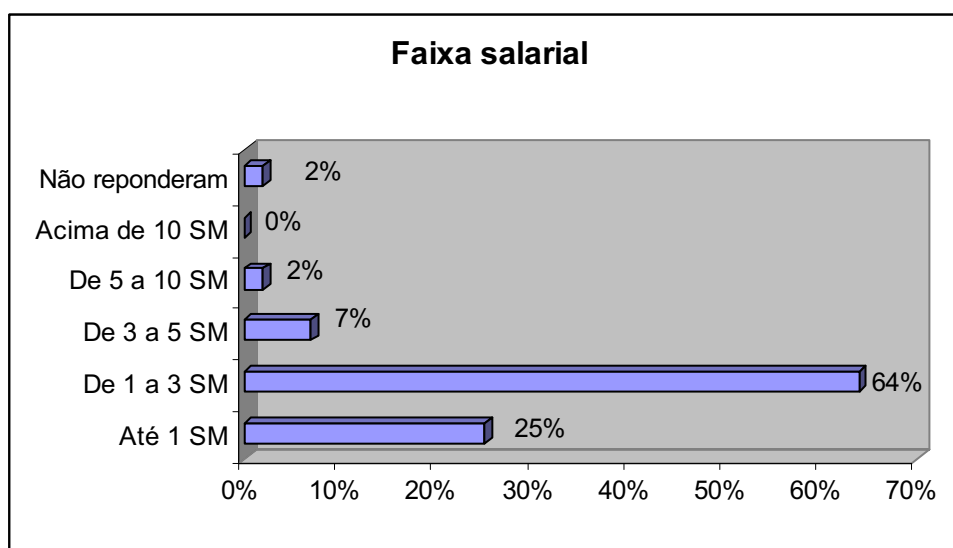


Partindo do princípio que os autônomos, em sua maioria, são comerciantes informais e que os sem ocupação são os que sobrevivem a partir dos “bicos”, poderemos entender a distância existente entre os moradores de Águas Lindas de Goiás e o sistema previdenciário. A maior parte da população não está resguardada por nenhum “instituto”. A grande previdência a garantir segurança a

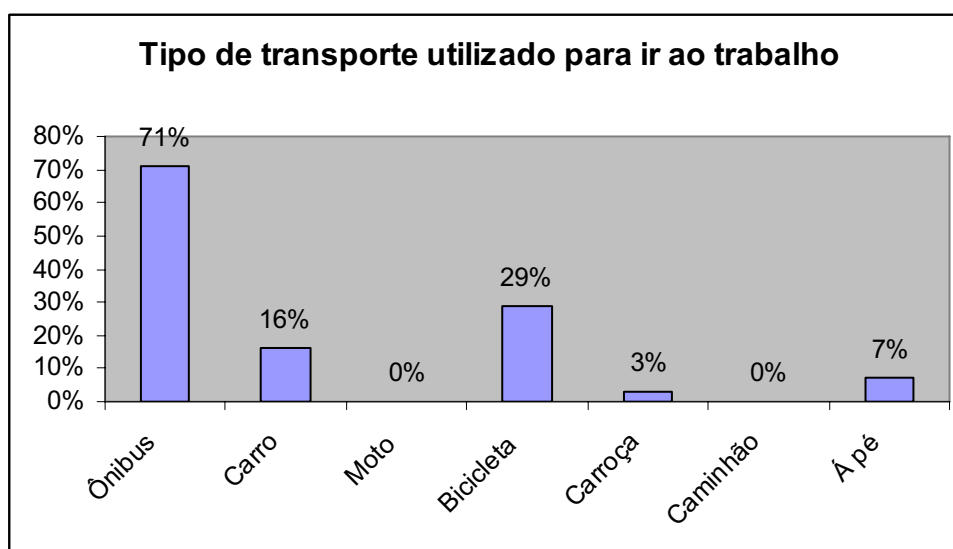
essas pessoas assume a forma da “providência” e tem um caráter divino: A Providência Divina (na perspectiva dos moradores).



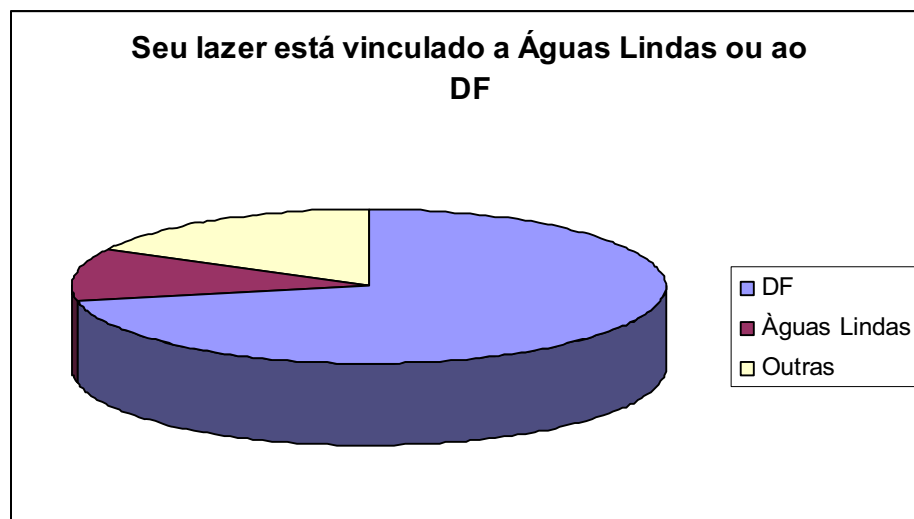
A não vinculação a um regime previdenciário pode ser entendida quando verificamos a renda dos moradores de Águas Lindas de Goiás. Como a maioria desenvolve atividades autônomas seria necessário um rendimento mensal que possibilitasse uma reserva a ser encaminhada ao INSS, por exemplo. Mas a renda da população é baixa, o que impede o estabelecimento de um “contrato” com esse ou outro “instituto”.



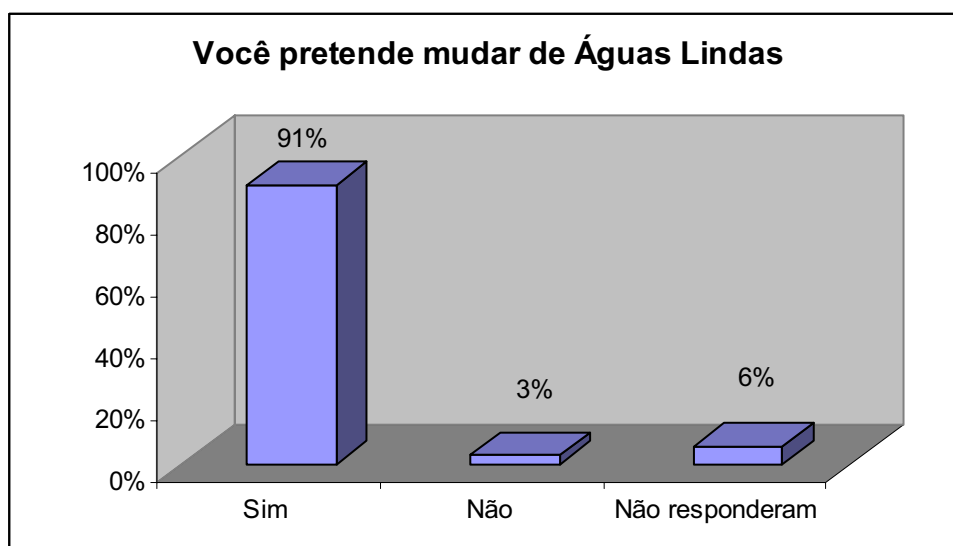
Um fato curioso diz respeito à utilização de carroças em Águas Lindas Goiás. Isso porque se trata de um município em que a população rural é praticamente inexistente, mas que tem na carroça um importante meio de transporte. A deficiência do transporte público na ligação entre os bairros da cidade leva as pessoas a utilizarem a tração animal como transporte urbano. Com relação aos carros, poucos entrevistados declararam possuir um automóvel próprio. A não utilização de motocicletas também chama a atenção.



Um dos grandes problemas apontados pelos moradores da cidade diz respeito à questão do transporte público. Mesmo assim, quando perguntamos sobre o local no qual realizam suas atividades de Laser, a maior parte da população demonstra preferir ir ao encontro de diversão e de distração no Distrito Federal. Segundo os entrevistados, a violência e a falta de opções de Laser em Águas Lindas de Goiás motivam a procura por Laser no Distrito Federal.



A resposta dada pela população, no decorrer da aplicação dos questionários, que melhor reflete o sentimento de uma parcela significativa dos moradores de Águas Lindas de Goiás foi formada por 03 (três) palavras: “*quero ir embora*”. Essa afirmação esteve presente no diálogo dos entrevistados com os entrevistadores quando a seguinte indagação era feita: Pretende sair de Águas Lindas?



É imprescindível dizer que os atributos inerentes à Águas Lindas de Goiás estão além de qualquer representação gráfica ou textual. É assim com todos os municípios. Mas nesse, em particular, as contradições penetraram mais fundo, tornando o entendimento de seus processos instauradores mais complexo.

Continuaremos à apresentação dos “resultados” obtidos em nossa busca pela compreensão dos processos produtores de realidades contraditórias a partir da construção de Brasília investigando a movimentação de migrantes egressos das regiões norte e nordeste, bem como do interior do próprio Distrito Federal. Migrantes amontoados nessa parte do território goiano à semelhança de refugiados de guerra que procuram permanecer próximos de fronteiras que trazem a expectativa de uma vida melhor. Expectativa, no entanto, limitada por “barreiras de contenção”. Contudo, no caso em questão, a linha divisória e as medidas de controle não podem apresentar bloqueios físicos intransponíveis, já que todos têm a mesma nacionalidade e vivem sob a proteção do “mesmo” Estado.

Torna-se necessária, então, a composição de mecanismos simbólicos que disciplinem o acesso dos refugiados ao território da capital federal. Mecanismos que demonstrem a existência de uma estrutura capaz de punir os delinqüentes e selecionar os que têm condições de servir ordeiramente aos propósitos disciplinadores da ordem instituída. O migrante deve perceber esta característica judicativa do Estado republicano, que – teoricamente – tem como uma de suas principais tarefas oferecer segurança aos cidadãos que aspiram por condições de potencializar suas virtudes, de maneira a “beneficiar” a sociedade e a ele mesmo.

O próximo tópico versará sobre o processo de configuração dos mecanismos de segurança elaborados a partir do momento em que a Europa retoma seu curso urbanizador. Veremos as relações que vinculam a disciplina implantada em Brasília com o modelo de controle social europeu. Quatro elementos serão destacados e formarão dois pares “antagônicos”: de um lado, a razão e o Plano Piloto; de outro, a loucura e Águas Lindas de Goiás.

2.2. CORPO E PERCEPÇÃO

Foucault (2007) revela a importância da percepção no processo de produção do conhecimento que fundamentou a maneira como a sociedade moderna foi esquadrihada. Ele ressalta o “*grande enclausuramento*”⁶³ e a maneira como os

⁶³Foucault (2005, p. 48) faz o seguinte comentário sobre o grande enclausuramento: “o século XVII criou vastas casas de internamento; não é muito sabido que mais de um habitante em cada cem da cidade de Paris viu-se fechado numa delas, por alguns meses. É bem sabido que o poder absoluto fez o uso das cartas régias e de medidas de prisão arbitrarias; é menos sabido qual a consciência jurídica que poderia animar essas práticas (...) a loucura esteve ligada a essa terra de internados, e ao gesto que lhe designava essa terra como seu lugar natural”.

sentidos e a percepção vieram a constituir as normas que garantiram a ordem pública durante um bom tempo. A obra destaca que, num primeiro momento, a razão não foi a definidora dos critérios utilizados para determinar quem seria enclausurado ou orientou o “tratamento” ministrado a um interno com vistas ao reencontro deste com as bases morais que sustentavam a sociedade da época. Essa foi uma tarefa dirigida pela percepção dos que avaliavam a evolução dos quadros comportamentais dos enclausurados. Os avaliadores eram movidos pelas demandas imprescindíveis à manutenção da ordem na sociedade europeia em processo de urbanização.

“*A história da loucura*” – título da tese de doutoramento de Foucault – evidenciou, também, que as causas que levaram os indivíduos à clausura não foram as mesmas no decorrer do tempo. Os elementos convencionados que serviram de base para a internação derivaram das características reveladas por momentos históricos bem definidos. Mas, para deixar claro que no início do processo de exclusão de indivíduos do convívio social a percepção imperou, em detrimento da razão, é enfatizada a ausência da figura do médico nas instituições de internação. As análises realizadas eram baseadas em referências morais e não racionais. Essa obra estabelece uma distinção entre a história da loucura e a história da psiquiatria, revelando que a psiquiatria surge como um produto do modelo racional no final do século XVIII. É nesse momento que o louco passa a ser visto como doente mental.

Em sua investigação, a relação entre os discursos sobre a loucura e os espaços de reclusão adquire relevo e as rupturas discursivas não ficam distantes das questões relativas às conjunturas sociais e econômicas: se, em um primeiro momento, a loucura ameaçou uma sociedade que tinha a garantia da ordem na aceitação de uma conduta moral que condenava adúlteros, prostitutas, pessoas com doenças venéreas etc., que comprometiam a vida no continente europeu que retomava a vida nas cidades; num segundo momento, quando a ordem da razão emerge e abre caminho para sua consolidação, o louco e a loucura se tornaram uma ameaça por comprometerem a construção de um mundo regido por leis universais, que passaram a ser a garantia para a instituição da justiça social.

É durante o Renascimento que a oposição entre a loucura e a razão começa a ser configurada. Nesse momento, a verdade obtida por meio da razão é utilizada para evocar uma nova moral, fundada em um juízo crítico, capaz de formular normas que garantam a ordem racional.

Sem dúvida, tal juízo crítico em formação adquiriu concretude e atravessou os séculos. Podemos afirmar que as contradições evidenciadas no entorno de Brasília são frequentemente analisadas e explicadas a partir do uso de parâmetros que guardam a essência do juízo formado por esta moral racionalista. Tais análises classificam o Plano Piloto como produto de uma ordem racional sistematicamente ameaçada pela loucura manifestada de forma espontânea em seu entorno. A irregularidade e o desregramento encontrados neste território causam grandes preocupações e incomodam os que têm como função garantir a ordem pública no interior do Plano Piloto.

É interessante destacar que, às vésperas da inauguração da nova capital – e mesmo depois de decorridos vários anos do evento que oficializou a existência de Brasília –, uma preocupação persistia: exterminar os prostíbulos que teimavam em existir no interior do território do Distrito Federal. Estes estabelecimentos foram incendiados e as prostitutas, após sofrerem maus tratos severos, obrigadas a se estabelecerem nos municípios goianos do entorno de Brasília.

Com o passar do tempo e com o aumento das contradições produzidas em Brasília, a escala que determinava o território a ser controlado por uma assepsia social rigorosa foi sendo reduzida até se concentrar no Plano Piloto. Esse espaço deveria permitir a constituição de um corpo social, suficientemente integro, que se tornaria a representação, a vitrine, a expor os benefícios concretos oferecidos pela ordem da razão a toda nação. Nesse território, novas construções ainda são arquitetadas e erguidas⁶⁴, para reforçar o poder simbólico exercido pelo Estado, que deve subjugar os destemperados da moral e da desrazão, que insistem em cercar as luzes.

Os agentes oficiais enfatizam, por meio de obras materializadas no território, que os insanos que insistem em ficar à margem das ações do Estado vão ter o mesmo destino dos insetos que, movimentando-se desordenadamente, acabam colidindo com seus semelhantes e não comprometem o percurso da luz, que continua indo muito além dos obstáculos pontuais. Uma das obras merecedoras de destaque é a Ponte Juscelino Kubitschek (Foto 07). Ela simboliza a capacidade racional do homem e do Estado de possibilitar o movimento e o controle. É uma obra

⁶⁴ Construções que buscam estabelecer um sentido de continuidade com o projeto arquitetônico original.

de arte estrategicamente situada: pode ser vistas de diversos pontos do Distrito Federal.



Foto 07: Ponte Juscelino Kubitschek : ligação entre o Lago Sul e o Plano Piloto.

Fonte: www.politicalvoicesofwomen.ning.com

Mas, apesar das ações assépticas que visam à manutenção das regras e das regularidades presentes no Plano Piloto, há a necessidade da utilização da mão-de-obra concentrada no outro lado da “fronteira” que separa o Distrito Federal de Goiás. Essa necessidade provoca o encontro de corpos refugiados nos loteamentos limítrofes à Brasília com corpos que representam a ordem social “harmonizada” pela ação do Estado de direito. E mais, muitos corpos refugiados sobrevivem, muitas vezes, do trabalho realizado no interior dos corpos-edificados sob a inspiração feminina em diferentes pontos do Plano Piloto. Entretanto, o vínculo empregatício desses trabalhadores não é estabelecido diretamente com a União ou com o Distrito Federal, e sim com empresas terceirizadas que dispõem de uma

grande reserva de corpos para escolherem os que mais lhes convêm, de acordo com o serviço a ser prestado.

Os diversos corpos forjados no processo aqui destacado acabam se encontrando. A demanda por uma mão-de-obra barata e não qualificada abre um canal para que o interior de edifícios suntuosos se torne um lugar de interlocução, em que corpos envolvidos por histórias aparentemente distintas vão transitar nos saguões, atribuindo valores próprios a produtos produzidos com funções pré-definidas: as catracas e os sistemas de controle são, para uns, a representação da segurança e da ordem; para outros, a imagem clara de um sistema que exige uma fidelidade absoluta e que pode, a qualquer instante, excluí-los dos direitos sociais representados, por exemplo, pela “carteira assinada”. Esse processo de reprodução de significados não se restringe ao interior dos Edifícios, ele extravasa os limites das paredes e atinge tanto o entorno próximo, como toda a extensão do trajeto percorrido das residências goianas ao local de trabalho no interior do Distrito Federal.

É impossível mensurar, com exatidão, toda a dinâmica intrínseca a este processo de encontros de corpos e objetos materializados. Porém, uma afirmação pode ser feita com relativa segurança: seja numa dimensão mais simbólica, seja de maneira mais concreta, estes corpos, ao compartilharem espaços e tempos, produzem situações não previstas pelos que tentam articular a ordem desejada pelo Estado e seus “representados”. Tal fato deixa transparecer que a “loucura” não pode ser inteiramente subjugada pela “razão”, e as relações travadas no Plano Piloto deixam isso muito claro. A todo instante, manifestações, oriundas tanto dos corpos refugiados como dos corpos integrantes do corpo social, indicam que a ameaça da loucura insiste em assombrar a razão e a solidez da moral advinda das verdades por ela elaboradas.

A relação entre estes corpos pode conduzir a uma investigação que contemple o diálogo existente entre o Plano Piloto e a Águas Lindas de Goiás – deste município goiano considerado por nós como a antítese do discurso que fundou a construção da nova capital. Em Águas Lindas de Goiás, não é detectada a existência de uma organização mínima referenciada por um núcleo urbano original. Na realidade, o que se vê é a ausência de uma “ordem” primária que guie, mesmo que de maneira elementar, um processo de expansão urbana. Mas o que levou Águas Lindas a manifestar esta falta de orientação? A nosso ver, essa característica

peculiar está relacionada ao fato desse espaço urbano ser o único⁶⁵, entre os que compõem a Região da Alta Polarização da RIDE-DF, que não tem sua origem atrelada à construção de conjuntos habitacionais. O município de Águas Lindas de Goiás nasce a partir de loteamentos desordenados em um território destituído de um núcleo original capaz de referenciar uma expansão urbana posterior.

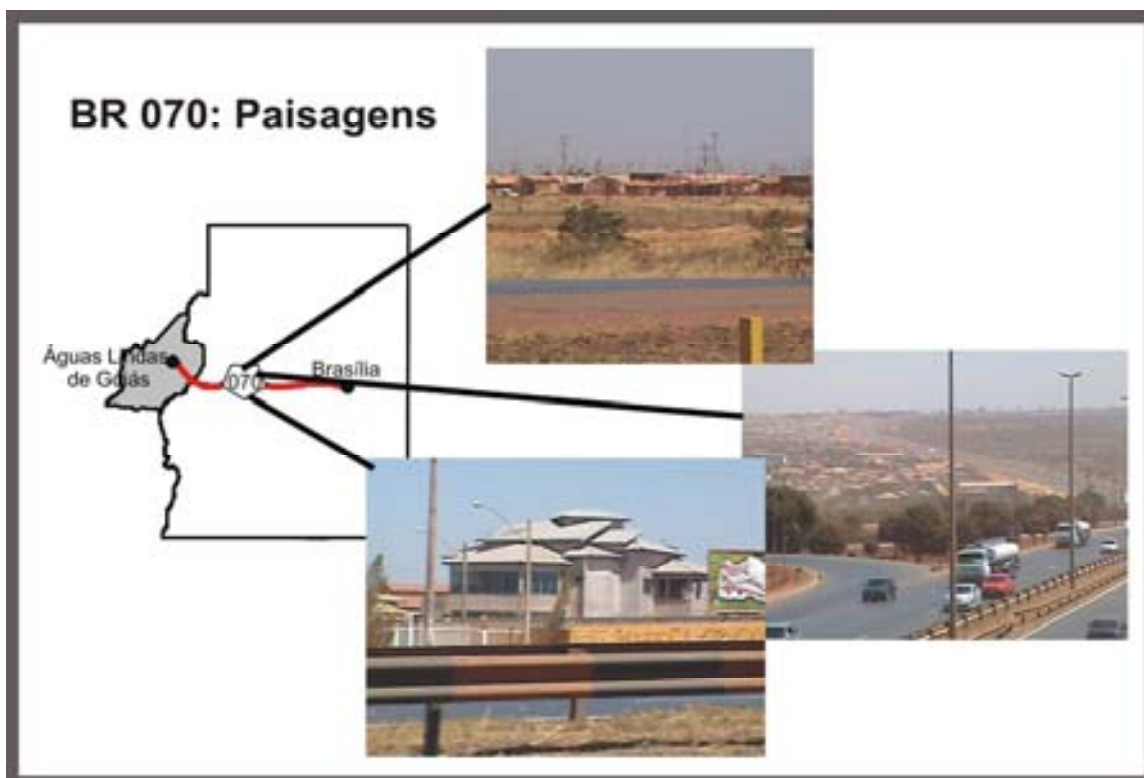
Na opinião dos moradores, a grande vantagem de residir em Águas Lindas está no acesso mais rápido ao Distrito Federal e ao Plano Piloto, quando se compara o tempo de deslocamento dos municípios ligados a Brasília pela BR-040⁶⁶ – Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental e Luziânia.

A ligação entre o Plano Piloto e Águas Lindas se dá pela BR-070, que no interior do Distrito Federal é chamada de Estrutural. A estrutural tem início nas proximidades da rodoferroviária, que está em uma das extremidades do Eixo Monumental. Na outra extremidade do Eixo Monumental, estão o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto – A Praça dos Três Poderes.

Entre a rodoferroviária e Águas Lindas de Goiás, diversas edificações registram toda a complexidade que tem se materializado nos entornos do Plano Piloto e de Brasília: edificações comerciais suntuosas, mansões, barracos e “invasões” são encontrados às margens da importante rodovia. Um verdadeiro caleidoscópio de formas, cores, cheiros e corpos compõem esta paisagem que dá pistas das alterações ininterruptas e de sua complexa estrutura. Mesmo os que mantêm um contato sistemático com esta paisagem têm dificuldade de delimitar as alterações percebidas. A densidade, a assimetria e a heterogeneidade das formas e dos movimentos causam uma espécie de vertigem aos que transitam pela estrutural (Croqui 03).

⁶⁵ Como exceção a essa observação aparece Santo Antônio do Descoberto, emancipado uma década antes dos municípios que margeiam a BR-040, em uma conjuntura que o diferencia dos demais municípios que integram a Região de Alta Polarização da RIDE-DF.

⁶⁶ Os questionários, supracitados, indicam que 63% dos entrevistados trabalham no DF, dos quais 58% consideram o acesso “rápido” ao DF a grande virtude de Águas Lindas de Goiás.



Croqui 03: Paisagens da BR 070
Autor: SILVA, Adriana Aparecida - 2009

Outro fator que faz com que o diálogo entre Águas Lindas de Goiás e o Distrito Federal chame a atenção é expresso por um dado profundamente relevante para esta pesquisa: a partir de 2000, a população ocupada deste município – população que trabalha ou estuda, entre 15 e 64 anos – é responsável pelo maior movimento pendular no território brasileiro, com 62% dos habitantes enquadrados neste segmento populacional se deslocando diariamente para o Distrito Federal (MOURA; CASTELO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005).

É esse movimento que instaura a dinâmica dos corpos, dos espaços e dos tempos percebidos. Uma dinâmica que não se restringe a um esquema linear e, por isso mesmo, gera superposições. Rápidos, lentos, próximos e distantes, são responsáveis pela produção de dimensões que são “atropeladas” por um elemento que não pode ser visto como “mais um”: o homem! É o que veremos a seguir.

2.3. A COEXISTÊNCIA DE CORPOS APARTADOS

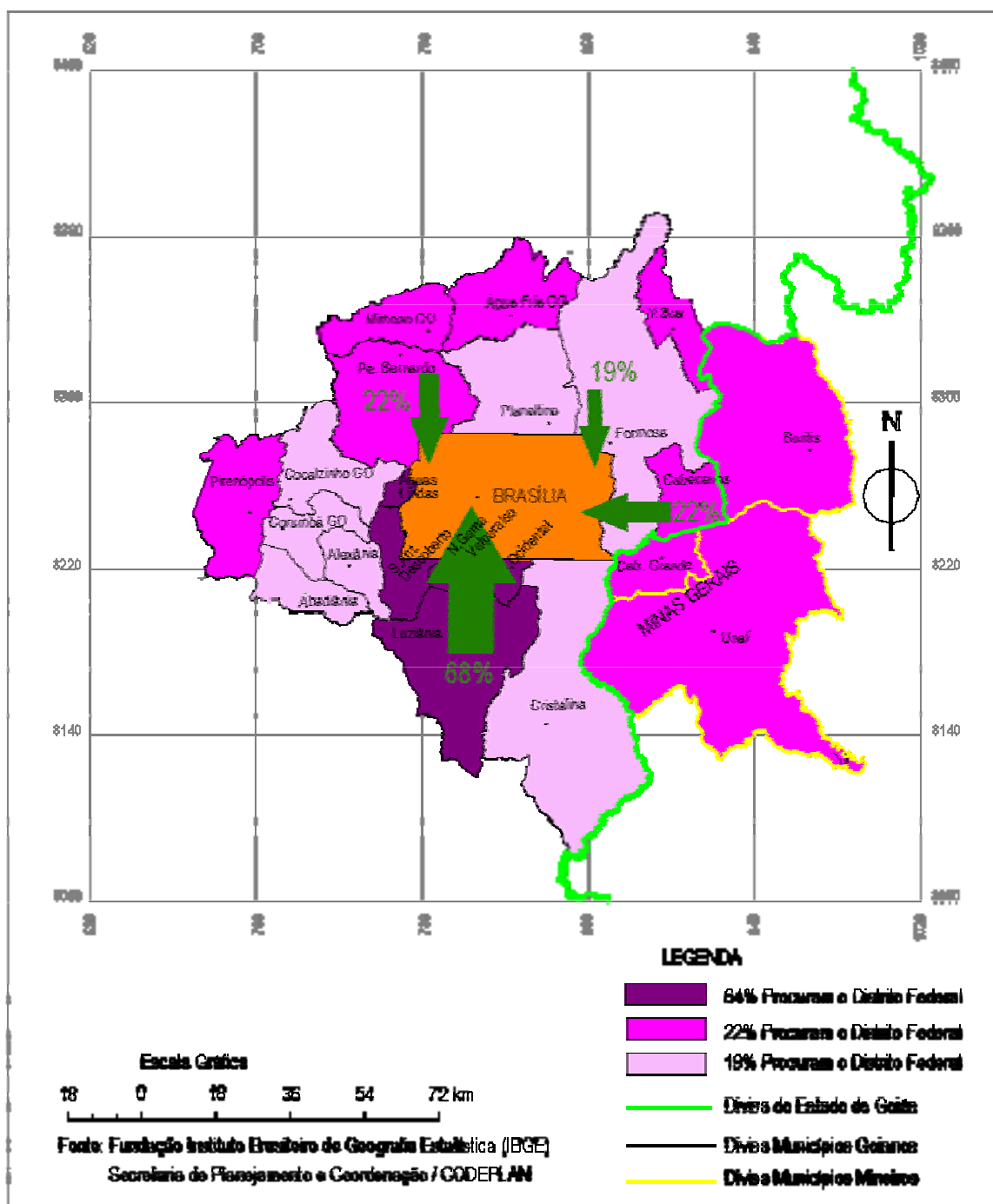
Milhares de corpos passam diariamente pela Estrutural, por este importante eixo de deslocamentos. Segundo o DNIT, 15.000 veículos transitam

diariamente pela rodovia que liga Águas Lindas de Goiás e o Distrito Federal. Este fluxo revela incontáveis fatos; alguns indicam uma proximidade no cotidiano de pessoas que residem em espaços caracterizados por diferentes expressões de (des)ordenamento, outros apontam para uma distância entre corpos que, em um primeiro momento, pode ser considerada insuperável.

A proximidade é percebida no encontro de diferentes corpos que se dirigem aos mesmos lugares, às mesmas edificações. As residências, os hotéis, as ruas, os restaurantes, os bares, os palácios, os shoppings, os parques do Plano Piloto são construídos, limpos e reparados⁶⁷ por habitantes do entorno de Brasília. Por estes que, realizando um movimento pendular, dão um caráter de mobilidade à fronteira criada pela racionalidade instrumental, que tenta, em vão, isolar o corpo social republicano⁶⁸ de toda manifestação que remeta à loucura, à desordem, à desrazão associada às relações travadas além da divisa do DF com Goiás. (Mapa 03)

⁶⁷ Os questionários indicaram que 8% dos domicílios de Águas Lindas têm moradores que trabalham em firmas de conservação e limpeza no DF.

⁶⁸ Forjado por meio do exercício do poder hegemônico com vistas ao estabelecimento de uma conduta socialmente uniforme.



Mapa 03: Trabalho no DF – percentual que trabalha no DF.
Fonte: CODEPLAN -2003
Org.: NUCADA, Miraci

A distância pode ser notada nos vínculos institucionais que dão um sentido de permanência aos corpos que tiveram seus nomes grafados no Diário Oficial, a partir da aprovação em concurso público, o que confere a alguns um estado de estabilidade constitucionalmente garantido; enquanto outros convivem

sistematicamente com o espectro da transitoriedade na sua relação com Brasília, que é uma ameaça a assombrar os que desejam manter seu emprego formal através das empresas prestadoras de serviços de construção, conservação e limpeza.

Esta situação nos coloca diante de uma realidade paradoxal. Um mesmo lugar traz consigo a representação da proximidade e da distância. Efetivamente, o diálogo entre esses elementos tem, na capital federal, um sentido próprio, tanto em uma abordagem que os contemple em uma perspectiva definida pela super-estrutura – como foi o caso do parágrafo anterior – como em um enfoque que enfatize as questões estruturais expressas pelas rodovias. Por exemplo, a distância entre os lugares impressiona quem é apresentado a Brasília: grandes retas separam as áreas de atração e de expulsão, fazendo com que os veículos se comportem como pêndulos de um mecanismo que tem particularidades interessantes, embora não-exclusivas.

A intensificação desta relação de atração-repulsão – especificamente entre o DF e Águas Lindas – tornou os largos eixos de deslocamento estreitos para o volume de pêndulos que vão e vêm em horários pré-determinados. Para viabilizar a circulação de veículos, os órgãos de controle e gestão do DF deram à estrutural três sentidos no decorrer do dia: nas primeiras horas da manhã, as duas pistas da rodovia são utilizadas somente para ir ao DF; nas últimas horas da tarde, o sentido se inverte, conduzindo as pessoas para as cidades-satélites, Águas Lindas e outras localidades periféricas. Nas demais horas do dia o sentido é duplo, como originalmente ocorria.

Brasília e seu entorno, pelas características apresentadas até aqui, proporcionam experiências com o tempo e com o espaço que invocam um tratamento que fuja das superficialidades das relações imediatas. Uma compreensão das relações complexas constituídas, neste território, solicita uma mediação como a realizada por Santos (2004). O geógrafo tratou da esquizofrenia presente no tempo e no espaço produzidos pela sociedade. Nesta obra, o autor discorre sobre a “*dimensão espacial do cotidiano*”⁶⁹ e destaca a “*dimensão do espaço banal*, o

⁶⁹ Para aos moradores de Águas Lindas de Goiás, o cotidiano está relacionado ao movimento rumo ao DF. Este fato não está vinculado somente às atividades econômicas. A capital federal é o destino de 72% dos que apresentaram uma preocupação com o Lazer. Numa direção contrária, em vários trabalhos de campo – muitas vezes acompanhados por colegas do Programa de Pós-Graduação – percorremos a extensa avenida onde esta localizada o Fórum. E, sistematicamente, perguntamos aos moradores e comerciantes pelo nome dessa via. Em

espaço dos geógrafos". Para ele, essa dimensão é produto do papel assumido pela informação e pela comunicação na vida social, no cotidiano das pessoas. É destacado que estas duas categorias promoveram uma significativa ampliação das dimensões existentes, sendo que é nítida a existência de uma intencionalidade no interior de todo este processo. Santos afirma:

Através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano, poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. (Ibidem, p. 321).

Na seqüência, encontramos um importante alerta:

E enquanto outros especialistas podem escolher na listagem de ações e na população de objetos, aqueles que interessam aos seus estudos setoriais, o geógrafo é obrigado a trabalhar com todos os objetos e todas as ações. O espaço inclui, pois, essa 'conexão materialística de um homem com outro' de que fala Marx e Engels na *Ideologia Alemã*. A forma atual, conforme vimos, supõe informação para o seu uso e ela própria constitui informação, graças à intencionalidade de sua produção. Como hoje nada fazemos sem esses objetos que nos cercam, tudo o que fazemos produz informação. (Ibidem, p. 321).

Essa argumentação nos conduz à elaboração de questionamentos que revelem os procedimentos a serem adotados no decorrer de uma investigação centrada nesta intrincada relação que envolve a produção, a informação, a comunicação, a sociedade, o espaço, o tempo e os objetos. Nesta relação em que as escalas global, regional e local ao mesmo tempo se contrapõem, se justapõem e se complementam, impedindo que o limite entre elas possa ser precisamente traçado a partir das formas e dos significados expressos pelos objetos produzidos.

Devemos ter em mente que é na materialidade, que não pode ser relegada pelos geógrafos, que encontramos as possibilidades de compreensão deste mundo percebido como estranho pelas pessoas que o habitam, pois ela traz consigo os sentidos fugidíolos deixados pelos homens, pelas ações e pelas intencionalidades registradas por histórias territorializadas em tempos distintos, por

nenhuma das oportunidades encontramos alguém que demonstrasse conhecer o nome da avenida. É como se o vínculo com o lugar de residência fosse negado. Não saber o nome pode ser muito mais do que não saber o nome. Pode ser a negação desse lugar como seu lugar.

peças diferentes. Principalmente, quando tratamos de modificações produzidas em um tempo cada vez mais “rápido”, em espaços cada vez mais densamente povoados e por intenções cada vez mais difusas.

Nessa perspectiva, Santos aponta caminhos para quem deseja dialogar com os objetos materializados que nos cercam e que afetam diretamente nossas vidas. As orientações oferecidas por Santos se destinam aos que têm como objetivo superar a condição de estranhamento do homem diante do mundo:

No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente as noções e as realidades de espaço e tempo.

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são à base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora da comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (Ibidem, p. 322).

Santos deixa claro que esta dimensão do espaço cotidiano, do espaço banal, pode ser entendida como sendo o lugar. O lugar que representa o mundo, a ordem mundial; mas que apresenta, também, os traços marcantes das paixões próprias dos indivíduos. Por isso mesmo, a política territorializada vai considerar as especificidades manifestadas no lugar, para que haja a possibilidade do estabelecimento de um controle das ações individualizadas. A política territorializada indica, assim, a busca pelo controle das ações espontâneas que são um risco aos interesses de agentes externos representados pelas instituições oficiais. Isto porque as manifestações não ordenadas pelas políticas coercitivas promovem, via de regra, o aumento da resistência às normas impostas, que são instrumentos para o bom funcionamento das atividades inerentes ao sistema em vigor.

Santos, sistematizando as escalas que envolvem os lugares, ressalta a existência de duas tipologias que marcam esta categoria: os lugares globais simples e os lugares globais complexos. Para ele, “nos primeiros apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam”, enquanto, nos últimos:

Que geralmente coincidem com as metrópoles, há a profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a ele se opõem. São vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum. Por isto a grande cidade é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem existir. (Ibidem, p. 322).

E muitos são os fracos que reproduzem suas existências no entorno de Brasília⁷⁰, no Distrito Federal e no Plano Piloto. Neste território que precocemente atingiu uma condição metropolitana tornando-se complexo no decorrer de poucas décadas. Milhões⁷¹ de habitantes aí residem: a maior parte deles colocada em uma condição que os tornou, a princípio, fracos.

Esses e os outros fracos que procuram abrigo nas metrópoles foram contemplados pelas reflexões de Milton Santos. A quarta parte da importante obra aqui destacada foi dedicada à compreensão da “*força do lugar*”, e um dos quesitos evidenciados aborda, especificamente, a questão dos “*pobres na cidade*” (Ibidem, p. 322).

No raciocínio desenvolvido pelo autor, fica nítida a necessidade de romper com a idéia de que a cidade é sempre o pólo de desenvolvimento econômico no mundo capitalista, enquanto o campo é visto com um enfoque secundário, que acaba o situando na periferia do sistema. O argumento elaborado destaca que os novos capitais são melhores absorvidos pelo campo, já que a cidade – principalmente a grande cidade – apresenta uma resistência mais incisiva às adaptações comuns ao modo de produção capitalista, devido às relações já estabelecidas e cristalizadas.

Para Santos, o que confere relevo à cidade é a sua diversidade socioespacial. Em outro trabalho, publicado em 2000⁷², o termo sociodiversidade é apresentado como mais significativo do que a tão propalada biodiversidade. Esta sociodiversidade⁷³ é explicada pelo fato da cidade ser:

⁷⁰ Como vimos, o questionário aplicado apontou o seguinte cenário na composição da renda dos trabalhadores: 25% ganham até um salário mínimo, 64% recebem de 1 a 3 SM, 7% de 3 a 5 SM, 2% de 5 a 10 e 2% não quiseram ou souberam responder.

⁷¹ Os municípios da RIDE-DF têm uma população de 955. 097 (IBGE, 2007), já as Regiões Administrativas mais próximas de Águas Lindas de Goiás: Ceilândia, Samambaia, Brazlândia, possuem, juntas, cerca de 530 milhões de habitantes.

⁷² Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record. 2000.

⁷³ Um dos aspectos da sociodiversidade “de” Águas Lindas de Goiás diz respeito a sua idade e a seu contingente populacional: é uma cidade de 11 anos com uma população de cerca de 140 mil habitantes. Por isto, não é de se

Palco de todos os capitais, e de todos os trabalhos ela pode atrair e acolher as multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços. E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. Com isso, alias, tanto se ampliam a necessidade e as formas de divisão do trabalho, como as possibilidades e as vias da intersubjetividade e da interação. É por aí que a cidade encontra seu caminho para o futuro. (Ibidem, p. 323).

As palavras do autor indicam que a pobreza penetra no interior de uma ordem instituída que minimizou as potencialidades relativas à sua existência. Temos, assim, a manifestação de uma ordem dos “*de cima*” e de uma (des)ordem dos “*de baixo*”. A cidade é vista como “*um grande sistema*” que contém uma infinidade de outros subsistemas. Os subsistemas se especializam de maneira própria e não uniforme. A diferença fundamental é que os subsistemas engendrados pelos “*de cima*” têm que seguir os ditames oriundos de ambientes externos de forma rigorosa e não-flexível. Enquanto os subsistemas elaborados pelos “*de baixo*” têm uma maior autonomia no processo de definição e redefinição de sua relação com o espaço, com o tempo e com a produção, já que as adaptações necessárias à reprodução de suas existências são embasadas pela percepção geográfica da realidade em que estão inseridos.

O diálogo dos “*de baixo*” com os objetos materializados permite respostas com uma dinâmica e uma proximidade impossíveis quando comparadas às relações dos “*de cima*” com os objetos por eles analisados. No caso dos “*de baixo*”, “*a solidariedade se cria e recria ali mesmo*”; já os “*de cima*” têm sua “*solidariedade imposta pela cooperação do tipo hegemônico que é comandada de fora do meio geográfico e do meio social em que incide*” (Ibidem, p. 324).

A distinção entre estes dois grupos faz com que os fracos venham a construir suas relações a partir de uma proximidade que enfatiza a comunicação. Ou seja, há um papel fundamental exercido pela percepção mediada pelos seus órgãos sensoriais. Isso propicia uma identidade entre os que percebem e o que é percebido.

estranhar que nenhum dos 300 entrevistados tenham nascido nesse município goiano. Entretanto, não deixa de ser um fato que chame a atenção. Além disso, 53% dos entrevistados residiram em mais de um município antes de fixar residência em Águas Lindas. Esse universo expressivo de pessoas com uma vida em trânsito promove, no entorno de Brasília, um encontro de memórias reinventadas, fazendo com que cada homem traga consigo experiências que dialogam e criam um universo possibilidades manifestadas sob várias formas; entre elas, podemos ressaltar a disposição para o deslocamento, para a mobilidade. Nos diálogos estabelecidos durante a aplicação dos questionários era nítida a disposição para continuar migrando. É como se isto tivesse se incorporado aos sujeitos da Águas Lindas de Goiás.

Por outro lado, a cooperação hegemônica está visceralmente marcada pela distância entre o lugar do comando e o lugar da ação empreendida, o lugar específico. O que funda esse tipo de relação é a informação alicerçada por uma racionalidade que universaliza a percepção e a reação das pessoas diante do percebido. A distância é uma das grandes marcas no diálogo entre o corpo social homogeneizado – erigido no interior do modelo dominante – com os objetos produzidos no lugar particular, no espaço globalizado.

A partir das especificidades apresentadas acima podemos entender como os *fracos* que habitam as metrópoles escapam da racionalidade instrumental (HOKHEIMER, ADORNO, 1985), do totalitarismo da racionalidade (SANTOS, 2004). Fracos também chamados por Santos de lentos. É essa lentidão característica que os coloca em uma condição privilegiada, pois ela age como uma vacina contra o estranhamento derivado do contato vertiginoso com uma sucessão ininterrupta de imagens desconexas e descontextualizadas. Do lado oposto, os velozes, os que se encontram vinculados ao sistema dominante, se encontram e se perdem nas imagens vazias de sentidos que, em um ritmo frenético, são lançadas diante de seus órgãos sensoriais, comprometendo sua capacidade de se referenciar e se localizar no espaço e no tempo. Essas imagens não trazem consigo os significados atribuídos pelas histórias vividas no lugar, mas os sentidos pré-determinados por uma razão profundamente distante, que desconhece as nuances e os meandros das vidas das pessoas que reproduzem material e, existencialmente, suas relações, a partir de condições próprias e particulares – certamente, não desconsideramos a influência do processo de universalização que incide, de alguma forma, em todos as pessoas e em todos os lugares.

Tal razão universalizadora gera o que Santos chamou de “*historicização da metafísica*”, que “*crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas ‘opacas’*” (SANTOS, 2004, p. 326). Os espaços dos pobres são vistos como inorgânicos e abertos, pois não seguem os sistemas corporificados pelas ações hegemônicas. Mas, os espaços dos pobres, ao se distanciarem do organicismo urbano, acabam por abrigar uma ecologia social, na seguinte perspectiva:

A cultura de massa é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação. A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo.

Essa busca de caminhos é, também, visão iluminada do futuro e não apenas prisão em um presente subalternizado pela lógica instrumental ou aprisionado num cotidiano vivido como preconceito. É a vitória da individualidade refortalecida, que ultrapassa a barreira das *práxis* inventiva de que fala H. Lefebvre. (Ibidem, p.327).

Dessa forma, se Foucault, por meio de sua arqueologia do saber e de sua genealogia do poder, revela, de forma única, o processo que conduziu a constituição dos “*corpos dóceis*” através do exercício do poder; Santos, em seus estudos dedicados à compreensão das relações travadas entre o tempo e o espaço, explicita que os corpos não-docilizados, que vivem de maneira marginal e não são alcançados de forma eficiente pelos mecanismos coercitivos, acabam compondo uma outra estrutura não alheia à arquitetada pelos agentes oficiais de comando. Mas como se dá essa relação entre corpos dóceis e indóceis que é sustentada por estruturas distintas que não se excluem? É o que veremos no próximo capítulo.

3. OS CORPOS, A PERCEPÇÃO E AS FRONTEIRAS “ENTRE” OS LUGARES.

A segregação promovida pelo sistema hegemônico não gera uma situação de exclusão absoluta. Os segregados, de maneiras específicas, integram as estruturas de sustentação do sistema que possui mecanismos de coação e repressão dedicados ao estabelecimento de uma ordem que visa à garantia da “saúde” do corpo social. Eles, os “*de baixo*”, são colocados na condição de figuras centrais que protagonizam, por exemplo, os programas policiais que assombram a população eficientemente informada a respeito da progressiva escalada da violência nas mais diversas instâncias da sociedade. Eventualmente, tais programas televisivos – com um elevado índice de audiência – ressaltam a participação da classe média no processo de reprodução da violência, dando destaque aos filhos desse segmento que em detrimento da “boa educação” recebida, se verteram ao chamado da irracionalidade, da desrazão, e passaram a promover a desordem que enfraquece, debilita e ameaça a integridade do corpo social. Diante do quadro pintado de maneira extravagante pela mídia, os pais passam a alertar seus filhos para a necessidade de se comportarem ordeiramente, respeitando as regras de convivência e as normas elaboradas para fortalecer o corpo social.

Investigando a composição dos juízos que trabalham a favor da manutenção do ordenamento requerido pela sociedade moderna, Foucault (2005) considera a figura do Tribunal do Júri emblemática. Segundo o filósofo, o que é julgado pelo Tribunal não é somente o crime cometido por um indivíduo, mas, também, a vida pregressa do acusado. Se, apesar da ação criminosa praticada, a defesa provar que o transgressor dos códigos e das normas de boa conduta é um cidadão pagador de impostos, que durante toda a sua vida se comportou de maneira exemplar e idônea, existe grande possibilidade dos jurados isentarem o réu da pena prevista ou, pelo menos, atenuarem significativamente a punição por sua conduta criminosa; mesmo diante de uma confissão da autoria do crime. O que faz com que o crime, em si, assumam frequentemente uma posição secundária no discurso dos advogados de defesa no processo de julgamento em curso.

Além de matéria-prima para a construção semântica de argumentos instrumentalizados no processo de formação dos “*corpos dóceis*”, os segregados são úteis, também, como mão-de-obra barata para a realização das tarefas desagradáveis aos olhos dos “corporificados”. Essa dimensão de sua utilidade é

mais conhecida: os segregados são selecionados e os mais adequados ao trato diário disciplinado são absorvidos e distribuídos entre as empresas que prestam serviços às instituições que constituem os sistemas e os subsistemas do Estado republicano corporificador⁷⁴ (Fotos 08 e 09).



Foto 08: Fila e serviço de identificação da Novacap,
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. 1957.

⁷⁴ Em Brasília, esta seleção se fez presentes desde o início do processo de construção da cidade.



Foto 09: Inauguração de Brasília,
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. 21/04/1960.

Não quer dizer que os selecionados superaram a condição de segregados, mas que existem segregados que desempenham funções que servem ao sistema. Somos, então, impelidos a elaborar um questionamento: o que ocorre com os segregados que não são integrados ao sistema na condição acima exposta? O que resta a esse imenso grupo de pessoas que se encontra concentrado, refugiado, (SOUZA, 2003) nas proximidades da fronteira do Distrito Federal com Goiás? A resposta a esta indagação remete a uma gama infinita de possibilidades mais ou menos objetivas. Todavia, uma afirmação pode ser feita: os não incorporados podem não servir ao sistema, mas estão incisivamente presentes na mente dos que têm a tarefa de promover a segurança pública no interior da capital federal, dos que tem a responsabilidade de delinear uma cartografia território-institucional que viabilize a elaboração de projetos que instaurem uma disciplina que limite as ações dos segmentos marginalizados.

Seguindo esse raciocínio, podemos dizer que as costuras político-jurídico-territoriais estão na essência do movimento que deu corpo ao modelo de Estado republicano que temos hoje. Como uma de suas marcas mais contundentes, o Estado Republicano busca controlar as manifestações territoriais de uma sociedade que traz consigo uma expressiva diferença em sua composição. Esta composição

diferenciada foi produzida ao longo de um processo em que o ideal republicano de igualdade foi apresentando uma apuração progressiva das exigências estabelecidas para a concessão do título de “cidadão”, o que acabou alijando cada vez mais pessoas das prerrogativas jurídico-políticas asseguradas pelas constituições republicanas.

A obra de Foucault oferece uma perspectiva dinâmica a respeito das relações de poder manifestadas no interior das relações assimétricas presentes em uma sociedade territorializada. Suas considerações auxiliam na compreensão das dificuldades encontradas pelas forças oficiais na tentativa de anular as práticas classificadas como indesejáveis e nocivas à ordem pública:

O poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares (...) Pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis. (FOUCAULT apud RAFFESTIN, 1993, p. 7)

Ou seja, apesar das ações empreendidas pelo Estado para restringir o exercício do poder, a mobilidade que caracteriza este exercício cria limitações às estratégias de dominação engendradas pelos agentes oficiais. Essas limitações estão relacionadas às contradições inerentes a reprodução do sistema hegemônico em vigor e potencializam as condições de desigualdade expressas territorialmente. O estado de desigualdade é notado, por exemplo, quando os segregados não selecionados para a venda de sua mão-de-obra passam a tecer relações marginais com vistas a sua sobrevivência. Estas relações são manifestadas, na maioria dos casos, por meio de atividades econômicas enquadradas como irregulares e vinculadas a problemas que comprometem a segurança de um sistema ancorado em dois pilares: a seguridade e a previdência social. Por isto, podemos afirmar que as desigualdades expressas territorialmente negam a existência de uma dominação absoluta e revelam a complexa teia de relações confeccionadas à margem das resoluções oficiais.

Raffestin (1993) chama a atenção para as variáveis que estão na pauta das questões referentes ao exercício do poder. O geógrafo suíço ressalta que a Geografia Política clássica pode ser caracterizada como uma Geografia de Estado e destaca a necessidade de superação da condição de dominação deste conhecimento. Para esta tarefa, é evidenciado o imperativo da constituição de uma

“*problemática relacional*”, em que o poder é a “*chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido*” (Ibidem, p. 07). É justamente a personalidade abrangente desta “*problemática relacional*” que torna imprescindível a transposição de uma visão de mundo calcada exclusivamente no poder exercido pelo Estado e cria condições para o exercício de um poder relacionado com as práticas dos mais distintos segmentos sociais atuantes no território.

Para evidenciar a característica difusa deste elemento, o autor questiona: o poder é “*exercido por quem?*”. Na seqüência, ele responde: “*por atores saídos dessa população*”⁷⁵. Ou seja, por mais que a Geografia Política tenha evidenciado – e servido – ao Estado, a população sempre apresentou um papel relevante no interior das relações de poder que tanto este geógrafo como Foucault estudaram: é no seio da população que se encontra a “*problemática relacional*” capaz de oferecer um outro sentido à Geografia Política.

Podemos concluir que um dos maiores paradoxos reproduzidos pelos agentes hegemônicos é demonstrado pela crença na possibilidade efetiva de restringir a dimensão do exercício do poder a uma sede por eles definida, através da utilização de estratégias racionais para o controle territorial. Esta tentativa sistemática de obter uma conquista impossível pode ser associada às vertigens apontadas por Santos (2004), quando este aborda as fragilidades que envolvem a capacidade de percepção dos que vivem em alta velocidade. Isso porque os “*de cima*” são marcados por uma incapacidade de bem avaliar as limitações apresentadas por um mundo repleto de contradições que fogem ao plano linear da razão que baliza suas ações comandadas de longe.

A alta velocidade conduz a uma existência esquizofrênica: as ações estratégicas são traídas pela própria fugacidade dos objetos criados pelo sistema. Ou seja, os diálogos entre as ações e os objetos acabam sendo marcados pela troca de informações fragmentadas, já que se trata de uma interlocução dissolvida pelas vertigens produzidas pela alta velocidade ditada pelas ações sistêmicas. O projeto global que almeja imprimir uma instantaneidade nas relações promove um estado de obsolescência precoce nos objetos: o diálogo entre os objetos são freneticamente

⁷⁵ No caso de Águas Lindas, estamos falando de uma população que reproduz sua vida por meio de atividades inerentes a movimentos realizados entre esse município e o DF. Dos 300 entrevistados, 189 exercem atividades econômicas no DF. Desses, 10% vão ao DF 4 vezes na semana, 39% vão 5 vezes na semana, 42% vão 6 vezes na semana e 9% vão 7 vezes na semana.

reconfigurados e as ações estratégicas revistas acabam sendo envolvidas por uma diacronicidade que cria distorções e estas afetam os sentidos dos agentes envolvidos por um ambiente de obsolescência generalizada.

A impossibilidade de um controle pleno permite que os não selecionados para os empregos formalmente registrados estabeleçam relações que, de maneira capilar, os colocam na condição de hospedeiros do corpo social, do organismo delineado pelo sistema. Como o funcionamento sistêmico deste corpo é profundamente complexo e os agentes responsáveis pela manutenção de sua saúde não podem realizar um diagnóstico que corresponda integralmente à realidade, torna-se impossível a instauração de um cordão sanitário que isole por completo o corpo social dos “miasmas” que pairam na atmosfera contaminada pelos “grupos marginais”.

Esta vulnerabilidade do organismo, gerada, a partir da limitação das ações do Estado perante os hospedeiros⁷⁶, acabou criando situações não previstas pelos idealizadores da ordem republicana. A todo instante e em todos os lugares, as inovações oriundas das tensões geradas aumentam o estado de imponderabilidade que cerca a reprodução da vida, dos objetos e de suas manifestações. Isto é facilmente percebido através dos registros presentes no espaço e no tempo, por meio das várias paisagens superpostas no território, que é a arena das disputas em torno do poder.

É nesse movimento que as ações e os objetos articulados pelos “*de cima*” são afrontados pelas contradições produzidas à “revelia” de seus planos e de suas metas. E uma das últimas fronteiras a garantir um relativo estado de ordenamento – que, se transposta, comprometeria as bases que sustentam o sistema – é representada pelo significado atribuído aos símbolos, estrategicamente construídos, que sustentam as estruturas de poder. Este é um ponto extremamente delicado, que sofre a constante ameaça das ressignificações oriundas das ações aleatórias.

Nessa perspectiva, o Título concedido à Brasília de Patrimônio Cultural da Humanidade tem um sentido estratégico para a manutenção das estruturas de poder. O tombamento e toda a simbologia que o envolve legitima as ações que reprimem o avanço da “desordem”, que é tratada como algo extravagante e não

⁷⁶ Que parecem ter sua existência justificada por teorias que nos fazem lembrar da geração espontânea, já que oficialmente não são vistos como produtos de contradições sociais, espaciais, históricas, políticas, econômicas etc.

pertencente às ações planejadas que edificaram a capital federal. Este Título reforçou os argumentos dos que classificam o entorno como um corpo estranho que coloca em risco o sonho da cidade ideal, produzida pela racionalidade humana.

Entre os diversos símbolos-monumentos erguidos no território do Distrito Federal, está o Memorial Juscelino Kubitschek. Memorial corporificador das idéias messiânicas do ex-presidente, que só se tornaram possíveis por meio da capital interiorizada. Esta construção-símbolo foi erguida no Eixo Monumental, porém há certa distância da Praça dos Três Poderes. Na verdade, o Memorial Juscelino Kubitschek está localizado quase que no outro extremo deste Eixo, dando a entender que os ideais que originaram tudo o que ali se encontra materializado, não podem ser relacionados a qualquer escândalo protagonizado por ocupantes transitórios dos cargos de Estado.

Essa edificação se encontra em uma posição estratégica na capital federal. Ela foi construída entre a rodoviária do Plano Piloto e a rodoferroviária. A partir de sua localização, podemos afirmar que a estátua que corporifica Juscelino Kubitschek acompanha os movimentos dos corpos que vêm do exterior do Plano Piloto pela manhã e que, ao final do dia, retornam para suas residências “periféricas”. A base de concreto armado que sustenta, no alto, o corpo esculpido de Juscelino Kubitschek adquire o sentido de um portal de acesso ao Plano Piloto (Fotos 10 e 11).

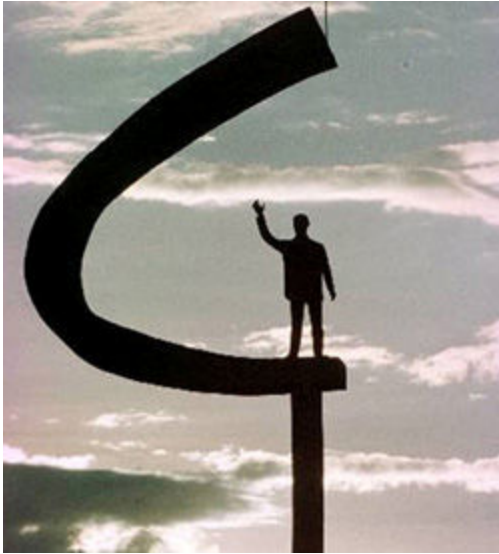


Foto 10: Foto do corpo esculpido de Juscelino Kubitschek em frente ao seu memorial localizado no eixo monumental.

Fonte: www.divirtase.correioweb.com.br



Foto 11: Inauguração de Brasília.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. 21/04/1960

O processo aqui discutido nos leva a elaborar questionamentos em torno da natureza desses movimentos de corpos, que têm no Memorial Juscelino Kubitschek um ponto privilegiado: como estes corpos em deslocamento reproduzem sua existência e conferem outros significados aos objetos que simbolizam a racionalização na gestão do Estado, do espaço, do tempo, da produção e da cidade, que se configurou o lócus da reprodução desta lógica? De que forma relações

dialógicas produtoras de tantas contradições podem ser mapeadas, oportunizando uma compreensão desse processo em que vários núcleos exercem um papel fundamental? É o que veremos a partir de agora.

3.1. OS CORPOS EM MOVIMENTOS

Durante muito tempo, a idéia de movimento foi combatida. A dificuldade de aceitação do movimento como um fato relevante e incontestável estava associado a posturas teocêntricas defendidas pela Igreja do decorrer da Idade Média e apresentou o seguinte teor: se as chagas do corpo crucificado de Cristo representavam o livramento dos pecados cometidos pelo homem, não seria justo que esse homem assumisse, novamente, uma posição de risco diante do pecado. Este risco estava associado ao movimento, ao deslocamento do homem no território, já que esta prática expressava um distanciamento dos desígnios divinos. O que de fato importava era que o homem nascia em um feudo regido por um representante de Deus. Sendo assim, o fundamental não era uma movimentação horizontal do corpo do homem de um lugar para outro, mas a aceitação de uma vida em que o corpo era a oportunidade para os sacrifícios que salvaguardariam o ingresso da alma no Reino dos Céus. Quer dizer, a verdadeira movimentação deveria ocorrer numa perspectiva verticalizada.

Uma nova relação entre o corpo e o movimento demandou muito tempo, e foi o Renascimento cultural o evento que representou o intrincado processo que fez brotar as bases que abriram caminho para uma outra dinâmica corpórea. As imagens de corpos representados pela arte deste período indicam um reencontro com as relações simétricas características da cultura helênica. Cultura que atribuía uma outra dimensão para a existência do homem, que deveria, antes de qualquer outra coisa, conquistar a condição de liberdade. E, no caminho percorrido em busca de virtudes emancipadoras, não poderia ser exigido do homem um sacrifício que deformasse seu corpo e escravizasse sua alma, mas sim uma conduta que garantisse à produção de um corpo marcado pela beleza esculpida pelas ações de uma alma em busca de uma efetiva liberdade.

O ideal helênico⁷⁷ de vida terrena não apresentava o sofrimento como garantia de uma felicidade eterna; ele indicava a necessidade de uma vida eternizada por feitos que simbolizassem a luta pela autonomia do ser. O grande representante desse ideal foi o corpo e a história de Aquiles: deste personagem de Homero que escolheu a brevidade de uma vida repleta de feitos que não permitiriam que fosse esquecido por muitas gerações.

Numa história mais recente, a obra de arte renascentista mais famosa que representa uma reaproximação com este ideal é Monalisa. Essa pintura traz consigo a exaltação à beleza corpórea. Trata-se de uma obra imersa em uma contradição que tem atravessado os séculos: ao mesmo em que apresentou as referências matemáticas apropriadas pela cartografia moderna, essa pintura se mantém envolta por uma infinidade de “mistérios”, que tratam da conjuntura e do contexto que marcaram a sua criação. No que diz respeito aos seus aspectos conhecidos e irrefutáveis, este produto artístico revela traços simétricos que só podem ser encontrados no mundo real, se o corpo humano for poupado das agruras de uma vida de sacrifícios físicos, como os exigidos pelos moldes medievais.

Percebemos, então, que as figuras das chagas cravadas no tortuoso corpo de Cristo e as belas imagens simétricas pintadas e esculpidas por artistas⁷⁸ foram colocadas em posições antagônicas já há um tempo considerável. Mas o que de fato nos interessa é que a reprodução deste antagonismo, no mundo hodierno, não apresenta os limites rigidamente definidos de outras épocas. Se, no passado, as adornadas pinturas renascentistas nas igrejas remetiam à vida no mundo celeste – cabendo aos fiéis a representação de uma imagem pessoal penitente –, nos dias de hoje os adornos não são uma exclusividade das pinturas angelicais presentes em vitrais e tetos; isto porque os fiéis também cultuam o corpo humano e crêem em um Deus que deseja uma vida de felicidades para os homens já no mundo terreno, e não somente nas esferas celestes após a falência completa do corpo material.

Além disto, se para alguns ainda existe uma separação rígida, fazendo com que a comunhão com Cristo, com o corpo de Cristo, seja mediada unicamente pela Igreja, através da “hóstia”; e, para outros, o encontro com o corpo simétrico criado por uma nova estética emancipadora seja um produto a ser exposto em

⁷⁷ Ideal que não tinha um caráter absoluto já que na Grécia antiga o número de escravos era muito superior ao de homens livres; sem mencionar a condição de inferioridade da mulher nesta sociedade.

⁷⁸ Que forneceram as bases para uma nova relação do homem com o seu corpo.

museus; para uma população em expressiva expansão, estas duas expressões podem ser apreciadas de maneira integrada. Isso porque as representações que dão vida aos objetos consagrados por estes distintos segmentos passaram a apresentar um diálogo travado no interior de “uma” civilização que cultua estes dois modelos “distintos” de corpos.

Portanto, uma precisão milimétrica não está entre as preocupações que guiaram esta pesquisa. Nossa intenção foi compreender aspectos relevantes de uma realidade dialógica e dialética, em que as fronteiras não apresentam a solidez de uma cordilheira. Esta compreensão solicita uma postura interpretativa, ao invés da análise objetiva, requerida pela explicação generalizadora. Os esforços empreendidos privilegiaram algumas particularidades, geralmente deixadas ao largo por investigações universalizantes. Devemos frisar que não desconsideramos as virtudes inerentes a esta modalidade trabalho. Trata-se, simplesmente, de uma opção justificada pelos eventos que estão se propagando no entorno de Brasília, criando um estado de convulsão social que não está sendo amenizado pelas ações oficiais, que tratam todos os lugares deste território como portadores de um mesmo “pecado original”.

Nesta pesquisa, o diálogo entre corpos povoados por diferentes significados foi investigado, a partir de um movimento, a princípio, realizado por migrantes que percorreram longas distâncias e foram rumo à cidade-capital interiorana. Movimento que, posteriormente, teve sua escala reduzida e foi deslocado para a fronteira do Distrito Federal com o Estado de Goiás. As considerações realizadas partiram do seguinte princípio: o deslocamento de corpos tem promovido um processo ininterrupto de ressignificação dos objetos produzidos. Esses novos significados atribuídos aos objetos redefinem a lógica do próprio movimento. Nessa perspectiva, toda esta dinâmica é redefinida incessantemente, já que o espaço, o tempo e o significado produzidos pelo homem têm um caráter relativo que corresponde à própria natureza da sua existência.

Essa relação entre os corpos e os objetos prenes de sentidos atribuídos se dá no interior de um espaço institucionalizado, sob a égide de um discurso que conclama todos à construção de um ambiente no qual a justiça social seja um projeto exequível. Para ilustrar essa convocação, podemos utilizar o exemplo que segue: no dia 09/06/2008, ocorreu uma reunião em que o Ministério Público do Estado de Goiás buscou uma parceira com os parlamentares goianos para que os

serviços públicos oferecidos à população da Região do Entorno de Brasília fossem melhorados a partir de um incremento na receita orçamentária a eles destinados, o que garantiria a solução dos problemas enfrentados por esta população. Temos a impressão de que o grande e único problema que originou toda a intrincada trama que anima as relações conflituosas no entorno com Brasília fica restrito à questão orçamentária. Em entrevista concedida a uma rede de rádio, no ambiente do evento, um senador presente afirmou que toda boa idéia necessita de um cheque que possibilite sua execução. Os gestores públicos, os agentes políticos continuam crendo que os números e as idéias exatas são capazes de superar todas as diferenças. É como se uma idéia homogeneizadora pudesse gerar um produto que representasse tudo e todos simultaneamente. O que prepondera é a noção de continuidade, e qualquer menção a uma realidade marcada pela sobreposição, a superposição é desconsiderada.

Nesse cenário, o que percebemos com mais freqüência é o recrudescimento de demandas cada vez mais divergentes no interior do entorno de Brasília. No meio desta realidade antagônica, um quadro se mostra cada vez mais comum: grupos formados, a partir da associação popular com vistas à conquista de melhorias sociais, começam a revelar dissidências internas que conduzem à perda de participantes que vão compor outros agrupamentos que, por sua vez, vão passar pelo mesmo processo. Nesse movimento, pode ocorrer a associação de pessoas que, em um outro momento, eram simpáticas a idéias contrárias. Com isso, queremos evidenciar as metamorfoses que se fazem presentes no mundo habitado pelo homem. Isto, para alguns, é visto como um problema. Para outros, estas mudanças estão relacionadas ao fato da “natureza” humana apresentar um caráter fundamentalmente político, imprimindo posicionamentos que não estão vinculados a uma lei universal.

Notamos que as idéias “puras” se tornam cada vez mais distantes de um mundo repleto de representações híbridas que enriquecem a realidade. Entretanto, os agentes hegemônicos não podem aceitar esta situação, por mais que ela se apresente cada vez mais evidenciada. Mesmo as diferenças mais acentuadas devem ter uma aparência que insinue a composição de um sistema corpóreo unitário. Ou seja, o sistema sempre vai ressaltar que: por mais que a forma do braço destoe da forma do pescoço, eles fazem parte do mesmo corpo. Uma visão que expusesse as dissensões existentes no “sistema”, poderia levar a questionamentos

sobre sua natureza, o que é um risco elevado, que não pode ser admitido pelos “*de cima*”.

Entendemos que uma avaliação dos procedimentos – guiados por pressupostos teóricos e metodológicos – que têm, há séculos, conduzido a sociedade moderna a um futuro marcado pela emancipação do homem exige um esforço que considere a relação dialética entre a unidade e a diversidade. Concordamos com Santos (2004) quando ele afirma que é aí que a totalidade tão perseguida pelos geógrafos pode ser encontrada.

Por isto, seguiremos o curso de nossa exposição, revelando alguns diálogos em que a “unidade”, vislumbrada pelo pensamento hegemônico, é interpelada por “diversidades” produzidas no interior de um movimento que obstrui a ação de qualquer medida universalizante.

3.2. O DIÁLOGO EM MOVIMENTO E O MOVIMENTO DO DIÁLOGO

O movimento está na essência da produção do choque e do conflito territorialmente revelados por uma realidade em que a cisão segue fraturando um modelo de sociedade pensado em blocos, em monoblocos. Por sua vez, o choque e o conflito vão alimentar, de maneira potencializada, a reprodução dos movimentos e dos fluxos das mais distintas ordens, que, de maneira incontida, irão oferecer um sentido de eternidade a este processo transformador, que faz parte da história político-territorial da humanidade.

O lugar privilegiado dessas ocorrências no mundo contemporâneo é, sem dúvida, a cidade. A cidade moderna, que é irmã do Estado moderno, emergiu como o palco principal destes processos que trazem a “metamorfose” como grande expressão. Ela foi o território-ambiente arquitetado – contraditoriamente – para o controle das relações estabelecidas no interior de uma sociedade mercantilista em ascensão, carente de novas disciplinas relativas ao espaço, ao tempo e à produção.

Deve ser ressaltado que, desde os tempos das primeiras cidades erguidas sob a força das Luzes, que dissolveram o obscurantismo medieval, as fronteiras materializadas nos territórios urbanos⁷⁹ foram pensadas para propiciar a ação de mecanismos coercitivos que garantissem uma segurança mínima a um

⁷⁹ Na realidade, em um tempo muito anterior que antecedeu ao final do Império Romano, estas divisões já existiam.

sistema que trouxe consigo uma mobilidade que o alimenta e o intoxica simultaneamente. Entre os elementos, que se destacaram na divisão dos territórios urbanos, estavam os que foram construídos pelos representantes do Estado sob a forma de estátuas, templos religiosos, prisões, pontes, dentre tantos monumentos, utilizados para estabelecer limites simbólicos no interior das cidades.

Tais símbolos, ao mesmo tempo em que separavam territórios, criavam uma profunda conjunção entre eles. O fato do processo de valoração diferencial de espaços ser alicerçado em próteses fincadas no substrato material fez com que esses elementos físicos fossem tomados por uma psicofera culturalmente constituída sob forte influência de forças antagônicas, que untou a dimensão natural do lugar-alicerce da prótese com interesses agenciados⁸⁰, que, a seu tempo, transformaram o substrato em um território marcado por uma complexidade que lhe é intrínseca: de um lado, a ação política dos agentes hegemônicos que perseguem um padrão de configuração territorial; de outro, as práticas firmadas pelos que buscam resistir à lógica de dominação, posta a serviço de uma minoria da população.

Esta é uma das perspectivas que podem dar pistas para os que buscam compreender por que o diálogo entre o território e as contradições é marcado por linguagens em que os signos são de difícil decifração. Neste ponto, vemos a necessidade de ressaltar que os movimentos vinculados às ações contraditórias não podem ser pensados a partir de referências mecanicistas, como se as forças que atuam por sobre a sociedade, o espaço, o tempo e a produção, pudessem ser representadas de maneira absoluta por uma equação qualquer; como se uma “lei da gravitação universal das contradições humanas” pudesse ser elaborada, oportunizando uma compreensão prévia de “movimentos humano-mecânicos futuros”.

Portanto, ao abordarmos questões relativas à imponderabilidade indesejada pelo sistema, teremos no espaço produzido um elemento privilegiado para uma investigação que de conta das várias forças – mecânicas e não mecânicas – que compuseram as contradições materializadas em um território composto por uma série de objetos prenes de subjetividades, atribuídas de maneiras distintas, por pessoas igualmente distintas.

⁸⁰ Conceito elaborado por Guattari e Deleuze.

Guattari (1992, p. 157-158), em um texto que impressiona pela riqueza de possibilidades relacionadas ao processo de subjetivação do espaço, afirma que *“quer tendo consciência ao não, o espaço construído nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo... Os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciadoras”*. Os anúncios das máquinas citadas pelo pensador transcendem aos objetivos que previamente definiram sua forma e posição. É correto afirmar que a subjetividade, produzida na relação entre corpos e territórios envoltos por contradições, supera a objetividade finalista e linear, que, a princípio, justificou os investimentos em uma obra qualquer.

Também não é um erro dizer que a subjetividade⁸¹ é frequentemente tratada de uma forma reducionista, na qual imperam os critérios objetivos elaborados pela ciência moderna. Ou seja, os processos de subjetivação são analisados à luz dos critérios de cientificidade, que têm na objetividade e na universalidade dois de seus pilares fundamentais: o que reduz as chances de apreensão das dimensões – da realidade – numa perspectiva singularizada.

Guattari (Ibidem, p. 158) estruturou um raciocínio que pode auxiliar a vislumbrar a amplitude com que envolve a semiótica e a subjetivação do espaço construído:

O alcance dos espaços construídos vai então bem além de suas estruturas visíveis e funcionais. São essencialmente máquinas, máquinas de sentido, de sensação, máquinas abstratas funcionando como o “companheiro”⁸² anteriormente evocado, máquinas portadoras de universos incorporais que não são, todavia, Universais; mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma re-significação libertadora da subjetividade individual e coletiva.

Esta forma de ver o mundo e o espaço urbano, apresentada por Guattari, pode ser muito interessante para quem estuda o território produzido em Brasília e em seu entorno. Na verdade, a proposta de Guattari é oportuna para aplicação em qualquer realidade. O destaque dado ao território, que é objeto de nossas considerações, é justificado pela sua importância enunciativa no processo de construção de um projeto de Estado-Nação, cercado por uma infinidade de

⁸¹ No capítulo IV será apresentada a crítica de Horkheimer aos sentidos atribuídos a idéia de objetividade e subjetividade pela ciência moderna, quando comparada à maneira como estas formas de se relacionar com o mundo eram encaradas na Antiguidade Clássica.

⁸²

estratégias que buscaram o estabelecimento de um progresso unilateralmente definido com universal.

Guattari (1992) ressalta que as máquinas que enunciam podem “*interpelar*” os cidadãos. O enunciado é capaz de demonstrar a incongruência entre os projetos oficiais e as demandas da população. Na perspectiva desta pesquisa, entendemos que, ao falar em movimento e em diálogo, em corpos e em objetos, vamos nos defrontar com interpelações. Interpelações que promovem a necessidade de conhecer e de se reconhecer a partir dos deslocamentos dos que vão e vêm motivados pelas razões mais distintas. Os enunciados-interpeladores fomentam o movimento e o diálogo de corpos e de objetos. De objetos que permanecem nas mesmas coordenadas geográficas, mas que têm sentidos e significados móveis, fazendo com que eles sejam situados de maneira particular no interior de relações superpostas. Esses objetos devem ser percebidos como possuidores de dimensões, simultaneamente, sólidas e estéreas.

Seria possível encontrar, na divisa de Águas Lindas de Goiás com o Distrito Federal, um objeto – que representa um personagem da literatura internacional, do início do século XVII – revelador de uma proximidade de sentidos atribuídos a corpos separados por “imensas” fronteiras erguidas no tempo e no espaço. Esta possibilidade está presente no tópico abaixo.

3.3. OS ESPAÇOS, OS CORPOS E SUAS MEMÓRIAS

Em 1992, foi publicado, no Brasil, um livro do intelectual francês Félix Guattari, intitulado “*Caosmose: um novo paradigma estético*”. Entre os temas privilegiados neste volume, temos a relação entre o espaço e a corporeidade e a necessidade de restauração da “cidade subjetiva”. E é justamente o tratamento dado a estas questões por Guattari que direcionarão os últimos itens deste capítulo.

Uma das observações grafadas por este autor alerta que:

Quer tenhamos consciência ou não, o espaço construído nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo... Os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciantes. Elas produzem uma subjetivação parcial que aglomera com outros agenciamentos de subjetivação. (GUATTARI, 1992, p. 157).

Para melhor compreender o raciocínio desenvolvido nessa obra, devemos enfatizar que o texto dedicado, especificamente, a relação entre o corpo e o espaço

começa com uma advertência a respeito da abordagem que marcará o diálogo do autor com estes elementos. Já nas primeiras linhas, é destacado que as contribuições da medicina e da arquitetura – como “disciplinas” isoladas – não estarão em evidência; pois, para Guattari (Ibidem, p. 153), é “a abordagem fenomenológica do espaço e do corpo vivido” que revela “seu caráter de inseparabilidade”. Inseparabilidade que, para o sistema de idéias elaborado pelo pensador francês, tem uma importância capital.

Sob este prisma, a percepção adquire um peso significativo, já que ela media a relação do homem com os fenômenos. Percepção que não tem um caráter unidimensional, pois está condicionada, por exemplo: a produtos da “moderna” cibernética, ao espaço da escritura e da pintura, bem como a estados de sonhos e sons. É por isto que o Guattari (Ibidem, p. 153) afirma que existem tantos espaços “quanto forem os modos de semiotização e de subjetivação”.

Mas estas peculiaridades que influenciam os modos de perceber os fenômenos não são suficientes para acompanhar o raciocínio apresentado na obra. Para investigar os fenômenos que envolvem o corpo e o espaço, o autor faz uma distinção entre “esse aspecto de diversificação diacrônica”, caracterizado pelas distintas possibilidades de contato com o espaço vivido⁸³, e uma outra “dimensão sincrônica de espaços heterogêneos” (Ibidem, p. 153). Esta segunda dimensão pode ser entendida como o encontro de percepções a princípio distintas, que se relacionam, a partir de contatos proporcionados por um espaço duplicado, em que percepções atuais e percepções anteriores dialogam “sem que se possa falar de recalque ou conflito entre representações pré-estabelecidas” (Ibidem, p. 155).

Guattari cita o psicanalista e etólogo americano Stern⁸⁴, que inovou na composição do *self*, abrindo novas possibilidades para considerações que busquem “o caráter polifônico da subjetividade”. Stern elabora uma estratificação que acompanha o processo de constituição da subjetividade na infância, compreendendo o período lácteo até a idade de dois anos:

- do nascimento até dois meses: *o self emergente*.
- de dois-três meses até sete-nove meses: *o self núcleo*.
- de sete-nove meses até quinze meses: *o self subjetivo*.
- após quinze meses: *o self verbal*.

⁸³ Que, por sua vez, está relacionado ao processo de semiotização e subjetivação dos espaços.

⁸⁴ Especificamente um livro intitulado *The Impersonal World of the Infant*.

A tese elaborada pelo psicanalista e etólogo não considera uma diacronia o retorno a estratos anteriores, que, na tradição psicanalítica, assume um caráter de regressão. No modelo inovador de Stern, cada componente do eu *“continua a existir paralelamente aos outros e é suscetível de subir à superfície, ao primeiro plano da subjetividade, de acordo com as circunstâncias”* (Ibidem, p.155).

Como os estratos elaborados por Stern se limitaram a acompanhar a composição subjetiva até os dois anos de idade, Guattari deu seguimento às formações subjetivas e incluiu mais dois estratos na estruturação dos *self* de Stern:

- de um *self escritural* (correlativo à entrada da criança na escola)
- de um *self da puberdade* etc...

Com o objetivo de tornar seu texto mais claro, Guattari narra uma experiência vivida em uma visita feita à cidade de São Paulo. Na ocasião, ele e um grupo de amigos caminhavam pelas ruas da capital paulista quando foi compelido *“por um locutor não-localizável a atravessar uma ponte”*. Este é um *“momento fecundo”*, em que o *self* emergente⁸⁵ retoma as descobertas do mundo, afetando o *self* núcleo⁸⁶ *“relativo à tomada de consciência do corpo”* (Ibidem, p. 156). A partir daí, o *self* subjetivo⁸⁷ conclama a presença do *“companheiro evocado”*, que não está relacionado à ocorrência real e passada, mas é um *“exemplar ativo dos acontecimentos relativos ao período considerado”*. Por sobre esta ponte, *“toda”* sua infância emerge sob uma forma organizada por um *self* verbal⁸⁸, *“ele consiste em transformar em frases, um acontecimento que, na infância, foi vivido, em sua essência, no aquém da linguagem”* (Ibidem, p. 157).

Essa passagem evidencia um diálogo entre os estratos constitutivos da subjetividade. Diálogo motivado pelo contato com um espaço construído, que evocou acontecimentos vividos em tempos e espaços distintos e estabeleceu uma sincronia entre experiências, a princípio, diacrônicas.

Como o espaço construído ocupa um lugar de relevo no sistema de idéias de Guattari, nada mais coerente do que ele indagar se a arquitetura está relacionada com essa polifonia dos espaços. Indicando a resposta para tal questionamento, o pensador reafirma que as *“construções de todos os tipos são máquinas enunciativas”*, sendo que:

⁸⁵ O primeiro estrato.

⁸⁶ O segundo estrato.

⁸⁷ O terceiro estrato.

⁸⁸ O quarto estrato.

O alcance dos espaços construídos vai então bem além de suas estruturas visíveis e funcionais. São essencialmente máquinas, máquinas de sentido, de sensação, máquinas abstratas funcionando como o 'companheiro' anteriormente evocado, máquinas portadoras de universos incorporais que não são, todavia, Universais, mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma re-singularização libertadora individual e coletiva. (Ibidem, p. 158).

Em seguida, Guattari ressalta que “*após os estragos estruturalistas e a prostração pós-moderna*⁸⁹, *é urgente voltar a uma concepção ‘animista’ de mundo*” (Ibidem, p. 158). Não podemos mais negar que vivemos em um mundo marcado por uma produção incessante de componentes subjetivos que impressionam tanto pela quantidade, quanto por suas possibilidades: seja com vistas à reprodução do modelo uniformizador e massificador, seja para abrir caminhos alternativos onde a singularidade possa colocar em risco o formalismo e a generalização dominantes. O autor destaca ainda:

Com maior ou menor felicidade e com uma velocidade de desterritorialização cada vez maior, nossos órgãos sensoriais, nossas funções orgânicas, nossos fantasmas, nossos reflexos etológicos se encontram maquinicamente ligados a um mundo técnico-científico que esta realmente engajado em um crescimento louco. O mundo não muda mais de dez em dez anos, mas de ano em ano. Neste contexto, a programação arquitetural e urbanística parece caminhar a passos de dinossauro. (Ibidem, p.159)

A cidade emerge, então, como espaço privilegiado neste vertiginoso processo de produção de elementos carregados de subjetividades polifônicas. É no interior da relação entre o corpo e o espaço urbano construído que “*a virtualidade complexa beira o caos – cidades como o México se dirigem a toda velocidade para uma asfixia ecológica e demográfica que parece insuperável*” (Ibidem, p. 159).

A partir de uma reflexão sobre a complexidade e o caos estabelecidos por sobre o espaço, Guattari sugere a introdução de algo que se aproxime dos “*atratores estranhos*⁹⁰” – da termodinâmica – nos estudos que investiguem fenômenos

⁸⁹ Para Guattari, o entendimento de pós-modernidade não se assemelha ao apresentado pelas *Geografias pós-modernas* de Soja (1993).

⁹⁰ “Imagine um pêndulo, um objeto qualquer amarrado na ponta de um fio e pôsto a oscilar. Não vá fazer isto com seu bichinho de estimação, pois seria cruel e ele se esperneando arruinaria a experiência. Pois bem, já está oscilando, agora espere alguns segundos, e constatará que essas oscilações ocorrem cada vez em menor amplitude, até que o pêndulo pare numa posição absolutamente vertical – o chamado “ponto de equilíbrio”. Não importa o impulso inicial, o comprimento do fio, ou peso do objeto, ele sempre se deterá no mesmo lugar, devido ao atrito com o ar. Esse “lugar” é um atrator. Um atrator é uma zona geométrica onde irá finalmente

marcados pela ação da subjetividade polifônica. Os “atratores estranhos” são utilizados há muito tempo pela física em investigações nas quais os estados de equilíbrios⁹¹ são caracterizados por distâncias significativas. Estes estratores seriam aplicados nos “*Agenciamentos potenciais de enunciação que habitam secretamente o caos urbano e arquitetural*” (Ibidem, p. 159).

Se a cidade é uma megamáquina⁹², temos que bem avaliar aspectos de sua dimensão fugidia, que vão para além do controle dos sistemas técnicos que servem aos ditames das políticas economicistas. Para tanto, é imprescindível uma aproximação que permita a produção de uma cartografia das subjetividades produzidas. Certamente, as bases para esta cartografia não se restringem a parâmetros referenciados por uma perspectiva linear e objetiva. A intermediação capaz de conduzir a um mapeamento centrado nas bases propostas por Guattari solicita o que este pensador chamou de “*afetos estéticos complexos*” (Ibidem, p. 161). O conhecimento produzido a partir destes afetos:

Não procede de uma discursividade concernente a conjuntos bem delimitados, mas, antes, por agregação de Territórios existenciais. Ele nos permite postular a existência de um enunciador parcial por detrás de entidades tão diferentes e heterogêneas quanto as formações do eu, as partes do corpo real e do corpo imaginário, o espaço doméstico vivido, a relação do “companheiro evocado”, os traços inerentes à etnia, à vizinhança e, bem entendido, o espaço arquitetural (Ibidem, p. 161).

O fato é que não existe um sujeito universal, nem um produto produzido no espaço com um significado pré-estabelecido e inalienável. Tanto os sujeitos como os objetos são envolvidos por movimentos – de incontáveis naturezas e sentidos – que promovem a superação ininterrupta dos conceitos convencionados para explicar uma dada ordem. Entre os diversos movimentos produzidos, alguns se destacam pelo potencial de reprodução dos sentidos territorialmente referenciados. Na perspectiva desta pesquisa, os movimentos migratórios devem ser evidenciados devido ao seu grande potencial de alteração na ordem do visível, bem como na esfera do imaterial, dos discursos que impulsionam uma resignificação do que parecia consolidado.

cessar seu movimento um sistema dinâmico qualquer, independente das condições iniciais, depois de um certo tempo”. www.alanmooreseinhordocaos.hpg.ig.com.br/artigos96.htm

⁹¹ David Harvey, já em seu livro *Justiça social e cidade*, anunciava as limitações das representações pautadas na geometria euclidiana.

⁹² Guattari cita este conceito elaborado por Lewis Mumford.

Santos (2004) aborda a questão do migrante e de sua memória, contemplando as subjetividades postas e superpostas pela história territorializada, a partir da movimentação destes sujeitos. O geógrafo destaca que o migrante⁹³ estava habituado a uma “*convivência longa e repetitiva*” (Ibidem, p.327) em suas realidades natais, em que as transformações eram mais lentas. Ele sentia uma familiaridade com seu lugar, “*fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo*” (Ibidem, p. 328).

De repente, este homem-migrante se vê envolto por um mundo em movimento; por um lugar que lhe é estranho, já que não participou da sua criação. Santos afirma que este lugar é “*sede de uma vigorosa alienação*” (Ibidem, p. 328). Mas um fato deve ser destacado: o migrante, mesmo reproduzindo sua condição de “retirante” em diferentes escalas, mora, reside em algum lugar, mesmo que por pouco tempo. E a “ação” de morar é marcada por uma “riqueza”, quando se trata da produção subjetiva, porque ninguém mora sem atribuir valores, sem compor juízos puros de afetividade.

Os migrantes estão em um campo de tensão em que de um lado está o tempo da memória e do outro o tempo da ação. Eles “*precisam criar uma terceira via para o entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e a nova residência obriga a novas experiências*” (Ibidem, p. 328). Nesta relação, a “*sincronia de espaços heterogêneos*” de Guattari se faz presente. O migrante reencontra seus *selves* e reformula seus conhecimentos sobre seu eu. Para Santos (2004), primeiro vem o espanto, mas o espírito em estado de vigília recompõe o espaço que o cerca, pois o entorno “*é um lugar de troca, matriz de um processo intelectual*” (Ibidem, p. 329). Um processo intelectual e afetivo em que o migrante reproduz sua identidade, por meio de uma integração com o novo ambiente. Esta é uma resposta a desterritorialização que afeta o “retirante”, e que para Santos (2004) significa estranhamento, desculturalização.

A superação do estado de estranhamento é mediada pela produção e reprodução de novas subjetividades espaciais. Santos alerta que, se a memória é “*coletiva o esquecimento e a (re)descoberta são individuais, diferenciados, enriquecendo as relações interpessoais, a ação comunicativa*”. Assim, o que parecia

⁹³ As considerações de Santos dizem respeito a migrantes de áreas economicamente deprimidas.

uma inferioridade é, na realidade, uma vantagem” (SANTOS, 2004, p. 330). E o geógrafo dá seguimento a seu raciocínio:

O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e uma nova formulação.

A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluso e inconcluso, num processo sempre renovado.

Esse processo de renovação incessante é uma das marcas do entorno do Distrito Federal, como também de outros tantos espaços e territórios. Entretanto, na divisa de Goiás com o Distrito Federal – principalmente dos municípios ligados pelas BR - 040 e 070 –, a intensidade dos fenômenos apresentados impressiona pela diversidade, pela quantidade e pela velocidade na sua produção. Mas, o que de fato assombra quem percorre este território é a discrepância entre o projeto messiânico original representado, atualmente, pelo Plano Piloto⁹⁴ e as tortuosidades das formas urbanas erguidas abruptamente, principalmente em Águas Lindas de Goiás.

Os Agenciamentos potenciais de enunciação presentes secretamente no interior da complexidade urbana formada sob a influência destes espaços colocam a necessidade premente de uma cartografia das subjetividades produzidas. De uma cartografia reveladora da ação comunicativa, indissociável do movimento de corpos e significados manifestados neste território de fronteiras móveis.

Esta cartografia assume um lugar de relevo quando buscamos desvelar as relações travadas entre o movimento dos corpos e o processo de subjetivação, de valoração diferenciada dos componentes espaciais⁹⁵. Principalmente porque é a ação da subjetividade que tem forças para promover o que Guattari chamou de Restauração da Cidade Subjetiva. Para delinear este produto cartográfico diferenciado, podemos fazer uso dos “atratores estranhos”. Atratores que podem auxiliar na compreensão do processo que constituiu um “rizoma multipolar urbano” (GUATTARI, p. 171). Uma estrutura urbana rizomática que, entre Águas Lindas de Goiás e o Distrito Federal, abriu espaço para a materialização de um objeto que

⁹⁴ E, mesmo no Plano Piloto, muitas “invasões” são encontradas.

⁹⁵ Que interferem no diálogo entre os componentes dos *self*.

representa um “ilustre” personagem da literatura mundial. Personagem destacado, por exemplo, por Foucault, nas suas “*as palavras e as coisas*”.

Estamos falando de Dom Quixote: um personagem criado por Cervantes em 1605, que ganhou corpo e foi materializado nas margens de uma rodovia⁹⁶ que liga Águas Lindas de Goiás à “cidade-satélite” de Samambaia. Corpo-estátua forjado a partir da fundição de metais e fincado por sobre a porção mais arqueada de um relevo em que a visibilidade não é um dos pontos a serem destacados (Fotos 12 e 13).



Foto 12: Foto de uma reprodução do corpo de Dom Quixote erguida entre Águas Lindas de Goiás e Samambaia-DF.

Autor: MELLO, Marcelo de, 2009

⁹⁶ DF-180.



Foto 13: Foto de uma reprodução do corpo de Dom Quixote erguida entre Águas Lindas de Goiás e Samambaia-DF.

Autor: MELLO, Marcelo de, 2009

Esta estátua, erguida entre Águas Lindas de Goiás e Samambaia, pode representar a realidade antitética que se contrapõe à estrutura métrica do Plano Piloto, que é salvaguardada pelo corpo-estátua de Juscelino Kubitschek posto ao lado de seu memorial. Memorial que simboliza a consolidação da relação entre o Estado e a racionalidade instrumental.

Mas quais as representações que associam Dom Quixote à periferia do DF e do entorno de Brasília? Teria a estátua deste personagem um memorial posto aos seus “pés”? Podemos supor algum tipo de relação entre o memorial Juscelino Kubitschek e “memorial” Dom Quixote? É possível a elaboração de um produto cartográfico que expresse a influência exercida por corpos tão distintos? É o que veremos a seguir.

3.4. MEMORIAIS TERRITORIALIZADOS

Se Juscelino Kubitschek simboliza a conjunção entre o Estado e a razão, Dom Quixote representa “o louco, não como doente, mas como desvio constituído e mantido, como função cultural indispensável, tornou-se, na experiência

occidental, o homem das semelhanças selvagens” (FOUCAULT, 1995, 64). Uma das marcas deste personagem é a inversão em seus julgamentos: reconhece o que deveria desconhecer e desconhece o que deveria reconhecer.

Dom Quixote – um cavaleiro errante – vaga em um ambiente conhecido, não indo além das fronteiras de seu lugar de nascimento. Mas, mesmo assim, se encontra perdido entre delírios e devaneios. Sua figura frágil, débil e deslocada não inspira confiança. As adaptações da obra ressaltam, sistematicamente, o caráter esquizóide deste cavaleiro. Esta é a impressão que ficou registrada em uma geração que acompanhou a apropriação deste fidalgo, realizada pelo programa Sítio do Pica-Pau Amarelo, na década de 1980, e em tantas outras oportunidades.

Se Juscelino Kubitschek é a figura emblemática que abriu as fronteiras para a penetração de um modo de vida e de produção calcados em uma racionalidade instrumental, que disciplinou o território e abriu caminho para o progresso administrado por um Estado republicado; Dom Quixote assume uma posição inversa, representando os devaneios dos migrantes que vagam desordenadamente, colocando em risco o projeto republicano e impedindo a instauração das promessas feitas pela modernidade. Nesta perspectiva, as formas geométricas do Plano Piloto sustentam a imagem de Juscelino Kubitschek e a estrutura disforme do rizoma urbano, materializado nos entornos do Plano Piloto e do Distrito Federal, dá “sentido” à imagem erguida de Dom Quixote.

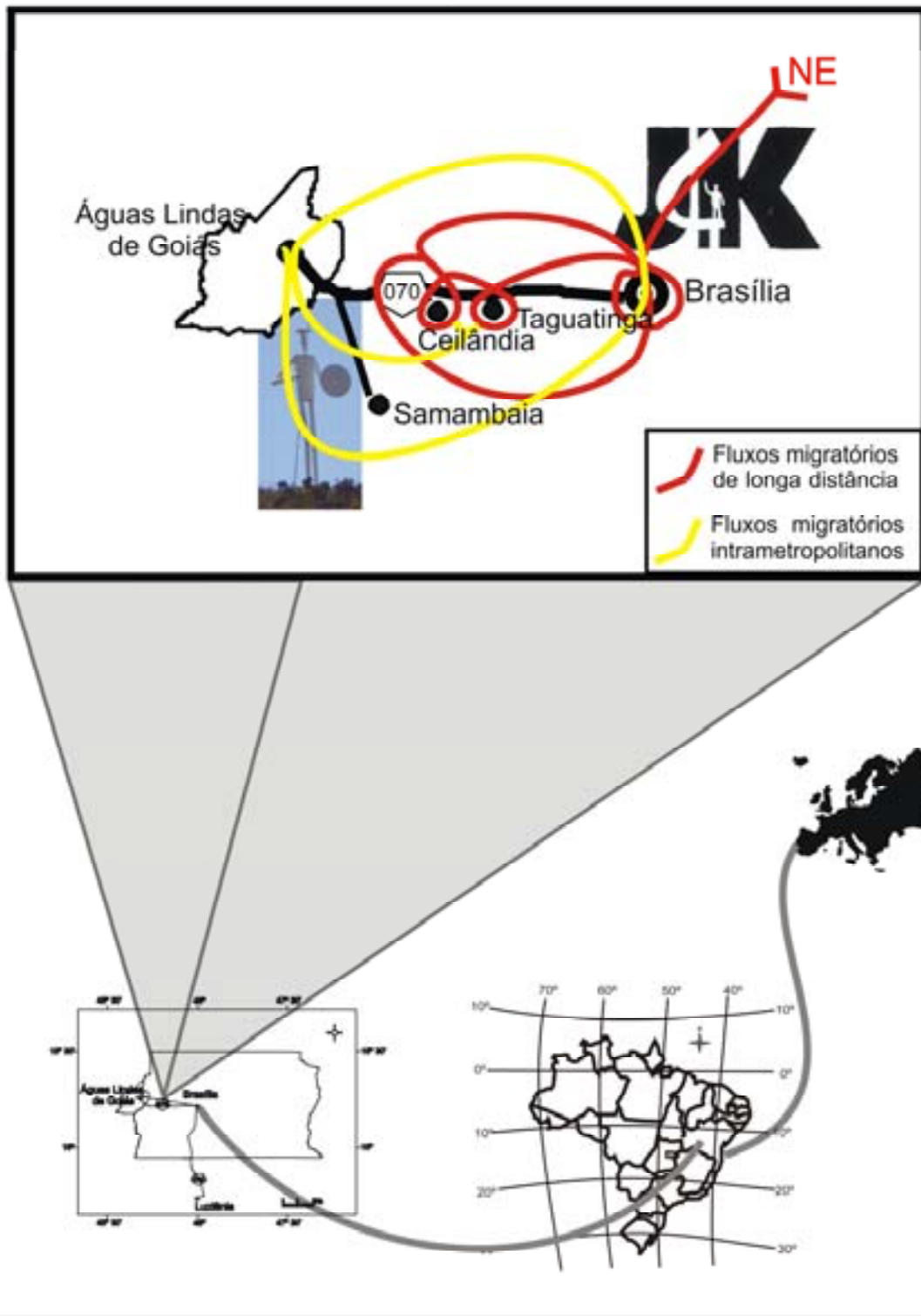
O corpo-estátua de Juscelino Kubitschek recebe quem chega ao Plano Piloto pelo Eixo Monumental, e o corpo-estátua de Dom Quixote está presente em uma estrada secundária⁹⁷ que serve aos que se deslocam de Águas Lindas de Goiás para Samambaia: poderíamos considerar a rodovia na qual foi erguida a estátua do personagem de Cervantes a coluna vertebral destas expressões de desordem do DF e de seu entorno; se não o fazemos, é pelo simples fato do rizoma não possuir uma estrutura única de sustentação. Todavia, possui “nervuras” que influenciam suas ramificações. Ramificações produzidas por migrantes que apresentam corpos semelhantes ao de Dom Quixote: debilitados e descontraídos.

⁹⁷ Entre as obras que neste momento estão sendo executadas no DF devemos destacar o viaduto destinado a reorientar o tráfego no encontro da BR-153 com a DF-180, bem como a duplicação desta rodovia. Isto indica a superação da condição de via secundária relatada neste parágrafo.

A diferença – relevante para esta pesquisa – entre Dom Quixote de Cervantes e os migrantes do/no entorno é apresentada pelas possibilidades que estes últimos revelam de reprodução de suas existências, o que não se encontra presente no livro do escritor espanhol, limitando a existência de seu personagem. Devemos enfatizar que o tortuoso não é incompatível com a vida e com as produções objetivas e subjetivas. Certamente, não estamos nos referindo as produções perseguidas pelos planos e projetos de um Estado administrado por uma racionalidade instrumental. Mas não podemos afirmar que exista uma fratura que separe as ações racionais do Estado dos produtos materializados pelos “retirantes”. Os migrantes e suas memórias rizomáticas, registradas no território, não dispensam a figura do Estado para a compreensão do processo de produção e reprodução de sua existência.

A cartografia destas produções objetivas e subjetivas deve revelar o diálogo entre a cidade ideal e a cidade real, entre a geometria euclidiana e as formas urbanas rizomáticas, entre Juscelino Kubitschek e Dom Quixote, entre os corpos em deslocamentos que dão um caráter de mobilidade à fronteira do DF com seu entorno, fazendo com que a simetria e a assimetria manifestadas neste território não sejam compreendidas como dissociadas, mas como produto de uma história territorializada por uma lógica que nos remete à idéia de caos, que, por sua vez, solicita uma verificação que respeite as manifestações singulares (Croqui 04).

Cartografia das Subjetividades Produzidas



Croqui 04: Cartografia das subjetividades produzidas
Autor: SILVA, Adriana Aparecida – 2009

Como compreender o processo constituidor desse cenário? É possível encontrarmos referências minimamente seguras que permitam o entendimento dessa cartografia das subjetividades produzidas em Brasília e em seu entorno? cremos que sim, é possível! E uma das contribuições coerentes sustentadoras de nossas convicções é oferecida por Moreira (2008). Nos estudos dedicados ao pensamento geográfico, Moreira destaca as matrizes como elementos fundamentais para as investigações “*dos fenômenos em sua integralidade do uno-múltiplo, dando lugar a um olhar holista*” (Ibidem, p. 47).

Seguindo as orientações desse geógrafo, percorremos, a partir das matrizes e dos contextos em que foram produzidas, um caminho que permitiu uma compreensão do processo que instaurou a (des)ordem em Brasília e em seu entorno. Esse caminho está registrado no próximo capítulo.

4. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UMA ORDEM RACIONAL

A hegemonia do cristianismo/catolicismo, que marcou a chamada Idade Média, esteve presente por vários séculos no território europeu. A busca por uma superação das construções semânticas elaboradas pela Igreja com vistas à manutenção de seu poder teve, forçosamente, que confrontar a idéia de paraíso, que à época era o objetivo a ser perseguido por garantir uma felicidade eterna, a partir de um modelo idealizado de submissão, em que a grande virtude do homem era a obediência a uma ordem previamente estabelecida pela vontade Divina. Qualquer comportamento que se distanciasse desta postura servil condenava o transgressor a uma punição, também, eterna.

A manutenção desta ordem Divina era garantida por uma visão de mundo em que a imobilidade humana era uma imposição. Se Deus é perfeito e criou um mundo perfeito, qual seria a justificativa para qualquer movimento, para qualquer deslocamento do homem pelo espaço? O que realmente importava era que todos os lugares possuíam a mesma essência emanada do Criador. Nessa perspectiva, todo um imaginário foi constituído para que um sentimento de insegurança se fizesse presente na alma de todos os que aspirassem a um contato com um lugar que não fosse o originalmente determinado pelo Criador.

Neste ponto, a retomada das discussões em torno de temas como a esfericidade da Terra foi fundamental para o surgimento de novas visões de mundo que contestaram as bases teóricas que alicerçavam os argumentos teológicos produzidos pela Igreja. Esse embate, particularmente, esteve presente por vários séculos, até a questão ser definitivamente resolvida e a Terra ser considerada uma esfera. A partir de então, as imagens cristalizadas durante séculos na mente humana, em que precipícios aguardavam os que se aventurassem a se afastar de seu lugar de nascimento, começam a ser dissolvidas.

Neste processo de reavaliação das bases que guiavam a percepção humana do mundo, idéias como as que defendiam o movimento dos corpos celestes e o conseqüente fim do repouso dos planetas foram aceitas como válidas no século XV – depois de mais de dez séculos de discussões; e os extensos, exaustivos e tensos debates em torno das visões geocêntricas e heliocêntricas foram interrompidos no século XVII, quando, finalmente, a Terra passou a ser reconhecida como mais um entre tantos outros planetas que gravitam em torno do Sol. Santos

(2002) destaca que essas novas formas de perceber o mundo afrontaram o discurso teocêntrico, que qualificava a Terra como o lugar privilegiado, em torno do qual todos os outros astros deveriam gravitar por ser a morada dos filhos de Deus. Esse ambiente de intensos debates possibilitou ao homem a elaboração das bases para uma nova relação com esse novo mundo, com esse novo universo percebido, e isso era terminantemente contrário à vontade da Igreja.

Estas redefinições conceituais revelavam demandas emergentes que conduziram à inserção de novas práticas no interior das relações feudais. A construção de um ambiente para o exercício de novas práticas estava vinculada à ação de grupos que, naquele momento, não eram contemplados pelas possibilidades presentes no modelo em vigor. É nessa perspectiva que novas formas de ver o mundo se tornaram fundamentais para a proposição e para a legitimação de uma nova maneira de viver nesse novo mundo. As inovações pretendidas solicitavam uma revisão na posição do homem diante das dinâmicas que definiam o ordenamento das “coisas” no mundo.

Para atingir esse objetivo, foi fundamental a emergência desse processo de interlocução conceitual que trouxe a tona um saber produzido pelo homem, a partir de sua relação com o mundo. Assim, foram configurados os pressupostos que, paulatinamente, colocaram o homem em uma condição privilegiada no seu diálogo com a natureza, através da constituição de um arcabouço teórico-metodológico (NEWTON, 1987) centrado na capacidade humana de explicar as relações que nele estão presentes. Podemos dizer que estas práticas vieram compor o temário central da agenda elaborada pela burguesia: o segmento social que passou a representar os grupos emergentes. Agenda esta pautada em uma idéia de progresso que revela “o objetivo de livrar os homens do medo e de fazer deles senhores” do mundo e de suas vidas (ADORNO; HORKEIMER, 1985, p. 33). A intenção era romper com a condição de servidão do homem medieval e oferecer os meios imprescindíveis para que ele conquistasse a sua emancipação.

Para atingir esta condição de ser emancipado, ressaltou-se a capacidade de intervenção do homem no mundo e na natureza. Capacidade que o libertou do estado de submissão instaurado pelas verdades dogmático-teológicas, pois ele passou a ser visto como detentor de uma racionalidade que o credenciava a explicar a dinâmica dos elementos constituintes da realidade existente. Essa capacidade se configurou como um dos elementos centrais presentes nas discussões e eventos

que redundaram nas revoluções burguesas. Revoluções que firmaram, como um de seus princípios fundamentais, a igualdade entre os homens. Ou seja, qualquer um, independente de uma origem nobre ou plebéia, poderia ter acesso ao saber e aos benefícios por ele gerado; já que esse saber era uma atributo humano. E, justamente, por ser um atributo comum a todos os homens, pôde ser associado a um projeto modernizador capaz de envolver todos os segmentos da sociedade.

Esse saber passou a exigir uma série de garantias, pois estava em jogo o progresso da sociedade. Por isto, era imprescindível promovê-lo a uma condição mais elevada. Isso foi possível através da sistematização da capacidade de raciocínio humano, que deu origem ao conhecimento⁹⁸ científico, à ciência moderna. É nesse ambiente que foi formatada a ciência institucionalizada como guardiã da produção de um conhecimento obtido por meio da racionalidade humana, que, por sua vez, colocaria a sociedade no caminho da ordem, do progresso e do equilíbrio necessários para o estabelecimento de um mundo em que as potencialidades do homem pudessem ser plenamente desenvolvidas.

Essa ciência institucionalizada adquiriu a legitimidade necessária para ser a responsável pela elaboração de um novo código de valores fundamental à formulação de um estatuto que conduzisse a sociedade ao progresso almejado. Este estatuto submeteu a moral a um modelo de razão universal (BACON, 1973), impondo uma ruptura com a “tradição” e apresentando o “novo” como possuidor de um caráter naturalmente virtuoso, por representar a possibilidade de ascensão de um homem racional que não conhece limites intransponíveis.

Nesse contexto, a tradição passou a ser vista como a realidade a ser suplantada e todas as expectativas foram amarradas a uma noção redimensionada de futuro. Um futuro associado a uma nova forma de organização da vida e da produção – nas suas mais diversas instâncias – passou a exigir um novo modelo de gestão das relações entre a sociedade, o espaço e o tempo. Esta exigência (re)orientou a dinâmica que definia a relação entre estas três instâncias da realidade e impediu que a Igreja continuasse reproduzindo a sua condição de responsável pela edição das normas e das regras que ditavam como deveriam ser organizadas a vida e suas manifestações.

⁹⁸O conhecimento tem como característica a sua validação por procedimentos formais elaborados pela ciência racionalista que busca sistematizá-lo para atingir uma verdade objetiva e universal; o saber, por sua vez, esta relacionado a um processo de produção não reduzido a externalidades e mais situado em perspectivas em que a síntese se faz presente.

Os representantes do segmento social em ascensão passaram a reivindicar uma versão “modernizada” de Estado, para que fosse possível a constituição plena de um novo homem, caracterizado pela sua condição de agente no processo de construção do mundo e das relações que a ele dão forma. Gomes (1996) ressalta que este novo homem deveria participar de tudo que viesse a interferir em sua vida; para tanto, era imprescindível que os problemas passassem a ser debatidos publicamente. E o bom senso, produto da razão, foi o responsável pela condução segura dos debates travados entre sujeitos que não mais deixariam suas vidas serem ditadas por uma ordem que lhes era exterior.

Dessa forma, à relação do homem com a natureza foi completamente revista sob a égide de uma perspectiva revolucionária. Enfatizou-se uma visão de mundo na qual a natureza adquiriu outras dimensões, além de meio – dádiva divina – para a produção de alimentos e vestuários para fins de subsistência. Os recursos naturais encontrados no mundo passaram a ser associados à produção de mercadorias, numa escala que transcendeu os padrões que vigoraram durante o período medieval. Para que essas novas possibilidades se concretizassem, os limites naturais foram questionados. Limites esses que passaram a ser entendidos como superáveis, a partir da utilização da racionalidade humana legitimada pela ciência moderna.

Esse processo foi marcado por uma reconfiguração do território europeu. As cidades reaparecem no velho continente com um sentido estratégico. É em seu ambiente que um novo homem é constituído e a expansão de um novo modo de reproduzir a vida, o espaço e o tempo se consolida. É isto que veremos no próximo item.

4.1. A CIDADE, O RENASCIMENTO E A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS COLONIAIS COMO EXPRESSÕES DO NASCIMENTO DE UM NOVO HOMEM

A cidade é o grande destaque desse modelo de sociedade guiada pela razão emergente. É nela que a proximidade entre as pessoas começa a tecer um novo tipo de relação que se distancia do modo de vida isolado do mundo feudal. Nas cidades européias, o Renascimento⁹⁹ dá início a uma série de manifestações que, por meio da arte, passam a representar os desejos de um homem que se tornou o

⁹⁹ Grande expressão de um movimento que por séculos ocupou um lugar marginal na sociedade medieval.

centro do mundo. Podemos, sem muita dificuldade, estabelecer um vínculo entre estes dois elementos emblemáticos: o renascimento de um modo de vida em que o homem passou a lutar pelo reconhecimento de sua condição autônoma e a cidade como o ambiente que apresentou as propriedades fundamentais para o afloramento deste homem, que, por muito tempo, teve sua existência tolhida por determinações teocêntricas. (GOMES, 1996; SANTOS, 2002).

A cidade Renascentista foi, ao mesmo tempo, continente e conteúdo do movimento que consolidou um modelo de organização espacial pautado em uma mobilidade impensada até a emergência do homem racional. Os portos – de Gênova, Veneza, Lisboa, Palos, Sevilha, entre outros –, construídos em cidades estratégicas, se tornaram os grandes representantes de uma sociedade que buscava transpor os limites solidamente erguidos pela Igreja no decorrer de vários séculos. Eles se tornaram o portal que abriria caminho para as jornadas rumo a novos e desconhecidos mundos. Na realidade, podemos dizer que essas jornadas estavam ainda repercutindo e redefinindo os contornos internos do próprio continente Europeu. Estava sendo construída uma Europa, na qual as forças oriundas do espírito do homem deveriam revolver e dilacerar as bases de um rígido modelo que o tornou servo de uma ordem sobrenatural, que até então não pôde ser efetivamente afrontada.

Para superar os ditames sobrenaturais impostos pela Igreja, o mundo passou a ser naturalizado a partir de uma nova socialização, viabilizada pela vida nas cidades, que, a “todo” instante, recebiam notícias de viajantes que desafiavam e domesticavam o desconhecido. A produção de um mundo em que o sobrenatural era naturalizado permitiu o confronto e o questionamento a respeito de sua natureza. Nas cidades, as notícias que davam conta da descoberta de terras distantes criavam as condições imprescindíveis para alteração dos sentidos atribuídos à vida, à produção, ao espaço e ao tempo. Todos os acontecimentos eram racionalmente julgados e avaliados. Gomes (1996) destaca que, na Europa renascentista¹⁰⁰, o encontro das pessoas nas ruas e os burburinhos nas rodas de debates promoveram o surgimento de um novo Estado, no qual o homem era o elemento central a ser representado.

¹⁰⁰ Em processo de urbanização.

Em outra obra, Gomes (2002, p. 55) analisa a construção de uma ponte¹⁰¹ na cidade de Paris, contribuindo para o entendimento do processo de produção do novo espaço citadino:

A Pont Neuf foi a primeira ponte construída sobre o rio Sena sem ser financiada pela venda de lotes para a construção de casas, como era o hábito generalizado à época. Primeira ponte construída inteiramente de pedra, ela era parte de um conjunto que previa o local de uma estátua eqüestre (inspirada na estátua romana de Marco Aurélio, em Roma) e de uma praça triangular, a Place Dauphine, onde seriam vendidos lotes para a construção de casas bancárias e de comércio. O partido arquitetônico das construções da praça, ainda que financiada por particulares, deveria seguir um plano preestabelecido, regular, uniforme e simétrico. Ao longo das edificações, um passeio funcionava como espaço de circulação. Podemos, pois, constatar que esse pequeno conjunto foi concebido como uma nova forma de composição espacial, um espaço público que ultrapassava a dimensão simplesmente utilitária da ponte, um verdadeiro espaço público moderno, onde era previsto que as pessoas iriam transitar, passear e admirar a unidade física e institucional, simbolicamente representada pelo espaço. Este simbolismo pode também ser observado no fato de que a ponte unia as duas margens da cidade, passando pela ponta da ilha de Cité, tradicionalmente vista como coração da cidade, além de oferecer da amurada uma vista perspectivada do palácio do Louvre, sede do poder real.

Nesses espaços públicos (re)urbanizados, os ouvidos dos homens não ficaram mais à espera das revelações divinas oriundas da Igreja, mas de notícias trazidas pelos “heróis” europeus, que, viajando pelo mundo, desvendavam mistérios naturais de lugares até então desconhecidos. Dessa forma, foi sendo promovida a superação dos limites que restringiam severamente as possibilidades de intervenção do homem no mundo.

A capacidade de conhecer proporcionada ao homem pela razão que lhe é intrínseca possibilitou que ele aspirasse ao controle, ao domínio de tudo o que estava sendo desvendado à sua volta. Todos os elementos encontrados passaram a ser classificados e registrados pelos viajantes naturalistas, que inventariavam as descobertas realizadas nos diversos pontos do planeta. Em um primeiro momento, estas descobertas e classificações foram tratadas isoladamente; até que Ritter e Humboldt¹⁰² sistematizaram métodos comparativos e deram início à procura por uma essência que, de alguma forma, estabelecesse uma inter-relação entre os distintos elementos encontrados de forma dispersa pelo globo terrestre (MOREIRA, 2008).

¹⁰¹ A Pont Neuf foi construída entre os anos de 1578 e 1606.

¹⁰² Na transição dos séculos XVIII e XIX.

A Europa foi, então, sendo redesenhada e urbanizada¹⁰³ a partir do descobrimento de outros mundos, que, por sua vez, foram também modificados no contexto deste mesmo movimento. O velho continente europeu foi redescoberto e reinventado no decorrer do processo de expansão marítima e comercial em que era protagonista, ao mesmo tempo em que as colônias se tornavam novos territórios incorporados, que tinham elementos a serem classificados e um modelo a ser seguido.

Nesse compasso, o homem europeu passou a se reconhecer a partir de uma nova ordem, fundada em uma razão universal e, conseqüentemente, nas colônias, os homens e as mulheres nativos foram envolvidos em um processo de estranhamento, em que as referências que passaram a orientar suas vidas se tornaram cada vez mais alheias e distantes de suas tradições (AMADO, 1992; DONGHI, 1975). A realidade imposta aos nativos dominados se revelou tão distante de seus modos de vida quanto o mundo sobrenatural elaborado pela Igreja medieval era distante das demandas existenciais e materiais primárias dos servos submissos do mundo feudal.

Os europeus infligiram aos povos dominados a necessidade de construção de uma nova história, de um novo espaço e de um novo mundo. Certamente porque o mundo, a história e o espaço desses nativos foram considerados inadequados às aspirações dos colonizadores, sendo imperativa a constituição de novas bases para que os interesses europeus viessem a ser satisfatoriamente contemplados.

Essas conquistas territoriais foram possíveis a partir da apropriação e da sistematização dos saberes expressos pela arte aflorada no Renascimento. As telas que revelaram ao mundo a pintura em perspectiva serviram, posteriormente, de referência para o surgimento da cartografia moderna, que orientou o processo colonizador, com vistas à implantação de uma nova disciplina espacial. Essa disciplina reconfigurou o território europeu e desembarcou nos “novos mundos”, que viram seus territórios serem tomados. Via de regra, a incorporação de novas terras partia de um ponto inicial próximo do litoral e seguia penetrando no interior em busca

¹⁰³ Logicamente, o entendimento de urbanização expresso aqui não está vinculado à noção de espaço urbano derivado do processo de industrialização, e sim ao estabelecimento de uma realidade em que o espaço urbano se contrapõe às idéias de tradição combatidas pelos burgueses em busca de ascensão.

de riquezas perdidas em territórios tratados como selvagens e carentes de um ordenamento mínimo.

Nas colônias, muitos núcleos de exploração extrativista ou agrícola deram origem a vilas¹⁰⁴. Estava sendo moldado um mundo-máquina, em que a cidade era o centro que espargiria a nova orientação geográfica. Descartes (1987) cita exemplos como a casa, a praça e a cidade, expressando a necessidade de uma nova ordem urbana. Nessa obra, o autor deixa claro que a ação humana carecia de uma engenhosidade que a geometria – como representação espacial – podia fornecer. O primado da dúvida, elaborado por este pensador, só possuía um limite: Deus. O homem poderia estabelecer uma relação racional com Deus, a partir da mediação da geometria, que era a linguagem que superaria todas as confusões discursivas, toda a ausência de uma referência fundamental. Geometrizando o espaço era atender às demandas européias através da apropriação burguesa da linguagem divina. Era romper com o estado de selvageria do ambiente da colônia e promover uma condição de emancipação trazida pela arquitetura advinda da Europa, que marcaria as poucas paisagens urbanas no novo mundo. Essas poucas paisagens urbanas deveriam se tornar os centros de difusão dessa nova cultura.

Assim, um programa externo e pré-determinado buscou substituir as especificidades que marcavam os diversos espaços coloniais. Neste processo, a ordem “dos de fora” afastou “os de dentro” e, aos poucos, outros “de fora” foram chegando para consolidar este modelo. Esta nova ordem promoveu vários desordenamentos que fragmentaram e dissolveram a estrutura território-cultural nativa¹⁰⁵, com vistas à instituição de uma disciplina necessária à formação de um novo território, produto da instauração de um novo modelo de sociedade.

Nesse ponto, um questionamento parece nos interpelar: quais eram os critérios utilizados na avaliação que indicava o sucesso ou o fracasso na forma de reordenar os territórios de uma colônia? A resposta a esta indagação não nos remete a muitas complicações: o critério utilizado no processo de avaliação era a própria capacidade de acumular riquezas em uma colônia. Se o volume de riqueza

¹⁰⁴ Nesse período, a distinção de vilas e cidades era determinada pelas funções atribuídas e não por um critério quantitativo qualquer.

¹⁰⁵ Devemos ressaltar que não houve uma superação total da cultura nativa. Muitas coisas continuaram em uso e foram até assimiladas pelos europeus. Certos alimentos foram levados para a Europa: a batatinha – batata inglesa, chamada de inglesa porque os navios ingleses a distribuíam pelo mundo –, o tomate, o milho, o cacau e o chocolate. Além disto, algumas técnicas e matérias-primas para colorir tecidos foram incorporadas pelos europeus.

arrecadada atendesse à expectativa da Coroa, estava comprovado que a disciplina ordenadora do território da colônia tinha sido corretamente aplicada; caso contrário, era necessária uma revisão das estratégias aplicadas para este fim.

Foi a partir da implantação destas disciplinas, destas estratégias, que as inúmeras manifestações indígenas foram combatidas pelos colonizadores que buscavam reescrever as possibilidades existentes no território “selvagem”. Ou seja, estava em curso a consolidação de uma nova escrita em que os nativos deixariam de ser os protagonistas de suas histórias. Esse posto seria ocupado pelos civilizadores que vinham de tão distante para promover as transformações vislumbradas pelos europeus.

Dando suporte a esse processo, a cidade colonial era o lugar de chegada dos que vinham de forma compulsória ou espontânea para comercializarem ou serem comercializados. Era ela que abrigava os principais eventos da corte. Era nesse espaço que se concentravam os artistas, que, fazendo arte, representavam a realidade da época. De uma época marcada por “homens” que aspiravam por mudanças nos sistemas que regiam a sociedade.

Foi, também, por meio de um exemplo urbano que Bacon (1973) escreveu uma proposta de revisão das relações que até então definiam a realidade. Para tanto, ele elaborou um modelo de cidade hipotética: A Nova Atlântida. Em seu sistema, a cidade promove propostas para a superação dos problemas que fugiram do controle do próprio Estado, que se curvaria diante das potencialidades presentes na relação entre cidade e razão.

Nessa perspectiva, uma oposição foi produzida e tornada fundamental no processo de elaboração das novas bases que sustentavam estas idéias: o urbano; considerado o representante da lógica emergente *versus* o rural; que passou a representar a tradição, sendo, por esta razão, a realidade a ser superada. Esta mudança de mentalidade definiu, também, uma nova estética: o belo foi atrelado às manifestações materializadas pela razão humana no ambiente e deixou de ter o sentido contemplativo do bucólico (GOMES, 1996). Mais do que contemplar, o homem deveria intervir com vistas ao domínio da natureza.

Esses novos valores e conceitos afetaram as relações políticas, sociais, econômicas e culturais, que, por sua vez, redefiniram a lógica de apropriação dos ambientes nas mais diversas escalas. Essas idéias abriram caminho para o processo de colonização europeia do mundo e uma das ações marcantes foi a

“destruição/reconstrução necessária para fazer do mundo uma Europa e das paisagens do mundo paisagens européias” (SANTOS, 2002, p. 74).

É certo que esse processo não avançou de maneira uniforme pelos territórios tornados colônias européias e, posteriormente, Estados independentes. Ele repercutiu de maneira própria no interior das realidades produzidas. Não podemos estranhar o fato de estratégias de dominação semelhantes repercutirem singularmente. A dominação não atinge uma dimensão absoluta. É essa condição relativa de domínio, como atributo dos mecanismos de controle, que abre caminho para a produção de situações próprias e não previstas, que exigem revisões conceituais e valorativas aos objetos e ações planejados. É o que veremos a seguir.

4.2. A ARTICULAÇÃO DA ORDEM EUROPÉIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Entre as terras tomadas no processo de expansão do novo modo europeu de (re)produzir espaços, estavam as que formaram o Estado brasileiro. A apropriação deste vasto território não se deu de forma homogênea e plenamente integrada. A princípio, o litoral brasileiro foi a porção mais absorvida pelas medidas que visaram a superação de um estado classificado como de selvageria, quando o extrativismo foi a atividade mais praticada. Posteriormente, foi deflagrado um movimento de incursões no interior do território colonizado, com vistas a descoberta de metais preciosos. As jazidas encontradas nas expedições dos bandeirantes acabaram por firmar pontos muito específicos nos quais uma infra-estrutura para a extração mineral era implantada. Depois da extração, o produto era registrado e encaminhado pelas primitivas vias de ligação até os portos. Neles, as embarcações eram carregadas de ouro e prata para seguir seu destino: o continente europeu.

O declínio da atividade mineradora não rompeu com o arranjo precário de vias que, à semelhança de frágeis linhas desencontradas, sustentavam o tímido fluxo de pessoas e mercadorias entre as regiões do território colonial. As culturas agrícolas dedicadas à exportação, que ganharam destaque a partir da decadência da mineração, reproduziram com mais força o distanciamento entre as regiões. A emergência dessas atividades agrícolas fez com que o diálogo com o interior do território fosse ainda mais reduzido, visto que as relações criadas entre o litoral e o sertão brasileiro eram derivadas principalmente da economia aurífera esgotada (Souza, 1997). Assim, como as plantações de cana-de-açúcar e de café foram

concentradas nas terras próximas ao litoral, o sertão brasileiro ficou ainda mais distante das atenções dos agentes que ditavam os caminhos a serem percorridos no processo de pilhagem das riquezas extraídas deste território.

Este cenário permaneceu por um período considerável. Somente alguns séculos depois da descoberta do Brasil – e mais de cem anos transcorridos de sua independência – que o sertão começou a ser tratado como a realidade selvática a ser superada. Este novo olhar por sobre a *hinterland* foi lançado para que um novo modelo político-econômico pudesse ser implementado através de uma integração efetiva do território nacional. Esta integração territorial era uma condição fundamental para a modernização do sistema produtivo, que deveria ser organizado a partir de uma ampla divisão territorial do trabalho. E esta era uma tarefa a ser cumprida pelo Estado brasileiro. Ele deveria criar condições para que a modernização das relações atingisse todos os lugares, rompendo com o distanciamento, com o atraso e com as relações oligárquicas que caracterizavam vastas regiões; abrindo, conseqüentemente, caminho para que os tentáculos das modernas relações produtivas praticadas na região sudeste penetrassem de maneira contundente no restante do país.

Para tanto, foi necessário transpor discursos que, durante muito tempo, fizeram com que grande parte do território nacional fosse considerado inadequado para o desenvolvimento de atividades econômicas modernas. Nesse período, as relações produtivas que caracterizavam o sertão eram marcadas, predominantemente, por atividades de subsistência. Após a superação dos limites postos pela natureza sertaneja, a *hinterland* teve parte considerável de seu território apropriado pela agricultura modernizada. Notoriamente, nesse processo de redefinição valorativa de grande parte do sertão e de incorporação de seu solo por novas práticas econômicas, um elemento tem sido freqüentemente destacado: a capacidade técnica da racionalidade humana, que permitiu a superação dos limites impostos pela aridez da natureza sertaneja.

A partir desse momento, as bases das relações presentes no sertão foram sendo redefinidas e o distanciamento das pessoas de suas histórias, do produto de seu trabalho, bem como, de suas manifestações culturais, foi progressivamente intensificado por um processo de destruição/construção que produziu uma realidade estranha à vida dos sertanejos e próxima das demandas dos segmentos que buscavam a integração territorial necessária para a continuidade do

projeto modernizador. Ou seja, o movimento de destruição/construção com vistas a uma integração política e econômica do território seguiu promovendo uma desintegração das relações tradicionais (MELLO, 1999), que eram o símbolo do atraso, e que, por isso, deveriam ser substituídas por novas relações que garantiriam a instauração de um estado de progresso contínuo. Podemos dizer que teve início uma segunda etapa do processo civilizador em solo brasileiro, na qual o sertanejo assumiu o papel do indígena e o empreendedor-modernizador, a função do instaurador do estado de progresso, que, no passado, foi atribuída aos bandeirantes (WAIBEL, 1979).

Essas novas relações introduziram novos conflitos no sertão. As contendas familiares e os desentendimentos ocorridos em festas deram lugar a outras disputas. A maioria dos litígios registrados e divulgados passaram a ter como elemento central o acesso à terra, que foi restrito pelo sistema produtivo implementado, que se revelou profundamente seletivo e excludente. Manifestações destes conflitos, motivados pelas disputas por terras, são, ainda hoje, frequentemente reveladas pelos meios de comunicação, que destacam a violência em seu estado bruto, no desencontro entre os interesses de “sem terras” e fazendeiros.

Existem outros conflitos que manifestam outra dimensão da disputa entre a tradição e o progresso, nos quais são evidenciados a desagregação de um modo de vida produzido historicamente. As armas utilizadas nessas disputas são diferentes das empunhadas por “sem terras”, policiais, fazendeiros ou membros de milícias. Não têm a sua munição impulsionada pela explosão da pólvora, mas sim pela razão humana, que elabora argumentos exaltando a eficiência produtiva que sucedeu o modo de vida tradicional. A vitória do progresso é glorificada, cotidianamente, através da constatação do aumento significativo da produção de grãos. Todavia, as condições em que são produzidas estas mercadorias, que, muitas vezes, promovem o retorno do trabalho escravo, não são associadas ao modelo implantado pela produção agrícola modernizada.

Nesse contexto, um encontro é frequentemente notado: em muitas edições de jornais que celebram o aumento da produtividade no campo, aparecem, também, outras reportagens que denunciam o aumento da invasão nas terras indígenas, a “desumanidade” a que são submetidos os trabalhadores conhecidos como “bóias-fria”, o desmatamento e as erosões nas nascentes de rios. Entretanto,

os chamados impactos ambientais e sociais não são efetivamente relacionados à modernização da agricultura.

Esta realidade nos leva a indagar se o modelo de racionalidade elaborado em solo europeu e difundido pelos “novos mundos” se assemelha a uma obra literária que deve ser interpretada de maneira única por todos que a leram e pelos que virão a lê-la. Leva-nos a questionar essa idéia de razão, sempre atrelada a um projeto emancipador – que tem o poder de beneficiar a todos –, capaz de garantir uma série de conquistas sociais, culturais, econômicas, políticas e, mais recentemente, ambientais. Devemos perceber que esta razão instrumental (ADORNO; HORKHEIMER, 1989) estabeleceu os paradigmas a serem seguidos e definiu que as técnicas seriam as responsáveis pelas realizações que conduziram à superação dos estados de mazelas sócio-econômicos que, historicamente, estiveram presentes em uma sociedade marcada pela credice, pelos mitos e pela ausência da razão em seus empreendimentos.

Assim, desenvolveu-se a idéia de que a racionalidade técnica¹⁰⁶ por si só seria capaz de solucionar todos os problemas, tornando-se desnecessário o estabelecimento de uma política que garantisse que esta técnica conduzisse o homem a um estado de autonomia e não reproduzisse, em outra dimensão e escala, sua condição servil. E, no bojo do movimento guiado pelas certezas advindas deste modelo de instrumentalização da razão, não se percebeu que a “*racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma*”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1989, p.114). O próximo tópico abordará a produção sistêmica de uma alienação fundada no distanciamento do homem da sua história territorializada.

¹⁰⁶ É importante frisar a distinção entre dois conceitos: o de razão e o de racionalidade – já que a racionalidade é um dos pilares do conceito de racionalidade técnica –. Para autores como Manfredo Araujo Oliveira e Cassirer, razão e racionalidade são coisas distintas. A razão está atrelada a uma capacidade inata do ser humano, enquanto a racionalidade tem a ver com a utilização dessa capacidade e as técnicas desenvolvidas para que isso se dê. Uma é de nascimento e a outra tem a ver com processo. Uma é geral e tem características de absoluta, já que “nasce” no momento em que os homens vêm ao mundo: afinal é inata. Enquanto a outra implica em prática e em desenvolvimento via processos.

4.3. O SISTEMA, A ALIENAÇÃO E A PRODUÇÃO DE (DES)IGUALDADES NAS CIDADES.

Podemos notar que o desenvolvimento promovido pelo sistema em vigor tem sido marcado pela reprodução de desigualdades sociais e não pela geração de uma realidade equânime e harmônica. O fato é que, hoje, nos encontramos em um estado no qual nos posicionamos politicamente e consumimos não porque sabemos quem somos, porque somos e o que temos que fazer para nos tornar quem queremos ser. O que ocorre é que nós agimos em conformidade com as possibilidades oferecidas pelo sistema em vigor. De acordo com Santos (2000, p.44):

Nas condições atuais de economia internacional, o financeiro ganha uma espécie de autonomia. Por isso, a relação entre a finança e a produção, entre o que agora se chama economia real e o mundo da finança, dá lugar àquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro. Este se torna o centro do mundo. É o dinheiro como, simplesmente, dinheiro recriando seu fetichismo pela ideologia. O sistema financeiro descobre fórmulas imaginosas, inventa sempre novos instrumentos, multiplica o que chama de derivativos, que são formas sempre renovadas de oferta dessa mercadoria aos especuladores. O resultado é que a especulação exponencial assim definida vai se tornar algo indispensável, intrínseco, ao sistema, graças aos processos técnicos de nossa época.

Esse sistema, de forma elaborada, tem nos guiado com o cajado do fetiche. Caminhando nesta perspectiva, podemos ressaltar o fato das palavras adquirirem novos significados no contexto das relações sociais nas quais estão inseridas, ou foram inseridas. Neste sentido, podemos destacar, por exemplo, a palavra trabalho, que, ao longo da história, apresentou mais de um sentido no mundo ocidental. “*De sinônimo de sofrimento, cansaço, penalização e até tortura, vai ganhando um significado positivo à época do Renascimento*” (GONÇALVES, 1996, p.108-109), quando passa a ser associada à virtude e adquire a capacidade de conduzir o homem à condição de ser emancipado. O trabalho tornou-se o elemento capaz de impulsionar a sociedade em direção ao progresso, que, por sua vez, garantirá a todos os envolvidos neste movimento a ascensão ao status de participante do mundo civilizado.

Mas esse progresso exige uma ordem, que, por sua vez, é a garantia de benefício para toda a sociedade. Embora caracterizada pela segmentação, pela

diferença, a sociedade, em todas as suas dimensões, será contemplada pelas vantagens obtidas por este movimento rumo ao progresso. E, esta ordem exige um ordenamento. Um ordenamento marcado por várias dimensões. Uma destas dimensões apresenta um sentido territorial. Para tornar este progresso viável, é necessário o estabelecimento de uma “sincronia” entre os segmentos que compõem a sociedade e o território.

O desenvolvimento das atividades do homem sobre a natureza materializa uma série de configurações territoriais que podem ser consideradas expressões de seu trabalho. O homem, ao definir o ordenamento dado ao território, está definindo, também, como o seu trabalho será realizado. Contudo, deve ser destacado que, a partir do processo de modernização da produção, as formas não têm sido definidas pelo homem que as materializou na natureza, no território; como também o objeto produzido não tem sido uma expressão da história deste homem com o lugar em que se dá a produção. *“Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história”* (MARX; ENGELS, 1989, p. 57). Isto porque o conteúdo produzido e a forma de produção devem, obrigatoriamente, estar atrelados a um paradigma que garanta uma eficiência máxima.

É neste ambiente em que o homem se torna alheio aos nexos que orientam seu espaço, seu tempo, sua produção e sua vida, que uma questão vem a requerer nossa atenção: como que refutando o discurso hegemônico – balizado na razão universal que há muito vem apontando a necessidade de um ordenamento no diálogo travado entre o homem, o espaço e o tempo – manifestações espaciais nas mais diferentes escalas têm revelado, de forma inequívoca, um desordenamento em franca expansão no interior dos empreendimentos guiados pelos modelos elaborados pela razão humana. As desordens que têm envolvido estes três elementos¹⁰⁷ revelam que as iniciativas implementadas, calcadas na racionalidade instrumental, não foram capazes de promover um estado de progresso que envolvesse todos os que se dispuseram a integrar este movimento emancipador. Se, por um lado, uma situação de ruptura com a “selvageria” em seu estado original é inegável, por outro, é impossível não perceber os novos estados de barbárie produzidos no bojo das ações que objetivaram a disciplina imprescindível à

¹⁰⁷ O homem, o espaço e o tempo.

reprodução ampliada das relações mercantilistas e da vida humana qualificada no interior deste modelo político-econômico.

Como expressão emblemática desta realidade “desordenada”, temos a cidade, que a cada dia tem concentrado um número maior de pessoas em espaços cada vez mais marcados por conflitos de diversas ordens. Se, em um primeiro momento, o espaço urbano foi o lugar privilegiado que conduziu o homem à condição de sujeito livre dos limites impostos por uma fé castradora, que imperou na Idade Média; em um momento posterior este espaço se tornou o símbolo dos limites oriundos da própria racionalidade humana. Esses limites são manifestados através da precariedade dos resultados advindos das tentativas de disciplinar o espaço urbano por meio de ações orientadas pela ciência moderna, que, por sua vez, se tornou a formatadora dos crivos e das medidas que orientam as ações dos representantes do Estado moderno.

Inúmeros fenômenos urbanos relacionados à moradia, à violência, ao trânsito, ao trabalho, dentre outros, enfatizam que as normas elaboradas no interior das relações que constituíram o moderno Estado republicano não conseguiram sobrepujar as contradições que teimam em perseguir as ações elaboradas e implementadas pelos agentes oficiais do Estado, bem como dos empreendedores que têm a tarefa de continuar – tal qual os bandeirantes – demonstrando a capacidade de superação humana frente às barreiras naturais, que tombam diante de uma eficaz estratégia elaborada racionalmente.

Sob esse prisma, as contradições não são vistas como integrantes de um sistema que produz e reproduz, incessantemente, elementos que afrontam a lógica do próprio nexa que os criou. Elas são vinculadas a posturas indolentes dos que, por falta de virtude, não querem participar do processo que conduzirá todos a um estado de progresso contínuo. Esse tipo de conduta é avaliada como inadequada quando deixa de afetar somente a vida dos indivíduos não virtuosos e passa a atingir toda a sociedade que, certamente, terá que responder enfaticamente a essa ameaça.

Entre as principais armas utilizadas em defesa da ordem republicana, temos os discursos que ressaltam as virtudes inalienáveis do Estado moderno. Esses recursos semânticos são utilizados para que não transpareça que os agentes públicos, muitas vezes, se associam aos segmentos que atuam especulativamente por sobre o solo urbano e, por conseguinte, por sobre a vida urbana, fazendo com que as manifestações espaciais no interior das cidades revelem um estado de

irracionalidade na ocupação de territórios fragmentados ao sabor de relações absolutamente mercantilizadas. O fato é que a organização do solo urbano tem seguido uma orientação que é diametralmente oposta às promessas que secularmente foram atreladas a uma postura política republicana. A cidade aparece, então, como uma realidade profundamente fragmentada, em que projetos individuais se sobrepõem às idéias de bem comum e de justiça social, como foi demonstrado por Harvey (1980).

Nesse contexto, o trabalho que se tornou o símbolo da virtude humana e da possibilidade de ascensão social – para todos os que desejam fugir de uma postura indolente –, passa a se apresentar como uma conquista penosa para pessoas que, compulsoriamente, foram levadas a ocupar parcelas de solo urbano em que o transporte coletivo não garante plenamente o direito constitucional de ir e vir comum a todos os Estados modernos. O solo urbano, tornado mercadoria, adquiriu um sentido especulativo em que morar não se restringe a uma demanda humana primária. Assim, o lugar habitado passa a compor diversas representações no imaginário social que, por sua vez, afetam as possibilidades de conquista, por exemplo, de um trabalho, que assume uma dimensão platônica para uma infinidade de cidadãos que habitam um solo-mercadoria excludente para eles, mas que para o empreendedor foi um solo-mercadoria que reproduziu significativamente um capital investido.

Como exemplo da dificuldade de gestão do solo urbano, podemos citar a rápida superação dos sentidos e significados messiânicos atribuídos às novas capitais do Brasil e de Goiás. Estas cidades-capitais fizeram parte de políticas elaboradas por gestores públicos para a superação das limitações produzidas pela falta de um planejamento alicerçado em bases racionalmente eficientes. Brasília e Goiânia foram elementos centrais em projetos que transcenderam as suas fronteiras cidadinas, já que, destes espaços urbanos, deveriam espargir os benefícios gerados por gestões marcadas pela busca de uma integração territorial que daria um tom mais ativo e promissor às relações produtivas. Mas, apesar de serem produtos de ações planejadas, estas capitais não se tornaram exemplos de superação das dificuldades presentes nas cidades não-planejadas, não conformadas pela ação racional.

O que hoje mais chama a atenção é que, além de não superar as contradições intra-urbanas comuns a toda cidade, essas novas capitais promoveram

em seus entornos situações complexas, em que a inexistência de condições mínimas de vida é a todo instante percebida. Essas duas capitais interferiram na lógica de uma série de outras cidades, descaracterizando suas relações históricas, sem garantir benefícios sociais, ordenamento espacial e uma sincronia entre o tempo e o espaço da cidade, do homem e do capital, que passaram a ser reproduzidos a partir de uma relação metropolitana precocemente estabelecida.

Numa outra perspectiva, não é possível deixar de reconhecer que Brasília e Goiânia exerceram papéis fundamentais no processo de integração do território, em escalas regional e nacional. A partir delas, uma série de transformações foram viabilizadas e os arranjos modernizadores penetraram com muita força no Planalto Central brasileiro, promovendo a constituição de uma rede urbana que permitiu o avanço da agricultura mecanizada por sobre o bioma Cerrado (SANTOS, 2005).

Questões como essas podem conduzir a reflexões que certamente vão apontar uma série de desvios e equívocos produzidos no decorrer de vários séculos. O longo processo apresentado, ao invés de promover a emancipação do homem, como se deveria refletir a respeito de suas relações com ele próprio, com seus semelhantes e com o mundo, redimensionou a sua condição de servidão, a partir da reprodução ampliada de um sistema produtivo mercantilista que o levou a um desencontro com o produto de seu trabalho. Para avaliar as possibilidades e as limitações desse sistema produtivo, o espaço e o tempo são categorias fundamentais. Elas permitem que o homem perceba o seu lugar nas mais variadas relações, bem como proceda com o julgamento que vai definir os valores fundamentais para sua vida.

Contudo, o diálogo entre as possibilidades e as limitações são abafados pela necessidade, sempre urgente, de corresponder às demandas inexoráveis que impõem a superação de estados crises¹⁰⁸, que reduzem o tempo e o espaço a condição de medidas utilizadas para mensurar a eficiência produtiva; a partir de critérios centrados numa perspectiva em que o mercado é o grande ambiente integrador de tudo e todos.

Historicamente, os discursos integradores, nas suas diversas escalas geográficas¹⁰⁹, foram caracterizados por uma natureza, *a priori*, virtuosa. A relação entre a integração e a virtude pode ser entendida quando recordamos que a idéia de

¹⁰⁸ Santos (Globalização) e Moreira (2008) afirmam que a crise é inerente ao sistema.

¹⁰⁹ Envolvendo continentes, países, regiões e lugares.

progresso foi forjada no contexto de um movimento de universalização de verdades produzidas pela racionalidade humana. Sendo assim, o progresso passou a ter um caráter universal e a exigir a aceitação de um percurso único e integrador, já que deve alcançar a todos. Entretanto, as ações integradoras são marcadas por fragmentações que acompanham a *par e passo* as estratégias que objetivam a integração. Por mais que se tente camuflar os fragmentos e evidenciar a “integridade” de um projeto emancipador, eles – os fragmentos – sempre vêm à tona. O próximo tópico apresentará fragmentações regionais “derivadas” do processo de integração do território brasileiro, planejado a partir da estruturação de redes urbanas.

4.4. BRASÍLIA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO PLANALTO CENTRAL E DO TERRITÓRIO NACIONAL

Como protagonista das medidas pensadas e implementadas para a promoção da integração do território nacional, podemos destacar a transferência da capital federal do litoral para o interior do país. A nova capital brasileira, interiorizada, propiciou a reorientação da dinâmica dos fluxos no território brasileiro, justificando um vultoso investimento na infra-estrutura necessária ao estabelecimento de uma integração entre regiões que permaneceram desarticuladas desde os tempos da colônia. É importante frisar que Brasília foi erguida no Planalto Central, mas não em um lugar qualquer. Uma comissão de expedicionários, chefiada pelo astrônomo Luis Cruls¹¹⁰, definiu, na segunda metade do século XIX, o lugar que melhor abrigaria a nova capital articuladora, contemplada pela Constituição de 1891.

Como mencionamos anteriormente, o objetivo perseguido era fazer com que a dinâmica das relações políticas e econômicas praticadas no interior do país fosse incrementada. Na realidade, a iniciativa possuía uma dimensão ainda maior: suprimir a desarticulação regional presente no território nacional. Para tanto, o interior do país ocupou um lugar fundamental por ser o elo entre regiões que nunca haviam mantido relações consistentes, já que o território brasileiro era

¹¹⁰ Luis Cruls nasceu na Bélgica, em 1848. Sua formação acadêmica inicial está vinculada a Escola de Engenharia de Grand. Posteriormente, ingressa nas forças armadas de seu país. Em 1874 deixa o exército e segue em direção ao Brasil. Participa de forma destacada na Comissão dos Trabalhos Geodésicos do Município Neutro – mais conhecida como Comissão Cruls – entre os anos de 1874 e 1876. No ano de 1875 ingressa como Adjunto no Observatório Imperial do Rio de Janeiro e seis anos depois assume a direção do Observatório.

destituído da infra-estrutura necessária para uma “articulação plena”. E Brasília¹¹¹, construída no interior do país, representou a possibilidade do estabelecimento de novos nexos na dinâmica territorial. A nova capital deveria atrair fluxos de pessoas, produtos e serviços, que, por sua vez, justificariam a construção da infra-estrutura que permitiria, também, o redirecionamento destes fluxos para outras regiões não ocupadas, que seriam contempladas por programas governamentais de desenvolvimento econômico e povoamento, como foram os casos do POLOCENTRO, do PERGEB, do POLAMANZONIA, do PRODECER, dentre outros¹¹².

Santos (2005, p.29) descreve da seguinte forma a dinâmica interna do território brasileiro que antecedeu estas ações promovidas com vistas a sua integração:

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações exteriores. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes.

Então, a partir de ações organizadas por representantes dos segmentos emergentes ocorreu uma renovação das relações político-econômicas no interior do território brasileiro. Como desdobramento destas iniciativas, houve uma redefinição nas relações presentes na região Centro-Oeste do país: isto é inegável. Na realidade, a escala da redefinição atingiu dimensões que a princípio não foram estimadas.

Nesta região, um movimento intenso foi instaurado. Este movimento pode ser demonstrado pelas taxas regionais de urbanização registradas no Quadro 01. Enquanto, na década de 1940, a região Centro-Oeste foi a que apresentou a menor taxa de urbanização, na década de 1980 ela ficou abaixo somente da região Sudeste.

¹¹¹ Arnold Toynbee, em 1959, faz a seguinte afirmação: “O que Brasília representa para mim é o triunfo do homem moderno sobre a natureza”

¹¹² Correspondendo respectivamente ao: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, Programa de implantação da Região Geoeconômica de Brasília, Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia e Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados.

Regiões	1940	1960	1980
Norte	27,75	37,80	51,69
Nordeste	23,42	34,24	50,44
Sul	27,73	37,58	62,41
Sudeste	39,42	57,36	82,79
Centro-Oeste	21,52	35,02	67,75

Quadro 01 - Taxas Regionais de Urbanização

Fonte: SOUZA, M. A. Governo Urbano: Nobel, 1988.

Entre as expressões regionais que registram a atuação desta política nacional-integradora, podemos destacar o processo de fragmentação territorial¹¹³ que redefiniu a realidade existente na região que veio a circundar Brasília, que é o símbolo maior de todo o ideário integrador. Desde as primeiras ações com vistas a sua edificação, uma intensa relação dialógica entre a integração nacional e a fragmentação regional passa a acompanhar o processo de construção e consolidação da capital integradora.

Como destaque desse processo contraditório, em que a integração e a fragmentação se fazem presentes, temos o discurso oficial, que conferiu a Brasília uma personalidade naturalmente virtuosa, fazendo com que ela fosse desejada tanto por empreendedores em busca da reprodução de seu capital, como por infortunados dos mais diversos quadrantes do país, que permaneciam em um estado constante de vigília, em busca de condições mínimas para a reprodução de suas vidas.

Expressando quantitativamente as expectativas que vincularam a capital federal interiorizada a novas oportunidades, temos o crescimento médio anual da população do Distrito Federal, que, nas décadas de 1960 e 1970, atingiu o índice de 14,9%. Neste curto intervalo de tempo, a população do DF passou de 140,1 mil para 537,5 mil habitantes. É importante destacar que este fluxo foi caracterizado principalmente pela transferência de funcionários públicos federais e por trabalhadores em busca de vagas na construção civil (CAIADO 2000; PAVIANI 1998).

Nas décadas que se seguem, o crescimento populacional continua acentuado. A inovação fica por conta da incorporação do território de municípios

¹¹³ A fragmentação territorial dos municípios do entorno de Brasília apresentam duas dimensões: uma diz respeito ao parcelamento do solo para a abertura de loteamentos, outra trata do desmembramento de municípios nos anos 1980 e 1990. Devemos destacar que estas dimensões estão ligadas, pois a criação de novos municípios atendeu aos interesses dos agentes imobiliários que viram na aprovação de leis que dificultavam o parcelamento do solo obstáculos para o desenvolvimento de suas atividades e na criação de novos municípios a solução para a reprodução de suas práticas mercantis. Esta questão foi abordada por nós em 1999, na dissertação: Luziânia: a fragmentação territorial de um município.

goianos no processo de fixação de migrantes. Entre 1970 e 1980, a população do Distrito Federal cresce numa média anual de 8,15%, saltando de 537,5 mil para 1.176,8 mil. Já o crescimento populacional dos municípios que fazem divisa com a capital federal¹¹⁴ atinge a média anual de 9,19%, passando de 50,2 mil para 120,8 mil habitantes.

Nesse contexto, um grande e irregular adensamento populacional foi rapidamente formado no entorno de Brasília. O fato é que a nova capital foi profundamente impactada pelas expectativas dos migrantes que foram em sua direção à procura de oportunidades de uma vida melhor. Os municípios próximos ao Distrito Federal foram sendo rapidamente envolvidos por relações intensas que promoveram uma ruptura com a integridade que caracterizava sua formação histórica-espacial. No bojo desse fluxo migratório, fazendas foram loteadas e municípios foram desmembrados, para atender à necessidade de moradia dos migrantes impedidos¹¹⁵ de se fixarem no interior do território da nova capital e ao interesse dos especuladores do solo urbano em franca expansão nos municípios limítrofes a capital federal.

A forma como se deu a fragmentação do território dos municípios desse entorno indica uma complementaridade flagrante: o povoamento e o processo de urbanização dos municípios foi promovido a partir do parcelamento do solo de propriedades rurais. Mas, à medida que a legislação municipal foi dificultando a continuidade dessa prática, ocorreu um outro tipo de fragmentação, não mais restrita ao solo urbano de um município. Passou a ocorrer o desmembramento de territórios de municípios¹¹⁶ para que, nos novos municípios criados – sem as restrições legais que impediam o parcelamento do solo –, a abertura de loteamentos seguisse seu curso vertiginoso. É necessário ressaltar, ainda, que os loteamentos acompanharam as construções e duplicações de rodovias. Nesta perspectiva, uma realidade profundamente complexa foi sendo produzida na esteira da execução de uma política nacional – o Plano de Metas –, inspirada num discurso que evidenciava a exatidão matemática: 50 anos em 5.

¹¹⁴ Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Formosa.

¹¹⁵ Grande parte dos migrantes – oriundos, principalmente, de Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia – que partiram rumo à Brasília não puderam fixar residência na nova capital, devido a uma rígida legislação que buscou disciplinar o uso e a ocupação do solo do DF. Esta questão será melhor explicada ainda neste capítulo.

¹¹⁶ O município de Luziânia é o que se destaca neste processo de fragmentação. Nas décadas de 1980 e 1990 seu território deu origem a outros 5 (cinco) municípios.

Tal realidade complexa surpreende pela forma e pelo conteúdo. Tão surpreendente que a própria matemática, que inicialmente referenciou estas ações, não é capaz de definir as inúmeras formas geométricas que atualmente se fazem presentes nas paisagens desse território. Desenhos urbanos amorfos denunciam os conteúdos e os interesses contraditórios que se fizeram presentes no processo de condução dessas políticas, apesar da existência já efetiva de um Estado republicano que deveria impedir que a desordem viesse a ser materializada no seio da sociedade. Entre as expressões urbanas que rapidamente se espalharam à beira do território do Distrito Federal, podemos citar os municípios goianos emancipados nas décadas de 1980 e 1990, a partir da fragmentação do território de Luziânia.

Esses municípios já surgiram com um contingente populacional que impressiona, como fica evidenciado nos dados apresentados pelo Quadro 02:

MUNICÍPIOS	CENSOS				Cresc. Geom Tx.	
	1980	1991	2000	2007	1991/2000	2000/2007
Águas Lindas de Goiás	-	-	105.746	131.884	-	3.21%
Cidade Ocidental	-	-	40.377	48.589	-	2.68%
Luziânia	92.817	207.674	141.082	196.046	-4.20%	4.81%
Novo Gama	-	-	74.380	83.599	-	1.68%
Santo Antônio do Descoberto	-	35509	51.897	55.621	4.31%	0.99%
Valparaíso de Goiás	-	-	94.856	114.450	-	3.56%

Quadro 02- População Total 1980/2007

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica.

Para melhor entender o processo de formação desses municípios, é importante considerar os movimentos migratórios, que a princípio foram para o interior do Distrito Federal e que, em um segundo momento, se transferiram para os municípios limítrofes a capital federal. O Quadro 03 oferece subsídios para esta análise:

Região de Residência Anterior	1970/80		1980/91		1991/96	
	Volume	Taxa	Volume	Taxa	Volume	Taxa
Demais RIDE	26284	0,33	25149	0,17	-	-
Outros de Goiás*	70453	0,51	34928	0,23	24018	0,28
Outros do Centro-Oeste	4956	0,04	4698	0,03	2506	0,03
Outros de MG*	69249	0,50	42404	0,28	21019	0,25
RJ	53404	0,39	22856	0,15	9935	0,12
Outros do Sudeste	25962	0,19	17097	0,11	8735	0,10
MA/PI/CE/BA	147425	1,07	129653	0,86	69037	0,81
Outros do Nordeste	53281	0,39	40774	0,27	15013	0,18
Região Norte	10467	0,08	20778	0,14	11093	0,13
Região Sul	14326	0,10	10850	0,07	5492	0,06
Outros	7405	0,05	5730	0,04	6445	0,08
Total	483.212	3,52	354.917	2,35	173.293	2,52

Quadro 03 - Distrito Federal Volume e Taxa Média Anual de Imigração Interestadual Segundo Região de Última Residência (1) – 70/91

Fonte: Censos 80 e 91 e Contagem 96 (Tabulações especiais NEPO/UNICAMP)

* Para o período 91/96 os dados referem-se ao total da UF (GO E MG)

(1) Os dados para o período 91/96 são referentes ao local de residência em 01/09/99 (informação sobre data fixa).

O quadro 03 nos mostra que, entre os anos de 1991 e 1996, 173.239 pessoas migraram para o Distrito Federal. Em contrapartida, no mesmo período, 147.681 deixaram esta Unidade Federativa indo, em sua maioria, para os municípios goianos do entorno de Brasília. O Quadro 04 nos auxilia a dimensionar a dinâmica migratória que teve o Distrito Federal como centro gravitacional.

Região de Residência Anterior	1970/80		1980/91		1991/96	
	Imigração	Emigração	Imigração	Emigração	Imigração	Emigração
Demais RIDE	5,44	27,03	7,09	36,07	-	50,76
Outros de Goiás*	14,58	11,32	9,84	10,16	13,86	8,88
Outros do Centro-Oeste	1,03	1,98	1,32	1,91	1,45	1,22
Outros de MG*	14,33	11,89	11,95	9,26	12,13	6,42
RJ	11,05	11,48	6,44	6,61	5,73	3,89
Outros do Sudeste	5,37	13,36	4,82	7,28	5,04	6,91
MA/PI/CE/BA	30,51	10,04	36,53	13,91	39,84	10,24
Outros do Nordeste	11,03	6,42	11,49	6,83	8,66	5,14
Região Norte	2,17	3,09	5,85	4,50	6,40	3,67
Região Sul	2,96	3,40	3,06	3,46	3,17	2,88
Outros	1,53	-	1,61	-	3,72	-
Total	100	100	100	100	100	100

Quadro 04 - Distrito Federal Participação da Migração 70/96 (% no total do DF)

Fonte: Censos 80 e 91 e Contagem 96 (Tabulações especiais NEPO/UNICAMP)

* Para o período 91/96 os dados referem-se ao total da UF (GO e MG)

(1) Os dados para o período 91/96 são referentes ao local de residência em 01/09/99 (informação sobre data fixa).

O Quadro 04 revela um progressivo e consistente aumento do fluxo migratório, realizado por moradores do Distrito Federal, que foram fixar residência nos municípios do entorno de Brasília. Este é um forte indício das relações assimétricas, firmadas entre a capital federal e seu entorno. A discrepância entre estes espaços fez com que, em poucos anos, fossem formadas cidades densamente povoadas ao redor da capital federal. Cidades com configurações territoriais que fogem à regra. Algumas delas não possuem, por exemplo, núcleo urbano identificável¹¹⁷. Isso porque as levas de migrantes afugentadas do território do Distrito Federal ocuparam os loteamentos formados nos municípios vizinhos a capital da república e os traçados das ruas nestes loteamentos obedeceram à lógica especulativa que exigiu o maior aproveitamento do solo urbano que margeava as rodovias – que se tornaram um estímulo a ocupação – e não critérios que garantissem uma ocupação minimamente ordenada.

Mello (1999) ressalta que municípios que deveriam servir de anteparo para a redistribuição populacional acabaram servindo de ponto “final” para milhares de pessoas. Assim, lugares de passagem foram se tornando lugares de

¹¹⁷ Isto é flagrante, principalmente, em Águas Lindas de Goiás: o traçado de suas ruas e o nexos do transporte público revelam uma realidade interna difusa, em que a grande preocupação foi ligar a cidade ao Distrito Federal e não consolidar uma integração entre os Bairros deste município goiano.

permanência. Uma permanência fruto de um movimento de atração populacional que contemplou parcialmente a vida destas pessoas. Ou seja, elas foram atraídas para o Planalto Central, para a nova capital, mas não foram redirecionadas para lugar nenhum. Também, por varias razões, não foram inseridas no movimento que se fez presente nesta região. Elas permanecem nos loteamentos construídos ao lado das rodovias, mas se encontram à margem do movimento expresso por estas.

É importante enfatizar que toda esta mobilidade populacional foi centrada e articulada com vistas a um desenvolvimento regional que, como foi dito, era fundamental para a integração do território nacional. Contudo, em nenhum momento houve uma preocupação sistematizada que indicasse a intenção de promover uma melhoria nas condições de vida dessa população migrante. O que se escutava eram pronunciamentos oficiais que colocavam a necessidade do “bolo crescer” – a riqueza produzida pelo país – para que ele pudesse vir a ser dividido entre todos os cidadãos.

Como um dos fatores que influenciaram fortemente a condução das políticas econômicas na segunda metade do século XX – com grande repercussão territorial – temos a crise econômica da década de 1980. Sob seu jugo, esta década veio a ser conhecida como “*a década perdida*”. Tal cenário desfavorável promoveu uma mudança na condução de políticas que alteraram a relação entre a economia nacional e a internacional, iniciando o processo de abertura da economia brasileira como saída para a superação da grave crise econômica.

O que mais nos interessa é que as normas elaboradas para a regulamentação das relações entre o capital nacional e o estrangeiro acabaram reforçando as discrepâncias regionais, bem como as distâncias entre os segmentos sociais. Essa alteração fez com que, após a década de 1980, as bases das estruturas produtivas seguissem uma formatação mais flexível e dinâmica que, a seu turno, modificou a lógica de reprodução dos fluxos migratórios que continuaram desgovernados. Não foram elaboradas e implementadas políticas de ocupação do território nacional em que a dimensão social fosse prioritária. A grande alteração ficou restrita aos destinos dos migrantes, que passam a perseguir uma melhor sorte nas cidades de menor porte, seguindo o caminho trilhado pelas indústrias, que passam a trocar as metrópoles por espaços urbanos de porte médio. Assim, os migrantes continuaram contando com a sorte, na chegada em seus novos destinos,

já que políticas públicas que os colocassem na condição de protagonistas não foram implementadas.

Podemos dizer que foi sobre a égide dos argumentos do “*bolo em crescimento*”¹¹⁸ e da abertura econômica que a emblemática década de 1980 se tornou um divisor de águas quando tratamos dos fluxos migratórios. E foi sob a ação da força das novas tramas territoriais, arquitetadas para acomodação dos interesses do capital interno com o externo, que este período viu o processo migratório deixar de ser marcado pela longa distância, dando lugar a deslocamentos populacionais em que o trajeto percorrido se torna menor. Caiado (2000, p.01), em um estudo que avalia o processo de crescimento populacional no Distrito Federal e na região que o circunda, tece a seguinte consideração:

Na década de 80, em parte em função das novas especialidades da economia e seus reflexos no processo de urbanização, os tradicionais fluxos migratórios de longa distância, originários principalmente do nordeste brasileiro sofrem um arrefecimento e dão lugar na dinâmica demográfica nacional, às novas modalidades de mobilidade populacional, representadas principalmente pelas migrações de curta distância, mais especificamente os movimentos intra-regionais, e pela incidência acentuada das migrações de retorno, o que sugere uma circularidade de movimentos. Essas formas de migração surgem associadas ao crescimento das cidades de porte médio, à generalização da configuração de periferias no entorno dos maiores centros urbanos e a crescente tendência à pendularidade.

Regionalmente, os territórios de Brasília e seu entorno estão entre os que melhor representam a ação continuada exercida por um Estado que esperou o “bolo crescer” e deixou à margem milhões de cidadãos que tinham nos deslocamentos improvisados a única esperança de reproduzir, de forma precária, a sua vida. Este imprevisto é incongruente com um Estado que deveria agir racionalmente, mas está registrado de forma flagrante, quando analisamos os nexos dos movimentos migratórios que acompanharam, marginalmente, as intervenções oficiais que sucederam as décadas de 1950 a 1990, e penetraram no século XXI. Intervenções que objetivaram unicamente a abertura de caminhos que viabilizassem a penetração do capital no interior, bem como a sua circulação por todas as regiões brasileiras.

Os indicadores expressos no Quadro 05 revelam a desigualdade socio-econômica produzida ao longo de décadas, que fizeram com que a realidade do Distrito Federal se distinguisse severamente da realidade dos municípios que

¹¹⁸ Delfin Neto disse isto no início da década de 1980, na condição de Ministro de Estado no Governo do Presidente João Batista Figueiredo.

compõem a RIDE-DF – Região de Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno –. A diferença significativa, revelada por índices como os de desemprego e da renda bruta mensal, demonstra a contradição existente entre territórios marcados pela proximidade.

Indicadores	Distrito Federal	RIDE
Renda Domiciliar Bruta Mensal (em salários Mínimos)	9,0	3,3
Renda Per Capita (em Salários Mínimos)	2,4	0,9
Número de Pessoas por Domicílio	3,7	3,9
Percentual de Analfabetos	3,3	6,0
Taxa de Desemprego Total	18,3	35,0
Domicílios com Computador	31,6	7,9

Quadro 05 - Indicadores Socioeconômicos – Distrito Federal e Município da RIDE – 2003/2004

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Perfil Socioeconômico e Demográfico dos Moradores da RIDE – 2003.

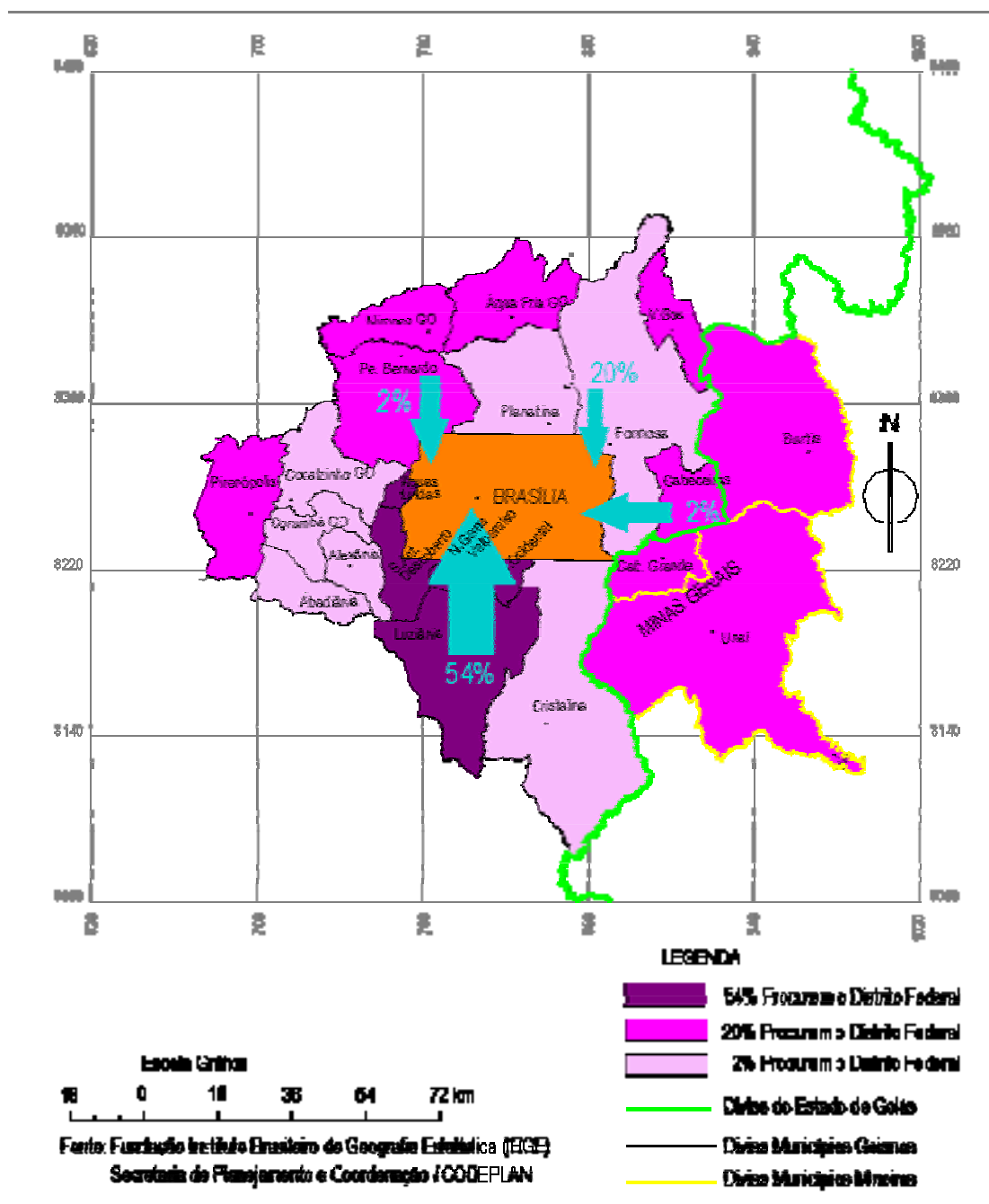
SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios – PDAD – 2004.

Esta contradição influencia o diálogo travado entre estes territórios. Uma das principais características da relação entre o Distrito Federal e os municípios da RIDE-DF é a grande procura por serviços públicos oferecidos pelo governo do Distrito Federal, como demonstra o Quadro 06 e o Mapa 04: os dados, bem como a representação cartográfica das relações, indicam a precariedade dos serviços e equipamentos públicos disponibilizados pelos municípios da RIDE-DF, o que acaba influenciando os serviços prestados pela iniciativa privada.

Serviços no Distrito Federal	População do Entorno que Utiliza os serviços no Distrito Federal (%)
Hospitais Públicos	51,2
Postos de Saúde	20,0
Trabalho	32,6
Estudo	7,9
Compras – Alimentação	9,3
Compras – Eletro Doméstico	33,8
Compras – Roupas e Calçados	32,5

Quadro 06 - Utilização dos Serviços no Distrito Federal Pela População da RIDE – 2003

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Perfil Socioeconômico e Demográfico dos Moradores da RIDE – 2003



Mapa 04: Tratamento Hospitalar no DF (Percentual que buscou hospital no DF)

Fonte: CODEPLAN -2003

Org.: NUCADA, Miraci

Podemos concluir que as medidas implementadas pelo Estado alteraram nitidamente as paisagens do Planalto Central. O campo e as novas capitais, pensadas estrategicamente para viabilizar a penetração do capital nas terras do sertão, promoveram novas feições em sua paisagem. É fundamental registrarmos que uma das funções da rede urbana implantada no Centro-Oeste era criar as condições necessárias à modernização das atividades agropecuárias (SANTOS,

2005). Este intento demandou o fortalecimento das relações intra-urbanas nas mais diversas escalas, já que o projeto modernizador exigiu uma divisão territorial da produção. As atividades regidas sob esta perspectiva perseguiram sempre a otimização da capacidade produtiva, por meio de bases racionais que garantiram uma maior produção com um custo reduzido, sem exigir significativas melhorias das condições sociais.

Esta dissociação flagrante entre os propósitos econômicos e a realidade social fez com que as iniciativas governamentais não abarcassem uma dimensão representativa da sociedade. E, apesar dos substanciais esforços, coordenados pelos agentes hegemônicos, não foi possível a produção de espaços em que uma segregação absoluta pudesse decantar as manifestações de riqueza, separando-as das de pobreza. O que vemos de forma sistemática é uma proximidade, uma superposição entre os territórios das ações estratégicas e das ações improvisadas, em que migrantes são geralmente vistos como os responsáveis pelo desequilíbrio de um sistema que possui uma natureza racionalmente ordenadora.

Percebemos, então, que, apesar de todas as iniciativas disciplinadoras, nenhum mecanismo conseguiu apartar as contradições produzidas e criar uma fronteira que isolasse as “virtudes” do progresso civilizador do “atraso” dos sertanejos que, segundo os olhos dos progressistas, teimam em permanecer indolentes. A sobreposição¹¹⁹ de territórios apresenta, assim, um caráter inalienável.

Esta realidade leva muitos municípios que apresentam um desenvolvimento econômico a impor medidas eugênicas¹²⁰ que regulem a entrada de migrantes em seu território, para que um temerário estado de desordem não seja estabelecido. Desta forma, podemos destacar duas faces de um mesmo processo que vislumbrou preencher o “vazio” existente no interior do país, oferecendo a esta região pouco habitada a possibilidade de despertar o potencial agropecuário adormecido, a partir da aceitação da integração de seu território aos territórios das regiões brasileiras mais desenvolvidas: a primeira face diz respeito às figuras

¹¹⁹ Esta sobreposição é expressa pelo intenso movimento pendular que promove uma conjunção territorial entre o DF e os municípios goianos. Estas pessoas são responsáveis por um dos mais expressivos fluxos migratórios pendulares em território nacional.

¹²⁰ Que restringem o ingresso de migrantes em seu território para a preservação de uma ordem em que os conterrâneos são percebidos como semelhantes e virtuosos e os “de fora” como diferentes e contaminados com uma inferioridade que pode comprometer um sistema eficiente.

geométricas¹²¹ desenhadas nas paisagens urbanas e rurais que apresentaram como referência inicial a simetria e a equidade, a partir da execução de projetos que não contemplavam outra coisa senão a construção de um cenário previamente determinado; a segunda revela o aparecimento das contradições registradas espacialmente¹²², que foram se manifestando, a princípio, na periferia dos núcleos urbanos e rurais que receberam os investimentos oficiais, desafiando o discurso do progresso universal, assegurado a todos os que seguissem fielmente as normas editadas pelo Estado republicano, que, em teoria, representa a igualdade de condições ofertada a todos os cidadãos.

Estas duas faces se reproduziram nas paisagens do Planalto Central brasileiro, na esteira de políticas que consolidaram a busca pela reprodução do capital a qualquer custo. O que aumentou expressivamente a desigualdade que salta aos olhos dos que se defrontam com essa realidade. Talvez, o exemplo mais inequívoco desta assimetria e da preocupação com a redução dos custos seja a prática recorrente de relações de trabalho que colocam homens em uma situação semelhante à da escravidão, que foi abolida legalmente no século XIX. Como punição por esta prática delituosa, os agro-empresários que teimam em fazer uso desta modalidade ilegal de mão-de-obra são obrigados a pagar os direitos garantidos por lei aos escravizados, além de ter que “devolvê-los” a seu lugar de origem; não existindo previsão legal que indique, por exemplo, a restrição da liberdade para o escravizador¹²³. Em 2008, 5.244¹²⁴ trabalhadores foram libertados de situações semelhantes à da escravidão no Brasil.

¹²¹ O geógrafo Paul Claval (1979, p.23) discute a questão da materialização de formas geométricas no espaço a partir do exercício do poder. Para ele “*o exercício do poder puro supõe, portanto, uma organização particular do espaço: só é possível nos limites de círculos onde todas as partes são igualmente acessíveis àquele que inspeciona e onde as aberturas estão guardadas, de tal modo, que os movimentos de entrada e saída são controlados e, se necessário, interditados*”.

¹²² Dando continuidade a seu raciocínio, Claval (Ibidem, p. 41) apresenta alguns limites que restringem a ação do poder exercido: “*a vigilância da cada um por todos encontra um limite quando a densidade se reforça ao ponto em que a multidão se torna anônima: as verificações se tornam então difíceis, o que torna aleatória a descoberta de comportamentos desviantes. Mesmo quando são comprovados, não se sabe a que atribuí-los; a opacidade do meio é demasiado grande para que seja possível colocar no ostracismo os que se afastaram das normas: elas passam quase sempre despercebidos*”. É este o caminho percorrido pelo geógrafo francês para revelar a distinção existente entre uma geometria das formas elementares de poder de uma geometria das formas complexas de poder, sendo que a produção da complexidade está vinculada ao incremento da intensidade nas relações que vão potencializar o conflito e a superação das formas geométricas elementares construídas preliminarmente.

¹²³ Uma das principais características desta prática é a utilização de mão-de-obra de municípios e Estados distantes do local de “confinamento”. No Brasil, são inúmeros os municípios em que um contingente expressivo de “cidadãos” fica aguardando os agenciadores de trabalho temporário destinados a desempregados. Estamos diante de um quadro composto por populações “potencialmente” migrantes, que são impelidas a um movimento desgovernado em que a busca por melhores condições de vida é a força que impulsiona ao movimento.

O trabalhador escravizado, em muitos casos, não desconhece o risco de embarcar em ônibus com destino a propriedades rurais. As blitz conjuntas realizadas pelas autoridades competentes, com vistas a repressão desse delito, encontram, muitas vezes, a resistência dos trabalhadores conduzidos pelos “gatos”¹²⁵. Mesmo sendo alertados sobre o perigo de serem mantidos cativos em fazendas, grande parte manifesta a disposição de seguir viagem. Numa matéria jornalística apresentada no mês de março do corrente ano, por uma rede de TV goiana, trabalhadores que estavam sendo transportados para uma propriedade rural disseram aos policiais e aos “fiscais” do trabalho que assumiam a responsabilidade pelo risco, já que, tanto eles, como suas famílias, estavam “passando fome”. Esse cenário de carência profunda, é semelhante ao que caracteriza a vida dos migrantes que têm deixado o Maranhão, o Piauí e o Tocantins em busca de melhores condições de vida no entorno de Brasília.

Podemos concluir que os desenhos geométricos promovidos pelos pivôs de irrigação e o traçado urbanístico original, que caracterizou Brasília e Goiânia, não foram capazes de fornecer um equilíbrio às diferentes e distantes demandas que separaram os interesses das pessoas envolvidas por esse “programa integrador”. Manifestações de conflito a cada dia revelam mais as imensas contradições que, ao invés de serem amenizadas, são, de diversas formas, acirradas. Mas quais foram os caminhos que vieram a compor esse mapa de desencontros?

A resposta a essa indagação nos oferece incontáveis possibilidades. O próximo capítulo abordará essa questão, enfatizando a autoridade conferida ao Estado moderno pelas premissas advindas das Revoluções Burguesas. Autoridade utilizada na elaboração de planos integradores articulados que, a despeito dos esforços dos planejadores, foram sendo afrontados por contradições reveladoras da “face oculta” de uma fragmentação sub-dimensionada, que tomou de assalto as cidades-capitais construídas no interior do país, com o objetivo de representar o poder da ordem na instauração do progresso.

¹²⁴ Comissão Pastoral de Terra.

¹²⁵ Os gatos são agenciadores arregimentam trabalhadores para empresários do setor agropecuário.

5. O ESTADO, A RACIONALIDADE E A IRRACIONALIDADE NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Vários pontos podem ser destacados no processo de conformação do território nacional; entre eles, podemos citar a questão da desigualdade produzida em períodos marcados por uma economia ancorada na exploração de poucos produtos, que faziam com que os investimentos fossem realizados de maneira pontual e isolada no território brasileiro. Este modelo econômico constituiu um cenário marcado por uma não-integração, por uma desarticulação territorial.

A partir da metade do século XX, uma série¹²⁶ de Programas e Planos foram elaborados por órgãos de Estado, com o objetivo de promover um reordenamento que alterasse a condição de distanciamento apresentado entre as regiões brasileiras. Certamente, uma manifestação mais efetiva destas iniciativas se deu a partir da segunda metade da década de 1950; mas um momento imediatamente anterior já apresentava o imperativo da integração do território nacional.

Por mais que a Marcha para o Oeste¹²⁷ não tenha correspondido às demandas por uma integração mais contundente, na qual o Brasil viesse a romper com as relações de produção “tradicionais” presentes em Estados como Goiás e Mato Grosso, ela representou o surgimento de um discurso em um momento político muito delicado, que destacou o caráter emergencial de iniciativas com vistas à integração do território nacional.

Podemos fazer referência à construção de uma nova capital no Estado de Goiás na transição da década de 1930 para 1940. Esta iniciativa do Governo do Estadual, apoiada pelo presidente Getúlio Vargas, revela a tentativa de elaboração de um novo desenho nas relações travadas no interior do país; logicamente, dando ênfase a uma escala regional. A transferência da capital goiana estabeleceu um distanciamento físico entre a sede do poder estadual e os municípios “eivados de vícios” nas relações políticas regionais. Mas não é correto afirmar que este período deixou registros claros de alterações profundas nas relações econômicas que vigoravam no território goiano.

¹²⁶ Destacamos o Plano de Metas e os PND.

¹²⁷ Ação implementada por Getúlio Vargas com vistas ao rompimento das estruturas políticas oligárquicas que vigoravam no “sertão” brasileiro.

Uma mudança mais expressiva pôde ser percebida alguns anos depois, durante o governo de Juscelino Kubitschek, quando foram implementados os Planos e Programas supracitados, com vistas a uma rearticulação capaz de promover um novo padrão de ocupação do território brasileiro. Na gestão de Juscelino Kubitschek, várias questões que até então tinham ficado no discurso e registradas em documentos adquiriram corpo, como foi o caso da própria capital federal interiorana. Este corpo foi forjado a partir de argumentos advindos da idéia de modernidade, que evidenciavam a necessidade de uma intervenção racional a fim de que todo o atraso cultivado no interior do Brasil, pela falta de objetividade e o excesso especulações infundadas, fosse superado.

Com Juscelino Kubitschek, um Estado racional é apresentado e as mazelas, que durante séculos teimavam em perseguir o Brasil, são condenadas ao extermínio por meio de um planejamento pautado em uma racionalidade instrumental que produziria um novo país. Um novo país sim: que em cinco anos iria atingir um desenvolvimento que o modelo tradicional demandaria cinqüenta anos para alcançar. O *slogan* 50 anos em 5, repetido sistematicamente, anunciava a chegada de um novo modelo de gestão que garantiria a chegada do tão esperado progresso.

Este novo país foi pensado tendo como referência uma lógica matemática¹²⁸, mais especificamente, geométrica. A geometria foi eleita a linguagem capaz de superar as diferenças; pois, por meio dela, as desigualdades seriam transpostas e as pessoas, as coisas e os lugares seriam representados de maneira a proporcionar um equilíbrio entre a população, a economia e o território. Tudo isto, administrado pelo Estado, através dos órgãos responsáveis pela elaboração e gestão dos Programas e dos Planos nacionais.

Neste contexto, Brasília era o centro; o ponto no qual deveria ser fincada a agulha de um compasso que tornaria as distâncias menos desiguais. Esta nova cidade-capital viabilizaria o surgimento de novas relações passíveis de serem medidas e aferidas. A capital interiorizada levaria o território a uma espécie de

¹²⁸ O professor Ruy Moreira (2008) publicou, recentemente, uma obra que muito colabora para o entendimento do processo que colocou a matemática em uma posição privilegiada. Ele explica, de forma consistente, como a matemática – mais especificamente a estatística e a probabilidade – serviram de refúgio para a representação do conhecimento moderno a partir das dificuldades enfrentadas pela Física em dar seguimento a uma visão positivista dos fenômenos. Segundo o autor, as limitações da Física newtoniana começam a ser evidenciadas com a divulgação de pesquisas que questionaram o caráter absoluto das Leis newtonianas e apresentaram a dimensão relativa a envolver o movimento, o espaço e o tempo.

emancipação, já que toda a infra-estrutura necessária a uma existência mais técnica e racional seria proporcionada. E ninguém poderia conduzir melhor as medidas, tecnicamente pensadas para combater o atraso de um país eivado de males decorrentes de práticas guiadas pelo imprevisto, do que um Estado emancipado, que distribuiria entre os cidadãos os imensos benefícios adquiridos por meio desta nova forma de encarar a gestão do território nacional.

Então, Brasília seria um divisor de águas. Na verdade, podemos afirmar que foi. A nova capital nacional fez surgir condições para que um diálogo entre as diversas e distantes regiões presentes no território nacional se estabelecesse. Isto não quer dizer que todos os espaços-interlocutores tiveram, ou tenham, o mesmo peso em sua argumentação, nem o mesmo acesso às condições que os fazem ser ouvidos (MELLO, 1999). A idéia era que as regiões não integradas ao sistema produtivo implantado na região sudeste do país – sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo – adquirissem o necessário para serem integradas; ou para terem seus territórios entregues aos agentes que se encarregariam de se apropriar destes espaços, incorporando-os ao modelo produtivo dominante nos Estados mais modernizados; porém, numa condição de espaço secundário no bojo de um contexto econômico em que as decisões e deliberações continuariam concentradas no sudeste do país.

Assim, no decorrer de poucos anos, duas capitais foram construídas muito próximas uma da outra, com o objetivo de possibilitar a constituição de novas relações. A primeira, num momento marcado por discursos mais nacionalistas. A segunda, por sua vez, fez parte de um projeto com vistas à abertura do país rumo a uma internacionalização da economia. Estas duas novas capitais se tornaram referências quando tratamos dos processos que redefiniram a dinâmica da rede urbana do Estado de Goiás, da Região Centro-Oeste e do Brasil.

Podemos afirmar que estas cidades planejadas promoveram, ao longo de suas histórias recentes, realidades profundamente densas; em que inúmeros elementos¹²⁹ foram sendo produzidos sem que o Estado apresentasse ferramentas de intervenção que dessem respostas às complexidades que foram penetrando nas entranhas dos territórios influenciados por elas.

¹²⁹ De forma geral, estes elementos estão associados à ocupação desordenada do solo urbano.

As duas cidades-capitais Goiânia – de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira – e Brasília – de José Bonifácio¹³⁰ e Juscelino Kubitschek – fizeram parte de um processo de integração que exigiu uma continuidade. O rompimento com um estado de não-integração, produzido no decorrer de vários séculos, não se daria efetivamente sem uma ação continuada que seguisse uma orientação distributiva na organização do território nacional. Por isto, as iniciativas oficiais que sucederam a administração de Juscelino Kubitschek, seguindo o projeto integracionista, serão os próximos objetos de nossas considerações.

5.1. O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Após a implantação do Plano de Metas, que promoveu a interiorização da capital federal e a construção da infra-estrutura elementar para dinamização das relações econômicas entre as diversas regiões brasileiras, foi necessário consolidar a integração do território nacional através de iniciativas que incrementassem as dinâmicas intra e inter regional. Uma proposta teórico-metodológica deveria ser escolhida para dar continuidade ao processo de integração territorial. Ela seria incumbida de guiar as iniciativas oficiais e garantir que o percurso definido fosse como uma linha férrea, marcado pela presença de estações que representariam as etapas rumo ao tão propalado progresso. Esta forma de conceber os caminhos que levam à superação das limitações transitórias é uma das maiores marcas do pensamento Iluminista, que se funda numa prática racional que busca um progresso constantemente renovado por um homem que não pode contentar-se com as conquistas já alcançadas.

Novamente, os procedimentos guiados por raciocínios matemáticos foram escolhidos para conferir legitimidade às práticas e as medidas técnico-operacionais dos que se dedicaram a elaborar os Projetos de um Estado desenvolvimentista. No caso em questão, as possibilidades trazidas foram potencializadas quando comparadas às dos precursores deste conhecimento: se em Descartes, a matemática era a linguagem que conduziria o pensador ao limite do saber – que era Deus –, através da superação da dúvida metódica; o processo que marca o estabelecimento oficial da razão como instrumento do Estado brasileiro, em busca

¹³⁰ José Bonifácio propôs a transferência da capital para o interior do país, em 1823, em um pronunciamento realizado nas dependências da sede do Poder Legislativo.

da integração de seu território, não apresenta mais este limite, pois já não havia uma essência original que ao ser encontrada revelasse uma verdade suprema e absoluta. Portanto, o Estado não poderia se satisfazer com a transposição de um degrau, ele deveria ser capaz de se organizar para vencer todos os degraus que se apresentassem a sua frente.

A capacidade de superação racional dos obstáculos apresentada pela linguagem matemática fez com que ela assumisse a condição de protagonista na elaboração dos planos e programas postos a serviço do Estado, que objetivava a emergência de uma nova geografia na circulação e nos fluxos em seu solo (HARVEY, 1980; MOREIRA, 2006; SANTOS, 1984). Para tanto, as bases da ciência geográfica praticada pelos agentes públicos foram sustentadas por um robusto alicerce matemático. Mais especificamente, a Geometria euclidiana, por trabalhar com a representação espacial linear, foi o segmento desta linguagem exata que mais se fundiu à Geografia. Os esquemas pensados para o estabelecimento de novos e dinâmicos arranjos espaciais eram representações abstratas de uma realidade concreta percebida a partir de análises do território brasileiro.

A economia espacial, a teoria geral dos sistemas e suas redes hierarquizadas ocuparam, então, um lugar de destaque na mente dos planejadores. Foram criados modelos para o controle e gestão das atividades relacionadas aos fenômenos intra-urbanos, inter-urbanos, de transporte, regionais etc. Nas administrações que sucederam Juscelino Kubitschek, a economia espacial embasou os projetos de Estado, principalmente no que concerne a ações com vistas a um desenvolvimento econômico.

Assim, o conhecimento adquiriu uma dimensão que transcendeu o tempo presente e passado, se relacionando diretamente com o futuro (GOMES, 1996). Nessa perspectiva, a idéia de planejamento é assentada em um lugar especial e passa a estar presente de forma incisiva no aparelho e nas instituições do Estado. A grande tarefa atribuída aos planos e aos planejadores é a transposição da situação de desigualdade que caracterizava o Brasil. Uma desigualdade expressa algebricamente foi apresentada e as novas bases da associação estabelecida entre geografia e a geometria teriam que equalizar e anular as diferenças que distanciavam e impediam as relações entre as regiões brasileiras. É neste ambiente que a neutralidade e a objetividade das matrizes quantitativas entram em cena para viabilizar o desenvolvimento das distintas regiões do país. As diferentes realidades

manifestadas regionalmente não eram vistas como historicamente produzidas pelo processo de apropriação diferencial do território, mas como naturalmente criadas a partir das características intrínsecas de cada área.

Como vimos, no Brasil, este modelo de gestão remonta à metade da década de 1950, quando foram definidas e implementadas as ações geridas pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que deflagrou o início do processo que levou à integração do território nacional. Se até o final da era Juscelino Kubitschek tudo estava ocorrendo como o planejado e o projeto de integração seguia prosperando, qual seria a justificativa para a adoção de outras referências para a continuidade do processo integrador, que estava promovendo, de maneira satisfatória, a intensificação dos diálogos entre as regiões brasileiras?

Seguindo o raciocínio exposto no parágrafo anterior, vamos dar continuidade à apresentação dos resultados da pesquisa, destacando os limites dos planos que sucederam à gestão de Juscelino Kubitschek. Principalmente, os limites materializados no território sob a influência direta da capital-símbolo das ações que deveriam conduzir os brasileiros às condições de cidadania inerentes a um Estado Republicano. Isto porque a capital interiorizada ocupou um lugar estratégico na maioria dos Programas implementados e que, por isto mesmo, foi afetada pelos limites dos planos que gravitaram em seu “entorno”.

5.2. OS PROGRAMAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Foram pautados nos critérios intervencionistas do Plano de Metas que os PND¹³¹ entraram no circuito dos sistemas de ação do Governo Federal, em 1972. Essa continuidade¹³² indica que o projeto integrador-modernizador foi assumido pelo Estado, não ficando mais restrito a um governo.

Uma das características operacionais derivadas dos pressupostos teórico-metodológicos que orientaram as práticas articuladoras dos agentes de Estado foi a linearidade comum às expectativas geradas por relações em que a causa e o efeito não deixam margem para nenhuma circunstância não prevista. Os planos e as ações não previam avaliações sistemáticas que, através do uso de indicadores,

¹³¹ Planos Nacionais de Desenvolvimento.

¹³² Como a criação, nas Regiões Norte (1966) e a Região Centro-Oeste (1967), de Superintendências de Desenvolvimento, como ocorreu pioneiramente na Região Nordeste (1959)

detectassem a ocorrência de distorções e desvios decorrentes de dificuldades naturais na implantação de medidas extremamente complexas. Mecanismos desta natureza permitiriam uma reorientação no curso do processo e oportunizariam o cumprimento dos objetivos propostos.

Na atualidade, uma das realidades produzidas por este modelo de gestão que mais chamam a atenção é a própria capital federal. Brasília se tornou um símbolo, também, dos problemas gerados por iniciativas centradas nas idéias de igualdade e linearidade. A expressiva e densa gama de fenômenos manifestados nesta cidade-capital, e em seu entorno, pode conduzir a questionamentos a respeito das visões de mundo que propuseram medidas racionais e normativas que não deram a devida atenção às contradições presentes na sociedade, no espaço, no tempo, na produção etc.

Desta forma, foram construídas rodovias, portos e aeroportos; modelos de regionalizações foram elaborados para que novos sistemas de relações fossem criados no território. No entanto, essa nova configuração promovida criou situações não previstas¹³³, que não eram discutidas e devidamente avaliadas. Todos os esforços eram direcionados para a composição de relações sistêmicas que transformariam diferenças em igualdades. A idéia determinante indicava que os interesses gerais teriam que se sobrepor às particularidades locais, que eram vistas como resistências à ordem em implantação. Tudo isto justificado por um conceito de justiça social, fundamentado por uma lógica racional que vislumbrava o equilíbrio social como um projeto de longo prazo, que exige o esforço e a compreensão de todos os cidadãos. O Estado moderno está fortemente atrelado à idéia de bem comum que demanda uma ordem para a instauração do progresso.

Estas intervenções do Estado acabaram por atribuir novas identidades e novas personalidades ao espaço, que passou a apresentar duas instâncias com naturezas específicas: uma que ressalta a dimensão pública, em que o espaço deve ser regido por Leis que garantam um equilíbrio às relações estabelecidas no espaço compartilhado pela sociedade; outra vinculada às relações particulares, que afetam especificamente o indivíduo e não atentam contra a integridade coletiva e, por isto,

¹³³ Derivadas, principalmente, do aumento vertiginoso da população do Distrito Federal e dos municípios de seu entorno: as demandas por serviços públicos e moradia nunca foram supridas e a discrepância entre o aumento do contingente populacional e as intervenções dos agentes públicos foram sendo materializadas no território, deixando registros claros das contradições não consideradas pelas diretrizes do ordenamento em curso.

ocorre em um espaço privado. No tocante a esta questão, Gomes (2002, p. 33) esclarece que:

O fato fundamental para nós nessa discussão é que as diferentes compreensões do estatuto desejável para a liberdade definem limites diversos de esferas de poder e de autonomia entre Estado e indivíduos, e que estas esferas correspondem a limites físicos, espaciais e comportamentais entre um domínio público e um domínio privado.

No período de vigência de Planos e Programas, as atenções estavam voltadas para o espaço público. O espaço e as leis tornam-se elementos estratégicos e indissociáveis na condução das políticas voltadas à gestão do território nacional. Foi na articulação destes dois elementos – o espaço e as leis – que se definiu a equação para o processo de reconfiguração territorial necessária à instauração de um estado de progresso contínuo. Assim, foram elaborados o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social: política regional no Brasil, o I PND, o II PND – e no interior deste a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Da mesma forma, foram criadas as Superintendências de Desenvolvimento, para que a migração, a urbanização, a industrialização etc. viessem a adquirir uma organização imprescindível ao desenvolvimento das unidades regionais.

Consultando o I Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972/1974 –, encontramos a idéia de integração nacional que guiou as medidas oficiais adotadas naquele período:

A integração nacional, com significado primordialmente econômico-social, destina-se, do ponto de vista da demanda, a criar mercado interno, capaz de manter crescimento acelerado e auto-sustentável, e, do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica. (p. 25).

No final do período marcado pelo I PND, as cidades adquiriram um peso estratégico na condução das políticas integradoras. Teve início um árduo processo de discussão relativo a uma política de desenvolvimento urbano. As análises prospectivas realizadas, no início da década de 1970, indicavam que em 1980 a população urbana brasileira corresponderia a 2/3 da população nacional; e que o *“país seria caracterizado por uma sociedade predominantemente urbana, em processo acelerado de metropolitanização. E o desenvolvimento urbano passa a ter uma interação cada dia mais profunda com a própria estratégia nacional de desenvolvimento”*. (BRASIL, 1974, p. 71). É neste ambiente que a questão urbana

começa a ser tratada com uma atenção até então inexistente, apesar dos problemas que já se faziam presentes pontualmente na Região Sudeste¹³⁴.

A problemática urbana em escala regional e nacional começa a ser debatida no século XX, principalmente na transição entre as duas metades deste século – de 1940 a 1970. Neste período, também caracterizado pelo surgimento e consolidação dos discursos e das práticas integracionistas, a população urbana do país passou de 31% para a casa dos 56%. “O processo de urbanização acelerada gerou grandes distorções na distribuição espacial das cidades, predominantemente litorânea”, e os estudos oficiais revelaram uma preocupação crescente com “a excessiva concentração urbana, que ocorre, sobretudo, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro”. (Ibidem, p. 72).

O II PND – 1975/1979 – torna evidente que a cidade e o processo de urbanização adquiriram relevo no processo de gestão dos espaços públicos, já que as redefinições referentes à reestruturação das cidades, dentro do planejamento dos pólos econômicos, vão merecer uma atenção especial, para que sua “configuração físico-urbana (...) se afigura mais racional e menos dispendiosa do que simples soluções de engenharia que tomem como um dado as atuais tendências de evolução mecanicamente”. (Ibidem, p. 73).

A partir daí, as cidades não serão mais pensadas como “pontos isolados” no território nacional, mas como elementos integrantes de sistemas em que a hierarquia se faz presente. Foram criadas nove regiões metropolitanas¹³⁵, bem como pólos secundários, com o objetivo de viabilizar “núcleos urbanos de apoio ao processo de ocupação”. (Ibidem, p. 73). Assim, o espaço é oficialmente hierarquizado e os poderes de Estado são exercidos de maneira articulada. Certamente, a estrutura planejada não era marcada pela simplicidade. Mesmo um raciocínio pautado por uma racionalidade linear, ao ser utilizado para a promoção da superação de contradições e desigualdades, apresenta um elevado grau de elaboração; principalmente, por se tratar de uma matriz em que sistemas pensados

¹³⁴ Devemos ressaltar que o processo de urbanização brasileiro apresentava, desde a segunda metade do século XIX, um significativo desordenamento que fez com que este tema fosse debatido pelo poder legislativo municipal do Rio de Janeiro – quando foi enfatizado as questões referentes à construção de cortiços no centro da cidade – já em 1866. Villaça (2004) ressalta que em 1878, a Câmara Municipal da ex-capital da república, proíbe o licenciamento deste tipo de edificação. No final do século XIX, são aprovadas medidas mais restritivas com a mesma natureza, abrangendo, também, as vilas operárias. Esta realidade exemplifica os problemas intra-urbanos que eram limitados a poucas cidades naquela época.

¹³⁵ São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Belém.

a partir de setores específicos – transporte, indústria, infra-estrutura etc. – deveriam se complementar.

A busca por uma maior eficiência na articulação das intervenções setoriais fez com que, no processo de transição entre o I e o II PND, fossem realizadas avaliações parciais das ações planejadas e implementadas. Estas avaliações não estavam previstas nos cronogramas dos órgãos oficiais e foram solicitadas pela Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal e derivam da seguinte preocupação:

Tem sido notável o crescimento econômico do Brasil nesta última década. Mas – e o próprio II PND reconhece – “persistem os desafios da economia ainda vulnerável no Nordeste semi-árido, e do quase intocado continente tropical úmido da Amazônia... Perduram os bolsões de pobreza no Centro-Sul industrializado: o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Ribeira, as áreas economicamente decadentes do Estado do Rio de Janeiro.

Os Organismos Regionais foram criados para forjarem condições de eliminar esses desníveis, sem o que o desenvolvimento harmônico do País será inviável. Apesar de todo o esforço despendido, no entanto, nota-se uma progressão geométrica na distância que separa as áreas desenvolvidas das subdesenvolvidas. (SENADO FEDERAL, 1975, p. 5).

Para contribuir com o processo de regulação das ações de Estado, com vistas à superação das desigualdades regionais, foi aprovado, no ano de 1975, “*um esquema de trabalho para avaliar os resultados e as repercussões, a nível regional e urbano do II PND*” (Ibidem, p. 75). Este esforço envolveria dirigentes de órgãos de desenvolvimento e de áreas metropolitanas, que debateriam os planos de desenvolvimento urbano e regional, para que as adequações necessárias viessem a ser realizadas; corrigindo, assim, os equívocos ocasionados pela ausência de avaliações das obras e medidas já executadas nas diversas regiões¹³⁶.

Interessante destacar que o economista Paulo Dante Coelho¹³⁷ ressalta que o “*desenvolvimento polarizado*”, proposto no II PND, é visto como “*deliberadamente descontínuo espacialmente, mas no sentido de reforçar, de concentrar investimentos em áreas selecionadas, criando de per si desequilíbrios que serão passíveis de correção em fase posterior*” (SENADO FEDERAL, 1975, p. 15). Ou seja, os programas e os planos não incluíram de maneira homogênea todos

¹³⁶Isto, porque a crença nas análises prospectivas foram marcadas por exageros apontados por Gomes (1996) e por Harvey (1980), fazendo com que uma visão superestimada dos métodos aplicados levasse a produção de realidades não condizentes com os discursos oficiais proferidos no período.

¹³⁷Coordenador de Planejamento Regional do IPLAN/IPEA, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

os lugares e cidadãos. Os planejadores estavam convictos de que os investimentos realizados, pontual e estrategicamente, espargiriam benefícios em todas as direções, envolvendo os lugares e os cidadãos que não foram diretamente contemplados.

Entretanto, as tentativas de espriar os investimentos pontuais e garantir uma equidade geometricamente delimitada não foram capazes de racionalizar as distorções inerentes a estas práticas políticas, econômicas, sociais e territoriais calcadas em uma visão de mundo que ignora as tensões e os conflitos próprios de um mundo repleto de imprevistos.

As prerrogativas atribuídas a um planejamento produzido no seio de um determinismo mecanicista conferiram uma posição secundária às avaliações parciais das ações em curso, já que as referências teóricas-metodológicas, utilizadas pelos planejadores, traziam consigo um status elevado de segurança quanto ao cumprimento dos objetivos. Somos levados a crer que a economia e a geometria espacial, que orientaram a definição de pólos de desenvolvimento¹³⁸, foram marcadas só por *invariáveis* e que nenhuma *variável* foi levada efetivamente em conta no decorrer da elaboração destas medidas, tal é a despreocupação com qualquer necessidade de adequação¹³⁹.

Do mesmo modo, podemos encontrar várias oportunidades de questionamentos referentes à natureza teórica e metodológica que estão contidas, especificamente, nas orientações para a gestão do espaço urbano. Souza (2004) – que participou da formulação do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano – descreve as disputas entre distintas visões de mundo no processo de definição das diretrizes que referenciarão este Programa, que, por sua vez, era parte integrante do II PND. Souza (Idem) relata a dificuldade de elaborar uma política urbana que

¹³⁸ O crescimento econômico não é consolidado de maneira uniforme por todo o espaço, ele é estabelecido a partir do desenvolvimento de certos pontos favorecidos e se propaga por uma região polarizada por suas influências.

¹³⁹ Rattner (1974, p. 58) analisa o uso deste procedimento e tece o seguinte comentário: “a estratégia de ‘pólos de crescimento’ foi e continua sendo cotada, entre as diferentes políticas de desenvolvimento, como a mais indicada para influenciar a localização de atividades econômicas. Em quase todos os países onde existem desequilíbrios regionais acentuados, essa abordagem tem sido utilizada para desenvolver áreas atrasadas. Os resultados observados, todavia, não são muito encorajadores e positivos: os ‘pólos’, embora estimulados em seu crescimento por investimentos públicos e políticas de incentivos fiscais às iniciativas privadas, não têm correspondido às expectativas, tanto no que se refere ao próprio desenvolvimento, quanto à irradiação dos benefícios ao seu ‘hinterland’. A teoria dos ‘pólos de crescimento’ não nos fornece orientação quanto às medidas práticas para consecução de um maior equilíbrio entre os pólos e suas áreas polarizadas, porque, muito embora faça a análise do processo de aglomeração em termos de economias externas, pouco tem a dizer sobre as formas e meios pelos quais os efeitos benéficos de concentração possam ser transmitidos às áreas periféricas”.

tratasse o espaço como um produto social, abandonando a tendência que o colocou de forma emparedada, no interior de uma percepção funcionalista e mecanicista de mundo e de cidade. Também é destacado, por esta geógrafa, a contradição presente entre as intenções integracionistas que firmaram o II PND e as possibilidades contidas no PNDU¹⁴⁰, devido à dificuldade de atrelar as deliberações desta política urbana com as características setoriais que definiram o II PND em sua maior escala de aplicação. Na introdução do artigo aqui contemplado a autora afirma que “*a cidade é retalhada e o urbano equivocadamente conceituado*” (Ibidem, p. 114).

A cidade era vista como uma unidade produtiva. Esta personalidade urbano-econômica está expressa no texto do II PND, no capítulo que trata do desenvolvimento urbano: “*a cidade irá, então, situar-se dentro do planejamento do pólo econômico, definindo-se a sua função econômica e social e, só então, passando a definir-se sua configuração física-urbanística*” (BRASIL, 1974, p. 73). O processo de urbanização foi, nesta perspectiva, visceralmente ligado à industrialização. A forma como foram encaminhadas as orientações para a consolidação de “parques” industriais reproduziram – em escalas diferentes – as desigualdades regionais pelo território nacional, o que contrariou frontalmente um dos principais objetivos desta ação governamental, que era combater as diferenças entre as regiões brasileiras.

Oficialmente, (SENADO FEDERAL, 1975) foram delimitadas três etapas marcadas por ações de Estado que propiciaram as condições para uma efetiva integração entre as dinâmicas urbana e regional: a primeira foi caracterizada pela criação da SUDENE¹⁴¹, em 1959, e a construção de Brasília, no decorrer de 1956 a 1960. Este período foi caracterizado por obras de engenharia imprescindíveis a qualquer idéia de desenvolvimento. A segunda foi marcada pela possibilidade de se pensar um desenvolvimento intra-regional, a partir do incremento da infra-estrutura regional, o que viabilizou o início dos debates que vislumbravam o combate das desigualdades regionais. E, por último, temos a década de 1970, quando os sistemas viários, de telecomunicação e de energia – implantados em quase todas as regiões – propiciaram as condições básicas para uma visão mais inter-regional e nacional.

¹⁴⁰ Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

¹⁴¹ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

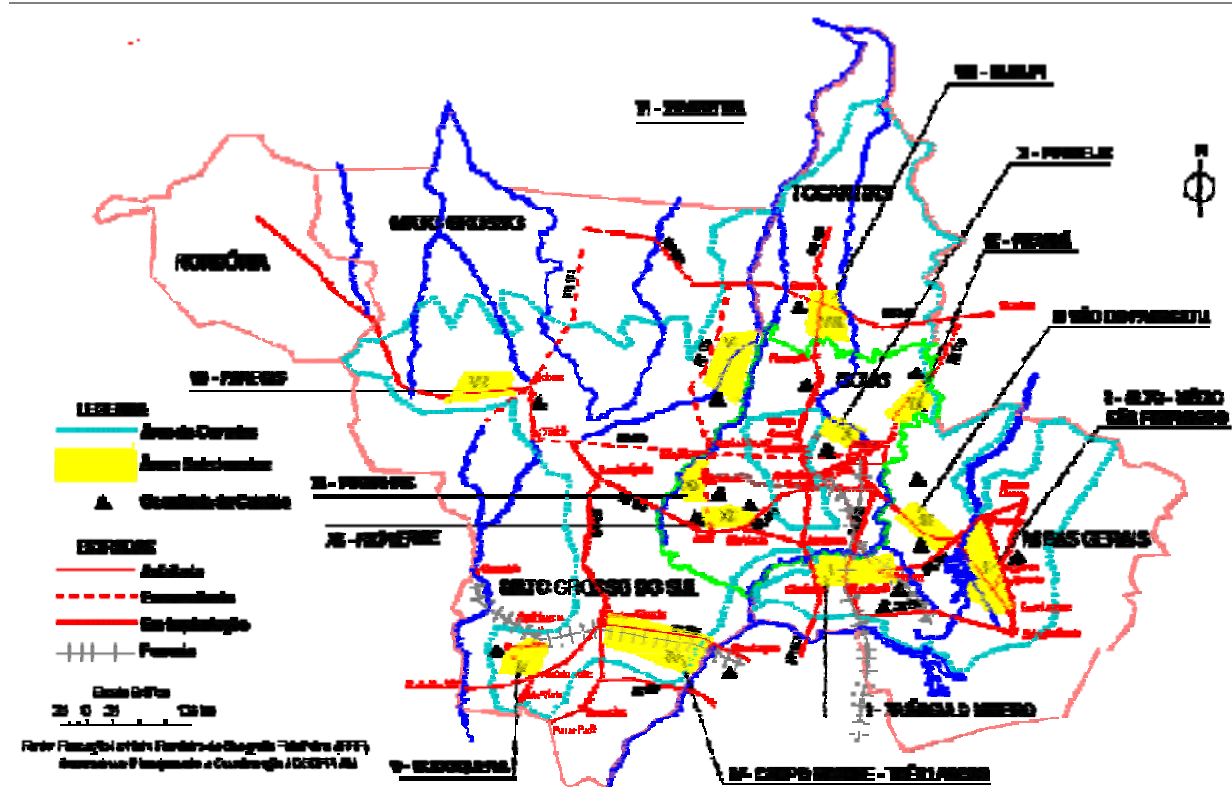
Os pólos implantados em cidades foram interligados por meio de sistemas de transporte e comunicação, e o diálogo entre os pólos gerariam fluxos organizados em redes que deveriam, de forma distributiva, reproduzir esta dinâmica pela região, tornando-a, progressivamente, mais homogênea.

Deve ser ressaltado que o II PND teve um sentido de complementaridade. Sendo assim, além de iniciativas regionais e urbanas, não poderiam ter faltado medidas voltadas para as atividades agropecuárias, que deveriam ocupar uma posição de destaque nas áreas de Cerrado. Geraldo de Alencar¹⁴² relata que, a partir de 1967, houve um aumento na produtividade do setor agrícola devido ao crescimento econômico do país. Naquele momento, as atividades agrícolas passam por uma transformação, deixando seu caráter tradicional e se inserindo no contexto de práticas mais modernas.

Assim, para o responsável pelas políticas de desenvolvimento agrícola no âmbito do II PND, eram necessários o aumento da contribuição deste setor no PIB e, ainda, a redução do custo dos consumidores e a melhoria da renda do produtor rural. Para que estes objetivos fossem alcançados, alguns pontos foram levantados: a *“implantação de uma infra-estrutura de apoio que permita o deslocamento da fronteira agrícola”* (SENADO FEDERAL, 1975, p.31), a melhoria no sistema de educação e a ampliação do acesso aos fatores produtivos.

Em 1975, a área cultivada no Brasil estava entre 40 e 45 milhões de hectares e havia uma expectativa de que só o Cerrado promoveria um aumento de 50 milhões de hectares. Ainda no que se refere ao Cerrado e a região central do país, o POLOCENTRO – Programa inserido no II PND – selecionou 12 (doze) áreas: 03 (três) em Minas Gerais, 04 (quatro) no Mato Grosso e 05 (cinco) em Goiás. Cada uma destas áreas, representadas no Mapa 05, seria um pólo de desenvolvimento que expandiria para os espaços circunvizinhos os avanços técnicos na produção da agricultura e da pecuária.

¹⁴² Coordenador-Adjunto do Setor de Agricultura do IPLAN/IPEA, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.



Mapa 05 : Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro (1975-1979)

Fonte: Senado Federal - 1975

Org.: NUCADA, Miraci, - 2009.

A escolha destas áreas se deu pela presença de uma infra-estrutura básica de transporte e eletrificação rural, ficando a cargo do Governo Federal a melhoria das condições logísticas existentes. Deve ser destacado que um programa especial de crédito subsidiado não ficaria restrito às áreas contempladas diretamente pelo POLOCENTRO. Os municípios que tivessem mesmo uma pequena parte de seu território inserido em algum pólo de desenvolvimento seriam beneficiados em sua totalidade. As análises realizadas vislumbravam um retorno significativo dos investimentos feitos nos pólos de desenvolvimento do POLOCENTRO em um prazo de 03 (três) anos.

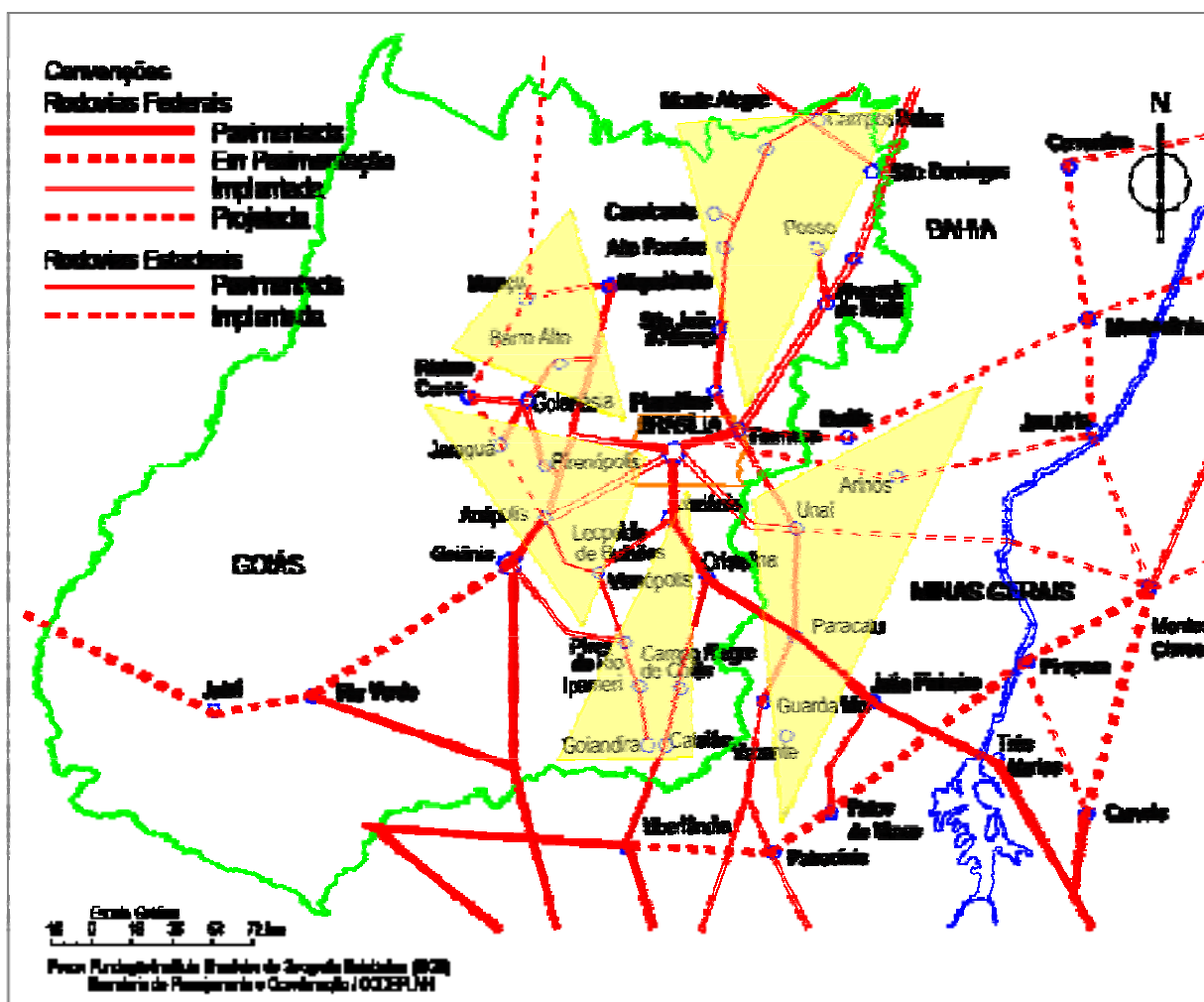
Mas uma preocupação rondava os gabinetes das Instituições responsáveis por este planejamento: a forma como este incremento das atividades produtivas no Planalto Central dialogaria e, quem sabe até, impactaria Brasília e as funções atribuídas à nova capital interiorizada. Por isto, visando o controle da ocupação do território do Distrito Federal, e dos municípios vizinhos, um Programa foi especialmente elaborado no contexto da elaboração do II PND. Trata-se do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília.

Segundo Paulo Cezar Timm¹⁴³, este Programa:

é, possivelmente, dos menos ambiciosos nos Programas Regionais impulsionados pelo Governo Federal, em termos de recursos. Nem por isso, porém, menos complexo. Isto porque convergem em seus objetivos, tanto problemas regionais quanto preocupações urbanas, tornando-o uma síntese destes dois enfoques. Trata-se de uma região cuja economia se deseja fortalecer e uma cidade – Brasília – cujas funções e tamanho se deseja preservar. Estes dois aspectos do Programa derivam da Política de Integração Nacional em curso no País e do Plano de Brasília, que lhe originou e delimitou as funções. (SENADO FEDERAL, 1975, p.40).

Para uma melhor compreensão das palavras acima transcritas, devemos destacar o lugar que o Programa da Região Geoeconômica de Brasília ocupou no processo aqui abordado, já que ele se tornou o mediador dos planos e das ações de Estado em suas escalas nacional e regional. Foram duas as frentes de trabalho definidas para esta política, *“a ocupação econômica de espaços vazios e a recuperação de áreas estagnadas, ou em processo de deteriorização sócio-econômica”*. (SENADO FEDERAL, 1975, p.41). Deve ser destacado que a estagnação econômica no entorno do DF e a crescente expansão urbana em Brasília estiveram entre os temas discutidos no I PND, quando foi instituído um grupo de estudos com o intuito de elaborar um Programa de Desenvolvimento para esta região. Após dois anos de trabalho, foi apresentado um diagnóstico sócio-econômico que ressaltava e delimitava 05 (cinco) áreas, sob a forma do Programa de maior potencialidade. Eram elas: I. Eixo Ceres-Anápolis, II. Área de influência da BR-040/050, III. Área de mineração (Niquelândia, Uruaçu, Barro Alto e Padre Bernardo), IV. Vale do Paranã e V. Área de Paracatu. Posteriormente, estas áreas foram contempladas pelo Programa da Região Geoeconômica de Brasília, apresentando a configuração expressa pelo Mapa 06.

¹⁴³ Do Setor de Desenvolvimento Regional do IPLAN/IPEA e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.



Mapa 06: Região Programa de Brasília – 1975/1979 (Áreas Seleccionadas)

Fonte: Senado Federal – 1975.

Org.: NUCADA, Miraci, - 2009.

O recorte territorial dos espaços privilegiados por este Programa seguiu os seguintes critérios: proximidade com o Distrito Federal; acessibilidade; recursos naturais, principalmente solo e minerais; potencialidade de absorção de mão-de-obra, disponibilidade de terra e densidade demográfica; equipamentos e serviços urbanos básicos; condições prévias de desenvolvimento industrial e vínculo com áreas prioritárias presentes no I PND e planos regionais e estaduais de desenvolvimento.

Este programa, planejado pelo Ministério do Interior, foi executado pelos estados de Goiás e Minas Gerais, com exceção das obras de Telecomunicações, a cargo da TELEBRAS. O Governo Federal criou um Grupo Especial de Coordenação que definiu prioridades e responsabilidades e, também, realizou avaliações para verificar se os objetivos eram alcançados. Este Grupo foi responsável pela

articulação inter-institucional fundamental para a continuação dos estudos com vistas à orientação do processo de organização espacial. “*E uma das metas a serem atingidas era a montagem de um Sistema de Planejamento Regional para a Região de Planejamento de Brasília*”. (BRASIL, 1971, p. 44).

Temos aí o início de uma articulação entre o Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, sob o comando do Governo Federal, a partir da formação da Região Geoeconômica de Brasília. Como fator de destaque, a questão do uso do solo – que no interior do Distrito Federal já estava sob o controle do poder público – passou a ser mais debatida no que tange às áreas vizinhas ao Distrito Federal. Isto porque a especulação imobiliária e o grande crescimento demográfico fizeram com que a legislação que regulava o uso do solo nos municípios do entorno fosse objeto de apreciação¹⁴⁴. Vislumbrava-se um ordenamento territorial que regulasse as relações de interdependência centradas em Brasília para que a capital não atingisse uma dimensão metropolitana¹⁴⁵. Com certeza, o objetivo de impedir que a nova capital fosse tomada por um processo de metropolização não foi atingido.

O item que segue discorrerá sobre a fragmentação do território do entorno de Brasília como alternativa para a manutenção da integridade do projeto messiânico-urbanista de Juscelino Kubitschek. Nitidamente, a Região Geoeconômica de Brasília não foi capaz de conter o fluxo migratório que tinha a nova capital como destino final. A ininterrupta da chegada de migrantes colocou em risco as proposta para o uso do solo da capital federal. Como alternativa, o território do entorno de Distrito Federal foi utilizado como válvula de escape para a alocação de migrantes. Com o passar do tempo, esta opção revelou seu caráter “paliativo”. No decorrer de menos de duas décadas, o que foi visto como solução adquiriu a dimensão de um problema colossal, envolvendo 3 (três) Unidades Federativas. Para

¹⁴⁴ Timm, (SENADO FEDERAL, 2005, p. 41) aborda a necessidade de um sistema articulado que envolva o DF, MG e GO com vistas a um controle do uso do solo da periferia de Brasília. “Caso contrário, e em decorrência da proliferação da aglomeração de cidades-satélites, dentro e fora do DF, o *continuum* urbano tenderá inevitavelmente a impor-se em escala metropolitana contrariando os propósitos do Governo Federal na área. Visto que “a explosão demográfica, a especulação imobiliária contida no DF tende a vazar seus limites e localizar-se além das fronteiras, onde já se disseminam loteamentos desorganizados e projetos de novas cidades”.

¹⁴⁵ Timm (Ibidem), faz referência as preocupações que direcionaram o PERGEB: “Lançar as bases para a formação de uma malha urbana básica da Região, cujo modelo se orientará pelo princípio da multiplicação de centros polarizados interdependentes de médio porte. Estes objetivos foram formulados tendo em vista a preservação das funções originais de Brasília e o controle no processo de ocupação. Espera-se que a estruturação da cidade prescindia, tanto da multiplicação desordenada de funções, como por exemplo, a industrialização acelerada, quanto da metropolização que lhe segue, por efeito de atração de mão-de-obra. Como programa de infra-estrutura urbana e social e um impulso ao Distrito Agroindustrial de Anápolis são os principais instrumentos para a construção destas metas.

resolver as questões complexas atreladas a mais de um ente da federação foi criada uma nova figura jurídica: a RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento – . É o que veremos a seguir.

5.3. O DISTRITO FEDERAL E A FRAGMENTAÇÃO DE SEU ENTORNO

A construção de Brasília redefiniu os fluxos migratórios em escala nacional. A capital interiorana se tornou um centro de atração populacional que reorientou os caminhos dos que se deslocavam pelo território nacional em busca de um lugar que lhes garantisse melhores condições de vida. Entretanto, a chegada na nova capital não representou o final de um movimento. Para grande parte dos migrantes, a modificação se restringiu à escala das distâncias percorridas, pois, do final da década de 1950 até a transição das décadas de 1970 para 1980, a mobilidade que continuou fazendo parte de suas vidas deixou de ter um caráter inter-regional e adquiriu uma dimensão intrametropolitana (CAIADO, 2000).

Podemos dizer que, no bojo desta reorientação migratória, o Distrito Federal e os municípios localizados no seu entorno passaram a travar um diálogo tenso e intenso, em que pessoas atraídas pelas possibilidades apresentadas pelos discursos, que envolviam Brasília, começaram a percorrer caminhos indefinidos num vai e vem entre estes territórios. O fato a ser ressaltado é que, no interior desta relação dialógica, Brasília assumiu, de forma destacada, a condição de protagonista. Diante dela, as falas, as ações e as demandas dos elementos coadjuvantes não parecem ter sido suficientemente expressivos para o estabelecimento de uma mudança no roteiro de uma intrincada trama.

As cenas urbanas, que por décadas têm caracterizado as ações advindas desse enredo, são marcadas pela eclosão sucessiva de manifestações espaciais que ressaltam as restrições normativas que, desde a construção da cidade-capital interiorana, objetivam impedir o acesso dos migrante-coadjuvantes ao solo urbano do Distrito Federal. Muitos migrantes, a princípio, buscaram residir no interior de Brasília; mas, posteriormente, passaram a ocupar de maneira desordenada o território de municípios goianos que fazem fronteira com a capital federal.

Podemos afirmar que Luziânia é o melhor exemplo da desconfiguração territorial infringida aos municípios que passaram a se relacionar diretamente com Brasília. O território deste município passou por uma série de fragmentações, que

dilapidaram as suas atividades econômicas tradicionais, assim como as suas manifestações culturais mais expressivas. Em menos de três décadas, os moradores de Luziânia viram brotar de seu território original cinco outros municípios: Santo Antônio do Descoberto (1982), Cidade Ocidental (1991), Valparaíso de Goiás (1995), Novo Gama (1995) e Águas Lindas de Goiás (1995)¹⁴⁶.

Nestes “novos” municípios, ocorreram profundas alterações que redefiniram a estrutura fundiária que existia até a década de 1970, período em que se inicia o processo de fragmentação territorial em Luziânia. A partir deste momento, as fazendas passam a dar lugar a loteamentos¹⁴⁷ destinados a um mercado consumidor formado pelos excluídos do acesso ao solo urbano de Brasília. Neles foram erguidas as moradias dos migrantes que continuaram vislumbrando uma relação mais próxima com a capital da república. Neste contexto, um fato a ser ressaltado é que, apesar da forte ligação histórica dos migrantes com as atividades rurais, as relações estabelecidas no solo fragmentado de Luziânia foram, desde o começo, eminentemente urbanas (Quadro 07).

MUNICÍPIOS	1980		1991		2000		2007	
	URB	RUR	URB	RUR	URB	RUR	URB	RUR
Águas Lindas de Goiás	-	-	-	-	105.583	163	131.541	343
Cidade Ocidental	-	-	-	-	34.465	5.912	45.990	2.599
Luziânia	75.977	16.840	194.345	13.329	130.165	10.917	-	-
Novo Gama	-	-	-	-	73.026	1.354	81.668	1.931
Sto Antônio Descoberto	-	-	28.606	6.903	48.398	3.499	52.083	3.538
Valparaíso de Goiás	-	-	-	-	94.856	-	114.450	-
Total								

Quadro 07: População urbana e rural – 1980/2007

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica.

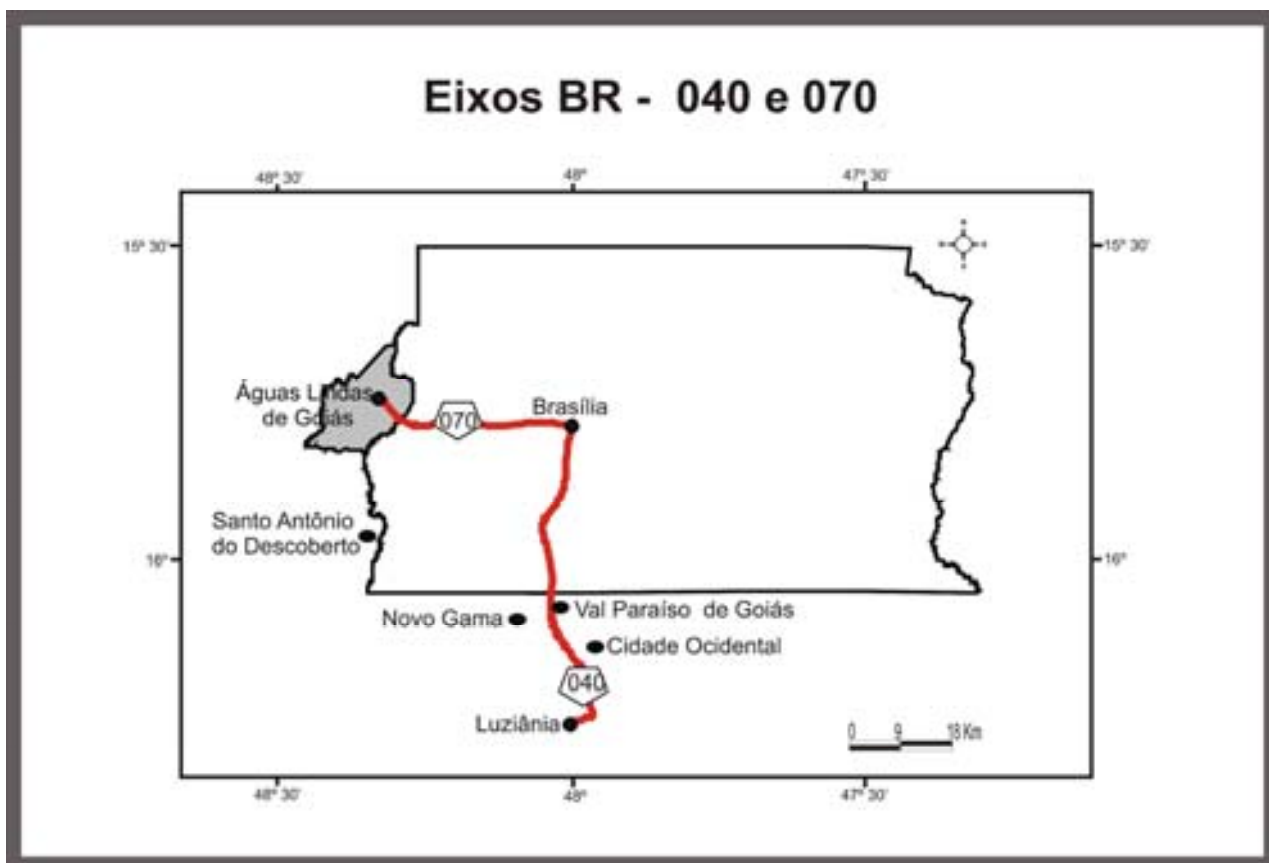
A enorme gama de problemas gerados na esteira da reprodução desta realidade possui um elemento peculiar que é a continuidade territorial que em poucas décadas abarcou os espaços urbanos de municípios de mais de uma Unidade Federativa. Foi sendo constituída uma relação de proximidade física entre territórios com funções muito específicas: enquanto Brasília era o lugar privilegiado de uma nova ordem em processo de articulação, o seu entorno passou a ser visto

¹⁴⁶ http://www.seplan.go.gov.br/sepim/pub/regplan/entorno/Entorno_tab01.htm

¹⁴⁷ Em sua maioria irregulares.

como o lugar para o despejo de migrantes que colocavam em risco a segurança do projeto em curso. Os municípios do entorno tornaram-se “territórios sanitários”, para onde foram encaminhados os corpos indesejados que iam ao encontro da nova capital federal.

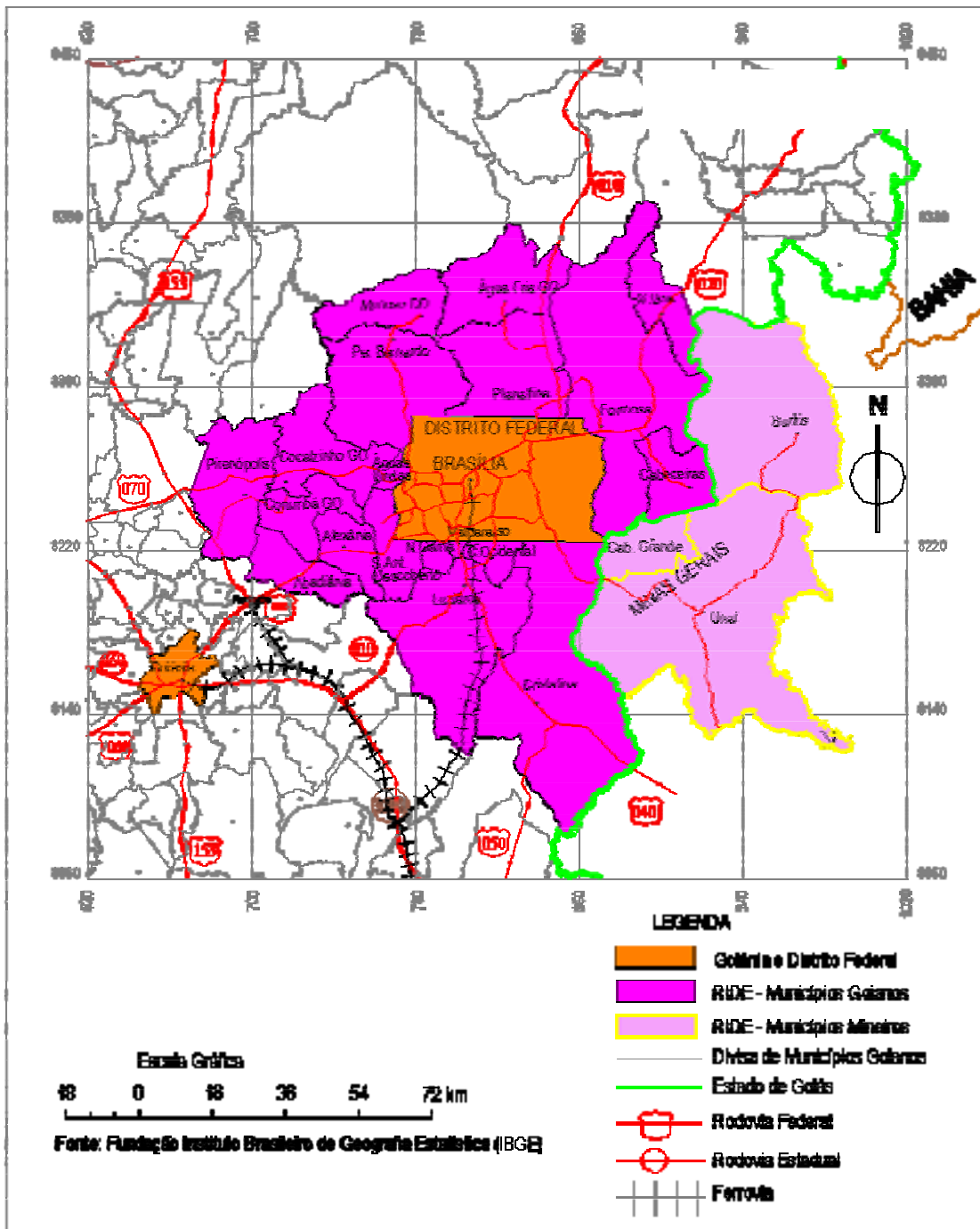
Contudo, vertiginoso crescimento populacional dos núcleos urbanos formados ao redor de Brasília – principalmente quando nos referimos aos municípios ligados à capital pelas Br 040 e 070 (Croqui 05) – e a conseqüente mobilidade das fronteiras urbanas em expansão fizeram com que uma relação metropolitana não desejada se estabelecesse. Os serviços oferecidos pelo governo do Distrito Federal e a busca por trabalho fizeram com que grande parte do expressivo contingente populacional da região do entorno criasse alguma modalidade de dependência com a capital da república.



Croqui 05: Eixos BR – 040 e 070
Autor: SILVA, Adriana Aparecida – 2009.

A intensidade da relação entre o Distrito Federal e os municípios do seu entorno trouxe problemas semelhantes aos das regiões metropolitanas. Entretanto, ao contrário das regiões metropolitanas formadas por municípios de uma única unidade federativa, o processo de metropolização, centrado na influência exercida por Brasília, avança para além do Distrito Federal, envolvendo municípios de Goiás e Minas Gerais. Este fato conduziu à criação de uma nova figura jurídica: a Região Integrada de Desenvolvimento – a RIDE. Ou seja, a RIDE-DF (Mapa 07) foi criada para que municípios de diferentes unidades federativas possam se articular à semelhança das Regiões Metropolitanas; embora o fato de envolver mais de um Estado da federação, por si só, já implique em relações institucionais mais complexas do que as apresentadas pelas Regiões Metropolitanas¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Além da RIDE-DF, temos a RIDE Terezina-Timon (PI e MA) e a RIDE Petrolina-Juazeiro (PE e BA)



Mapa 07: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride Municípios Integrantes da Ride.

Fonte: CODEPLAN 2003

Org.: NUCADA, Miraci, - 2009.

Certamente, não podemos imaginar que todos os Estados estarão envolvidos da mesma forma com os diversos problemas que se manifestam na região teoricamente integrada. Sem falar nas diferentes realidades orçamentárias,

principalmente quando se trata do Distrito Federal, que, constitucionalmente, tem garantido o repasse de verbas destinadas, por exemplo, à segurança; o que não ocorre com os municípios goianos e mineiros integrantes de RIDE-DF.

Art. 21. Compete à União:

XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

Esse fator, aliado a uma infinidade de situações geográficas e historicamente produzidas – algumas delas apresentadas neste trabalho –, fez com que as situações de desigualdade extrema, criadas no interior da RIDE-DF, não fossem minimizadas por uma ação político-normativa. Mesmo após a promulgação da lei que criou esta Região de Integração o imprevisto e a precariedade¹⁴⁹ continuaram a modificar as redes de relações que envolvem seu território nas mais diversas instâncias. Estas alterações não oferecem indícios de outra coisa senão da cristalização da dinâmica das relações assimétricas, que denunciam a ausência de uma regulação mínima, que faça uma mediação entre a diversidade de interesses que, colidindo, promovem a continuidade da expansão urbana desordenada que atingiu em cheio a RIDE-DF, sobretudo, o Distrito Federal e Goiás.

Podemos perceber que as duas iniciativas dedicadas à proteção do território da nova capital – no passado, o Programa da Região Geoeconômica de Brasília e, no presente, a RIDE-DF – foram tomadas tardiamente e não produziram os efeitos esperados. No caso da Região Geoeconômica, as estratégias pensadas para preservar a capital federal foram fundadas na realização de investimentos em áreas específicas que – em tese –, a partir de um desenvolvimento, não mais perderiam população para o DF, além de atrair migrantes que seguiam em direção a Brasília. Estas áreas seriam anteparos, com vistas ao amortecimento dos impactos que abalavam as estruturas da capital interiorana. Este Programa foi lançado em 1975; ou seja, quase duas décadas depois do início dos problemas enfrentados pelo excedente populacional que avançou sobre as fronteiras do Distrito Federal.

¹⁴⁹ Isto porque não houve de fato uma articulação entre as Unidades Federativas envolvidas nesta Região de Integração. Se as Regiões Metropolitanas estaduais enfrentam sérios problemas para a elaboração de planos diretores que indiquem as diretrizes para a gestão de um território formado por municípios de um único Estado, imagine a dificuldade de uma gestão integrada onde 3 (três) Unidades Federativas se fazem presentes.

Não é difícil perceber que o Programa da Região Geoeconômica de Brasília não cumpriu o seu papel, já que não evitou o surgimento de uma relação metropolitana entre Brasília e os municípios do entorno. Da mesma forma, não é um equívoco afirmar que a RIDE-DF é uma segunda tentativa de preservação da capital federal, a partir de uma proposta regionalizadora, que, em certa medida, derivada do fracasso da primeira: ao final da década 1970, a população do Distrito Federal triplicou, quando comparada ao número de habitantes da capital federal na década de 1960; saltando de 140.100 para 537.500.

Este aumento no contingente populacional, na década de 1980, continuou expressivo, com uma migração líquida que colocou no interior de Brasília 331.950 novos residentes. Com a dificuldade de permanência dos migrantes no Distrito Federal, teve início um movimento migratório intrametropolitano; quando uma quantidade expressiva de moradores desta unidade federativa intensifica um movimento em direção aos municípios goianos do Entorno.

Caiado avalia que *“durante a década de 80, o processo de formação e consolidação da região metropolitana de Brasília (RIDE), como já foi dito, foi fortemente influenciado pelo processo de expansão da mancha urbana do DF”*. A autora continua sua argumentação, expondo:

Assim, a migração para o conjunto dos municípios que compõem a RIDE durante o seu processo de consolidação, tem como principais e mais significativos fluxos, a imigração interestadual em direção ao Distrito Federal, iniciada no final da década de 50 e que continua elevada em 1996, segundo os dados da Contagem Populacional do IBGE, e pela migração originária do DF em direção aos municípios limítrofes ao perímetro do quadrilátero, iniciada na década de 70. (CAIADO, 2000, p.17).

Para expressar a dimensão desse movimento, basta considerar que *“das 282.153 pessoas que deixaram o DF no período 80/91, 101.762 emigraram em direção aos municípios que compõem a RIDE”*. Já *“no período 91/96, em apenas cinco anos, das 147.681 pessoas que emigraram do DF, 74.959 foram em direção aos municípios da RIDE”* (Ibidem, p. 18).

O Quadro 08, elaborado pela SEPLAN/CODEPLAN¹⁵⁰, permite que mensuremos a importância do movimento migratório do Distrito Federal para a configuração da situação que atualmente caracteriza a RIDE-DF. Para isso, basta

¹⁵⁰ CODEPLAN: Companhia de Planejamento do Planalto Central.

que comparemos as informações nele contidas com os números do parágrafo anterior. Enquanto, no Quadro 08, temos indicações do tempo de residência dos moradores dos municípios da RIDE-DF, independentemente de sua origem, o parágrafo anterior traz números que tratam especificamente do deslocamento de pessoas do Distrito Federal para a RIDE-DF, em períodos específicos:

Tempo de Moradia	Absoluto	%
Até 1 ano	111.071	13,9
2 a 3 anos	94.358	11,8
4 a 5 anos	86.734	10,9
6 a 15 anos	284.951	35,7
16 a 25 anos	127.701	16,0
+ de 25 anos	93.536	11,7
Total	798.350	100,0

Quadro 08: População Urbana Residente por Tempo de Moradia – Municípios do Entorno

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Perfil Sócio-econômico e Demográfico dos moradores da RIDE – 2003.

Elaboração: SEPLAN/CODEPLAN – 2003

As considerações feitas por Caiado – NEPO/UNICAMP – sobre o quantitativo de migrantes que saíram do Distrito Federal e foram para os municípios da RIDE, entre 1980 e 1991, apontaram para 101.762 habitantes. A Tabela elaborada pela CODEPLAN – que não trata da origem dos migrantes – indica que 127.701 habitantes do entorno passaram a residir nesta localidade entre os anos de 1978 e 1987. Temos, então, elementos que comprovam a relevância da migração intrametropolitana para a constituição de um considerável contingente populacional, em um curto período de tempo, nos municípios da RIDE-DF. Dando continuidade a sua análise, Caiado (Idem) indica que o volume líquido de habitantes que deixaram a capital federal com destino ao seu Entorno, entre 1991 e 1996, é de 74.959; enquanto a CODEPLAN revela que, entre 1988 e 1997, 284.951 pessoas fixaram residência nos municípios da RIDE. O estudo realizado pela CODEPLAN (2003) aponta, ainda, que um quarto dos migrantes, que em 2003, residiam na RIDE-DF, nasceram no Distrito Federal, e que 30% da população havia morado em Brasília.

O Quadro 09 possibilita que avaliemos a intensa dinâmica migratória que já na década de 1970 passou a estar presente em Brasília e em seu entorno:

Município/UF	Imigração	Emigração	Migração Líquida 70/80	IEM	Imigração	Emigração	Migração Líquida 80/91	IEM
Brasília/DF	483.212	151.262	331.950	0,52	354.917	282.153	72.764	0,11
Abadiânia/GO	1.228	2.124	-896	-0,27	2.229	1.333	896	0,25
Água Fria de Goiás/GO	-	-	-	-	1.051	411	640	0,44
Águas Lindas de Goiás/GO***	-	-	-	-	-	-	-	-
Alexânia/GO	3.209	3.157	52	0,01	4.183	3.492	691	0,09
Cabeceiras/GO	1.744	973	771	0,28	1.860	1.644	216	0,06
Cidade Ocidental/GO**	-	-	-	-	-	-	-	-
Cocalzinho de Goiás/GO**	-	-	-	-	-	-	-	-
Corumbá de Goiás/GO	3.633	5.555	1.922	-0,21	2.704	4.148	-1.444	-0,21
Cristalina/GO	3.821	3.342	479	0,07	7.815	5.677	2.138	0,16
Formosa/GO	8.629	10.362	-1.733	-0,09	14.431	11.482	2.949	0,11
Luziânia/GO	52.304	8.279	44.025	0,73	109.147	11.104	98.043	0,82
Mimoso de Goiás/GO	-	-	-	-	542	219	323	0,42
Novo Gama/GO***	-	-	-	-	-	-	-	-
Padre Bernardo/GO	4.897	3.076	1.821	0,23	4.660	3.632	1.028	0,12
Pirenópolis/GO	2.876	9.531	-6.655	-0,54	1.753	5.487	-3.734	-0,52
Planaltina de Goiás/GO	9.434	1.748	7.686	0,69	23.540	4.271	19.269	0,69
Sto Antônio do Descoberto/GO	-	-	-	-	20.843	2.385	18.449	0,79
Valparaíso de Goiás/GO***	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Boa/GO**	-	-	-	-	-	-	-	-
Buritis/MG	4.752	2.743	2.009	0,27	4.199	3.852	347	0,04
Unai/MG	13.199	19.122	-5.923	-0,18	10.275	17.482	-7.207	-0,26
Total da Ride	109.726	70.012	39.714	0,22	209.223	76.619	132.604	0,46

Quadro 09 - Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno – RIDE Imigração e Emigração Total por municípios

Fonte: Censos 80 e 91 e Contagem 96 (Tabulações especiais NEPO/UNICAMP)

** Município Instalado em 1993

*** Município Instalado em 1997

Naturalmente, a chegada de um volume tão expressivo de migrantes criou uma grande expectativa por moradia. Todavia, as restrições ao uso do solo de Brasília, sob controle do poder público, fizeram com que a crescente demanda habitacional fosse reprimida, o que gerou fortes tensões no interior do Distrito Federal. Essas tensões repercutiram no território das unidades federativas próximas à capital federal.

No que se refere à naturalidade dos migrantes, o Quadro 10 permite que dimensionemos a participação dos estados mais ativos no processo migratório, tanto no que se refere à Brasília como aos municípios de seu entorno.

Município	Região anterior 1970/1980							Região anterior 1980/1991						
	Total Intra	Outros de GO	Outros de MG	RJ	Outros SE	MA/PI CE/BA	Total	Total Intra	Outros de GO	Outros de MG	RJ	Outros SE	MA/PI CE/BA	Total
Brasília	5,44	14,58	14,33	11,05	5,37	30,51	483212	7,09	9,84	11,95	6,44	4,82	36,53	354917
Abadiânia	30,86	55,70	9,61	0,00	0,24	0,81	1228	30,33	59,44	0,81	0,00	1,44	2,83	2229
Alexânia	49,61	36,46	6,70	0,53	0,69	2,40	3209	54,86	23,86	5,00	0,67	2,53	6,60	4183
Cabeceiras	61,18	11,58	19,27	0,00	1,43	2,69	1744	65,43	8,98	11,40	0,00	0,43	2,90	1860
Corumbá de GO	38,81	45,33	9,14	0,08	1,32	2,75	3633	43,08	36,69	2,85	0,00	5,66	10,21	2704
Cristalina	21,43	25,73	33,21	3,06	1,41	6,05	3821	19,58	23,53	19,27	2,10	3,70	6,69	7815
Formosa	29,91	33,09	13,13	0,82	3,15	8,29	8629	37,99	27,75	9,30	0,55	2,73	6,39	14431
Luziânia	63,41	14,30	6,67	0,95	1,92	8,08	52304	63,31	8,34	4,26	1,57	1,74	13,31	109147
Mimoso de GO								72,69	19,37	1,48	0,00	2,77	1,29	542
Padre Bernardo	44,48	36,33	7,96	0,59	0,74	8,33	4897	44,33	28,03	10,00	0,54	0,90	11,63	4660
Pirenópolis	21,11	70,48	4,49	0,00	1,32	1,32	2876	18,25	70,74	0,00	0,00	3,19	1,65	1753
Planaltina de GO	59,67	25,23	5,98	0,05	1,44	3,38	9434	59,41	14,97	4,33	0,68	1,78	12,31	23540
Sto Ant do Descoberto								60,22	9,27	2,83	1,30	2,74	16,29	20827
Buriitis	39,23	3,56	54,61	0,11	0,27	0,55	4752	44,37	7,43	40,49	0,00	0,31	0,00	4199
Unai	7,66	3,83	84,80	0,23	0,62	1,05	13199	29,15	5,78	47,77	0,53	4,76	2,25	10275
Total da RIDE	13,25	15,57	15,35	9,14	4,67	25,93	592938	25,037	11,09	10,49	4,49	3,83	27,20	564133

Quadro 10: Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno – RIDE Imigração por município – 70/91
Fonte: IBGE - 1980/1991 (Tabulações espaciais Nepo/UNICAMP)

A Codeplan confeccionou um quadro que contribui para um mapeamento da naturalidade dos migrantes que foram, especificamente, em direção aos municípios goianos e mineiros da RIDE-DF. As informações nele sistematizadas foram organizadas a partir da proposta de regionalização elaborada por esta Companhia (Quadro 11).

Estado	Total	Região I	Região II	Região III
Acre	1.159	927	77	155
Alagoas	2.346	1.701	530	115
Amapá	346	276	-	70
Amazonas	1.581	1.266	275	40
Bahia	47.930	37.848	9.114	969
Ceará	30.702	26.241	3.594	867
Distrito Federal	191.530	152.290	32.035	7.205
Espírito Santo	1.621	1.065	499	57
Goiás	235.078	93.420	114.009	27.649
Maranhão	37.760	33.470	3.956	334
Mato Grosso	943	616	210	117
Mato Grosso do Sul	646	352	166	128
Minas Gerais	121.157	36.196	16.572	68.388
Pará	5.878	4.993	586	299
Paraíba	20.804	15.787	4.755	262
Paraná	2.710	1.118	1.253	339
Pernambuco	15.563	13.348	1.890	324
Piauí	43.133	39.424	3.536	172
Rio de Janeiro	8.438	7.699	574	166
Rio Grande do Norte	7.033	5.463	1.553	17
Rio Grande do Sul	4.118	1.471	1.922	725
Rondônia	619	319	104	196
Roraima	55	55	-	-
Santa Catarina	1.295	920	295	80
São Paulo	8.759	5.185	2.450	1.123
Sergipe	885	655	209	21
Tocantins	6.010	4.342	1.468	200
Exterior	253	46	87	120
Total	798.350	486.493	201.719	110.138

Quadro 11: População Urbana Residente por Naturalidade segundo as Regiões – Municípios do Entorno – 2003

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Perfil Socioeconômico e Demográfico dos Moradores da RIDE-2003
 Região I – alta polarização: Água Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.
 Região II – média polarização: Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás
 Região III – baixa polarização: Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Unaí e Vila Boa.

Em 2003, a população urbana residente na RIDE-DF alcançou a marca de 798.350 habitantes. Destes, cerca de 243 mil moraram anteriormente no Distrito Federal. A pesquisa revelou outro dado importante: 40,6% dos entrevistados indicaram como fator preponderante para esta migração a questão da moradia; sendo que, se considerarmos somente os municípios surgidos a partir do desmembramento de Luziânia, este número sobe para 54%. Outros fatores importantes que motivaram a fixação da residência das famílias nos municípios da RIDE-DF são a procura por emprego e serviços de educação e saúde.

Os dados referentes às principais razões de moradia no entorno foram organizados a partir da pesquisa desenvolvida pela Codeplan (2003) e deram origem ao Quadro 12:

Razão de Moradia no Entorno	Total	Região I	Região II	Região III
Habitação	100.114	81.375	15.642	3.097
Outros motivos	52.611	24.397	18.662	9.552
Sempre morou no entorno	48.198	20.288	15.125	12.784
Procurar emprego	28.924	16.191	7.009	5.725
Melhor salário	8.538	6.541	1.192	805
Educação	5.000	1.332	2.043	1.625
Saúde	3.071	1.303	1.086	682
Total	246.456	151.427	60.759	34.270

Quadro 12: Razão de Moradia da Família no Entorno segundo as Regiões – Municípios do Entorno – 2003

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Perfil Socioeconômico e Demográfico dos Moradores da RIDE-2003
Região I – alta polarização: Água Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Região II – média polarização: Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás

Região III – baixa polarização: Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Unaí e Vila Boa.

O quadro acima apresenta as principais razões que levaram a população a buscar os municípios da RIDE-DF. Quer dizer, ele trata de expectativas que necessariamente não correspondem à realidade encontrada. Já o Quadro 13 revela as atividades econômicas desenvolvidas por esta população no ano de 2003:

Atividade Pincipal	Total	Região I	Região II	Região III
Agropecuária	10.600	1.986	4.440	4.174
Construção Civil	15.378	11.141	2.976	1.261
Indústria	9.092	5.860	1.718	1.514
Comércio	52.685	31.980	12.014	8.690
Serviço Público	43.714	23.939	13.035	6.739
Serviço Doméstico	26.373	15.643	7.014	3.717
Outros Serviços	56.020	32.246	14.949	8.825
Profissão Liberal	1.879	1.353	326	200
Serviços Autônomos	64.190	34.957	17.982	11.251
Aposentados	43.240	19.924	13.762	9.554
Pensionistas	9.651	5.578	2.695	1.378
Dona de Casa	91.885	56.304	23.741	11.841
Desempregado	53.879	36.295	12.107	5.478
Estudante	62.752	38.581	16.620	7.552
Sem Ocupação	257.010	171.001	58.311	27.698
Total	798.350	486.786	201.690	109.873

Quadro 13: População Urbana Residente por Atividade segundo as Regiões – Municípios do Entorno 2003.

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Perfil Socioeconômico e Demográfico dos Moradores da RIDE-2003
Região I – alta polarização: Água Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Região II – média polarização: Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás

Região III – baixa polarização: Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Unaí e Vila Boa.

Entre outras coisas que chamam a atenção nesta tabela podemos destacar o grande contingente de pessoas sem ocupação e desempregados, bem como o número elevado de pessoas que prestam serviços de maneira autônoma e esporádica – o “bico”. Segundo a CODEPLAN, um quarto da população da RIDE-DF obtém renda a partir de atividades que se enquadram nesta modalidade de trabalho informal.

Devemos destacar que o cenário aqui apresentado não foi formado frente à total revelia dos agentes do Estado. Desde o início do processo da construção de Brasília e do descompasso marcado pela desproporção entre o grande volume de migrantes e a pequena disposição de ceder solo urbano, várias iniciativas governamentais se fizeram presentes. Para conter o estado de crise provocado pela pressão por solo urbano, o Governo apresentou medidas que possibilitaram a fixação de pessoas no Distrito Federal e, também, incentivou a migração para

municípios do entorno. No primeiro caso, podemos citar como exemplo a criação da cidade-satélite de Ceilândia (1971). Cabe aqui frisar que o prefixo “CEI” faz referência a uma sigla – Companhia para erradicação de invasões – e representa a ação do Estado com vistas à solução, ou, pelo menos, redução, dos intensos conflitos por moradia nas proximidades da nova capital em busca de consolidação. No segundo caso, temos os exemplos dos conjuntos habitacionais construídos¹⁵¹ com financiamento público em Luziânia. Entre eles: Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama. Tais projetos habitacionais promoveram a transferência de pessoas do Distrito Federal para este município goiano.

Posteriormente – na década de 1990 –, esses 03 (três) conjuntos habitacionais se tornaram sedes de novos municípios que surgiram por meio da fragmentação do território do município de Luziânia. Estes novos municípios receberam o nome dos respectivos conjuntos habitacionais que os originaram. É importante frisar que, no início da década de 1980, um outro desmembramento atingiu o território do município de Luziânia, fazendo surgir o município de Santo Antônio do Descoberto, que, por sua vez, em 1997, teve parte de seu território desmembrado para a criação de Águas Lindas de Goiás.

Como ferramenta institucional que orientou a definição das áreas destinadas à expansão urbana no Distrito Federal e em seu entorno deve ser mencionado o PLANIDRO¹⁵² –. De forma geral, foi apontada a necessidade da expansão urbana ser direcionada para o sul do Distrito Federal, para que as bacias do Paraná, Tocantins e São Francisco não fossem comprometidas. Em 1977, foi apresentado o PEO77¹⁵³, que limitou de forma rigorosa o surgimento de novas áreas de expansão urbana. Como critério principal, foi destacada a necessidade de implantação da infra-estrutura vinculada ao saneamento básico para uma possível ocupação do solo. Este Plano reforçou ainda mais o movimento de espraimento para o Sul de Brasília, em direção a Luziânia. As áreas destinadas a esta expansão foram fortemente influenciadas pelas rodovias federais, que se tornaram eixos de orientação para este processo. Naquele momento, a especulação imobiliária e os loteamentos já dominavam a paisagem dos municípios localizados ao sul da fronteira do Distrito Federal.

¹⁵¹ Na segunda metade da década de 1970.

¹⁵² Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle de Poluição do Distrito Federal.

¹⁵³ Plano Estrutural de Organização Territorial.

Em 1980, a população do Distrito Federal chega a 1.176.800 habitantes. Caiado (2000, p. 04) revela que a taxa média de 8,15% de crescimento já não é caracterizada por funcionários públicos transferidos e operários da construção civil, mas por migrantes em busca de melhores condições de vida. Nesta mesma década, a população dos municípios do entorno saltou de 50.200 para 120.800 habitantes – um crescimento médio de 9,19% ao ano. Assim, o contingente populacional nesta intersecção jurídico-territorial de unidades federativas, que é a RIDE, aumentou substancialmente.

Mas, no final da década de 1980, uma nova situação se configura. O crescimento da população do Distrito Federal cai significativamente para a casa de 2,84% de média por ano. Caiado (Idem) vincula esta queda à conclusão da transferência de órgãos públicos e à desconcentração de populações e atividades econômicas nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, o que acarretou na diminuição da migração para grandes centros urbanos. É destacado, ainda, que o censo de 1991 – migração interestadual – indica um fluxo migratório em que o destino final era o território dos municípios do entorno de Brasília e não mais a capital federal, numa segunda etapa da trajetória migratória.

A mesma autora destaca que 60% do fluxo migratório em direção a microrregião goiana do entorno de Brasília, no mesmo período, foi proveniente da capital federal, e conclui: *“mais do que uma migração entre UF, estes movimentos representam uma expansão de Brasília em direção aos municípios limítrofes”*.

Com o objetivo de estabelecer um diálogo entre o processo que promoveu a criação da RIDE com elementos que a posicionem dentro de um contexto em que a razão instrumental era a grande bandeira levantada, vamos dar seqüência as nossas exposições desenvolvendo argumentos que questionam as bases que fundamentaram o ordenamento territorial perseguido desde Juscelino Kubitschek aos dias atuais.

5.4. A RIDE-DF E O CONTEXTO DA SUA CRIAÇÃO

Mas o que vem a ser a RIDE e qual o contexto da sua criação?

Em 1998, foi criada a RIDE-DF, uma região sob a influência de Brasília, inspirada nas Regiões Metropolitanas. Ocorre que a nova capital federal interiorizada foi construída sem maiores preocupações com os destinos dos

municípios que seriam afetados pela sua presença. Mello (1999) explica que os diálogos entre os municípios que existiam anteriormente à construção de Brasília foram desfeitos de forma abrupta, sem que fosse promovido um novo arranjo que permitisse uma autonomia mínima para os municípios desta região diretamente atingida pela construção da nova capital federal.

Então, a seguinte realidade foi forjada: uma nova cidade-capital repleta de investimentos se viu cercada por municípios que possuíam em comum a sua descaracterização econômica e a falta de perspectivas para o seu desenvolvimento. Outro elemento que passou a aproximar os municípios do entorno de Brasília foi a grande fragmentação de seus territórios, seja no parcelamento do solo para a formação de loteamentos e conjuntos habitacionais, seja no desmembramento para a formação de outros municípios.

De fato, podemos fazer uma analogia relacionando o rompimento das relações sociais, históricas e espaciais desses municípios com a fragmentação e o retalhamento de seus territórios e, assim procedendo, revelar a ausência de opções que efetivamente pudessem servir como alternativa para os municípios dessa região atingida por um processo de desarticulação. Brasília desintegrou o corpo e a alma de municípios que tinham como destaque a produção artesanal de couro¹⁵⁴ e de doces¹⁵⁵, bem como a organização de manifestações populares que integravam e davam sentido à vida das pessoas e das comunidades aí estabelecidas.

A nova capital federal produziu uma contradição que não pode ser desconsiderada por quem procura compreender a desordem que passou a estar muito próxima do Plano Piloto e invadiu violentamente os municípios goianos que com ela fazem fronteira: ao mesmo tempo em que a infra-estrutura construída a partir de Brasília permitiu a integração de regiões do país antes “isoladas”, ocorreu, simultaneamente, a desintegração de uma articulação regional existente. Essa desintegração, por sua vez, condenou os municípios do entorno de Brasília a um estado de “isolamento”, tornando-os tributários das demandas egocêntricas da nova capital federal – que representava o ideal integrador do território brasileiro e modernizador da economia nacional.

Apesar dos problemas decorrentes da forte atração populacional exercida por Brasília já se fazerem presentes em seu território mesmo antes de sua

¹⁵⁴ Em Formosa, antigo Julgado dos Couros.

¹⁵⁵ Em Luziânia, antiga Vila da Santa Luzia.

inauguração, somente em 1975, com o Programa de Implantação da Região Geoeconômica de Brasília, é que, efetivamente, algum investimento foi aplicado em áreas mais próximas do entorno imediato do Distrito Federal. Como foi exposto anteriormente, o objetivo desse programa foi criar a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de atividades econômicas que fixassem moradores e migrantes em áreas contempladas por ele, contendo, assim, a migração para o Distrito Federal.

Os Programas anteriores a este se dedicaram a investimentos específicos em atividades vinculadas à agroindústria, fazendo uso da rede de transporte existente. Mas isso era muito distante do que de fato ocorria nos municípios limítrofes à capital federal. Outro fato relevante que, deve ser ressaltado, é que o Programa da Região Geoeconômica de Brasília e a Superintendência de Desenvolvimento responsável por sua gestão passaram a ter os recursos reduzidos pouco depois do início de sua implementação, devido a uma conjuntura que indicava uma eminente crise econômica, que levou a década de 1980 a ficar conhecida como “*a década perdida*”. Esta conjuntura conduziu, primeiro, à morte, por inanição, dos planos e programas, até culminar com a decretação completa da extinção de toda a estrutura em que as Superintendências eram os grandes destaques.

Foi neste clima que, em 1981, ocorreu a primeira tentativa de institucionalizar uma gestão comum para o espaço de Brasília e de seu entorno, com a assinatura de um protocolo de intenções entre os governos do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. Em Goiás e no Distrito Federal, foram criadas Secretarias Espaciais de Articulação. Estas medidas levaram alguns prefeitos a criarem a AMAB¹⁵⁶ (EGLER, 2008).

Posteriormente, durante mais de 15 (quinze) anos, nenhuma ação específica foi implementada para viabilizar a gestão do território de Brasília e seu entorno; até que, em 19 de fevereiro de 1998, a Lei Complementar n. 94 cria a RIDE-DF e institui o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, quando um quadro de desordem e caos já estava completamente instalado. E, no dia 04 de agosto de 1998, o Decreto n. 2.710 cria o COARIDE¹⁵⁷.

A Lei Complementar, em seu Artigo 43, traz a seguinte determinação:

¹⁵⁶ Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília.

¹⁵⁷ Conselho Administrativo de Desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno.

Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando o seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

Egler (Ibidem, p. 16) comenta que nesta norma o “*conceito de Região Geográfica é substituído pelo complexo geoeconômico e social sugerindo uma continuidade espacial e uma inserção em um espaço hierarquicamente superior, do qual se diferencia em estágio superior*”. Este geógrafo salienta, também, que foi indicada a elaboração de uma Lei Complementar para dispor sobre “*as condições para a integração de regiões em desenvolvimento*”. Ou seja, esse dispositivo constitucional apontava para a necessidade de um pacto federativo que viabilizasse uma nova forma de gestão de espaços heterogêneos.

Egler (Ibidem, p. 17) afirma que a dificuldade da RIDE não se restringe à limitação orçamentária, mas, também, à “*perplexidade dos agentes envolvidos*” nos diversos órgãos administrativos. Consideramos que essa perplexidade é produto do encontro do homem racional com as contradições materializadas em uma região forjada, sob a orientação de uma lógica bem definida: em nenhum outro momento, como o caracterizado pelo Plano de Metas e os PND, o Brasil foi contemplado com tantas ações de Estado, nas quais um sentido de continuidade é tão facilmente percebido. Da mesma maneira, nenhum outro território foi desenhado, enquadrado e formatado por profissionais de um saber tão notório como os que participaram do projeto que produziu o Distrito Federal. Contudo, poucos são os territórios brasileiros que podem concorrer com o da RIDE-DF, quando se consideram as expressões de desordem aí materializada, que deixam perplexos os que com eles se defrontam.

Deparamos-nos, então, com a seguinte indagação: Por que o progresso não se avizinhou da população que veio a povoar esta região racionalmente instituída? Por que, ao invés da autonomia, da harmonia, as pessoas se vêem cada vez mais numa situação em que o caos desafia e subjuga a ordem?

A questão central é que o projeto de construção da nova capital já deixava claro que a integração territorial em curso tinha um viés econômico e que não priorizava a inserção dos cidadãos oriundos de regiões “esquecidas”. Se, em um momento anterior, estes brasileiros não foram lembrados, não seria esta a hora de uma compensação. O objetivo era, sim, propiciar as condições necessárias para a modernização das relações econômicas em solo brasileiro. As rodovias foram

construídas para que as mercadorias circulassem, para que os produtos produzidos em diferentes regiões pudessem ser escoados por todo o país¹⁵⁸ (MELLO, 1999).

Podemos afirmar que Brasília, em seu conteúdo, já trazia esta informação. Na nova capital as pessoas deveriam entender que elas teriam um lugar e que habitariam um setor específico. E esse indicaria o seu papel e sua condição na sociedade. Por isto, cada um deveria ter ciência da importância de ocupar o seu lugar de acordo com o interesse do Estado; de um Estado-Nação, que traz como uma de suas grandes marcas a desigualdade em seu projeto de constituição. Desta forma, o projeto de integração territorial ligou o interior do país aos que iriam modernizar as técnicas produtivas, sem, no entanto, trazer os benefícios e as conquistas trabalhistas e sociais para os que migraram para o sertão em busca de uma vida melhor (OLIVEIRA, 1999).

Mas será que esse quadro foi fruto das ações de um Estado imprevidente? Ou as ações do Estado brasileiro foram geridas de forma a propiciar o atendimento dos interesses de determinados segmentos econômicos nacionais e internacionais? Estes questionamentos nos remetem a uma gama de autores e obras de relevo. Aqui, para traçar algumas considerações que contribuam para uma reflexão em torno destas problematizações, percorremos um caminho indicado por Horkheimer (2003). Na obra em questão, o conceito de racionalidade é investigado com o intuito de verificar a possível existência de falhas que a tornaram viciosa. O autor avalia se:

O progresso ameaça anular o que se supõe ser seu próprio objetivo: **a idéia** de homem. Se esta situação é uma fase necessária na ascensão geral da sociedade como um todo, ou se conduz a uma reemergência vitoriosa do neobarbarismo que acaba de ser derrotado nos campos de batalha, a conclusão a se tirar depende, pelo menos parcialmente, de nossa capacidade de interpretar com exatidão as profundas mudanças que ora se verificam na mentalidade pública e na natureza humana. (Idbiem, p. 10)

No raciocínio desenvolvido por Horkheimer, há uma peculiaridade interessante que o torna singular quando o confrontamos com as idéias geralmente utilizadas para explicar o desenvolvimento do pensamento ocidental nos últimos séculos. Segundo esse filósofo, a razão adquiriu um caráter subjetivo, pois não buscava mais o estabelecimento de uma harmonia entre a vida humana com a

¹⁵⁸A idéia de nação emancipada através das ações do Estado esteve presente nos discursos, mas não foi concretizada pelas políticas planejadas e executadas.

totalidade, incluindo a finalidade de suas ações. Essa estrutura foi definida como subjetiva, por não incluir apenas o homem e seus propósitos, como ocorreu na antiguidade clássica. Não que a razão objetiva tenha sido desconsiderada, mas ela se tornou uma expressão parcial de uma racionalidade universal que envolvia seres e coisas:

O supremo esforço dessa espécie de pensamento foi conciliar a ordem objetiva do “racional”, tal como a filosofia o concebia, com a existência humana, incluindo o interesse por si mesmo e a autopreservação. (ibidem, p. 14)

A razão subjetiva tem uma referência focada na relação entre meios e fins. É pautada em critérios de utilidade, em que o homem tem a capacidade de decidir o que para ele é útil. Assim, o conceito de razão se explica por si mesmo, não sendo passível de questionamento. *“Ela se revela na capacidade de calcular probabilidades e desse modo coordenar os meios corretos com um fim determinado”* (Ibidem, 15).

Nessa perspectiva, certamente os procedimentos que balizaram as ações coordenadas no Plano de Metas, nos PND, na criação das Superintendências de Desenvolvimento e outras, tinham o intuito de integrar os espaços desarticulados do território brasileiro, seguindo, na íntegra, um receituário que relacionou “cegamente” os meios e os fins. Por isso podemos vinculá-los à razão subjetiva conceituada por Horkheimer; pois, do decorrer da implementação da política integracionista, as projeções de desenvolvimento eram justificadas por elas mesmas, e, em momento algum, as “coisas” que não foram contempladas nos Planos eram questionadas ou serviam para a problematização do projeto em curso. A maneira do homem existir não importava, somente a utilidade demonstrada pelos meios era importante para um projeto racionalmente definido, em que os fins eram os limites de uma nova versão para as “dúvidas metódicas”.

Tal limitação na formulação de questionamentos fica, na atualidade, evidenciada pelas formas que foram sendo materializadas no interior das relações travadas entre o Distrito Federal e seu entorno goiano. Poderíamos nos surpreender frente às tímidas iniciativas do Estado diante da complexa realidade produzida no decorrer de poucas décadas, tanto no interior de Brasília quanto em seu entorno, se não considerássemos as teses levantadas por Horkheimer.

Assim, se concordarmos com o conceito de razão subjetiva formulado por este filósofo da Escola de Frankfurt, poderemos afirmar que, efetivamente, ocorreu a integração do território nacional. Hoje, estradas ligam regiões antes “isoladas”, bem como mercadorias e matérias-primas circulam por todo o país. E, mais ainda, indubitavelmente, a ocupação desordenada dos solos urbanos que margeiam as estradas que ligam o Distrito Federal ao entorno, bem como o flagrante improvisado que marca as edificações e os arruamentos em tais municípios, não comprometeram o objetivo perseguido. A desordem que passou a estar cada vez mais presente no Entorno de Brasília não comprometeu a consolidação do projeto integrador; pelo menos até o presente momento.

Todavia, os elevados custos para a manutenção de um ordenamento mínimo e as possibilidades de tensões potencializadas, no território-símbolo da articulação racional do país, produziram uma sombra amedrontadora que ameaça a propagação da luz da razão instrumental por sobre a capital federal.

O homem, o espaço, o tempo e a produção fragmentados criaram formas desconexas postas sob a sombra impeditiva do curso regular dos raios luminosos produzidos pelo planejamento humano. Mas a ausência da luz hegemônica faz surgir outras modalidades alternativas de iluminação. Modalidades em que as vertigens das relações verticalizadas das redes de dominantes não são produzidas. Ao contrário, o que emerge e adquire relevo são as ações solidárias, nas quais a cooperação funciona como micro-usinas, gerando luz no interior de comunidades constituída marginalmente.

Portanto, se a RIDE-DF é uma realidade jurídico-normativa que tem sua ação administrativa obstruída pela perplexidade descrita por Egler, as relações sustentadas pelos rizomas produzidos às margens das deliberações oficiais se apresentam como uma realidade incontestável, classificada como irregular pelo Estado.

É este (des)encontro entre a “cidade ideal” e a “cidade real”, entre a loucura e a razão, entre Dom Quixote e Juscelino Kubitschek que buscamos demonstrar. Um (des)encontro que muitas vezes não é considerado e faz com que a relação entre o corpo e o espaço construído abra caminho para a aceitação de uma alienação por parte do sujeito, que passa a se reconhecer como objeto. A produção científica deve oferecer subsídios ao Sujeito para que ele não abra mão de seus

atributos humanos e assuma o lugar de uma coisa produzida com vistas a massificação e a universalização do consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos trilhados, os temas escolhidos e os argumentos elaborados, no decorrer da realização dessa pesquisa, têm como uma de suas marcas fundamentais o registro de encontros e desencontros de projetos, idéias, objetos, tempos, espaços e homens. Como elementos geradores dos deslocamentos, dos movimentos tangíveis e intangíveis elencados no estudo, estão os discursos do progresso e do desenvolvimento, sustentados por um projeto integrador.

Os cenários constituídos no imaginário dos brasileiros, seguidores desses discursos, os tornaram personagens de uma história marcada por ilusões, desilusões, felicidades, tristezas, triunfos e tragédias, tão grandiosas quanto as escritas por Homero, na Grécia do século VIII a.C. Uma das diferenças fundamentais da épica construção de Brasília para as narrativas gregas está no nível de consciência dos papéis assumidos pelos personagens de cada dimensão da realidade.

Os personagens homéricos conheciam a dimensão do seu papel nas tramas narradas nas obras literárias, já os personagens candangos não entendiam a natureza dos acontecimentos processados a sua volta, muito menos o seu lugar nas tramas da integração nacional. Contudo, a diferença mais expressiva pode ser percebida quando recordamos que os soldados gregos que tombaram, nas batalhas descritas por Homero, foram feridos por inimigos de guerra; enquanto os operários de Brasília eram oprimidos e agredidos por conterrâneos arregimentados para compor a Guarda Especial de Brasília¹⁵⁹.

Certamente, os personagens da história candanga investigada por esta pesquisa se encontraram¹⁶⁰ diante de uma fronteira móvel, na qual os discursos messiânicos inspiradores da construção de Brasília se distanciavam cada vez mais da realidade materializada diante de seus olhos. Essa distância adquiriu proporções muito expressivas, a ponto de fazer muitos personagens abandonarem o projeto universalizador para se tornarem produtores de projetos individuais.

¹⁵⁹ A GEB.

¹⁶⁰ E ainda se encontram.

Os homens de virtude apresentados pela literatura grega tinham uma noção do que os aguardava ao término das aventuras vividas¹⁶¹. Eles não foram tomados pela perplexidade que assombra quem trabalha para construir uma coisa e, a despeito do esforço empreendido, vê surgir outra, completamente distinta da planejada, diante de seus olhos.

Os candangos, por sua vez, foram tomados de assalto por essa perplexidade formada pela divergência entre os discursos e as produções materializadas no território. O ideal integrador foi fragmentado e os operários, diante de uma ordem em dissolução, passaram a produzir uma desordem territorializada. Essa desordem, aos olhos dos idealizadores do projeto integrador, surge como manifestação da desrazão, da loucura: uma manifestação expansionista e ziguezagueante transformou os “soldados” de uma batalha épica – contra os limites de uma natureza sertaneja – em cavaleiros errantes tomados pela insensatez e pela teimosia.

Essa pesquisa investigou algumas repercussões do movimento de ressignificação que alterou a ordem planejada para Brasília. Movimento marcado por valores cambiantes atribuídos no interior de um processo de integração-fragmentação produtor de corpos e territórios presentes no transcurso dos capítulos apresentados.

Uma das preocupações centrais deste trabalho foi compreender a fragmentação de Brasília e seu entorno, com destaque para Águas Lindas de Goiás, sem reduzir os processos à condição de dado estanque. Isso, por si só, não quer dizer que conseguimos relevar as dimensões móveis a envolver o território investigado. Mas pode ajudar no entendimento de algumas opções feitas no transcurso dessa pesquisa, dedicada à compreensão de processos territorializadores de relações contraditórias, que evidenciaram: a loucura e a razão, por meio de seus arranjos e desarranjos; as convenções estéticas e os juízos de valores a elas vinculadas; a forte densidade da psique e a fluidez dos objetos produzidos.

Para nós, o resultado mais significativo dessa investigação está no conjunto das iniciativas implementadas com vistas a uma aproximação¹⁶² da “unidade” com a “diversidade”, da particularidade com a generalização.

¹⁶¹ Até mesmo a morte seria uma recompensa.

¹⁶² Mesmo que tímida.

Vislumbramos os ensinamentos do Professor Milton Santos, que ressaltou ser este o caminho para se encontrar a totalidade perseguida pelos geógrafos.

É possível – e provável – que em pontos específicos do texto o leitor se deparou com a necessidade de maiores esclarecimentos sobre determinadas questões. No sentido oposto, trabalhamos com a perspectiva dos leitores detectarem – e julgarem – a presença de elementos privilegiados.

Não estamos tentando, simplesmente, justificar qualquer deslize. Somos sabedores de grande parte de novas limitações e de suas repercussões no trabalho. Contudo, devemos destacar a realização de várias as tentativas de “balanceamento” de ênfases, com vistas ao estabelecimento de uma equidade no produto textual, representador dos resultados da pesquisa. Mas as tentativas nunca oportunizaram a composição de um texto revelador dos atributos manifestados pelo objeto estudado. As leituras, os trabalhos de campo, as pesquisas em arquivos, o questionário aplicado, os diálogos com a população, as observações realizadas se mostravam distantes de um produto obtido por meio de um “balanço externo”, a serviço de um estado de equilíbrio que se opõem à compreensão das formações rizomáticas produzidas no território estudado.

O desejo, manifestado por nós, de romper com a percepção estática de situações de mobilidade, foi motivado a partir da leitura de uma obra, no ano de 1993. O livro em questão apresentou um problema que passou a nos perseguir por meio de questionamentos relativos ao lugar do homem na Geografia e no mundo: trata-se do “*Discurso do avesso*”, de autoria do Professor Ruy Moreira. Percebemos, a partir de então, numa posição semelhante a dos personagens candangos, quando estes buscaram definir os seus papéis no processo de produção da realidade. Essa percepção, apesar de incômoda, foi importante. Ela promoveu uma reflexão – talvez a mais relevante desse processo – e fez-nos concentrar nas “verdades” obtidas por meio da pesquisa desenvolvida, ainda que estas “verdades” remetam mais a questionamentos, do que a respostas.

Não que isso tenha decretado o fim da mobilidade “dificultadora” do estabelecimento do foco, firmado por um investigador aprendiz, no exercício da compreensão das realidades produzidas. Contudo, propiciou um cuidado na formulação de assertivas e na procura de dados: os seus propósitos não podem ser o de garantir a segurança do autor de um trabalho e sim o de assegurar a coerência entre a “verdade” produzida e a “realidade” investigada.

Invertendo a conduta usual, pretendemos relacionar a vida do autor da pesquisa com os resultados alcançados no final do percurso trilhado e não no seu início. A explicação para essa opção pode estar no fato das principais descobertas relativas a quem investigou terem vindo à tona no momento em que buscávamos os desfechos para os raciocínios desenvolvidos. Descobertas reveladoras de um aprendiz de geógrafo muito satisfeito com a sua história, formada por amigos-professores, professores-temporários, professores-eternos, instituições-professoras, e, acima de tudo, por relações-professoras.

E, se podemos nos referir a alguma certeza produzida no âmbito da realização deste trabalho, ela se encontra inserida na seguinte afirmação: para chegar até “aqui”, revi “todo” o aprendizado relativo à minha formação intelectual e não-intelectual; reencontrei com situações-aprendizados que julgava esquecidas, e, novamente aprendi com elas.

Foi a partir dessas bases que a ciência contida nesse volume foi produzida. As dúvidas, as imprecisões e as lacunas encontradas no texto não são alheias às que marcam o responsável por ele: um sujeito “criado” por encontros e desencontros produzidos na “grande Brasília”, e que, hoje, mesmo morando em outra cidade, continua a se (des)encontrar com esse lugar, dando respostas, em Goiânia, a perguntas formuladas em Brasília.

Nossas considerações finais não vão se alongar. Essas são as últimas palavras de um trabalho caracterizado por interlocuções propiciadoras de reflexões que, por muito tempo, vão continuar ecoando nas dimensões constituidoras da existência de seu autor.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaina; FIGUEIREDO, Luis Carlos. **No tempos da caravelas**. Goiânia: Cegraf, 1992.

ARANTES, Otilia (Org). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARAÚJO, Frederico Guilherme B. **Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo, geografia e espaço, ecologia e natureza**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004.

BACON, Francis. Nova Atlântida. In: **Os pensadores**, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BARBOSA, Altair Sales; NETO, Antônio Teixeira; GOMES, Horieste. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Goiânia: UFG, 2005.

BARREIRA, Celene C. **A. Vão do Paranã: a estruturação de uma região**. Brasília, Ministério da Integração Nacional. Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 2002.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade, São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTRAN, Paulo. **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: Universidade Católica de Goiás, 1988.

BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos Quadros da Economia Nacional: 1930 – 1960**. Goiânia: UFG, 2000.

BORGES, Barsanufu Gomides. **O Despertar dos Dormentes: estudo sobre a estada de ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909 – 1922**. Goiânia: Cegraf, 1990.

BRANDÃO, Gilvo Marçal. Hegel: o Estado como realização histórica da liberdade. In: WEFFORT, Francisco (org). **Coleção Clássicos da Política**, volume II: Ática, São Paulo, 2002

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) – 1972/1974**. Sancionada em 04 de novembro de 1971.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – 1975/1979**. Sancionada em 04 de dezembro de 1974.

CAIADO, Maria Cecília S. **Estruturação urbana e mobilidade intra-regional: a região do entorno de Brasília**. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em 12/2007.

CARVALHO, Vladimir. **Conterrâneos velhos de guerra**. Brasília: Fundação Cultural do DF, 1997.

CÂNDIDO, Clementino. **Depoimento – Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

CHACON, Vamireh. **Deus é brasileiro: o imaginário do messianismo político no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

CHAUL, Nasr Fayad. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Goiânia: UFG, 1999.

CHAVEIRO, Eguimar Felício (Org). A captura do território goiano e a sua múltipla dimensão sócioespacial. Catalão-GO: Modelo, 2005.

CLAVAL. Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CODEPLAN. **Brasília e sua região polarizada**. Brasília, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

DAHER, Tânia. *Goiânia, Uma Utopia Européia no Brasil*. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de cultura, 2003.

DESCARTES, René. **O discurso sobre o método**. São Paulo: O hermus, 1987.

DINIS, José Alexandre Felizola; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PIOVANI, Aldo. **Brasília e sua periferia: problemas de relacionamento**. In: Boletim Geográfico, nº 239. IBGE, Rio de Janeiro, 1974.

DOMINGUES, Álvaro Antônio G. **A geografia regional “vidaliana”**. In: Revista da Faculdade de Letras – Geografia. I Série. Vol. I. Porto. 1985. p. 113 a 134.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DOYLE, Hélio, Somos todos brasilienses. **Correio Brasiliense**, Brasília, Sábado, 16 de março de 2002.

EGLER, Cláudio A G. Federalismo e questão regional no Brasil: limites e alcances das regiões integradas de desenvolvimento. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj.br>. Acesso em 01/2008.

ESTEVAM, Luís. **O Tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica em Goiás**. Goiânia, Ed. do Autor, 1998.

FREUD, Sigmund. **O mal estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis-RJ: Vozes 1997.

_____. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **A condição urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (dês)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1996.

GUATTARI, Felix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HANNAH, Arent. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

HARVEY, David. **Justiça social e cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2003.

IPEA, UNB, UFRJ. **Série gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano**. Brasília, 2002. Volume 3, Instrumentos de Planejamento e Gestão: Brasília e Rio de Janeiro.

KEITH, Thomas. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KUBITSCHEK, Juscelino. **Por que construí Brasília?** Brasília: Senado Federal, 2000.

LACOSTE, Yves. **A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus. 1993.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LE GOFF, Jacques. **Por amor as cidades**. São Paulo: Unesp, 1988.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELLO, Marcelo. **Luziânia e a fragmentação territorial do Entorno de Brasília**. Goiânia, 1999. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás.

MONBEIG, P. **Novos estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difel, 1957

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso: para a crítica a Geografia que se ensina**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originais**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Rosa; CASTELO BRANCO, Maria Luisa G.; FIRKOWSKI, Olga Lucia C. Movimento pendular e perspectivas de pesquisa em aglomerados urbanos. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 121-133. out-dez. 2005.

NEWTON, Isaac. Princípios matemáticos da filosofia natural. In: **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

OLIVEIRA, Aristeu Geovane. **A reprodução da exclusão social em áreas de expansão urbana: um estudo de caso na região noroeste de Goiânia.** Dissertação de Mestrado, IESA/UFG, 1999.

PALACIN, Luiz. **O Século do Ouro em Goiás.** 3º ed. Goiânia: Oriente, 1979.

PAVIANI, Aldo (Org.). **Urbanização e metropolização.** Brasília: UnB/Codeplan, 1987.

_____. **A conquista da cidade.** Brasília: UnB, 1998.

PENNA, José Osvaldo de Meira. **Quando Mudam as Capitais.** Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Senado Federal, 2002.

PERROUX, F. Notas sobre a noção de Pólo de Desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, Jaques. **Economia regional: textos escolhidos.** Belo Horizonte: Cedeplar. P. 145-155.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil.** São Paulo: USP, 1976.

QUEIROZ, Eronildes Guerra de . **Depoimento - Programa de História Oral.** Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1991.

QUINTO, Luiz P. Junior; IWAKAMI, N. O canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração. In: PAVIANI, Aldo. **A conquista da cidade.** Brasília: UnB, 1998, p. 55 – 73

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades-satélites.** Espaços e Debates, São Paulo, 6, p. 113, 1982.

_____. Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. In : PAVIANI, Aldo. **A conquista da cidade.** Brasília. Ed. UnB, 1998, p. 25 – 53.

RIQUE, Lenyra. **A natureza contraditória do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno de uma categoria.** São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova.** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1998.

_____. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2000.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica - tempo/razão - emoção.** São Paulo: Edusp, 2004

_____. **Urbanização brasileira.** São Paulo: Edusp, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem a Província de Goiás.** São Paulo: USP, 1975.

SENADO FEDERAL. **I Encontro de Estudos e Debates: o II PND e os programas de desenvolvimento da Região do Distrito Federal e do Centro-Oeste.** Comissão de Assuntos Regionais, 1975.

SILVA, Luiz Sergio D. **A construção de Brasília: modernidade e periferia.** Goiânia: Cegraf, 1997.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Candice Vital. **A pátria geográfica; sertão e litoral no social brasileiro.** Goiânia: Cegraf, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O desafio metropolitano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Maria Adélia A. de. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2004, p. 111 – 143.

VESENTINI, José Willian. **A capital da geopolítica.** São Paulo: Ática, 1986.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2004, p. 169 – 243. PG. 41

WAIBEL, LEO. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WILTGEN, Roberto da Silva. Notas sobre polarização e desigualdades regionais. **Ensaio FEE.** Porto Alegre. UFRGS/FCE. 12(2). 532-540, 1991.

